



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

UBIRANEILA CAPINAN

**CONTENDAS NA LINHA VERDE:
turismo e conflitos socioambientais da APA Litoral Norte - BA**

**Salvador
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Barbosa, Ubiraneila Capinan
B238 Contendas na linha verde: turismo e conflitos socioambientais da APA Litoral Norte – BA /
Ubiraneila Capinan Barbosa, 2024.
302 f.; il.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Iracema Brandão Guimarães
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Ciências sociais. 2. Meio Ambiente – Conflito - 1989 - 2000 - Bahia. 4. Política
Pública. 5. A Tarde (Jornal). 6. Fundação Odebrecht. I. Guimarães, Iracema Brandão. II.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD:300

UBIRANEILA CAPINAN

CONTENDAS NA LINHA VERDE:

turismo e conflitos socioambientais da APA Litoral Norte - BA

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção de grau de doutora em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lídia Cardel

Salvador

2024

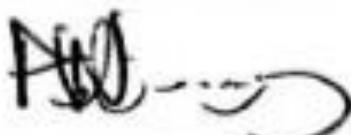
Ubiraneila Capinan Barbosa

"Contendas na Linha Verde: turismo e conflitos socioambientais da APA Litoral Norte - BA"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais e, aprovada em sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, pela Comissão formada pelos professores:



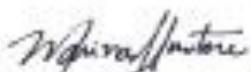
Profa. Dra. Lídia Maria Pires Soares Cardel (PPGCS - UFBA)
Doutora em Antropologia Social pela USP



Prof. Dr. Felipe Vargas (PPGCS - UFBA)
Doutor em Sociologia pela UFRGS



Profa. Dra. Maria Salete Amorim (PPGCP - UFBA)
Doutora Ciências Políticas pela UFRGS



Profa. Dra. Marina de Souza Sartore (PPGS-UFS)
Doutora em Ciências Sociais na UFSCAR



Prof. DR. Wendell Fischer Teixeira Assis (PPGS-UFAL)
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ

Agradecimentos

O doutorado é um plano longo, mas, como a vida, ele passa rápido. A tese tem uma essência desafiadora, que às vezes parece se tornar um problema. Durante os quatro anos dedicados ao doutoramento, não podemos perder de vista que o mundo segue suas rotas e os imponderáveis são uma constância na existência. E o que parecia consistente e controlado no projeto de pesquisa “se desmancha no ar”. O percurso para mim não foi diferente. Precisei reinventar a pesquisa e a mim mesma nesse período. Caminhar no deserto só foi possível porque também caminhei ao encontro da Luz, senti seu acolhimento e me finquei na certeza de que nada é por acaso. Agradeço ao Criador pelos caminhos que me trouxeram até a conclusão da escrita da tese.

Aqui, tenho a oportunidade de agradecer publicamente aos mais de quinze anos de trabalhos juntas (bacharelado, mestrado e doutorado), que se constituíram em admiração à professora, à doutora e à pessoa que Lídia é. Esta tese e eu, como pesquisadora, seríamos outras se não fosse pelo encontro fortuito com a Prof.^a Dra. Lídia Cardel, que, de forma generosa e acolhedora que lhe são peculiares, compreendeu os intensos desdobramentos da minha vida nos períodos do doutoramento e da feitura da tese. Muito obrigada, Prof.^a Lídia, por tudo!

Sou imensamente grata aos meus ascendentes pelo dom da vida, os quais busco honrar na minha caminhada. Destaco minha mãe – Marina Capinan Barbosa (*in memoriam*) – por ser a nossa matriarca e pela sabedoria, força e docura que marcaram sua vida e as nossas, como suas/seus filhas/os, netas/os e bisnetas/os. Ao meu pai também sou agradecida – Ezequias Florêncio Barbosa (*in memoriam*) – por me possibilitar o dom da vida. Serei eternamente grata a vocês! Deles nasceu quase um time de futebol de filhas e filhos, cada um com suas peculiaridades e presença na minha vida, por eles em si e pelos inúmeros sobrinhos e sobrinhas que me deram. Por tudo que me oportunizaram de aprendizagem sobre a relação com o outro, agradeço às minhas irmãs e aos irmãos: Ubiraci, Luís Ubirajara, Ubiratan, Ubiracema, Antônio Ubiraí, Jaqueline (*in memoriam*), Ubiracira, Ubiramara e Ubiramari.

Como não agradecer a ela, que pintou de cores vibrantes a minha vida, que estava cinza desde a partida de sua avó. Minha filha – Marina Capinan Santiago – passou a fazer parte da minha árvore da vida em 2015, ainda no meu ventre. Esta florzinha, de fragrância única e de intensa luminosidade, me fez passar de folha a balançar ao vento a raiz de fruto novo, cheio de curiosidades, potencialidades e força. Mamãe te ama, filha!

Sendo injusta para ser justa, destaco o suporte nos cuidados com Marina da tia Cira/Ubiracira, do tio Tatá/Antônio Ubiraí, da tia/avó Cema/Ubiracema e da dinda Bua/Bruna. Ela, Blenda/Brenda e Bene/Brena, filhas minhas do coração e que também são minhas comadres, agradeço pelas ajudas, como parte do ateliê da feitura da tese (transcrições, digitações, tabulações, digitalizações, busca de material na *net* e tantas outras “ções”). Muito obrigada!

Às amigas Diana Anunciação/Di e Rejane Alves Oliveira/Reges, agradeço a caminhada em muito partilhada na estrada sinuosa de um doutoramento e, sobretudo, por sermos demasiadamente humanas umas com as outras. Por serem temperos na minha vida, sou agradecida aos amigos Tatiane Muniz, Greice Bezerra, Carlos Arouca, Jorge Augusto, Janilson Magalhães e Nely Magalhães, que estavam lá me apoiando a colorir a vida novamente. À amiga de infância Vera Rocha e às amigas que chegaram depois, mas que são pontos de referência e segurança Joana Ramos (Jô), Fernanda Santiago, Renata Rocha, Maria Maranhão e Mariana Cruz. Aos amigos que Marina trouxe para mim e que me apoiaram nesta caminhada, Laíla Terso e Vinicius Costa. Com os amigos compartilhamos medos, desesperos, conquistas, alegrias, dores, frustações, levezas, solidariedade, chateações, decepções, leituras, risadas e as marcas do passar dos anos em nossos corpos e o aprofundamento dos nossos eus e de nossa amizade; sim, Jorge Amado tinha razão – “nada no mundo é igual à amizade, os amigos são o sal da terra”.

Ser membro do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais (NUCLEAR/UFBA) nos últimos anos foi decisivo para que esta tese se materializasse e para ser a pesquisadora que hoje sou. A pandemia de 2020 trouxe a todos muitos desafios, mas acredito que o seu período foi igualmente um dos mais inventivos da nossa espécie. Como grupo de pesquisa, tivemos que nos reinventar, desde as reuniões até o ato de investigar em si. Seguimos juntos e nos acolhendo, sempre quando necessário, e conseguimos criar caminhos e realizar o nosso trabalho demonstrando compromisso com a sociedade e com a ciência, desejosos de que ele possa contribuir para levar cidadania plena às pessoas e respeito aos bens da natureza no Litoral Norte da Bahia. Esta jornada foi trilhada na companhia da Profa. Lídia Cardel, de Karine Eloy, Fabrício Cesar Couto da Silva, Janilson Magalhães, Alana Barbosa e Felipe Correia, aos quais expresso minha gratidão.

Ouvi algumas vezes da Profa. Lídia que o momento da qualificação é de orientação a seis mãos. Ela tinha razão. Foi fundamental para a constituição da tese, como ela se apresenta

hoje para apreciação final, as provocações generosas, exigentes e propositivas interlocuções da Profa. Dra. Salete Amorim e do Prof. Dr. Antônio Câmara. Muito obrigada!

Cheguei aqui, também, pelas pessoas que, com seus saberes, me ajudaram a cuidar de mim, em variadas dimensões, para eu pudesse cuidar da minha filha mais velha e da segunda, que nasce neste texto. Meu muito obrigada a Joana Ramos (Jô), Vivian Santana, Maria Rosa Souza, Rosa Sampaio, Chítia Ferreira, Eder Vasconcelos, Prof. Chagai Shouster, Vanessa Barros, Antenor Lima, Amanda Araújo, Welinton Belísio, Luan Tavares e Hélisson Leitão.

Sou grata ao período de afastamento concedido pelo IFBaiano para o doutoramento. Agradeço o companheirismo nas caminhadas do nosso ofício como professores e na busca por aperfeiçoá-lo, via nossas formações, a Nelson Vieira da Silva Filho, Fabrício Brandão, Arlinda Menezes, Wilson Brito, Romária de Araújo, Geovanio Nascimento, Flávia de Souza, Rafaella Brito, Anísia Neta, Rose Nascimento e Fernanda Castro. Agradeço também às acolhedoras colegas da Biblioteca do Campus Catu – Simone Simões, Sheila Garcia e Ana Paula Santos Ribeiro – e a Luciane Brito e Jonas da Costa Oliveira, que na condição de gestores agiram de forma técnica, mas sem perderem a empatia com o processo desafiador que é a escrita da tese.

À minha turma de Doutorado PPGCS 2019, por todas as trocas e apoio: obrigada!

Em agosto deste ano, na jornada pedagógica da escola em que trabalho, conversava com colegas sobre o meu processo de alfabetização. Sendo disléxica, é óbvio que não se sabia disto na época, o processo não foi convencional nem no tempo esperado. Comecei a ler na Escola Dom Francisco Leite, na rua do Curuzu, cursando a antiga segunda série, sentada ao lado da mesa da professora, com o horizonte de aprender a ler ou ser rebaixada. Comecei segurada pela mão da Pró Lúcia, que colou comigo na batalha por esta habilidade. Gostar de ler fez toda a diferença na minha vida em variados campos. Agradeço à Pró Lúcia pelo companheirismo, ao passo que, através da pessoa dela agradeço, a todas as professoras e aos professores que estiveram comigo até aqui, neste ciclo final de formação acadêmica. Muito obrigada!

Ter muita gente a agradecer é constatar que ninguém atravessa o deserto sozinho.
Ubuntu!

A minha mãe, Marina Capinam Barbosa
(in memoriam), e a minha filha, Marina
Capinan Santiago, o ciclo da vida.

Deus me proteja de mim
Chico César

Deus me proteja de mim
E da maldade de gente boa
Da bondade da pessoa ruim
Deus me governe e guarde
Ilumine e zele assim

Deus me proteja de mim
E da maldade de gente boa
Da bondade da pessoa ruim
Deus me governe e guarde
Ilumine e zele assim

Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber

Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver
Bom mesmo é ter sexto sentido
Sair distraído espalhar bem-querer

Deus me proteja de mim
E da maldade de gente boa
Da bondade da pessoa ruim
Deus me governe e guarde
Ilumine e zele assim...

Resumo

Esta tese tomou como objeto de estudo os conflitos socioambientais ocorridos na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN/BA), entre 1988 e 2017. O conceito de evento (Shalins, 2003) foi a baliza teórico-metodológica para a delimitação temporal da investigação. Em linhas gerais, ele define que um acontecimento só se constitui em evento para um grupo social na medida em que é assim interpretado e elaborado por ele, que passa a abordá-lo como uma inflexão na sua estrutura sociocultural. As pessoas da região elaboram a expansão da BA-099 (Linha Verde) e a implantação do Projeto Sauípe (*Costa do Sauípe Resort*) de forma que é possível categorizá-los como eventos. Ambos engendrados a partir dos programas, estadual e federal, direcionados para o turismo, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Assim, o objetivo central se constituiu em analisar os conflitos socioambientais por ocasião desses dois eventos relacionados ao turismo implementado na APA-LN/BA. Além da revisão da literatura pertinente ao tema e a APA-LN/BA e da análise do minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), foram trabalhados os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIAs/RIMAs) dos referidos eventos; realizaram-se levantamentos nos acervos dos jornais Folha de São Paulo (1990 a 2017) e A Tarde (1988 a 2000) e analisaram-se documentos oficiais sobre as APAs na Bahia, em destaque os referentes à APA-LN, e sobre o PRODETUR-NE I e planejamento da Etapa II. Utilizou-se como recurso de organização, sistematização e tratamento analítico do *corpus* o NVivo, exceto para os EIAs-RIMAs. A triangulação de fontes de dados permitiu confirmar que conflitos socioambientais foram originados a partir dos eventos supracitados, que alguns deles se constituíram, ao longo do tempo, em impactos de igual essência. O Estado/Governos mostrou-se como um ator social central para a promoção da APA-LN/BA em um polo de turismo. Acrescenta-se, ainda, que a Odebrecht foi um dos atores protagonistas da expansão do *trade* turístico na região e ocupou este posto com o suporte estatal, em diferentes níveis do poder público.

Palavras-chave: “Linha Verde: estrada cicatriz”. EIA/RIMA. Jornal. Odebrecht. PRODETUR.

Abstract

This thesis focused on the socio-environmental conflicts that occurred in the Northern Coast Environmental Protection Area of Bahia (APA-LN/BA) between 1988 and 2017. The concept of event (Shalins, 2003) served as the theoretical and methodological framework for the temporal delimitation of the investigation. In general terms, this concept defines that an occurrence becomes an event for a social group when it is interpreted and elaborated as such and is seen as a turning point in their sociocultural structure. The local population interprets the expansion of the BA-099 (*Linha Verde*) highway and the implementation of the *Sauípe Project* (*Costa Sauípe Resort*) in a way that allows them to be categorized as events. Both were driven by state and federal tourism programs, particularly the National Tourism Development Program (PRODETUR). Thus, the central objective was to analyze the socio-environmental conflicts triggered by these two tourism-related events in the APA-LN/BA. In addition to reviewing relevant literature on the subject and the APA-LN/BA, and analyzing the short documentary “*Linha Verde: Estrada Cicatriz*” (Linha, 2008), the Environmental Impact Studies and Environmental Impact Reports (EIAs/RIMAs) for these events were also examined. Data was collected from the archives of the newspapers Folha de São Paulo (1990 to 2017) and A Tarde (1988 to 2000), and official documents concerning APAs in Bahia, particularly those related to APA-LN and the PRODETUR-NE I, as well as the planning for Phase II. NVivo software was used for organizing, systematizing, and analytically processing the corpus, except for the EIAs/RIMAs. The triangulation of data sources confirmed that socio-environmental conflicts arose from the aforementioned events, and that some of them evolved over time into impacts of a similar nature. The State/government emerged as a central social actor in promoting the APA-LN/BA as a tourism hub. Furthermore, Odebrecht was one of the main actors in the expansion of the tourism sector in the region, occupying this role with state support at various levels of government.

Keywords: “Linha Verde: scar road”. EIA/RIMA. Newspaper. Odebrecht. PRODETUR.

Resumen

Esta tesis tuvo como objeto de estudio los conflictos socioambientales ocurridos en el Área de Protección Ambiental de la Costa Norte de Bahía (APA-LN/BA), entre 1988 y 2017. El concepto de evento (Shalins, 2003) fue la guía teórico-metodológico para la delimitación temporal de la investigación. En términos generales, este concepto define que un acontecimiento sólo se constituye en evento para un grupo social en la medida en que es interpretado y elaborado por este, que lo aborda como una inflexión en su estructura sociocultural. Los habitantes de la región interpretan la ampliación de la BA-099 (Linha Verde) y la implementación del Proyecto Sauípe (*Costa Sauípe Resort*) de tal manera que es posible catalogarlos como eventos. Ambos fueron engendrados a partir de programas, estatales y federales, dirigidos al turismo, el Programa Nacional de Desarrollo Turístico (PRODETUR). Así, el objetivo central fue analizar los conflictos socioambientales con motivo de estos dos eventos relacionados con el turismo implementados en APA-LN/BA. Además de la revisión de la literatura relevante al tema, a la APA-LN/BA y del análisis del minidocumental “Linha Verde: caminho cicatrizado” (Linha, 2008), se trabajaron los Estudios de Impacto Ambiental y los Estudios de Impacto Ambiental y Informes de Impacto Ambiental (EIAs/RIMAs) de los eventos referidos; se realizaron investigaciones en los archivos de los periódicos Folha de São Paulo (1990 a 2017) y A Tarde (1988 a 2000) y se analizaron documentos oficiales sobre las APAs en Bahía, destacando los referidos a APA-LN, y sobre el PRODETUR -NE I y la Planificación de la Etapa II. Se utilizó NVivo como recurso para la organización, sistematización y tratamiento analítico del corpus, excepto para los EIAs-RIMAs. La triangulación de fuentes de datos permitió constatar que los conflictos socioambientales se originaron a partir de los eventos antes mencionados, y que algunos de ellos constituyeron, a lo largo del tiempo, impactos de la misma esencia. El Estado/Gobiernos demostró ser un actor social central para la promoción de APA-LN/BA como un polo turístico. Cabe agregar también que Odebrecht fue uno de los protagonistas de la expansión del comercio turístico en la región y ocupó ese cargo con apoyo estatal, en diferentes niveles del poder público.

Palabras clave: “Linha Verde: camino cicatrizado”. EIA/RIMA. Periódico. Odebrecht. PRODETUR.

Lista de imagens

Croqui 1.	BA-099: Estrada do Coco e Linha Verde, 2007	91
Croqui 2.	Praia dos Litoral Norte baianos em relação aos seus municípios	91
Croqui 3.	Polos Turísticos da Bahia no Prodetur-NE II	93
Croqui 4.	UC e bacias hidrográficas da ZT Costa dos Coqueiros	104
Croqui 5.	Poligonal da RPPN Dunas de Santo Antônio, município de Mata de São João – BA	136
Fluxograma 1.	Principais conceitos e categorias da pesquisa	50
Ilustração 1.	Nuvem de palavras do PDITS Salvador e entorno, PRODETUR-NE II	95
Ilustração 2.	Tomada panorâmica da Linha Verde e exibição do nome do minidoc	115
Ilustração 3.	Lugares na APA-LN percorridos pela equipe do Linha (2008)	115
Ilustrações 4 e 5.	Tomadas aéreas de <i>resorts</i> na APA-LN/BA	117
Ilustração 6.	RPPN Sapiranga em Praia do Forte, Mata de São João (BA)	129
Ilustração 7.	Mobilização da Vila de Massarandupió para a retirada de cerca da PACAB Brasil Ltda.	130
Ilustração 8.	Mobilização da Vila de Massarandupió para a retirada de cerca da PACAB Brasil Ltda.	130
Ilustração 9.	Placa de identificação de propriedade da PACAB Brasil Ltda. com dados decreto de criação da APA-LN	132
Ilustração 10.	Placa de identificação de propriedade particular da PACAB Brasil Ltda. “Não entre”	132
Ilustração 11.	Imagen de satélite da RPPN Dunas de São Antônio, município de Mata de São João – BA.	137
Ilustração 12.	O Pinicão em Vila Sauípe	143
Ilustração 13.	Matéria do jornal A Tarde de 23/11/2000	147
Ilustração 14.	Ciclo da Leishmaniose Visceral	153
Ilustração 15.	Opinião acerca do desmatamento e da expansão da LV, A Tarde 29/09/93	158
Ilustração 16.	Possível matéria paga na Folha de São Paulo.	198
Ilustração 17.	Linha do tempo do projeto Costa de Sauípe <i>Resort</i> .	199
Ilustração 18.	Nuvem de palavras da Folha de SP, entre 1990 e 2017.	200
Ilustração 19.	Primeira representação do então Projeto Sauípe na Folha de São Paulo, 11/11/1993	206
Ilustração 20.	“Com este edital está começando a Linha Verde” - A Tarde, em 18/03/1992	221

Ilustração 21.	Nuvem de palavras do A Tarde, entre 1989 e 2000	222
Ilustração 22.	Esperança de desenvolvimento retorna com a Linha Verde” no A Tarde, 19/07/1992	226
Ilustração 23.	“Estrada do Coco será privatizada” no A Tarde, 21/01/1996.	227
Ilustração 24.	Textos sobre as categorias “invasão”, “barraqueiros” e “farofeiros” no A Tarde, em 01/01/1995	242
Ilustração 25.	“Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança”, em 16/11/1998	244
Mapa 1.	Município de Mata de São João, em destaque as comunidades do litoral	5
Mapa 2.	Macrozoneamento do Litoral Norte – Bahia	77

Lista de quadros

Quadro 1.	Categorizações estatais de regiões que abarcam municípios que compõe a APA Litoral Norte da Bahia	282
Quadro 2.	Dissertações e teses defendidas no IGEO/UFBA sobre o Litoral Norte – BA, entre 2007 e 2020	290
Quadro 3.	EIA/RIMA da ampliação da BA-099, em 1992	53
Quadro 4.	EIA/RIMA e material técnico preliminar do então Projeto Sauípe	53
Quadro 5.	Manual de código da pesquisa	62
Quadro 6.	Características gerais da APA Litoral Norte da Bahia	69
Quadro 7.	Figuração de “desenvolvimento” no decreto de criação da APA-LN da Bahia, Decreto Estadual nº 1.046/1992	70
Quadro 8.	Detalhamento das APAs no estado da Bahia	293
Quadro 9.	APAs no estado da Bahia	73
Quadro 10.	Criação de APAs na Bahia por governador do estado, 1983-2023	74
Quadro 11.	O turismo e o ZEE da APA-LN/BA	81
Quadro 12.	Ambientalização e turistificação da APA-LN/BA	88
Quadro 13.	Zonas turísticas do PRODETUR-BA, 1991	89
Quadro 14.	Atores sociais identificados no “Linha Verde: estrada cicatriz”	120
Quadro 15.	Conflitos e impactos socioambientais relatados por parte do “Linha Verde: estrada cicatriz”	127
Quadro 16.	Levantamento de matéria sobre leishmaniose no Litoral Norte – Bahia no A Tarde, 1988-2000	152
Quadro 17.	Síntese do conteúdo abordado sobre leishmaniose no Litoral Norte – Bahia no material selecionado do A Tarde, 1988-2000	155
Quadro 18.	Volumes EIA/RIMA da Linha Verde analisados, consultoria HIGESA	172
Quadro 19.	Características gerais da proposta da equipe - Alternativa III	177
Quadro 20.	Volumes do EIA/RIMA Projeto Sauípe analisados, consultora ECOPLAN	185
Quadro 21.	Atores sociais identificados partes e repetições de suas figurações no “Linha Verde: estrada cicatriz”	298

Lista de tabelas

Tabela 1.	Levantamento bibliográficos sobre Litoral Norte – BA, 2015 a 2020	20
Tabela 2.	Métrica do tipo de material coletado na Folha de SP, de 1990 a 2020	56
Tabela 3.	Levantamento realizado no A Tarde com palavra-chave Litoral Norte, 1988-2000	58
Tabela 4.	Matéria sobre leishmaniose no A Tarde, 1988-2000	61
Tabela 5.	Metas Globais do PRODETUR-NE I, em 1999	92
Tabela 6.	Categorias da pesquisa no PDITS de Salvador e seu entorno, via o NVivo	105
Tabela 7.	Projeção da ocupação máxima das vilas e do <i>camping</i> do Costa de Sauípe resort	184
Tabela 8.	Projeção da ocupação máxima de acordo com zoneamento do Costa de Sauípe resort	186
Tabela 9.	Métrica do tipo de material coletado na Folha de SP, de 1990 a 2020	197
Tabela 10.	Categorias da pesquisa na Folha de São Paulo, segundo o NVivo, 1990-2017	202
Tabela 11.	Métrica do tipo de material coletado no A Tarde, de 1988 a 2000	220
Tabela 12.	Categorização do levantamento no A Tarde, 1989-2000	224
Tabela 13.	Subcategorias conflito do levantamento no A Tarde, 1989-2000	236

Lista de siglas

ACM	Antônio Carlos Magalhães
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADAM	Associação de Artesãs de Massarandupió
ADESLIN	Associação Comunitária Litoral Norte
AMAM	Associação de Moradores e Amigos de Massarandupió
APA	Área de Proteção Ambiental
APA-LN	Área de Proteção Ambiental Litoral Norte
APA-LN/BA	Área de Proteção Ambiental Litoral Norte da Bahia
APP	Áreas de Proteção Permanente
APR	Áreas e Proteção Rigorosa
BAHIATURSA	Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAMA	Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente e Urbanismo
CEMAVE	Conservação das Aves Silvestres
CEDOC	Centro de Documentação
CENTREL	Central de Tratamento de Efluentes Líquidos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLN	Concessionária Litoral Norte
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CODEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação de Cooperação Universitária com o Brasil
COMTUR	Companhia Municipal de Turismo
CONDER	Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
COPENER	Copene Energética SA
CO2e	Dióxido de Carbono Equivalente
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CRH	Centro de Recursos Humanos
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTIs	Complexos Turísticos Imobiliários
Dafas	Digestores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DERBA	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
DFLN	Distrito Florestal Litoral Norte
DTS	Divisão do Trabalho Social
EMBASA	Empresa Baiana de Saneamento
ECOPLAM	Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental
EE	Estação Ecológica

EPIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
ETEs	Estações de Tratamento Aeróbico de Esgoto com Lodo Ativado
FACOM	Faculdade de Comunicação
FDD	Fundo de Direitos Difusos
FGD	Fundação Garcia D'Ávila
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPC	Fundo de Pensão Complementar
GAMA	Assessoramento ao Meio Ambiente
GEE	Gases do Efeito Estufa
HIGESA	Engenharia Ambiental
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IED	Investimento Externo Direto
IGH-BA	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
INCCarbono	Instituto Nacional de Certificação de Carbono
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INVEPAR	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INGÁ	Instituto de Gestão das Água e Clima
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISSO	<i>International Standards Organization,</i>
ITR	Imposto Territorial Rural
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
LV	Leishmaniose Visceral
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Ministério Público
MP-BA	Ministério Público do Estado da Bahia
MPF	Ministério Público Federal
NPGA	Núcleo de Pós-graduação em Administração
MST	Movimento dos Sem Terra
NUCLEAR	Núcleo de Estudos Ambientais, Rurais e Urbanos
PFL/DEM	Partido da Frente Liberal e Democratas
OAB/BA	Ordem dos Advogados do Brasil – Bahia
OAS	Olivieri, Araújo e Suarez
OCR	<i>Optical Character Recognition</i>
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Partido Democrático Social

PDU	Plano Diretor Urbano
PEA	População Economicamente Ativa
PEQ	Projeto Especial de Assentamento
PGE	Projeto de Grande Escala
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIGE	Projeto de Infraestrutura de Grande Escala
PLANTUR	Plano Nacional do Desenvolvimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PP/GU	Pequeno Potencial de Poluição, Grau de Utilização
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR-BA	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Bahia
PRODETUR-NE	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Nordeste
PROQUALI	Programa de Requalificação Urbanística de Salvador
PTB	Partido Trabalhista Brasileiros
PT	Partido dos Trabalhadores
RADAM	Trata-se do Radar da Amazônia
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEP	Série Estudos e Pesquisas
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SIMRPPN	Sistema de Informatizado de Monitoria de RPPN
SLAP	Sistema de Licenciamento Ambiental de Atividades Poluidoras
Sudetur	Superintendência do Desenvolvimento do Turismo
SUINVEST	Superintendência de Investimentos Turísticos
TAC	Termos de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TECNOSOLO	Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais
Tibras	Titânia Brasil S.A.
TI	Território de Identidade
TJB	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UB	União Brasil
UC	Unidade de Conservação
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo
UOL	Universo <i>Online</i>

ZAG	Zona de Agricultura
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEP I, II e III	Zona de Expansão I, II e III
ZCA	Zona de Comprometimento Ambiental
ZCS	Zona de Comércio e Serviços
ZME	Zona de Manejo Especial
ZOR	Zonas de Ocupação Rarefeita
ZOR-E	Zonas de Ocupação Rarefeita Especial
ZPR	Zona de Proteção Rigorosa
ZPV	Zona de Proteção Visual
ZRE	Zona de Reserva Extrativista
ZT	Zona Turística
ZT-E	Zona Turística Especial
ZUD	Zona de Uso Diversificados
ZUP	Zona de Urbanização Prioritária
ZUR	Zona de Urbanização Restrita

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	“A ‘TEORIA’ SURGE DA VIDA”: DISCUSSÃO TEÓRICO-MEDOTOLÓGICA	10
1.1	Análise sobre o papel do conflito nos clássicos da Sociologia	28
1.1.1	Conflitos socioambientais: debates contemporâneos em Ciências Sociais	39
1.2	Metodologia: escolhas, fontes, dados e análise	51
2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE E PARA O TURISMO NA APA LITORAL NORTE DA BAHIA: PRIMEIRA FONTE – OS DOCUMENTOS OFICIAIS	65
2.1	Desdobramentos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) na APA-LN- Bahia	86
2.1.1	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) de Salvador e seu entorno, a ZT Costa dos Coqueiros: conflito e aspectos socioambientais	98
3	“ELES FAZEM DE TUDO PARA QUE OS TURISTAS VENHAM. E GOSTARIAM DE TUDO FAZER PARA IMPEDI-LOS DE VIR”: SEGUNDA FONTE – O MINIDOC LINHA VERDE	111
3.1	Os conflitos e os impactos socioambientais no minidoc Linha Verde – estrada cicatriz	114
3.2	Os impactos socioambientais na APA-LN/BA em outras fontes	146
4	“A CHEGADA DO ESTRANHO”: TERCEIRA FONTE - OS EIAs/RIMAs	161
4.1	Análise do EIA/RIMA da expansão da BA-099, a Linha Vede	171
4.2	Análise do EIA/RIMA do Projeto Sauípe, o Costa do Sauípe Resort	183
5	“A FRONTEIRA”:QUARTA FONTE - OS JORNAIS	194
5.1	Folha de São Paulo: análise dos conflitos socioambientais entre 1990 e 2017	196

5.1.1	Os conflitos socioambientais pós Costa do Sauípe <i>Resort</i>	211
5.2	A Tarde: análise dos conflitos socioambientais entre 1989 e 2000	219
5.2.1	Os conflitos registrados no A Tarde, entre 1989 e 2000	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS		249
REFERÊNCIAS		259
APÊNDICES		280

Introdução

A história recente da humanidade foi impactada pela pandemia do COVID-19, com desdobramentos em variados segmentos. Por isso, esta pesquisa, também, precisou se reinventar para seguir existindo, durante os dois anos em que se preconizaram o isolamento e os posteriores protocolos de convívio social. Neste contexto, se fez necessário mudar o ângulo da abordagem do objeto, deixando de lado uma investigação micro analítica de cunho socioantropológico, situado num estudo em profundidade em uma comunidade do Litoral Norte da Bahia, Vila Diogo¹, para uma pesquisa centrada na sociologia, trabalhando com dados passíveis de serem coletados via *web*.

Tal inflexão proporcionou uma ampliação do olhar para uma região, a administrativa da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN), que por sua vez trouxe novas questões e interlocuções teórico-metodológicas e, ainda, legou a oportunidade do trabalho com fontes que, conforme identificado, não foram anteriormente utilizadas em pesquisa sobre esta região, da forma como foram aqui tratadas, com amplo levantamento, nem sobre a temática em apreço.

Compartilhando o processo de feitura da tese, registra-se que o projeto original – “Litoral Norte baiano: um estudo de caso na comunidade Diogo sobre o turismo implementado na região” – planejava estudar como as pessoas desta Vila elaboravam sua comunidade frente ao turismo praticado nesse litoral. De certa forma, a região já estava incluída na concepção original da investigação. Assim, tal categoria ganhou, apenas, prominência. Tratar dela é igualmente abordar a categoria analítica de lugares que são tratados emicamente como Vilas. Por sua vez, nesta versão final da pesquisa, elas, as vilas, também seguem presentes como lugares de parte dos atores sociais envolvidos nos conflitos. outrora, seus moradores viviam em estreita relação com os bens da natureza em seus territórios. Estes, antes lugares de terras soltas, não são mais seus territórios e, por variados motivos, dos quais se destacam aqui os

¹ A comunidade de Diogo, outrora campo da pesquisa, está situada na costa marítima do município de Mata de São João e trata-se de um dos grupos locais que estabeleceram relações de troca e de subordinação com os vários ciclos econômicos ocorridos no século XX no Litoral Norte da Bahia. Ela localiza-se próxima ao mais destacado complexo hoteleiro, o Costa de Sauípe *Resort*. Entre este e ela há a Vila Santo Antônio – outrora constituída como uma comunidade de pescadores –, cujos moradores atualmente prestam variados serviços aos turistas. Estas comunidades ainda mantêm intensas relações de parentesco. É possível conhecer mais sobre estas vilas e o turismo em “A vila Diogo: a concepção de trabalho pós a implantação do turismo de larga escala na região do Litoral Norte, Bahia – Brasil” (Capinan, 2016).

relativos aos conflitos socioambientais, vêm impactando a forma como vivem suas cosmologias².

Frente ao exposto, a tese assumiu como pressuposto que dois eventos (Shalins, 2003) relacionados ao turismo, a expansão da BA-099 e o empreendimento Costa do Sauípe *Resort*, gestaram conflitos socioambientais na APA-LN da Bahia (APA-LN/BA). Logo, trabalhou-se com a seguinte questão de investigação – Quais conflitos socioambientais ocorreram na APA-LN/BA a partir de dois eventos relacionados ao turismo, a expansão da BA-099 e o empreendimento Costa do Sauípe *Resort*? Adotou-se como objetivo central – Analisar os **conflitos socioambientais** por ocasião de dois **eventos**, quais sejam, a ampliação da estrada BA-099 (Linha Verde) e a instalação do Projeto Sauípe (Costa do Sauípe *Resort*), relacionados ao **turismo** implementado na **APA-LN/BA**.

Cabem, ainda, as problematizações seguintes: Quais as relações das políticas para o meio ambiente (APA) e para o turismo (PRODETUR) implementadas na APA-LN/BA? Como os conflitos socioambientais – instaurados e latentes – são abordados no instrumento legal dos EIA-RIMAs da expansão da BA-099 e do Projeto Sauípe? (tendo em vista que tal documento é uma ferramenta de gerenciamento ambiental do Estado). A imprensa escrita, nacional e local, registra os conflitos socioambientais da APA-LN/BA? Se sim, pergunta-se: Quais são os conflitos desta APA registrados pelos jornais A Tarde e Folha de São Paulo? E como eles se configuram (atores sociais envolvidos e objetos de disputas)? Nos primeiros anos após a inauguração do Costa do Sauípe *Resort* (2000), quais conflitos socioambientais são registrados no minidoc Linha Verde: estrada cicatriz (Linha, 2008)? Quais impactos socioambientais correlacionados ao turismo na APA-LN/BA são relatados nos EIA-RIMAs, nos jornais e no minidoc?

Os objetivos específicos estão dispostos a seguir, sendo o terceiro e o quarto apresentados separadamente, apenas como uma estratégia metodológica necessária para o trabalho com arquivos de jornais:

I. Descrever analiticamente as relações das políticas para o meio ambiente (APA) e para o turismo (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR), implementadas na APA-LN/BA;

² Já não é possível afirmar quão o *modus vivendi* camponês segue sendo experenciado como uma prática de trabalho. Compreende-se que esta identidade se finca na ética camponesa, que é constituída pela família, pelo trabalho e pela terra, elementos que a compõem nesta ordem hierárquica e social (Woortmann, K. 2001).

- II. Analisar como os conflitos socioambientais – instaurados e latentes – são abordados no instrumento legal dos EIA-RIMAs da expansão da BA-099 e do Projeto Sauípe, uma vez que tal instrumento apresenta-se como uma ferramenta de gerenciamento ambiental de um lugar, no caso em apreço, a região da APA-LN/BA;
- III. Mapear o registro dos conflitos socioambientais na APA-LN pela imprensa nacional, Folha de São Paulo, e local, A Tarde;
- IV. Descrever analiticamente os conflitos socioambientais – atores sociais envolvidos, objetos de disputas – identificados nos referidos jornais;
- V. Descrever analiticamente os conflitos socioambientais – atores sociais envolvidos e objetos de disputas – nos primeiros anos após a inauguração do Costa do Sauípe *Resort* (2000) registrados no minidoc Linha Verde: estrada cicatriz (Linha, 2008);
- VI. Identificar e descrever impactos socioambientais ocorridos e relatados nos EIA-RIMAs, nos jornais e no referido minidoc.

Pelo exposto, verifica-se que as fontes principais da investigação estão situadas em quatro campos distintos, que se encontram ao comungarem da intenção de retratar a realidade da APA/LN-BA: documentos oficiais, documentário, EIA/RIMA e jornal. O minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), associado ao trabalho de campo do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais - NUCLEAR³, do qual fiz parte, permitiram a abordagem conceitual de evento (Shalins, 2003). Este aporte teórico-metodológico, quando direcionado à região do Litoral Norte, trouxe à baila dois eventos já mencionados, que, por sua vez, apontaram para o segundo tipo de fonte: os EIAs/RIMAs referentes às suas implementações na região. Os jornais, um de circulação nacional, Folha de São Paulo, e outro local, A Tarde, problematizaram a definição temporal da pesquisa em seus acervos, bem como de qual região administrativa estamos falando quando nos referimos ao Litoral Norte da Bahia. Por sua vez, os documentos oficiais oportunizam averiguar como elementos macroestruturais se operacionalizam e buscaram determinar, economicamente, a região. Logo, com o uso de variadas fontes, buscou-se cobrir o longo período da pesquisa, 1988 a 2017, considerando que este abarcava os dois

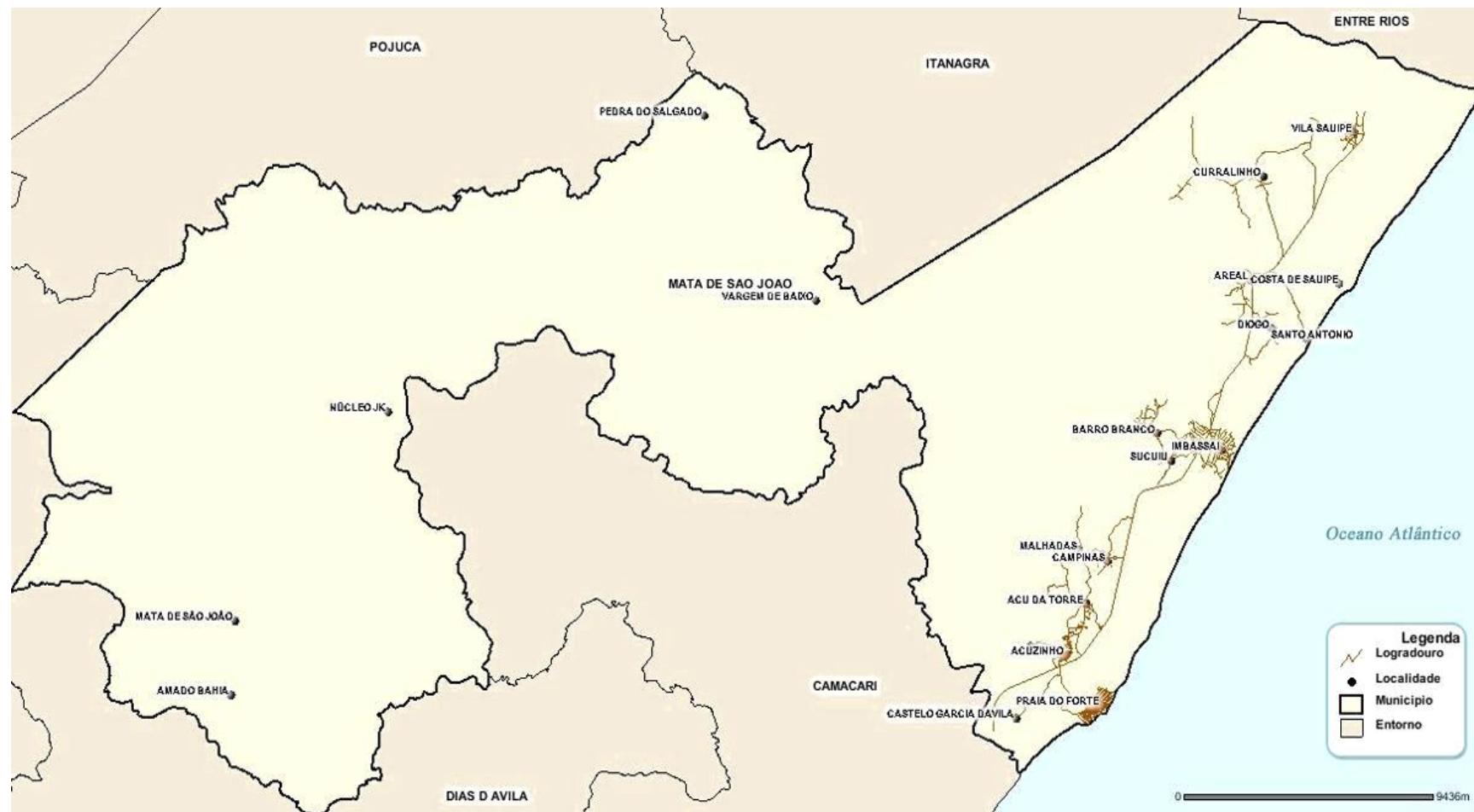
³ Em 2010, aconteceu o primeiro projeto do NUCLEAR na região do Litoral Norte – "Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilitades e dinâmicas territoriais", que foi fruto de um convênio estabelecido entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA e o Laboratório de Etnologia da *Université de Strasbourg*. Este foi firmado no Brasil via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na França pelo Comitê Francês de Avaliação de Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB) e resultou na publicação do livro “Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia: diálogos interdisciplinares (Cardel *et al*, 2016).

eventos socio culturalmente conectados, mas com intervalo de quase dez anos entre o primeiro e o segundo: a expansão da BA-099 (1993) e a inauguração do Costa do Sauípe *Resort* (2000). Além disso, variadas fontes permitem uma triangulação dos dados, proporcionando mais confiabilidade aos resultados.

Embora não se tenha a intenção de uma abordagem meramente cronológica para tratamento dos dados, cabe registrar que o conjunto das fontes abarca quase 30 anos, entre 1988 e 2017. O primeiro corresponde ao início dos cinco anos anteriores à inauguração da expansão da BA-099, que ocorreu em dezembro de 1993. Acerca deste evento, se priorizou o levantamento no jornal *A Tarde*, que cobriu o período de 1988 até 2000. Neste último ano, o então Projeto Sauípe foi inaugurado como Costa do Sauípe *Resort*. No acervo da Folha de São Paulo, o levantamento abarca o período entre 1990 e 2017, não se mostrando produtiva a abrangência até 1988. Por sua vez, tal período se refere ao planejamento, à construção, à inauguração e à venda, em 2017, desse *resort* pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) para a iniciativa privada. Ambos os marcos temporais dos jornais contemplam, igualmente, o ano de 1992, no qual a APA-LN foi instituída pelo Governo da Bahia. O minidoc, por sua vez, proporciona um olhar inserido nesta APA, tal qual o *A Tarde*, para um período que não foi contemplado por este jornal – após a inauguração do Costa do Sauípe *Resort*, em 2000 –, considerando que o documentário foi disponibilizado no *You Tube* em 2008.

Cabe registrar, ainda, que dentro dos limites impostos pela pandemia, a primeira fonte que se teve acesso, com acervo completo disponível *online*, foi a Folha de São Paulo. Buscando-se compreender os silêncios deste jornal, seguiu-se em busca de outras interlocuções.

Mapa 01 – Município de Mata de São João, em destaque as comunidades do litoral.



Fonte: Guia geográfico praias da Bahia.⁴

⁴ Disponível em: <http://www.praias-bahia.com/mata-sao-joao/mapa.htm> Acesso em: 6 jun. 2017.

A definição da delimitação geográfica da pesquisa ocorreu tomando como referência o município de Mata de São João, considerando que seu litoral foi cortado pela BA-099, nas duas etapas (Estrada do Coco e Linha Verde); nele estão abrigados importantes empreendimentos, como Tivoli Ecoresort Praia do Forte⁵ e Costa do Sauípe *Resort*, que, respectivamente, estão localizados em Praia do Forte e Sauípe, como pode ser observado no mapa 01. Trata-se de lugares que concentraram os investimentos, públicos e privados, direcionados ao turismo. Neste sentido, de acordo com Renan Queiroz (2016), essa municipalidade, entre 2007 e 2017, recebeu 50% dos investimentos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste (PRODETUR-NE).

Ao lidar com a região na acepção estatal, a investigação se deparou com uma polissemia, que revelou tanto demandas classificatórias estatais distintas e, por vezes, complementares, como mesorregião e microrregião, quanto etapas que podem mostrar modos de pensar e de agir diferentes da gestão pública, sobretudo, no que tange a alterações das políticas econômicas de um governo para outro. Assim, identificou-se pelo menos 8 classificações incidentes sobre o município selecionado como guia – Mata de São João⁶.

Na peculiar região **Administrativa**, ele está alocado na de Alagoinhas; já nas geográficas, está registrado na **Mesorregião** Metropolitana de Salvador e na **Microrregião** de Catu. Na região **Econômica**, Mata de São João situa-se na do Litoral Norte. Todavia, este seguimento mantém intensa comunicação com outras categorias, como a de **Território de Identidade – TI**, que a partir de 2010 passou a ser o parâmetro da gestão cultural e econômica na Bahia, na qual o município em apreço está no TI de Alagoinhas/Litoral Norte. Na **Zona Turística – ZT**, situa-se na Costa dos Coqueiros. Esta categoria apresenta um aspecto peculiar, pois o *site* oficial oferece apenas informações para um possível turista, nenhuma de caráter técnico. No **Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE**, a municipalidade posiciona-se no ZEE Recôncavo Baiano (Zona 33), que pretende ser uma política de interface entre aspectos econômicos e ambientais⁷. Por fim, enquanto uma **Unidade de Conservação - UC**, a

⁵ Praia do Forte está situada no distrito homônimo, no litoral de Mata de São João. É um destino turístico consolidado, nacional e internacionalmente. Este processo iniciou-se com o paulista Klauss Peter, em 1986, com o empreendimento Eco *Resort* Praia do Forte e com diversas ações de controle e gestão da vila, do Castelo Garcia D'Ávila, dos bens da natureza e até de territórios de comunidades centenárias. Para mais informação sobre este processo sócio-histórico de Praia do Forte, recomenda-se Francisco Matos Brito (2018).

⁶ Conferir no Apêndice A os detalhes de cada uma daquelas 8 classificações.

⁷ De acordo com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria do Meio Ambiente (S/ data), o objetivo do zoneamento econômico e ecológico é contribuir para a gestão estatal, pois neste “São propostas diretrizes gerais e específicas visando o uso e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, com orientações relacionadas ao uso e ocupação do solo em cada Zona, considerando a sua vulnerabilidade natural e social, fragilidade ambiental e

municipalidade figura na APA-LN conjuntamente com mais quatro municípios: Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

A análise sobre o marco legal de uma APA ocorrerá no segundo capítulo. Por ora, cabe destacar que a escolha da APA-LN como o tipo de região abordado na tese se faz por dois critérios interdependentes. O primeiro deles é o fato de tratar-se da área de influência direta dos eventos que foram norteadores da temporalidade e das fontes da pesquisa. Soma-se a isto o fato de que a definição de um lugar como APA tem, ao menos, duas implicações: regular os usos dos bens de natureza e, também, constituí-la numa reserva de valor para algumas atividades permitidas, das quais se destaca aqui o turismo.

Como é esperado, a questão principal apresenta direções teórico-metodológicas a serem trilhadas na feitura da investigação. No objetivo principal, os conceitos em destaque apontam sua maior centralidade na discussão da tese: conflito; conflito socioambiental, evento, APA compreendida como região e categoria analítica de turismo. Embutido na definição jurídica de APA está o conceito de região, que nesta pesquisa é trabalhado tanto do ponto de vista conceitual – Rogério Haesbaert (2019), Milton Santos (1988) e Doreen B. Massey (2008) –, quanto na sua transversalização teórica-metodológica com o conceito de lugar, trabalhado em diálogo com o de conflito por Marsey (2008). Esta autora e George Simmel (2006) são os nossos interlocutores centrais para se pensar o conceito de conflito. Sobre conflito socioambiental é trabalhada a definição de Paul Eliot Little (2001; 2006), Andréa Zhouri e Raquel de Oliveira (2012)⁸, Andréa Zhouri, Klemens Lashefski, Doralice Pereira (2005) e Henri Acselrad (2004; 2005).

Do ponto de vista metodológico, o conceito de evento é fundamental para as tomadas de decisões acerca do tratamento da história, na perspectiva em que ela é elaborada pelos atores sociais da região. Assim, ele é aqui embasado em Marshall Shalins (2003) que, por sua vez, estabelece diálogo com Max Weber (2001; 2002). Complementarmente é premente a descrição de Karl Marx (2005) sobre a relação do capital com o trabalho e com a natureza, além de se

potencialidades socioeconômicas.” Todavia, o estudo acerca do referido zoneamento parece estar atrasado em pelo menos trinta anos para o ZEE 33 - Recôncavo Baiano, em razão da data do decreto da APA-LN (1992). Esta zona sequer é mencionada e, por acréscimo, o turismo consta apenas como “potencialidade” no campo das atividades produtivas da região. Por sua vez, constam a industrial, a agrícola e a silvicultura. A autoria do documento é institucional e a data da sua escrita e publicação não estão disponíveis no site.

⁸ As professoras e o professor organizaram um livro “A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais” (2005), que se constitui num conglomerado de produções sobre o tema e no qual eles também contribuem com textos autorais. A publicação conta com a apresentação de Henri Acselrad.

pensar a relação entre homem e natureza postulada pelo mundo Ocidental com Bruno Latour (2013). Em consonância com estes dois autores, pensando em objetos de disputas nos conflitos e como eles se materializam em um país como o nosso, é impossível não tratar de expulsões e seus tipos contemporâneos com a Saskia Sassen (2016). Ao longo da tese, outros conceitos são demandados e serão tratados nos capítulos correspondentes, como o de risco, de Ulrich Beck (2011), apresentado no quarto capítulo, quando fomos analisar os EIAs/RIMAs enquanto instrumentos técnicos, que deveriam estar a serviço do controle prévio dos riscos socioambientais de um empreendimento e, ainda, outros de subáreas do conhecimento, como a Antropologia do Desenvolvimento, no segundo capítulo, com Arturo Escobar (2020) e Gustavo Lins Ribeiro (1991; 2008).

A presente tese – Contendas na Linha Verde: turismo e conflitos socioambientais da APA Litoral Norte - BA – está estruturada em cinco capítulos, além dos elementos pré e pós-textuais habituais. O leitor fará um percurso de compreensão da questão de investigação, iniciado pelos documentos oficiais, que permitem uma mirada a intervenção macroestrutural do Estado, seguindo das vozes das pessoas envolvidas nos conflitos, via o minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz, para em seguida retomar a interlocução com fontes escritas, respectivamente, os EIAs/RIMAs e os jornais.

Assim, no primeiro capítulo – “A ‘teoria surge’ da vida”: discussão teórica e metodológica – é abordada tal perspectiva norteadora da investigação, versando sobre conceitos centrais e complementares. É neste, também, que se aprofunda o detalhamento das estratégias metodológicas adotadas. No segundo – Políticas públicas para o meio ambiente e para o turismo na APA Litoral Norte da Bahia: primeira fonte – os documentos oficiais – são trabalhadas as relações sócio-históricas das políticas públicas direcionadas para o meio ambiente (APA) e para o turismo no Nordeste brasileiro (PRODETUR) e a instalação do turismo massificado na região da APA/LN da Bahia.

No terceiro – “Eles fazem de tudo para que os turistas venham. E gostariam de tudo fazer para impedi-los de vir.”: segunda fonte – o minidoc Linha Verde – são analisados os conflitos socioambientais nos primeiros anos após a inauguração do Costa do Sauípe *Resort*, registrados no minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008). É neste capítulo que também serão tratados os impactos registrados pelas fontes da pesquisa. No quarto capítulo – “A chegada do estranho”: terceira fonte – os EIAs/RIMAs – são analisados os conflitos socioambientais descritos nos Estudos de Impacto Ambiental – Relatórios de Impacto Ambiental EIAs-RIMAs referentes à extensão da BA-099 e ao então Projeto Sauípe. No quinto

– “A fronteira”: quarta fonte - os jornais – analisam-se os conflitos socioambientais que figuram, bem como sua ausência, nos jornais supracitados.

Nesta introdução, apresentaram-se, em linhas gerais, a memória da pesquisa, os aspectos metodológicos preliminares, os porquês das escolhas de alguns destes ao longo do processo investigativo, a questão de investigação e os objetivos (central e específicos). Nas considerações finais são confrontados os objetivos e os resultados encontrados, além de se sugerirem encaminhamentos relacionados ao objeto de investigação.

CAPÍTULO I

“A ‘TEORIA SURGE’ DA VIDA”: discussão teórica e metodológica

“Para mim, é frequentemente através da reflexão sobre algum ‘acontecimento comum’, um artigo de jornal ou um debate político aparentemente insignificante que chego a novos entendimentos ‘teóricos’. A ‘teoria’ surge da vida.”

Doreen Massey (2008, p. 16)

Do histórico internacional sobre a forma como a questão ambiental virou pauta de debates, pesquisas e, posteriormente, de políticas públicas, destacam-se dois acontecimentos, por estarem interligados com o dinamismo e a centralidade que tal problemática vem alcançando. Um é a publicação do livro “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson (1962 *apud* Hannigan, 2009), que teve um papel propulsor no debate ambiental dentro e fora da academia; e o outro é o “Dia da Terra”⁹, que foi considerado o marco simbólico do início do novo ambientalismo, e, portanto, da atuação da sociedade civil. Este último, também, inaugurou a “Década Ambiental” nos anos de 1970¹⁰ (Hannigan, 2009). No contexto nacional, para os fins desta tese, elegem-se as décadas de 1980 e 1990 como marcos da questão ambiental, que, por sua vez, foram balizares dos eventos aqui em apreço, que se desenvolveram no Litoral Norte baiano entre 1993 e 2000.

Associado ao processo de redemocratização pelo qual o país passava nos anos 1980, ocorreu uma pujança na institucionalização da questão ambiental. Nos anos 1990, esta tendência se ampliou e consolidou na contramão do aprofundamento da política neoliberal, incorporada desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹¹, e das investidas da iniciativa privada contra a gestão estatal sobre o meio ambiente. Ainda nesta última década,

⁹ O “Dia da Terra” ocorreu em 22 de abril de 1970, nos Estados Unidos, impulsionado pelo ativismo universitário do período. Sob a convocação do senador democrata e ativista ambiental Gaylord Nelson, reuniram-se 20 milhões de americanos, tendo como foco principal a poluição, que degradava vários estados daquele país. Em 1971, o Greenpeace iniciou o seu trabalho e em 1972 foi instituído, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Atualmente, a data de 22 de abril se constituiu no Dia da Terra em vários países e num chamado para ação e visibilização da problemática ambiental, cada vez mais mundializada, conectando humanos e não humanos. Além disto, pelo seu simbolismo, esta data vem sendo escolhida para reuniões globais sobre o tema, como em 2016 para a assinatura do Acordo de Paris e em 2021, pelo governo, para o início da cúpula do clima (Batista, 2021).

¹⁰ Para mais detalhes sobre o histórico da questão ambiental e como ela se constituiu em campo da Sociologia, recomenda-se a leitura de John Hannigan (2009). Sobre as reuniões internacionais sobre a temática e problemática ambiental e como elas se desdobraram em institucionalização e em legislação no Brasil, recomenda-se José Sérgio Leite Lopes (2006).

¹¹ Veremos no quinto capítulo a correlação entre o processo de privatização deste período, com a atuação da PREVI no Projeto Sauípe.

foi instituído o PRODETUR, em 1992, enquanto um programa desenvolvimentista para o turismo na região Nordeste, que tinha como proposta criar um polo de crescimento econômico, colocando aquela região no cenário internacional do turismo e, por conseguinte, o próprio país como um “exportador de espaço ambiental” (Firmiano, 2022).

No processo de institucionalização, em âmbito nacional, das ações estatais sobre a problemática ambiental, o marco inicial é a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981)¹², que proporcionou a base para o Sistema de Licenciamento Ambiental de Atividades Poluidoras (SLAP) e a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Portanto, trata-se de um instrumento importante e ainda válido, mas que já trazia no seu corpo contradições sobre a atuação do Estado. Isto salta aos olhos, no seu Art. 4, dos objetivos, no qual consta que o Estado tem o compromisso com “I – a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.” Um dos coroamentos da retomada da democracia brasileira foi a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que registra avanços da compreensão do Estado, ao incorporar, no seu Capítulo V, (Do meio ambiente) o debate sobre o meio ambiente, e assegura que ele é direito de todos, está sob a gestão do Estado, e que temos, cidadãos e governos, o dever de defender, preservar e legá-lo às gerações futuras.

Tendo em vista a ampliação da organização da sociedade civil na década perdida (1980) e a recorrente judicialização dos conflitos socioambientais¹³, cabe destacar, ainda, a Lei Federal nº 7.347/1985¹⁴, que instituiu os Direitos Difusos. Estes salvaguardam os direitos não passíveis de individualização nos âmbitos do meio ambiente, do consumidor e dos patrimônios artísticos, históricos, estéticos, turísticos e paisagísticos. Tal aporte jurídico abriu um importante espaço

¹² Através da Lei Federal nº 10.165 de 2000, acrescentaram-se à Lei da Política Nacional do Meio Ambiente os anexos VIII (Lista das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais) e IX (Valores reais devidos a títulos de TCFa por estabelecimento e por trimestre). O primeiro, a listagem das “Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais”, estabelece categorias e potenciais de risco ambiental. O turismo é elencado na categoria 19, cuja descrição contempla “complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos”, sendo classificado como “Pequeno” Potencial de Poluição, Grau de Utilização (PP/GU).

¹³ Segundo Acselrad (2014), a judicialização ocorre quando não há êxito no “consenso técnico”, que se embasa em ideário de “ganhos mútuos”.

¹⁴ O Art. 13 daquela lei instituiu o Fundo de Direitos Difusos (FDD), regulado pela Lei Federal nº 9.008/95, visando “[...] que as receitas que o compõem, oriundas de processos – judiciais ou administrativos – iniciados quando constatada a lesão a direito difuso ou coletivo, devem ser empregadas em projetos que previnam ou recomponham danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e artístico, ao consumidor, à ordem econômica, ao trabalhador, às pessoas idosas ou portadoras de deficiências e ao patrimônio público e social, de acordo com o rol constante do art. 1º da Lei nº 7.347/85.” (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/institucional#:~:text=%E2%80%9C0%20Fundo%20de%20Defesa%20de,econ%C3%B4mica%20e%20a%20outros%20interesses> Acesso em: 10 ago. 2023.

de ação, ao permitir que qualquer cidadão recorra às autoridades competentes, quando entenda que eles foram feridos¹⁵.

Destacam-se da década de 1990 três acontecimentos. Do ponto de vista institucional cabe menção à transformação da Secretaria de Meio Ambiente em Ministério do Meio Ambiente, em 1993, e à ampliação da legislação¹⁶. Por sua vez, a noção de caráter prático e de viabilidade duvidosa de sustentabilidade foi promovida pela iniciativa privada e pelo Estado, embora não se trate de um conceito ético, e sim de uma categoria política do capitalismo avançado, estando alicerçada na “[...] ideologia do desenvolvimento [que] é a ‘doxa’ por excelência do sistema produtor de mercadorias.” (Carneiro, 2005, p. 41). Ainda sobre esta década, na esteira da sustentabilidade o “mercado verde” cresceu, caracterizado pela busca por mercadorias advindas de empresas e produtores ambientalmente responsáveis¹⁷.

Zhouri, Laschefski e Pereira (2005, p 11) chamam à atenção que, a partir de 1980, os governos, tanto FCH quanto Luiz Inácio Lula da Silva, retomaram

[...] iniciativas políticas voltadas à viabilidade de projetos de infraestrutura, como hidrovias e rodovias que recortam a Floresta Amazônica, a transposição do rio São Francisco no Nordeste, o incentivo ao agronegócio (soja, cana-de-açúcar, eucalipto) no Cerrado e as hidrelétricas em vários estados da federação. Por suas consequências sociais e ambientais, esses empreendimentos lembram a tão criticada política de “integração nacional” do período militar, voltada para o crescimento econômico do mercado interno.

Avalia-se que a argumentação estatal para este tipo de crítica é circular, pois, de acordo com as referidas autoras (*idem*), seus representantes alegam que as conjunturas políticas e econômicas contemporâneas são distintas, sobretudo, valendo-se de que hoje considera-se que o desenvolvimento é sustentável, além do que o Estado visa atender às exigências de créditos das instituições internacionais e, por fim, que a integração atual é ao mercado global, portanto, não há mais isolamento no âmbito nacional.

¹⁵ Os Direitos Difusos não acarretaram prejuízo às ações populares, que datam de 1960.

¹⁶ “A consolidação institucional da maneira pela qual o governo deveria tratar as questões ligadas ao meio ambiente, na primeira metade da década de 1990, foi seguida pela atualização da legislação ambiental na segunda metade dessa mesma década. Em quatro anos consecutivos, uma importante legislação foi promulgada – Lei de Recursos Hídricos (nº 9.433 de 1997), Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605 de 1998), Lei de Educação Ambiental (nº 9.795 de 1999), Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (nº 9.985 de 2000). [...]” (Little, 2003, p. 16-17).

¹⁷ Trata-se de “produtos certificados” por boas práticas ambientais e sociais, com comunidades locais. Além da certificação nacional, há o selo ISO 14000, gerido pela *International Standards Organization*, que habilita formalmente e/ou atrai o mercado internacional de pessoas e de empresas (Little, 2003).

Os anos noventa parecem ter apontado para mudanças nos modos dominantes de apropriação do meio biofísico, com a manutenção e mesmo acentuação dos padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, juntamente com uma tendência à especialização funcional de determinadas porções do território nacional, com sua inserção seletiva nos mecanismos do mercado mundializado [...] (Acselrad, 2014, p. 28).

Ainda sobre a década de 1990, em consonância aos interesses desta investigação destaca-se o PRODETUR, que foi direcionado para o turismo do Nordeste. O Programa foi implantado em 1992, pelo Ministério dos Esportes e do Turismo¹⁸ em parceria com os bancos nacionais Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e o internacional Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos então governadores dos nove estados nordestinos. O objetivo principal era criar infraestrutura, via urbanização e saneamento básico de áreas desta região, inserindo-as no *business* do turismo mundial.

Na Bahia, em 17 de março de 1992, o Decreto Estadual nº 1.046 instituiu a APA Litoral Norte, que abrange cinco municípios e engloba uma área de 1.348 km². A justificativa explícita, que consta no corpo da ordem para sua criação, é que a implantação da Linha Verde se constituía como um indutor para o desenvolvimento econômico e social da região. Assim se fazia necessário regular o uso dos bens de natureza, que foram tratados como recursos no instrumento legal, para os seguintes fins: “[...] atividades socioeconômicas, tais como o turismo, lazer, habitação, pesca, reflorestamento, fruticultura e outras, segundo as exigências do desenvolvimento sustentado; [...]” (Decreto Estadual nº 1.046/92).

Esta perspectiva apresenta, na ordem inversa, as tomadas de decisões estatais, uma vez que a ampliação da BA-099 era para atender demandas de infraestrutura dessas atividades, considerando, ainda, que variadas atividades turísticas e o reflorestamento já eram realizados na região. Além disto, a delimitação da APA potencializou o turismo, sobretudo o imobiliário de pretensão internacional, no Litoral Norte baiano, considerado ainda a proximidade desta região ao aeroporto internacional Luís Eduardo Magalhães, aos equipamentos turísticos e às festividades de Salvador, de forma que, nas políticas públicas, a capital e esse litoral são apresentados como um espaço turístico contínuo.

¹⁸ Nos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003 a 2010), as áreas de esporte e de turismo tiveram ministérios específicos. Walfrido dos Mares Guia ocupou o cargo durante todo o período. O Ministério do Turismo segue o mesmo formato no terceiro mandato deste presidente, como também durante os governos da presidenta Dilma Rousseff e no mandato de Jair Bolsonaro.

No referido decreto, é solicitado, ainda, o plano de manejo para a APA, que foi promulgado quase três anos depois, em 21 de fevereiro de 1995, Resolução nº 1.040/95 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM) da Bahia. Neste momento, se destaca a Zona de Proteção Visual (ZPV), que determina a conservação da paisagem para os empreendimentos turísticos, bem como a possibilidade de ocupação das Zonas de Ocupação Rarefeita (ZOR) e das Zonas de Ocupação Rarefeita Especial (ZOR-E)¹⁹. Há ainda a delimitação da Zona de Urbanização Prioritária (ZUP), que reconhece a influência de impactos diretos da ampliação da BA-099, no que tange à “carência de infraestrutura” e à ocupação desordenada, e, por fim, a Zona de Comprometimento Ambiental (ZCA), que corresponde também ao reconhecimento de que já existiam áreas ocupadas, sem registro dos seus usos anteriores a essa resolução.

Ambos os instrumentos legais são prenúncios de conflitos socioambientais, seja por criminalizar condutas de territorialidades (Little, 2002) habituais às comunidades da região – como as práticas de trabalho com a agricultura, o extrativismo, a pesca etc. – seja pelos impactos do desenvolvimento e da ampliação das atividades do turismo em escala massificada, considerando que novos projetos de silvicultura passam a ser proibidos a partir da referida resolução (1995). Todavia, esses dois instrumentos de ordenamento ambiental não ocupam o imaginário social nem são pautas prementes nas falas das pessoas da região, como veremos no terceiro capítulo.

Em desdobramentos desta dinâmica ambiental das décadas de 1980 e 1990 no Litoral Norte, dois eventos se constituíram como momentos de inflexão na região, marcados por ambiguidades interpretativas pelos moradores da então APA-LN/BA, que avaliam que, apesar dos problemas, eles/os eventos, também trouxeram benesses, a exemplo do fato das pessoas da região não precisarem mais migrar à procura de trabalho. Fala-se da ampliação da BA-099 – comercialmente conhecida como a Linha Verde e emicamente como a Estrada Cicatriz – e do empreendimento do Costa do Sauípe *Resort*, que foram interpretados pelas pessoas da região como eventos e que se abordam no sentido trabalhado por Marshall Shalins (2003):

Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância, é dependente na estrutura por uma existência e por seu efeito. “Eventos não estão apenas ali e acontecem”, como diz Max Weber, “mas têm significado e acontecem por causa deste significado.” [...] E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância,

¹⁹ Estas compreendem “[...] áreas de recarga de aquíferos, terraços marinhos e fluviais, terrenos ondulados e arenosos e áreas onde ocorrem, de forma conservada, vegetação típica de regiões costeiras, relacionadas principalmente a mananciais superficiais e subterrâneos de abastecimento.” (Resolução nº 1.040/1995 do CEPRAM).

da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. **O evento é a interpretação do acontecimento e interpretações variam.** (Shalins, 2003, p. 190-191, grifo nosso).

O evento se constitui como tal, na medida em que é assim interpretado pelos membros de um determinado grupo cultural. É justamente a cosmologia do grupo que proporciona classificar um acontecimento histórico como um evento, visto que a ele é atribuído um valor de atualização da estrutura do grupo, pensando a estrutura aqui não como um sistema fechado e sim com características socioculturais duráveis, embora não imutáveis. Frente a um evento, a própria cosmologia acionada para compreendê-lo pode gerar uma inflexão, ao ponto de levá-la a uma atualização.

Este conceito e os eventos supracitados são fundamentais no fechamento teórico e metodológico desta pesquisa, pois direcionam o olhar para elaborações dos grupos sociais locais, mesmo trabalhando, primordialmente, com fontes secundárias. Eles delimitaram, junto com a instituição da APA-LN/BA, embora isto não tenha sido elaborado como um evento, a região da pesquisa e balizaram o período histórico a ser investigado.

Ao se pensar a APA Litoral Norte enquanto delimitação geográfica desta tese, dois conceitos acadêmicos são acionados: o de lugar e o de região, sendo este último, também, uma categoria administrativa, como abordado na introdução. Rogério Haesbaert (2019), Milton Santos (2020) e Paulo Cesar da Costa Gomes (2000) chamam atenção para a trajetória dual do conceito de região na geografia, alternando-se entre pujança teórico-metodológica e exiguidade acadêmica. O segundo autor (2020) destaca que a região não se aparta do todo, considerando-a, em última instância, como nacional. O primeiro (2019) salienta que, apesar do seu caráter polissêmico, é importante reconhecer o seu uso, quer dizer os seus usos:

[...] ao mesmo tempo como categoria prática, amplamente difundida no âmbito do senso comum, cotidiano; como categoria analítica, no circuito acadêmico, e como categoria normativa, na esfera, por exemplo, das políticas estatais de planejamento. Ao mesmo tempo que se distinguem, essas perspectivas se cruzam [...] (Haesbaert, 2019, p. 117).

Enquanto uma “categoria prática” do senso comum, região é abordada a partir de algum critério e/ou característica de um determinado espaço, que o diferencie do seu entorno. Ao passo que, como um conceito, região proporciona uma aproximação entre a Geografia e a Economia, que, por sua vez, gesta a este conceito uma participação mais recorrente na prática do Estado, sobretudo, para planejamento e execução de políticas públicas. Neste sentido, ele é subjacente à classificação da Bahia em Territórios de Identidades (TIs), enquanto diálogo tanto sobre

aspectos econômicos quanto identitários da geografia fenomenológica (Haesbaert, 2019). A confluência entre as distintas utilizações e campos do conhecimento é a vinculação a um espaço.

[...] a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território. (Gomes, P., 2000, p. 73).

Frente às apreciações acerca do conceito de região e sua importância para a pesquisa, avalia-se que associá-lo ao de lugar proporciona um nível de chão de fábrica/chão de terra para a compreensão das relações sociais e seus desdobramentos socioambientais, uma vez que é no(s) lugar(es), ao longo do litoral dos cinco municípios que conformam a APA-LN, que os conflitos acontecem. Esta lente analítica difere de uma abordagem do local na sua dualidade com o global, que não é o foco desta pesquisa, uma vez que se quer, a partir dos dados, predominantemente secundários, sentir a pulsação dos conflitos nos lugares que eles ocorreram. Em consonância com Milton Santos (1996, p. 143), assevera-se que o “[...] *lugar es la oportunidad del acontecer*”, portanto:

*La diferencia entre lugar y región es menos relevante que antes, cuando se trabajaba con una concepción jerárquica y geométrica del espacio geográfico. Por ello, la región puede considerarse como un lugar, siempre que se verifique la regla de la unidad y de la contigüidad del acontecer histórico. Y los lugares – véase el ejemplo de las grandes ciudades – también pueden ser regiones. Tanto la región como el lugar son subespacios subordinados a las mismas leyes generales de evolución, en las cuales el Tiempo empirizado accede como condición de **posibilidad** y la entidad geográfica como condición de **oportunidad**. A cada temporalización práctica corresponde una espacialización práctica, que crea nuevos límites y solidariedades sin respetar los anteriores. (idem, p. 145)*

Compreende-se que a abordagem de Santos (*idem*) demarca uma fluidez do tempo, enquanto história, destacando as relações estabelecidas entre a região e o lugar. Da argumentação do autor, o que aqui particularmente interessa é a abordagem não hierárquica, não geométrica, e acrescentaria, em consonância com Doreen Massey (2008), não representativa do espaço, destacando, por sua vez, a correlação entre o tempo e o espaço, que se efetiva na prática, na ação dos atores sociais.

Neste sentido, Santos (1996) e Massey (2008) têm pontos de confluência e divergência entre suas concepções teóricas de espaço, de lugar e, poder-se-ia dizer, de região. No primeiro

front, eles comungam da correlação de não graduação entre o tempo e o espaço – embora para ela (*idem*), ao longo da modernidade se instituiu uma sobreposição do tempo ao espaço. Ambos partilham de uma perspectiva de compreensão do dinamismo do tempo e do espaço. Ele, destacando a historicidade em si, e ela a dimensão política das relações. Todavia, o aprofundamento destes dois últimos aspectos leva a distintas perspectivas teórico-metodológicas no que tange diretamente a espaço, portanto, a região e a lugar:

Un subespacio es un área continua del acontecer homólogo o complementario, del acontecer paralelo o jerárquico. En todos esos casos, se trata de un acontecer solidario, que define un subespacio, región o lugar. Aquí, la noción de solidaridad es la de Durkheim y no tiene connotación ética o emocional se trata de llamar la atención sobre la realización obligada de tareas comunes, aunque el proyecto no sea común. (Santos, 1996, p. 143-144).

Destarte, para Santos (1996), o ponto de ubicação dos “subespaços”, logo do espaço em si, é a solidariedade orgânica durkhemiana, ou seja, da interdependência da divisão do trabalho social, dizendo de outra forma, as especializações do espaço. Massey (2008), por sua vez, destaca a diversidade, que poderíamos compreender como variadas especificidades, mas o elemento central de sua tese sobre o espaço é a sua dimensão política, enquanto agir social movido por conflito. Antes de adentrarmos na conceituação de lugar da autora e no papel do conflito, se faz necessário retomar a crítica dela sobre a forma como o espaço vem sendo trabalhado na modernidade e como ela o vincula à política:

Conceber o espaço como um recorte estativo através do tempo, como representação²⁰, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugá-lo. Eles nos permitem ignorar sua verdadeira relevância: as multiplicidades abertas de uma subjetividade especializada. Em grande parte da filosofia é o tempo que tem sido uma fonte de estimulação (em sua vida) ou de terror (em seu passar). Quero afirmar (e deixando de lado, no momento, o fato de que não os deveríamos separar dessa forma) que o espaço é igualmente divertido e ameaçador.

Se o tempo deve ser aberto para um futuro do novo, então o espaço não pode ser equiparado com os fechamentos e horizontalidades da representação. De um modo mais geral, se o tempo deve ser aberto, então o espaço tem de ser aberto também. Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade política. (*idem*, p. 94-95).

²⁰ A autora (2008) relata que é fascinada por mapas, que eles foram um dos motivos que a levaram a estudar geografia. Mas, como um convite, ela adverte que, ao utilizarmos mapas, devemos reconhecer o seu caráter de representação e simplificação do espaço ao qual ele se refere.

A autora (2008) não propõe a inversão, ou seja, a subjulação do tempo²¹ pelo espaço. Seu empenho é para que ambos os conceitos estejam equiparados e apresentem a vibração política da vida social. Logo, tanto tempo quanto espaço estão abertos ao devir, ao passo que ela propõe o espaço como dimensão “[...] de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de estórias-até-agora [e] [...] de uma multiplicidade de durações [...].” (*idem*, p. 49)

Pode-se pensar o espaço da APA-LN/BA a partir desta perspectiva de Massey (2008), ao olharmos do espaço perto da praia ao distante dela (ao continente), ambos sendo mediados e cortados pela BA-099. Temos as seguintes possibilidades de composição espacial. As vilas e seus aspectos socioeconômicos e culturais partilhados, como parentesco, mas que também se compõem com especificidades. As que estão situadas ao continente (distante da praia) ainda lavram a terra (Areal e Curralinho), tendo outras que funcionam como bairros dormitórios dos trabalhadores do turismo (Diogo) ou das plantações de eucalipto e pinus.

Há, ainda, a vila singular de Santo Antônio, na qual há uma praia de igual nome, situada na parte costeira do município de Mata de São João, vizinha contínua ao Costa do Sauípe *Resort*. Porção significativa das suas terras foi vendida ao Paulo Roberto Álvares de Souza, que as englobou a parte da vila de Diogo, na condição de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)²². Historicamente, esta praia abrigava sob suas areias brancas o “cemitério dos anjos”, espaço de sepultamento de crianças mortas desta e de outras vilas (Diogo e Areal). É ainda nela que homens da Vila de Areal saem para pescar, os de Santo Antônio não praticam mais este ofício.

A partir de dezembro de 2000, esta praia passou a ser utilizada pelos turistas²³ hospedados no Costa do Sauípe *Resort*. Neste sentido, parte dela passou a ter o uso por não hóspedes, especialmente os moradores, fiscalizado. Os que desejavam prestar serviços, como vendas de cangas e chapéus de praia, precisavam se cadastrar previamente. Tal *resort* proporciona ao turista um lugar com características quase que universais em padrão de

²¹ Massey (2008) chama atenção sobre como o estruturalismo e o funcionalismo, ainda que com boa intenção, ataram o tempo na sincronicidade e subjogaram o espaço ao tempo, além de congelá-lo nas representações textuais, repetindo, como um suporte do tempo. Nas palavras da autora: “Em uma tentativa de fugir da suposição de causa na narratividade, e da progressão do selvagem ao civilizado, o estruturalismo voltou-se para os conceitos de estrutura, espaço e sincronia. Em vez de narrativa, estrutura; em vez de diacronia, sincronia; em vez de tempo, espaço. [...]” (*idem*, p. 65).

²² Trata-se da RPPN Dunas de Santo Antônio, que engloba terra desta e da vila Diogo, englobando 370,72 m². Portaria nº 65/2001 Diário Oficial da União (DOU) 170-E de 5 de maio de 2001. Portaria retificadora nº 152/2001 DOU 205 de 25 de outubro de 2001. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/117/>. Acesso: 17 jan. 2023.

²³ Conferir Carlos Caroso e Núbia Rodrigues (1998) sobre os “Nativos, veranistas e turistas...”.

urbanização e serviço, um modelo de turismo de “bolha ambiental” (Boorstin, 1964 *apud* Luchiari, 2000, p. 109)²⁴.

Nesta breve descrição de lugares da APA-LN, é possível perceber o que é abordado por Massey (2008, p. 16) como a multiplicidade de durações e trajetórias e a “simultaneidade de estórias-até-agora”. Logo, uma APA, tal qual a do Litoral Norte, intersecciona variadas trajetórias através das práticas do lugar em seu dinamismo, assim os “[...] lugares colocam, de forma particular, a questão de nosso viver juntos [...] [que se constitui em] uma arena onde a negociação nos é imposta [...].” Ainda de acordo com esta autora, dois aspectos são clássicos para o reconhecimento de um lugar: a “natureza” e a “paisagem natural”²⁵. Estes, por sua vez, são acionados para definir uma região como APA e são objetos de interesse do turismo para definir os lugares para os seus empreendimentos. É fatídico que distintos interesses, multiplicidades e simultaneidades de estória-até-agora irão se cruzar em algum lugar da APA-LN e se relacionar, fazendo-se necessário lidar com as diferenças, as contradições e os conflitos.

Com relação à pesquisa sobre a região do Litoral Norte baiano, cabe destacar que nos últimos quatro anos, o NUCLEAR/UFBA vinha desenvolvendo uma investigação sobre “O desenvolvimento sustentável e a sociobiodiversidade do Litoral Norte baiano: estudo sobre impactos ambientais e sociais gerados pela indústria do turismo”²⁶, da qual também fiz parte como pesquisadora. Dentre outras estratégias metodológicas, foi realizado o levantamento das produções acadêmicas nos principais indexadores de produção científica – Google Acadêmico, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT) –, tendo por palavras-chave Litoral Norte Bahia e compreendendo o período entre 2015 e 2020.

²⁴ Esta concepção de *bolha ambiental* é amplamente utilizada por variados autores que pesquisam turismo, inclusive Urry (2000; 2004), mas o acesso ao texto original de Daniel Joseph Boorstin (1964 *apud* Luchiari, 2000) ainda é difícil. Não há no acervo da UFBA exemplar nem foi localizado na *internet*.

²⁵ Em consonância com Milton Santos (2014, p. 71), comprehende-se que a “[...] paisagem é conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. [...]”.

²⁶ Sob a coordenação da Profa. Lídia Cardel, coube ao bolsista Fabrício Cesar Couto da Silva o levantamento nos indexadores e a todo grupo, coletivamente, a apreciação do material nas suas diversas etapas, desde a leitura dos resumos, passando pela categorização da biblioteca da pesquisa no Zotero, até a escrita do artigo, que está em andamento.

Tabela 1 - Levantamento bibliográfico sobre o Litoral Norte – BA, 2015 a 2020²⁷

INDEXADOR	X	TIPO DE MATERIAL									
		Artigo		Dissertação		Livro		Monografia		Tese	
ÁREA DO CONHECIMENTO	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Google Aca. 37 (57,8%)											
Áreas de Humanas	17	41,5	4	36,4	0	0,0	1	100,0	0	0,0	
Áreas Não Humanas	13	31,7	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	1,1	
IBICT 15 (23,4%)											
Áreas de Humanas	0	0,0	3	27,2	0	0,0	0	0,0	1	1,1	
Áreas Não Humanas	0	0,0	4	36,4	0	0,0	0	0,0	7	77,8	
Per. CAPES 12 (18,8%)											
Áreas de Humanas	2	4,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
Áreas Não Humanas	9	21,9	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	
Totais 64 (100%)	41	100	11	100	2	100	1	100	9	100	

Fontes: Google Acadêmico, IBICT e Periódicos CAPES

Elaboração: Ubiraneila Capinan e Fabrício Cesar Couto da Silva.

Parte desta bibliografia da Área de Humanas foi incorporada à tese. Já os artigos foram selecionados, tendo por primeiro critério a delimitação geográfica estar situada na APA-LN e por tratarem de assuntos relevantes a esta tese, como os eventos supramencionados, conflitos socioambientais ou ainda outros, que embora não fossem restritos à APA-LN, tratavam de temas igualmente importantes para a investigação, como: turismo imobiliário, políticas públicas para o turismo etc.²⁸ Estes serão abordados ao longo do texto, cabendo menção preliminar às produções de José Célio Silveira Andrade (2008) e Andrade *et al.* (2003a, 2003b, 2003c, 2003d e 2004), uma vez que este material trata diretamente sobre conflitos socioambientais na APA-LN/BA relacionados ao Costa do Sauípe *Resort*. As dissertações e as teses foram selecionadas utilizando apenas o primeiro delimitador e serão apresentadas nesta seção.

Todavia, considerando o destaque da UFBA²⁹ nas produções sobre o Litoral Norte da Bahia, foram realizados levantamentos complementares diretamente nos *sites* dos Programas

²⁷ A publicação de Anais figurou, apenas, no Google Acadêmico e ficou alocada em Artigos, dada a similitude entre os dois materiais. Foram, especificamente, 8 na área de Ciências Humanas e 3 nas de Não Humanas.

²⁸ Publicado em 2009, anteriormente ao período do levantamento, cabe registrar o dossiê sobre o turismo no Litoral Norte baiano, da revista Série Estudos e Pesquisas–SEP, que foi composta por 16 artigos distribuídos numa apresentação e mais duas partes: APA Litoral Norte e Distrito de Açu da Torre (município de Mata de São João), sendo que nenhum deles tem por objeto o conflito socioambiental. O trabalho de Zélia Góis (2009), “Planejamento governamental do turismo”, é abordado no terceiro capítulo.

²⁹ Além da UFBA, foram identificadas teses e dissertações vinculadas às seguintes instituições: Universidade Católica do Salvador – UCSAL (Programa de Planejamento Ambiental); Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Programa de Pós-graduação em Ciências Climáticas); Universidade de São Paulo – USP

de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), em Geografia (POSGEO) e no do Núcleo de Pós-graduação em Administração (NGA). Visitou-se, ainda, as bibliotecas físicas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e a da Escola de Administração da UFBA, possibilitando a localização 2 dissertações na primeira e 1 na segunda, todas da década de 1990.

No NGA-UFBA foram produzidas duas dissertações versando sobre o turismo no Litoral Norte da Bahia, a de Carolina de Andrade Spinola (1996) e a de Patrícia Gomes Lima (2006). Essas duas pesquisas apresentam um lapso de tempo de dez anos entre as suas feituras e possuem a mesma temática, que as coloca em condição de complementaridade e as constituem documentos históricos sobre o turismo na região e na Bahia.

A primeira autora (1996) trabalha o impacto das atividades turísticas em Praia do Forte numa perspectiva analítica, pois havia, por parte do Estado, naquele momento, o objetivo de implantação de um polo de crescimento e desenvolvimento regional com base no turismo. Ela (1996) trava, ainda, uma discussão sobre o porquê de não se referir a turismo como uma “indústria”. Embora ela tenha assumido uma postura dúbia sobre este aspecto controverso e pouco discutido nos estudos sobre esta atividade, expõe e concorda com os motivos contrários à utilização de alguns autores (Molina, 1991; Boullón, 1990 *apud* Spinola, 1996), mas seguiu utilizando “indústria do turismo” no texto³⁰. Por sua vez, Lima (2006) retoma ao turismo via Ecoresort Praia do Forte, o mesmo que Spinola (1996) trabalhou, como recurso metodológico para compreender as estratégias de atração em comparação ao seu estudo de caso, centrado no “Complexo Costa do Sauípe”, uma vez que, após seis anos de sua inauguração, o empreendimento era avaliado como “elefante branco” (Zubaran, 2004 *apud* Lima, 2006, p. 22). Esta autora (2006) apresenta no texto dados relevantes sobre a gestão inicial dos acionistas deste *resort*, a PREVI e a Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Lima (2006) realiza, ainda, uma análise comparativa minuciosa entre esses dois *resorts*, numa perspectiva das Ciências Sociais aplicadas, identificando as diferenças entre estes dois negócios e, portanto, aspectos passíveis de mudanças, uma vez que, segundo a autora, o Ecoresort Praia do Forte seguia apresentando bons resultados anuais nos segmentos nacional e internacional.

Na Área de Humanas, o Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGE/UFGO tem uma proeminência em volume de pesquisas *stricto sensu* sobre o Litoral Norte baiano.

(Programa de Pós-graduação em Geografia Física); Universidade Federal de Sergipe – UFS (Programas de Pós-graduação em Geografia e em Agricultura e Biodiversidade).

³⁰ “Indústria do turismo” é um jargão amplamente utilizado nas produções sobre turismo, mas carecendo de uma definição de fato. Além dos autores supramencionados e da própria Spinola (1996), identificou-se uma discussão sobre este assunto em Margarita Barreto (1991; 2000).

Entre 2007 e 2020, foram realizadas 9 dissertações³¹ e 1 tese, todas disponíveis *online* (Conferir Apêndice B). Têm-se notícias de outras da década de 1990, como a dissertação de Lirandina Gomes Sobrinho (1998), que defendeu tese na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a publicou como livro – “Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais” como Lirandina Gomes (2014). O livro versa sobre políticas públicas territoriais, ambientais e de turismo e a produção do espaço na região em apreço, bem como aborda o turismo imobiliário. Metade das produções podem ser classificadas como predominantes da geografia física (Jean, 2017; Santos, 2017; Andrade, 2018; Santana, 2019; Villalba, 2020). A presença humana pode ser definida, sinteticamente, pela categoria antrópica, além de que estes estudos assumem uma postura de Ciências Sociais Aplicadas, indicando possíveis mudanças para reduzir os desdobramentos das variadas atividades de antropização. Neste sentido, o conflito é abordado de forma genérica e não são detalhados os atores envolvidos, nem os objetos de disputas etc. (Jean, 2017; Santos, 2017; Villalba, 2020) ou sequer foi citado como parte característica da região (Santana, 2019; Andrade, 2018).

As dissertações de Renan Lopes de Queiroz (2016), Maria de Lourdes Costa Souza (2016), Cláudia Novaes Machado (2008), Edite Luiz Diniz (2007) e a tese de Denise Silva Magalhães (2017) têm em comum o objeto central da geografia: o espaço e a temática do turismo. Renan Queiroz (2016) e Machado (2008) confluem na investigação da atuação do Estado em suas políticas públicas e na legislação, que pautam a atividade turística no processo de construção do espaço na região. O primeiro autor (2016) investiga as implicações do PRODETUR em Imbassaí e a segunda (2008), as correlações entre direito ambiental e conflitos, abordando, ainda que secundariamente, o poder político local.

No que se refere a conflito, Machado (2008) se aproxima do estudo de Diniz (2007), uma vez que a duas autoras o trabalham. Embora a pesquisa da segunda autora apresente um caráter singular frente a todas as demais da PPGGEO/UFBA, pois se trata de um estudo de caso detalhado, com dados de natureza etnográfica sobre as comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, localizadas em Praia do Forte. Diniz (2007) realizou uma investigação sobre “geohistória de resistência [destas] comunidades tradicionais”. A autora (2007) se vale,

³¹ Nas 9 dissertações referidas, as pesquisas foram realizaram nos limites da APA-LN/BA. Entretanto, o Litoral Norte foi abordado como conceito de região não vinculada à área da Unidade de Conservação em mais 2 (duas) dissertações: a de Ricardo Acácio de Almeida (2015), “Mapeamento de unidades ambientais e a evolução do uso da terra na bacia do rio Punhaí - Litoral Norte (BA)”, e a de Mayara Michella Sena Araújo (2009), “A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região Litoral Norte da Bahia”.

também, de matérias jornalísticas tratadas no texto como ilustrativas de acontecimentos ocorridos nas comunidades nos anos de 1989, 1995 e 2005, mas ela não informa os critérios metodológicos para a seleção nem sobre como acessou este material.

Os trabalhos de Maria de Lourdes Costa Souza (2009) e de Denise Silva Magalhães (2017) se encontram na originalidade e na criatividade metodológica. O texto de Souza (2009) apresenta uma capacidade analítica diferenciada, com uma abordagem teórica dos conceitos de horizontalidade e verticalidade, que é sustentada ao longo de toda a dissertação, em diálogo com o processo histórico da produção do espaço em Massarandupió. Além do trabalho de campo e das recorrentes entrevistas, a autora (2009) trabalhou com documentos do Ministério Público sobre os conflitos no lugar; panfletos de mobilização da sociedade civil organizada (SOS Massarandupió), análise do zoneamento da APA-LN incidente no lugar, com o projeto da fábrica da COPENER, planejada para a região na década de 1980. Também realizou oficinas e utilizou matérias da imprensa local do A Tarde, da Tribuna da Bahia e do jornal sobre naturismo *O olho nu*³², que Souza (2009) informou terem sido disponibilizadas por uma moradora da comunidade.

A pesquisa de Magalhães (2017) foi sobre lugares nos limites da primeira etapa da BA-099, a Estrada do Coco. Em sua maioria, tais lugares não fazem parte da APA-LN, exceto o da Praia do Forte, que, no sentido Sergipe, é o primeiro, na costa do município de Mata de São João, que faz parte da APA-LN. Isto, portanto, contemplou o critério supracitado para a seleção da bibliografia. A autora (2017) pesquisou o processo de urbanização nos dois lados da Estrada do Coco, objetivando compreender a fragmentação e a segregação socioespacial. Trata-se de uma tese metodologicamente criativa, com múltiplas estratégias e fontes bem articuladas, que permitem à autora confirmar seu pressuposto. Desta diversidade, destaca-se aqui o levantamento dos classificados imobiliários de venda de terrenos na região do estudo dela. Este foi realizado no acervo do jornal A Tarde³³, abarcando os meses de dezembro, janeiro e fevereiro (alta estação) e maio, junho e julho (baixa estação), nos anos de 1970, 1980, 1990,

³² O jornal “O olho nu” segue ativo no formato *online*. Disponível em: <http://www.jornalolhonu.com> Acesso em: 02 jul. 2023.

³³ Magalhães (2017) informa que realizou este levantamento no acervo do A Tarde, então disponível na Biblioteca Central do Estado da Bahia. Outrora, o governo estadual disponibilizava o acervo digital desse jornal na Biblioteca Central. Atualmente, nesta instituição é possível ter acesso apenas aos jornais impressos, que nem sempre estão em bom estado de conservação para manuseio. Neste formato também é possível acessá-los no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGH-BA). A consulta e o acesso à versão digital das edições do A Tarde só é possível na sua sede, via agendamento prévio junto ao Centro de Documentação (CEDOC) e mediante pagamento para a busca no sistema da instituição e para se obter a versão em pdf das matérias.

2000, 2010 e 2012, ao longo de anos que contemplam cinco décadas, que atestam o *boom* imobiliário e a alta valorização dos terrenos próximos à orla marítima.

No Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais existem 3 dissertações³⁴ e 1 tese, que, em linhas gerais, confluem para a grande temática dos ciclos de reprodução do capital no Litoral Norte da Bahia. Os trabalhos de Marieze Rosa Torres Sampaio (1990) e de Golde Maria Stifelman (1997) foram realizados em momentos cruciais de inflexão do capital na região, através do “reflorestamento” e do turismo de *resort*, respectivamente. Além disso, tais eventos foram trabalhados pelas autoras nas ocasiões em que eles estavam acontecendo.

A pesquisa de Sampaio (1990) é crucial para se pensar tanto como o capital busca se reproduzir na região à época (do “reflorestamento” à tentativa de implantação de uma fábrica de celulose), quanto para compreender como o Estado se porta de forma recorrente diante de políticas desenvolvimentistas de ocupação da região, com atividades produtivas, e, propositalmente, desconsiderando os grupos sociais locais e seus *modus vivendi*. Este, outrora, poderia ser definido de forma segura como camponês, com territórios e territorialidades de água (mar de dentro e de fora, rios, lagoas, mangues) e de terra, que se constituíam no ambiente de suas práticas de trabalho e das mais variadas vivências das suas cosmologias, em plena interação e dependência com a natureza, seus bens e seus ciclos. Sampaio (1990) investigou a formação dos atores sociais frente à tentativa da Copene Energética SA (COPENER) de implantar uma indústria de celulose em Massarandupió, bem como isto estava relacionado à reestruturação do espaço na região, em sentido amplo, devido ao zoneamento do Litoral Norte como Distrito Florestal (DF-LN)³⁵ pelo Governo do Estado, na segunda metade da década de

³⁴ Localizou-se apenas o resumo da dissertação de Rosa Lorenzo (2011), que versa sobre os desdobramentos do turismo sobre a população de Porto de Sauípe, que, como veremos, foi também o local de trabalho de campo de Golde Maria Stifelman (1997), mas não se conseguiu acessar nem a sua monografia em antropologia (Lorenzo, 1995), que teve por objeto o impacto do turismo em Praia do Forte.

³⁵ Ainda sobre o maciço de eucalipto implantado no Litoral Norte, via política de reflorestamento do Estado, sugere-se a monografia do Centro Mineiro de Estudos e Pesquisas sobre Florestas e da Sociedade Civil Irmãs da Santa Cruz, intitulada “Os ‘fracos’ e os ‘avessos’: formas de resistência social no Litoral Norte da Bahia (uma análise de conflitos entre os projetos da pequena produção e da agroindústria florestal)”. Esta publicação é de 1997, mas a pesquisa de campo foi realizada em 1995, posterior à ampliação da BA-099 e anterior à construção do Costa do Sauípe *Resort*, sendo realizada por Carlos Wagner Costa Machado, Múcio Tosta Gonçalves e Rodrigo Speziali de Carvalho. Trata-se de um relatório monográfico, embasado em uma revisão sobre o tema e sobre a região, além de conter dados primários, sobretudo, entrevistas. Através destes, é possível constatar a pressão territorial sofrida pelas populações das vilas com os maciços de eucalipto e os desdobramentos nas suas práticas de trabalho, sobretudo, na agricultura. Dentre os itens identificados, mas que não foram aprofundados, os autores chamam a atenção para “[...] a nova organização social do espaço, principalmente em função da introdução de restrições legais [a APA/LN foi criada em 1992] e da definição da região como ‘polo’ turístico, [o planejamento e articulações para o então Projeto Sauípe começam no início da década de 1990] tema também mencionado mas que merece um maior aprofundamento, uma vez que essa parece ser a questão principal que direcionará os conflitos sociais espacial e ambientalmente referidos no Litoral Norte da Bahia.” (1997, p. 1) Ou seja, os referidos autores avaliam que o turismo, como já estava sendo postulado naquela época, gestaria conflitos socioambientais.

1970 (*idem*, 1990). A autora (1990) conclui que ocorreram mudanças na estrutura fundiária da região e na organização socioeconômica e cultural da sua população, devido ao “plantio homogêneo e em larga escala de espécies exóticas” de pinus e de eucaliptos (Gonçalves, 1997, p. 2). Este foi o único estudo que se identificou com a análise sobre um IEIA-RIMA, o que demandava a implantação da referida fábrica, que, por sua vez, foi negada, porque, dentre outros motivos, a região já estava sendo trabalhada para se constituir em um polo de desenvolvimento do turismo³⁶.

No final da década de 1990, Golden Maria Stifelman (1997) realizou uma etnografia no exato momento da implantação do então Projeto Sauípe pela Odebrecht e acompanhou de perto, em variados momentos, os acontecimentos do processo de desapropriação das terras e do modo de vida da população de Sauípe, tal qual Sampaio (1990). O texto dela tem a vivacidade e o sabor de uma etnografia, ao mesmo tempo em que é duro, por apresentar o desmantelamento da cosmologia, das territorialidades e, destacadamente, das práticas de trabalho, o que nos remete, guardando as devidas proporções, à etnografia de Bourdieu (1979) sobre “O desencantamento do mundo” na Argélia, então colônia francesa, que impunha estruturas econômicas e temporais Ocidentais, desestruturadoras do mundo argelino. O contexto socioeconômico e cultural relatado por Stifelman (1997) é o do segundo evento que se trabalha nesta tese. Não há dúvida de que o turismo implementado em Praia do Forte por Klauss Peter inaugurou uma nova e definitiva mudança desta atividade econômica na região, mas é um fato que o Projeto Costa do Sauípe inicia uma nova fase do turismo massificado dos *resorts all inclusive*, sendo o primeiro no país e, portanto, servindo como modelo nacional (Souza, Matias, Selva, 2016).

A tese de Diana Anunciação (2016) apresenta uma densa discussão teórica sobre migração e memória, um tema bastante original, que tem o Litoral Norte da Bahia como campo. Anunciação (2016) pesquisou como estes vêm ocorrendo na comunidade rural de Curralinho, município de Mata de São João. A autora abordou o processo migratório advindo de dois ciclos do capital na região: o DF-LN e o turismo massificado. Neste sentido, é possível acompanhar, através tanto da memória quanto de dados etnográficos, o processo de agudizamento do “desencantamento do mundo” camponês, quase vinte anos depois do que foi relatado por Stifelman (1997).

³⁶ Mariese Sampaio fez parte da equipe de profissionais vinculados ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA, contratada como consultoria pelo CRA para avaliar o referido EIA/RIMA. Identificou-se a atuação de Mariele Sampaio, também, como membro da equipe técnica da ECOPLAN no EIA/RIMA do então Projeto Sauípe.

Das publicações recentes sobre o Litoral Norte, cabe destacar dois livros vinculados ao já mencionado Convênio CAPES/COFECUB. O “Praia do(s) Forte(s): onde os fracos lutam para ter vez” é fruto do pós-doutorado em Ciências Sociais de Francisco Matos Brito (2018). Trata-se de uma pesquisa de grande fôlego, que aborda a sócio-história da região, se aprofundando no caso da Praia do Forte, sendo trabalhado, desde a cadeia sucessória do imóvel, até a inserção deste lugar no turismo internacional por Klaus Peter, na década de 1970. Este se valeu tanto de uma legislação ambiental quanto do aporte do Estado baiano para realizar tal empreendimento. Brito (2018) analisa este processo de mudanças até os desdobramentos mais recentes, os conflitos estabelecidos com as comunidades do lugar, destacadamente, as remanescentes de quilombo Tapera, Pau Grande e Barreiro, que também foram pesquisadas por Diniz (2007)³⁷.

Como culminância dos cinco anos de pesquisa do convênio supracitado, foi publicado o trabalho “Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia: diálogos interdisciplinares”, organizado por Lídia Cardel *et al.* (2016). Partilhando o mesmo campo de investigação, pesquisadores dos mais diversos campos do conhecimento (sociologia, antropologia, educação e biologia) produziram um conjunto de estudos interdisciplinares sobre o Litoral Norte da Bahia, que confluem na apreensão das relações das populações locais com a natureza, enquanto um bem comum, ainda que, em alguns aspectos e/ou em algumas localidades, isto tenha sido possível através da lembrança, da memória social dos grupos.

Ainda acerca do levantamento bibliográfico dos estudos realizados sobre a APA-LN/BA, cabe registrar a monografia de Liana Neves Salles do Nascimento (2010), que trabalhou os impactos do turismo na Vila Sauípe, Mata de São João. A pesquisa foi realizada através de trabalho de campo e entrevistas com as pessoas do lugar e com uma técnica do órgão ambiental do Estado da Bahia. Esta investigação contribuiu para a análise do impacto no “Pinicão”. A autora (2010) também relata o processo de mudanças nas práticas de trabalho outrora realizadas, quando havia acesso livre a terra. Destaca-se, ainda, o detalhamento do impacto do esgoto do Complexo Costa do Sauípe na lagoa, contaminando-a e deixando-a imprópria para a pesca e para o lazer, bem como o cercamento das terras, impossibilitando o extrativismo de mangaba e de piaçava, que, por sua vez, gestava um aumento da concorrência e da pressão nas áreas ainda disponíveis.

Por ora, registra-se que esta tese visa contribuir para as pesquisas sobre a região, detidamente, na compreensão de seus conflitos socioambientais, por meio de fontes

³⁷ Ainda sobre Praia do Forte, identificou-se na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) a monografia em Ciências Sociais de Danilo Henrique Oliveira Silva (2021), “O fenômeno turístico em Mata de São João – BA: olhares sobre Praia do Forte”.

secundárias, das quais não se identificou a utilização combinada em outros trabalhos. Neste sentido, a presente investigação também não está situada em apenas uma vila/comunidade, ela abarca a região estabelecida pela política de UC como APA-LN/BA. A metodologia, detalhada como última seção deste capítulo, foi constituída de forma diversificada em volta do objeto e tomando como referências basilares os *eventos* de inflexão mais recentes já mencionados.

No que tange ao levantamento nos jornais, esta pesquisa se aproxima da também realizada por Magalhães (2017), mas se distingue pelo tipo de material pesquisado (matérias jornalísticas) e por ter sido realizada visando contemplar o nosso objeto, em veículos de imprensa local e nacional, abrangendo três décadas de registros. Stifelman (1997) e Sampaio (1990) utilizaram o EIA/RIMA em suas pesquisas. Todavia, a primeira autora (1997), em consonância com seus objetivos, descreve dados referentes à composição do então Projeto Sauípe, mas não analisa o documento em si. Sampaio (1990) analisa o EIA/RIMA e a movimentação dos atores sociais frente ao empreendimento da fábrica de celulose da COPENER. Neste ponto, as nossas pesquisas guardam semelhança, mas, igualmente, em acordo com suas propostas, nelas há uma apreensão sincrônica do conflito, sendo, à época, metodologicamente impossível uma perspectiva diacrônica. Considerando o período temporal e as várias fontes utilizadas na presente pesquisa, é possível adotar-se um ângulo diacrônico e sincrônico, de um presente muito próximo (2017).

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta tese busca estabelecer, de forma vigilante, a distinção entre conflitos e impactos socioambientais. É comum a abordagem destes dois conceitos, que também se constituem em categorias analíticas no tratamento dos dados, serem utilizados como sinônimos, como na monografia de Nascimento (2010). Se os impactos socioambientais tendem a ser oriundos de conflitos da mesma natureza, que inclusive podem seguir existindo, mesmo tendo ocorrido o desfecho mediante um impacto, nem todo conflito resulta, necessariamente, em um impacto socioambiental. A existência de conflito pode, inclusive, resultar em uma conciliação de distintos interesses sobre o objeto de disputa e evitar um impacto.

Cabe registrar, ainda, que, acerca da relação entre conflito socioambiental e turismo, destaca-se o trabalho de Maria Tereza Luchiari (1999, 2000), pois sobre este tema de estudo as autoras e os autores – Andréa Zhouri e Raquel de Olivera (2012); Andréa Zhouri, Klemens Lashefski e Doralice Pereira (2005); Henri Acselrad (2004; 2005, 2014) e José Sérgio Leite

Lopes (2006) – em Ciências Sociais no Brasil, costumam concentrar esforços na investigação de grandes obras e das atividades do setor industrial³⁸.

1.1 Análise sobre o papel do conflito nos clássicos da sociologia

O título deste capítulo é uma citação de Massey (2008), que se constituiu, de forma inesperada, numa fonte inspiradora para trabalhar a tese, no que inicialmente imaginou-se que ela contribuiria – espaço –, mas também no que não se esperava, como para pensar conflito, pois “A ‘teoria’ surge da vida” (*idem*, p. 16), pela vida e é para ela que deve voltar, na medida em que todo/a pesquisador/a deseja que seu trabalho possa contribuir para fazê-la melhor, por meio, por exemplo, de políticas públicas, via sociedade civil etc. Para isto, é *mister* existirem pesquisas conectadas e dialogando com a vida e seus antagonismos. Nesta ligação com a realidade, Massey e George Simmel estabelecem interlocução no trato teórico da vida e do conflito como elemento político inerente às relações sociais. Simmel afirma, por exemplo, que a vida é devir, que pode apresentar contingências, mas que são o fluxo e o conflito que a constituem e a constituirão sempre.

Comunga-se da perspectiva analítica de Simmel (1983, 2006, 2013), de que o conflito constitui as relações entre os indivíduos, e acrescenta-se que, entre estes e os não humanos, o conflito é parte inerente da vida. Trata-se de um pressuposto teórico que embasa a presente tese, que, por sua vez, se centra na investigação dos conflitos socioambientais no Litoral Norte nas últimas três décadas. Todavia, a compreensão do conflito como inerente ao processo de sociação básico e relacionado à busca de unidade difere completamente da naturalização da violência, sobretudo, em tempos de guerras como os que vivemos³⁹. Nesta perspectiva, Simmel,

³⁸ Sobre esta perspectiva teórico-metodológica, Gustavo Lins Ribeiro (2008, p. 111) informa, em nota de rodapé, que “Minha opção por enfocar os projetos de grande escala é de ordem metodológica. Estou seguindo a ideia de Alfred Kroeber (On human nature. *Southwestern Journal of Anthropology*, nº 11, 1955, pp. 195-204) de que é preciso estudar ‘as mais extremas expressões’ de uma série de fenômenos para melhor entendê-los. Os engenheiros militares primeiro e depois os engenheiros civis tiveram um grande papel na estruturação desse campo, a partir do século XVIII (Ribeiro, Gustavo Lins. ‘Cuanto más grande mejor? proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos’. *Desarrollo Económico*, nº 105, 1987, pp. 3-27).” Há plena concordância com esta assertiva de Ribeiro. Entretanto, cabe observar que Projetos de Grande Escala (PGE) também são realizados no âmbito *business* turístico. No Nordeste brasileiro, aqui em destaque o Litoral Norte da Bahia – foi constituído pelo Estado como polo de crescimento desta atividade, portanto, associada à concentração de empreendimentos deste segmento, com obras da construção civil (PGE) e que, para acontecerem, demandam Projetos de Infraestrutura de Grande Escala (PIGE), como a construção da Estrada do Coco e sua ampliação até o estado de Sergipe.

³⁹ A guerra mais recente e ainda em curso é a existente entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em 2022. Esta era a primeira frase desta nota, mas a história recente da humanidade a tornou obsoleta. Em 7 de outubro de 2023,

ecoando Kant (*apud* Simmel, 1983, p. 132), adverte que “[...] toda guerra em que as partes beligerantes não impõem uma à outra algumas restrições no uso de possíveis recursos, torna-se necessariamente, ainda que apenas por motivos psicológicos, uma guerra do extermínio. [...]”.

Na Sociologia clássica, três autores trabalham diretamente sobre as relações conflituosas da modernidade: Simmel⁴⁰, Émile Durkheim e Karl Marx. Os dois primeiros autores estabelecem interlocução ao trabalharem o conflito existente entre a sociedade e o indivíduo, ao passo que se afastam, quase se repelindo, quando o segundo identifica a coesão social através da solidariedade; enquanto o primeiro comprehende o conflito como um elemento de busca por unidade também interna de um grupo e entre distintos grupos. Marx, por sua vez, mantém o mesmo afastamento de Durkheim ao analisar os conflitos entre as classes sociais, mas, ao mesmo tempo, eles se aproximam ao tomar como objeto de estudo a divisão social do trabalho e ao compartilharem o entendimento de que esta é o elemento central da sociedade moderna então emergente. Entre Simmel e Marx há partilha na compreensão dos antagonismos como inerentes à vida, sendo para o primeiro um processo de sociação básico; enquanto, para o segundo, o motor da história. Como veremos, Marx (2005; 2010)⁴¹ também trabalhou

iniciou-se uma guerra entre Israel e Hamas, que se desdobrou em impactos para a população do primeiro país e para os palestinos, principalmente, os que vivem na Faixa de Gaza. Em 2022, o Talibã retomou o poder central no Afeganistão instaurando uma rotina de guerra interna silenciada pelo autoritarismo e pela violência. No rastro das consequências do processo da colonização e do imperialismo, a história do continente Africado é caracterizada por guerras civis e conflitos étnicos, religiosos, econômicos, culturais e, também, por bens de natureza, apropriados como recursos. De acordo com Ricardo Senra (2023), vários países no continente africano estão vivendo situações conflituosas ou guerras como na Burkina Faso, envolvendo regiões de dez países (Mauritânia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão, Eritreia e Etiópia); guerra civil na Somália; entre militares e um grupo paramilitar que quer tomar o poder no Sudão; entre a Nigéria e a Síria. No continente Asiático, após um golpe militar em 2021, deu-se início a conflito armado em Mianmar, além do conflito no Líbano.

⁴⁰ Trabalhar com dois autores da tríade de clássicos da Sociologia é, aparentemente, não abordar Max Weber. Entretanto, ele, como discípulo de Simmel, está subjacente a perspectiva de seu mestre, que fundamenta a compreensão que se faz aqui de conflito. Sem dúvida o conflito é um parâmetro implícito aos conceitos weberianos de ação social e de relação social, ainda, nos de poder e de dominação, todavia não se identificou uma descrição ou definição de conflito específica em sua obra. Logo, quando nesta tese se referir a conflito em Simmel se está, por extensão, tratando também de Weber. Ainda sobre tal conceito na teoria weberiana sugere-se os artigos de Perla Aronson (2008) e de David Pardo e Eliomar Nascimento (2015).

⁴¹ Todavia, segundo Guillermo Foladori (2001, p. 141) a teoria marxiana é alvo de críticas “De uma perspectiva ecológica, as críticas ao marxismo são variadas e muito sustentam-nas. [...] estas podem ser agrupadas em dois grandes temas: o das forças produtivas e o do valor. Sob o primeiro, incluir-se-iam as críticas direcionadas a mostrar que Marx considerava o desenvolvimento das forças produtivas de uma perspectiva prometéica, que tomava a natureza tão somente como um objeto a ser dominado e que, ao utilizar os conceitos de produção e produtividade, não levava em conta os prejuízos que a ação humana poderia provocar na natureza. O segundo tema inclui a crítica a Marx, por ele ignorar o papel da natureza na teoria do valor-trabalho.” Concorda-se com Foladori (*idem*) que a análise de Marx e Engels sobre o capital, embora ainda bastante atual, é, não contraditoriamente, marcada pelo seu tempo de feitura. O autor acrescenta que Marx e Engels acreditavam sim na importância da ciência e da tecnologia para alcançar o ainda mais intenso desejo de harmonia com a natureza. É possível sairmos da crise mundial sem uma virada na ciência e na ecologia? Identifica-se pelo menos em dois livros uma crítica marxiana ao processo de acumulação do capital em “O capital” (2008) e em “Manuscritos econômicos-filosóficos” (2010).

dimensões conflituosas na relação do homem com a natureza, que não foram identificadas nos outros dois autores, por meio das relações estabelecidas na acumulação primitiva e via análise do metabolismo social.

Não há neutralidade nas ciências, ao menos é indiscutível qualquer coisa neste sentido nas ciências humanas. Encontra-se em Durkheim um investigador obcecado pela forma que a coesão se estabelecia na sociedade europeia após duas revoluções no continente (a industrial e a francesa). Tomando a Divisão do Trabalho Social (DTS) como objeto de análise, ele identificou que este era um campo que gerava uma consciência comum⁴² e coesão entre os indivíduos modernos, considerando os laços sociais mais frouxos do que em períodos anteriores da história. Durkheim (2010) gestou os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica, que poderiam ser identificados, além de na DTS, na escrita e no manejo das regras, como no corpo da lei e nas sanções no âmbito do direito.

A solidariedade mecânica se dava em sociedade, com parca especialidade na DTS, na qual a consciência coletiva constituía quase que integralmente o indivíduo e, portanto, estava diretamente ligada à sociedade nos variados campos e níveis da vida. Não havendo abertura para volições e individualismo, o indivíduo estava ininterruptamente na condição de parte de um topo maior e onipresente – a sociedade. Nas sociedades modernas há a consciência coletiva, mas há, igualmente, o indivíduo enquanto uma individualidade, que por si só poderia prejudicar a coesão social, porém, via DTS, a sociedade europeia moderna gestou a solidariedade orgânica, que pode ser definida, simplificadamente, como uma ligação indireta via especialidades laborais de cada indivíduo com o todo social, como um grande organismo vivo que depende de cada parte para o bom funcionamento. Posturas desviantes, como o crime, deveriam ser punidas, o que reforçaria o empenho de cumprir com a saúde do corpo social, da mesma forma que se devem evitar os estados de anomia e convulsão presentes na história das revoluções burguesas.

[...] É o conflito um fato *sui generis* e sua inclusão sob o conceito de unidade teria sido tão arbitrária quanto inútil, uma vez que o conflito significa a negação da unidade. Uma classificação mais abrangente da ciência das relações humanas deveria distinguir, parece, aquelas relações que constituem uma unidade, isto é, as relações sociais no sentido estrito, daquelas que contrariam a unidade. Deve-se compreender, todavia, que ambas as relações costumam ser encontradas em todas as situações historicamente reais. (Simmel, 1983, p. 123).

⁴² Igualmente a Augusto Comte, Durkheim acreditava que a educação também proporcionava coesão social entre o indivíduo e a consciência coletiva. Cf. de Durkheim “Sociologia e educação” (2014) e de Comte “Reorganizar a sociedade” (s/ d).

Durkheim concentrou esforços na sua obra⁴³ para a compreensão e o fortalecimento da coesão⁴⁴. Não há uma elaboração explícita sobre conflito, mas sim o trabalho do seu oposto teórico – O que gesta e o que se opõe à coesão social? Pensando com Durkheim, não se questiona a existência de variadas possibilidades de solidariedade social, porém discorda-se deste autor, pois o consenso, quando alcançado, não é o ponto de partida das relações sociais. Pensando com Simmel, comprehende-se que o conflito é parte inerente da busca por unidade e que negar isto é o mesmo que silenciar a dimensão política das relações sociais.

Como já foi dito, tal qual Durkheim, Simmel (2006) se ocupou de compreender o conflito intrínseco na relação entre o indivíduo e a sociedade. Esta última tem inerência no primeiro, bem como a maneira como ela o contrapõe, com imposições e ações que causam estranhamento, quiçá um pesar no indivíduo. “O conflito entre a sociedade e o indivíduo prossegue no próprio indivíduo como luta entre partes de sua essência.” (*idem*, p. 84). Assim, a divergência está no posicionamento da sociedade que visa a tudo abranger e que os indivíduos sejam, apenas, os seus membros. Todavia, este tipo de conflito ocupa uma extensão menor nas formulações de Simmel, que se detém no conflito enquanto um dos elementos da sociação e como ele compõe as relações intra e intergrupos.

[...] casos de uma intensificada função unificadora do conflito. O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. [...] (1983, p. 157).

De acordo com Simmel (1983), um grupo plenamente harmonioso, em “união pura”, é empiricamente irreal. “[...] Uma certa quantidade de discordância interna e controvérsia externa estão organicamente vinculadas aos próprios elementos que, em última instância, mantêm, o grupo ligado; isso não pode ser separado da unidade da estrutura sociológica [...]” (*idem*, p. 126). Todavia, o autor (*idem*) adverte que os conflitos não produzem a “estrutura social”, eles, tão somente, cooperam com seus processos unificadores. Cada grupo se distingue pela extensão e por quanto de hostilidade ele suporta entre os seus membros. Segundo o autor, os grupos, da

⁴³ Da obra de Durkheim, destacam-se: “Da divisão do trabalho social” (2010), “O suicídio” (2005), “As regras do método sociológico” (2001) e a já citada “Educação e sociedade” (2014).

⁴⁴ Como a teoria nasce da vida e para ela volta, num movimento circular, que também pode ser elíptico – as revoluções científicas de que nos falou Thomas Kuhn (2006) –, que sempre é política e não exclusiva ao ambiente acadêmico, ela se conecta com a seguinte fala, que se identificou na leitura de Henri Acserald (2014, p. 93) “[...] Um ex-presidente do Chile, em 2003, ecoou: Um país sem coesão social é conflitivo. Um país conflitivo não é competitivo. Para competir no exterior se faz necessária a coesão social.” A informação foi colhida pelo autor na Folha de São Paulo 17/8/2003 p. A27.

família ao Estado, utilizam dois métodos para lidar com as contendas internas: a solidariedade orgânica e o isolamento. No primeiro tipo, “[...] o todo supre os danos dos conflitos parciais [...]” e no segundo, “[...] o todo se preserva de tais danos [...]” (*idem*, p. 143), sendo vital a escolha ou a combinação do método mais adequado ao grupo em cada ocasião.

Neste sentido, retorna-se a pesquisas desenvolvidas por mim no mestrado, acerca das comunidades quilombolas de Rio de Contas, que eram coalhadas por conflitos internos, ritualizados com base no catolicismo rural – a exemplo do pedido de bênção dos mais novos para com os mais velhos e tratamento formal e respeitoso entre estes – e por Anunciação (2016), sobre os conflitos internos entre os nativos e os chegantes na comunidade de Curralinho, no Litoral Norte, além de tantas outras sociografias e etnografias sobre o campesinato brasileiro, das quais cita-se, como exemplo, a realizada sobre a comunidade Ponta de Matos, litoral da Paraíba, por Simone Carneiro Maldonato (1993) – “Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima”.

[...] O poder unificador do princípio do conflito não surge com mais força em nenhum outro caso do que quando produz uma associação temporal ou real em circunstâncias de competição ou de hostilidade. Sob certas circunstâncias, o contraste entre o antagonismo habitual e a associação momentânea com propósitos de luta pode ser tão agudo que é precisamente a profundidade de hostilidade mútua das partes que produz a causa direta de sua aliança. [...] (Simmel, 1983, p. 160).

Se o conflito é elemento intrínseco à sociabilidade do intragrupo no campesinato brasileiro, como asseverado por Simmel (1983), é inegável que ele também seja uma constante na história deste grupo social nas relações intergrupos, pelas mais variadas motivações – como o de fricção interétnica (Oliveira, 2006) –, mas comumente tendo como pano de fundo o capitalismo avançando, promovendo novos cercamentos (Federice, 2022), via diversificadas expulsões de vida das pessoas e do meio ambiente (Sassen, 2016).

Neste sentido, a citação de Simmel, quando direcionada para se pensar comunidades campesinas – tais quais as vilas da APA-LN –, espelha os conflitos socioambientais vividos por elas nas relações com outros grupos, tendo como contexto as políticas desenvolvimentistas dos governos de direita ou de esquerda no Brasil. Nestes casos, o próprio Estado, que deveria salvaguardar os direitos de todos os cidadãos, é o outro – o conflitante – que atua por meio de contendas envolvendo o capital, como via de expansão do turismo na região em apreço. Nessas ocasiões, no intragrupo, os “antagonismos habituais” são subsumidos pela premência de defenderem suas cosmologias, seus territórios de terra e de água (lagoa, rio, brejo, mangues, mares e de mar de dentro e de fora) e o ideário sociocultural da terra e os bens da natureza como

um patrimônio a ser legado às futuras gerações do grupo. Em sua etnografia, Golde Maria Stifelman (1997) registrou o momento exato de construção do empreendimento Costa do Sauípe, ocasião caracterizada por conflito entre a Odebrecht e a vila Sauípe, que se mobilizou para o enfrentamento e, para tanto, suspendeu os dissensos internos.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. [...]

A sociedade moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que já existiram no passado. (Marx, 2010, p. 40).

Se compreendermos o conflito como etapa de uma possível “guerra” entre as classes, especificamente como a luta entre elas, pode-se inferir que este recurso analítico compõe partes centrais da teorização de Marx sobre o capital. Como consta na citação acima, para ele, a luta entre grupos opostos é uma constante na história de todas as sociedades, variando a configuração e as justificativas para a dominação de uma classe sobre outra. Neste ponto, Marx se aproxima de Simmel, por ambos avaliarem que o conflito é uma constante nas relações, mas, ao mesmo tempo, se distanciam, na medida em que Marx se concentra na análise do conflito intergrupo, fundado em base econômica, enquanto Simmel o trabalha também em outros níveis (entre o indivíduo e a sociedade e no intragrupos) e como princípio básico de sociação, portanto, não restrito à esfera material de produção da sociedade.

Como é de domínio público, o capítulo de “O capital”, dedicado à classe social (capítulo LII do livro 3), é inacabado e composto por apenas duas páginas. Cabe aqui retomar um aspecto, que segundo o referido autor, compõe a configuração da sociedade moderna, que é comumente negligenciado, pois o marxismo concentrou-se em somente duas classes: burguesia e proletariado. Entretanto, Marx aborda uma terceira classe além destas duas, que juntas “[...] constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção.” (Marx, 2005, p. 1163). Marx se refere aos proprietários de terra, que têm por fonte de receita a renda da terra. Esta classe social detém não só a terra em si, como também tem acesso aos bens da natureza, que são vistos como meros recursos de propriedade individual, não como um bem, e menos ainda como um bem comum. Tal qual ocorreu no processo de acumulação primitiva estabelecido pelas classes dominantes, como no que segue em curso,

onde a terra, os bens da natureza e as relações comunais, estabelecidas historicamente pelo campesinato, costumam ser alvo de conflitos socioambientais.

A acumulação primitiva original da formação do capitalismo permite pensar sobre como este processo de transição entre as classes sociais, que passou a vigorar na modernidade, foi pautado em conflitos não restritos às terras, como comumente se centram as análises marxistas ao fazerem referência, sobretudo, ao cercamento de terras na Inglaterra (Polanyi, 1980). Tal qual um rizoma, a acumulação primitiva se propagou em direções múltiplas, sob a justificativa ideológica de base religiosa (o cristianismo), quando o processo de acumulação se lançava no além-mar se valendo de: pilhagens fora da Europa⁴⁵, massacre e escravização; transformação da dívida pública em títulos vendáveis; tráfico negreiro; extração dos bens da natureza das colônias (como ocorreu com o pau brasil, aqui); emprego da mão de obra infantil na indústria inglesa, sem qualquer regulamentação; moderno regime tributário e protecionista etc. Trata-se de algumas das variadas estratégias da acumulação capitalista original, que permite perceber o potencial de ação do capital e antever algumas das formas contemporâneas de acumulação, sem perder de vista que algumas das primeiras seguem sendo usadas, como a escravidão⁴⁶.

A propriedade comunal (isto é, as terras comuns), absolutamente diversa da propriedade da Coroa ou do Estado, da qual falamos, era uma velha instituição germânica que continuou a existir sob cobertura feudal. Conforme vimos, a violência que se assenhoreia das terras comuns, seguida, em regra, pela transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. Mas, então, o processo se efetivava por meio da violência individual, contra a qual a legislação lutou em vão durante 150 anos. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. (Marx, 2005, p. 838)

O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram nessa “limpeza”. Conforme vimos anteriormente, ao descrever as condições modernas em que não há mais

⁴⁵ O “[...] resultado do estabelecimento de um mercado de trabalho é perfeitamente aparente nas regiões coloniais de hoje em dia. Os nativos são forçados a ganhar a vida vendendo o seu trabalho. Para atingir essa finalidade, suas instituições tradicionais têm que ser destruídas e impedidas de se reformularem, pois, em regra, o indivíduo numa sociedade primitiva não se vê ameaçado de inanição, ao menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante. Sob o sistema de terra kraal dos cafres, por exemplo, ‘a miséria é impossível: quem quer que percorrer o menor risco de ficar faminto’. [...] É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado e, ao mesmo tempo, menos econômica. De forma irônica, a contribuição inicial do homem branco para o mundo do homem negro consistiu principalmente em acostumá-lo a assentir o aguilhão da fome. Assim, o colonizador pode decidir cortar as árvores de fruta-pão a fim de criar uma escassez artificial de alimentos, ou pode impor uma taxação sobre a cabana do nativo, para forçá-lo a permitir o seu trabalho. Em ambos os casos o efeito é similar ao dos cercamentos da época Tudor, com sua esteira de hordas errantes.” (Polanyi, 1980, p. 167-168).

⁴⁶ Sobre o trabalho análogo ao escravo no Brasil, conferir o livro de José de Souza Martins “A fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” (2009). Entre 1998 e 2007, ele foi membro da junta de curadores do fundo voluntário da ONU contra as formas contemporâneas de escravidão.

camponeses independentes para enxotar, a limpeza prossegue para demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não encontram mais na terra que lavram o espaço necessário para sua própria habitação. (*idem*, p. 842)

No que tange ao processo de acumulação via expropriação da terra, na citação acima é possível constatar a violência física via expulsão (Sassen, 2016) das pessoas de suas terras comunais, e a simbólica através da limpeza de territorialidades e da memória coletiva (Halbwachs, 2006), delas com os seus lugares, com seus territórios. Em ambos os estágios de apropriação, a lei, portanto o Estado, respaldava a ação. Hoje, grupos inteiros seguem sendo expulsos de suas propriedades comunais/seus territórios ainda, para a implantação de pastagens, mas também para tantas outras formas de apropriação das terras e dos bens da natureza: indústria, plantações de maciço de eucalipto e pinus; extração de energia e combustíveis (petróleo, eólica, pré-sal etc.); monocultura (cana de açúcar, soja, laranja, milho etc.), pelo turismo (imobiliário, massificado, eco etc.); legislações ambientais preservacionistas etc.

[...] O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (Marx, 2005 p. 64-65).

Os valores-de-uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraindo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc., resta sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem, oferece. O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra. (Marx, 2005, p. 65).

Se o homem é impedido de exercer a mediação com a natureza, devido ao açãobarcamento das terras, ainda segundo este autor (*idem*), isso resulta no fato do indivíduo não conseguir mais prover a sua subsistência, sendo forçado tanto a vender sua força de trabalho quanto a comprar tudo o que precisa. A base de apropriação de lucro e acumulação de riqueza do capital está no ser humano, na apropriação da sua força de trabalho e na natureza, via apoderar-se da terra como propriedade privada e dos bens da natureza como recursos.

Neste sentido, o capital implanta uma mediação controlada entre o homem e a natureza, o controle está nos meios de produção (burguesia) e na propriedade da terra (proprietário de terra). O trabalho assalariado é apresentado ao indivíduo como uma recompensa para as perdas materiais e simbólicas com a tomada, ainda que legal, das terras, diga-se, das terras comunais de um grupo.

Se olharmos para a literatura sobre o Litoral Norte, no último século, isso ocorreu na região com a implantação do Distrito Florestal Litoral Norte (DFLN). Isto foi registrado por Sampaio (1990) e por Anunciação (2016) e também veio com o turismo e seus empregos sazonais e com a expectativa da demanda de artesanato pelos turistas. Cabe ainda problematizar o próprio processo de despolitização dos conflitos durante a feitura do EIA/RIMA, que, via um tratamento tecnificado, apresenta os empreendimentos como uma oportunidade de ganhos mútuos (Acselrad, 2014).

Neste ponto, segundo o que se informou que seria abordado sobre a teoria marxiana, cabe registrar que há uma divergência de traduções de “O capital”. Na realizada para a editora Civilização Brasileira (2008), tem-se a perspectiva da relação do homem com a natureza, como registrado até agora aqui, ou seja, como um processo de “interação”. Na tradução realizada para a edição da Boitempo (2011), isto é nomeado como “metabolismo”, “metabolismo social”. De acordo com Guillermo Foladori (2001), havia uma intencionalidade por parte dos autores ao utilizar metabolismo, uma vez que

O termo “metabolismo” não é gratuito, mas tem sua origem nas ciências naturais e busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural.

[...]

Segundo Foster, o termo metabolismo era utilizado pelos fisiólogos alemães durante os anos de 1830 e 1840 para se referir aos intercâmbios materiais no interior do corpo e com relação à respiração. No início de 1840, Liebig estende seu significado para considerar a degradação dos tecidos [...]. (Foster, 1999, p. 159 *apud* Foladori, 2001, p. 106-107).

O trabalho, como parte do comportamento humano, é intrínseco a um contexto de metabolismo social, ele é compreendido como o elemento de comunicação no metabolismo entre o homem e a natureza, pois é através dele que “[...] o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. [...]” (Marx, 2011, p. 328), para além do trabalho assalariado, que gera bem de uso apropriado pelo capital como bem de troca.

Com a preponderância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. [...] (*idem*, p. 702)

Quando se lê “urbana”, se subentende o processo de industrialização que foi consorciado com o cercamento de terra, que gerou uma leva de camponeses para as cidades (êxodo rural) em busca de condições de vida, então não mais mediadas pelo trabalho com a natureza (metabolismo), mas pela venda da força de trabalho para outro (trabalho assalariado). Neste cenário, há um distanciamento do então trabalhador da natureza. Por sua vez, o homem se aproxima da natureza via a busca por controlá-la como fonte de recurso (matéria-prima) para a produção de mercadoria e de valor de troca. Assim, tanto o trabalhador quanto a natureza são exauridos pelo capital, na busca constante por obter e maximizar o lucro. Concorda-se com Bruno Latour (2013), ao mencionar que, no séc. XIX, além deste sistema econômico, a ciência estabeleceu a *doxa* de separação entre homem/cultura/sociedade e natureza, cabendo ao primeiro dominá-la, de acordo com os interesses que lhe conviessem.

Neste sentido, o espaço da região da APA-LN/BA, com suas paisagens e belezas cênicas, vem sendo apropriado pelo capital, como mercadoria a ser vendida nos mais variados formatos pelo turismo, como segunda residência (turismo imobiliário) ou como uma viagem para um *resort* (turismo massificado), para a realização de um evento esportivo (turismo de evento) ou uma conferência de uma empresa (turismo de negócio). O lugar pode servir como palco para a realização de *shows* ou festivais musicais. Em termos temporais, pode ser vendido por diárias num hotel, como também por uma temporada em uma propriedade compartilhada⁴⁷. Ou seja, o turismo operacionaliza o mesmo lugar para um vasto leque de gostos e de poder aquisitivo, pois busca gestar produtos passíveis de serem adquiridos por uma ampla gama de consumidores e, sobretudo, está operacionalizando, constantemente, o lugar como uma mercadoria. Os turistas vão consumir o produto comprado em *lócus*, o que permite pensar em consonância com Massey (2008), Simmel (1983) e Marx (2005; 2011), que neste contexto de consumo do e no lugar, acontecerá algum nível de conflito entre o empreendedor e/ou o Estado e a população da região, entre grupos distintos desta população, entre esta e os turistas e, ainda, entre o homem e a natureza.

Pensando com John Hannigan (2009, p. 26), pode-se avaliar que os dois últimos parágrafos apresentam uma síntese do conceito marxiano de rixa metabólica “[...] o estranhamento de seres humanos do mundo natural do solo, [ocorrendo,] paralelamente o

⁴⁷ Propriedade compartilhada é a venda de fração da propriedade, o que vem sendo propagado pelo turismo imobiliário para a venda de empreendimentos de luxo. Os dias de ocupação da propriedade durante o ano são divididos, assim como os custos com a manutenção, os prestadores de serviços e os impostos. Em síntese, uma mesma casa pode ser vendida 12 vezes, podendo os proprietários variarem em igual número ou menor, pois uma mesma pessoa pode adquirir mais de uma fração da propriedade. Este seguimento desdobrou-se no que operacionaliza trocas de estadias em imóveis igualmente de luxo.

estranhamento dos trabalhadores do seu labor que foi atribuído à mesma fonte – o capitalismo.” Pode-se concluir que, na teoria marxiana, o conflito é um aspecto intrínseco à luta de classe, que, por sua vez, reverbera no metabolismo social, do homem com a natureza, considerando o *modus operandi* do capitalismo, que leva o equilíbrio metabólico a se constituir numa rixa entre o homem e a natureza.

No contexto brasileiro contemporâneo, pelo desenho teórico-metodológico da classe social e o uso do jornal como fonte, cabe destaque à pesquisa sobre conflito socioambiental de Frederico Daia Firmiano (2019). Ele realizou um estudo sobre estes conflitos em Minas Gerais, que é o estado brasileiro com o maior número de barragens de mineração. O levantamento dele foi o único em que se identificou o trabalho com matérias divulgadas pela imprensa (jornais, sites etc.) para esta problemática. O autor informa que aderiu à seguinte perspectiva teórico-metodológica para categorizar os conflitos identificados nos jornais: “Adotamos como critério a persistência no tempo para classificar os conflitos, sendo eles, exclusivamente, aqueles que envolvem classes sociais em oposição [...]” (*idem*, p. 142). O autor segue explicando seu último critério, uma vez que para ele não interessam os conflitos intraburgueses nem entre trabalhadores, pois a sua compreensão é de que os conflitos se operacionalizam “[...] por aqueles que detêm o controle das condições elementares da reprodução social [...]” (*idem*, p. 142).

Na presente pesquisa, se faz uma escolha teórica diferente, uma vez que se parte do suposto simmeliano de que o conflito é intrínseco às relações sociais entre grupos distintos, mas também, dentro de um mesmo grupo. Com isto, não se pretende negar que os conflitos socioambientais se vinculam, comumente, às movimentações do capitalismo avançado e aos seus multifacetados interesses e representantes. Entretanto, para além do posicionamento teórico analítico, o *corpus* diversificado desta pesquisa – neste ponto, especialmente, o documentário Linha Verde: estrada cicatriz (Linha, 2008) – proporciona a apreensão de conflitos entre pessoas do mesmo grupo social, se pensarmos, apenas, em termos de classe.

Todavia, visando reverberar a voz destas enquanto agentes sociais e, portanto, com classificações e organizações que não cabem em um único conceito, trabalhar-se-á, também, com as categorias analíticas de estabelecidos e *outsiders* de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Estas foram desenvolvidos pelos autores em uma pesquisa sobre um bairro na Inglaterra, situado nos arredores de uma zona industrial e que era composto por três ruas. Nestas moravam famílias com níveis de renda semelhantes, mas que viviam sociabilidades e relações de poder bastante variadas e uma intensa estratificação social, propulsora de relações

socioculturais discriminatórias, com delinquência e expulsão entre os moradores do grupo. Em linhas gerais, a comunidade se orientava por uma autoclassificação distintiva embasada na antiguidade da associação a ela. Maior notoriedade e poder eram possuídos pelas pessoas das famílias mais antigas (estabelecidos), quiçá fundadoras. O inverso ocorria com as famílias que chegaram depois (*outsiders*), que não possuíam prestígio social.

1.1.1 Conflitos socioambientais: debates contemporâneos nas ciências sociais

Elege-se afunilar a compreensão sobre os conflitos socioambientais destacando-se sua conexão com outras formas de conflitos entre o capitalismo avançado e a vida humana e não humana, via diálogo com o conceito de expulsões de Saskia Sassen (2016), desenvolvido de forma metodológica criativa e inovadora, em seu livro de igual nome. Segundo a autora (*idem*), as expulsões se constituem em um processo de reinvenção da acumulação primitiva pelo capitalismo avançado, iniciada na década de 1980, que se vale de formas anteriores, historicamente utilizadas – como apropriação de terras de pequenos agricultores, ainda que com estratégias e finalidades variadas – a criação de outras, como as hipotecas *subprimes*⁴⁸. “Hoje a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças.”⁴⁹ (Sassen, 2016, p. 21).

As expulsões se propagam na realização da acumulação primitiva, no processo técnico e legal complexo que “produz brutalidade” (*idem*, p. 13), e seguem se constituindo numa “seleção selvagem” (*idem*, p. 12) na busca por lucro, que pode embaralhar a percepção de que movimentos tão díspares são convergentes no seu disparo inicial, propósito e finalidade. Identificaram-se em Sassen (2016) nove movimentos de acumulação primitiva do capitalismo avançado: i) pobreza abjeta em todo o mundo; ii) empobrecimento das classes médias nos países

⁴⁸ Silvia Federice (2022) igualmente avalia que o endividamento da população funciona como uma mercadoria do capitalismo, como uma significativa forma de acumulação primitiva. A autora nos fala, ainda, do que ela define como os “novos cercamentos” enquanto “desenvolvimentos estruturais” do capitalismo que se caracterizam pela “[...] continuidade entre ‘programas de ajuste estrutural’ do Banco Mundial e do FMI, impostos à maior parte do antigo mundo colonial em meados da década de 1980; a transição da China comunista para o capitalismo; e o desenvolvimento da economia da dívida, permitindo à dívida individual amplificar as consequências da dívida nacional. [...]” (*idem*, 2022, p. 44).

⁴⁹ Um exemplo elucidativo, também abordado por Sassen (2016), é o mercado de carbono, que transformou em mercadoria a redução da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), que são convertidos, através de certificados – no Brasil eles são emitidos pelo Instituto Nacional de Certificação de Carbono (INCCarbono) –, em unidade de Dióxido de Carbono Equivalente (CO2e).

ricos; iii) expulsões de pequenos agricultores, pobres de terras, adquiridas por investidores estrangeiros; iv) práticas destrutivas de mineração do meio ambiente; v) pessoas deslocadas (refugiados) pelos mais variados motivos (grandes obras, guerras, desastres ambientais etc.); vi) pessoas convertidas em minorias nos países ricos e amontoadas em prisões, guetos e favelas; vii) hipotecas *subprimes* que levaram 9 milhões de famílias nos EUA a perderam suas casas, via execução da hipoteca a partir de 2008; viii) sendo a mais evidente a problemática ambiental global, com a apropriação da natureza para a produção capitalista, gerando terra e águas “mortas”; ix) novo mercado global de terras adquiridas por governos estrangeiros e empresas privadas.

[...] Vemos o começo de uma mercantilização em grande escala, o que pode levar à financeirização da mercadoria que continuamos a chamar simplesmente de terra.

A escala das aquisições de terra deixa uma enorme marca no mundo, caracterizada por um grande número de microexpulsões de pequenos agricultores e de cidades inteiras, e por níveis crescentes de toxicidade na terra e na água ao redor das plantações instaladas nas terras adquiridas. Há números cada vez mais altos de pessoas desalojadas, de migrantes rurais que se mudam para favelas nas cidades, de cidades e de economias de subsistência destruídas, e, a longo prazo, muita terra morta. (Sassen, 2016, p. 100-101).

[...]

Deixem-me enfatizar que essa trajetória se tornou a norma, e, não importa quem está comprando a terra, nem onde. Milhões de pequenos proprietários brasileiros têm sido expulsos de suas terras, que foram absorvidas por vastas plantações de soja para exportação. Os empreendedores podem ser indivíduos e corporações nacionais ou estrangeiras. Uma consequência disso é a fome em áreas onde antes havia pouca ou nenhuma, ainda que os habitantes fossem pobres: a soja substituiu o feijão, fonte de renda e de alimento para agricultores pobres. [...] (*idem*, p. 101).

Esta citação de Sassen nos faz voltar para o duplo movimento do capital na aquisição de terra, já tratado por Marx (2005), que ao expulsar os pequenos agricultores e se apropriar das terras e dos bens de natureza, o capital, *pari passu*, subordina o homem ao trabalho assalariado, quando a força de trabalho é compatível com a que se quer comprar. Isto é tão comum em nosso país, que já se tornou um exemplo clássico deste tipo de expulsão, na qual famílias camponesas são dilapidadas de suas terras patrimoniais e de seus territórios comunais para que o capital se aproprie do lugar. Uma forma recente desta apropriação, que não resulta, no primeiro momento, na expulsão dos moradores dos lugares, são os parques eólicos. Embora não se faça necessária a remoção das pessoas – o que, no primeiro momento, pode minimizar os conflitos, ao ponto de extinguí-los nesta fase – com o passar do tempo de sua implantação,

tais empreendimentos vêm gerando conflitos por causa dos impactos na saúde dos humanos e dos não humanos, resumidamente, devido ao barulho e à sombra dos geradores eólicos⁵⁰.

Indivíduos ricos e empresas multinacionais, sozinhos, não conseguiram chegar a concentrações tão extremas da riqueza mundial. Precisaram do que poderíamos chamar de uma ajuda sistêmica: uma interação complexa desses atores com sistemas reorientados a possibilitar a concentração externa. Essas capacidades sistêmicas são uma combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a permissão governamental [...]. (Sassen, 2016, p. 23).

O Brasil, tal qual como outros países periféricos, se constitui num terreno fértil a ser apropriado pelo capitalismo avançado, seja pelos bens de natureza que abriga, seja por legislações trabalhista e ambiental, progressivamente flexíveis, mas, sobretudo, por um Estado que promove a apropriação do território nacional por meio de políticas públicas que convidam o capital da pátria e estrangeiro à realização de suas atividades aqui. Para isto, o Estado opera tanto por meio de criação de infraestrutura viária, que a *priori* cabe de fato a ele, quanto a incentivos fiscais, quando não arcando com possíveis desinteresses das empresas em continuar suas atividades.

Os dois eventos, que delimitam metodologicamente a temporalidade desta pesquisa, foram desdobramentos de políticas públicas direcionadas para o turismo, especificamente, para que a região do Litoral Norte da Bahia se tornasse um polo de desenvolvimento econômico de empreendimentos turísticos de grande porte. É assim que ampliação da BA-099 foi realizada pelo governo baiano e que a PREVI foi a única proprietária, na maior parte do tempo, do Costa do Sauípe *Resort*. Ambos os eventos demandaram terras.

[...] A agricultura no sentido amplo, incluídos os cultivos alimentares e industriais, responde por 73% das aquisições que conhecemos a partir de referências cruzadas. Os restantes 27% de terras adquiridas são destinadas ao florestamento e ao sequestro de carbono, à extração mineral, à indústria e ao turismo (ver Figura 2.1). (Sassen, 2016, p. 116)

A figura citada é um gráfico sobre a compra de terras no mundo por setor, entre 2006 e 2010. A agricultura, de forma genérica como destaca a autora, segue ocupando o maior número de compras. Os 27%, por sua vez, englobam uma variedade de segmentos, dentre os quais o turismo. A visibilidade desta atividade econômica é uma exceção, mesmo em trabalhos

⁵⁰ Para aprofundamento desta problemática, conferir a tese de Janilson Alves Magalhães (2020), “Domestificação dos ventos: um estudo sobre os processos de implantação e operação do empreendimento eólico na comunidade Curral de Varas, Guanambi/Bahia”.

direcionados aos conflitos socioambientais, e como registrado na introdução, a atividade turística sequer figura como potencialmente conflitante⁵¹. Há um silenciamento. Todos os segmentos econômicos supracitados apresentam potencial para engendrarem conflitos socioambientais, gerarem impactos e legarem um passivo ambiental ao lugar onde são desenvolvidos⁵², portanto, a atividade turística demanda igual acompanhamento investigativo de caráter crítico e sistêmico.

Que os lugares embaralham uns nos outros não é novidade na história dos homens. O que é novo é a velocidade e o excesso, e o turismo contemporâneo é um dos mais representativos deste processo. Não importa se é em Ubatuba, Jericoacoara ou em Cancun – o processo é um só. No plano mais geral estamos produzindo uma sociabilidade mais híbrida nos lugares. Nas escaras locais, a sociedade está erguendo barreiras para isolar-se em tribos. (Luchiari, 1999, p. 12).

No âmbito da Sociologia brasileira, o turismo é uma temática que pouco vem recebendo investida acadêmica, mas na Geografia ocorre o inverso com as produções de Célia Serrano, Heloisa Turini Bruhns e Maria Tereza D. P. Luchiari (2000); Amalia Inês G. de Lemos (2001), entre outros e além das/os autoras/es que desenvolveram pesquisas na Pós-Graduação em Geografia da UFBA sobre o Litoral Norte Baiano, citadas/os na introdução. Tendo uma forma que abarca os dois campos do conhecimento supracitados, destaca-se a tese de Maria Teresa D. P. Luchiari (1999), pois há muito em comum entre o processo de urbanização turística no Litoral Norte do município de Ubatuba, São Paulo, e que vem sendo estudado sobre o Litoral Norte Baiano.

No Litoral Norte paulista, a expansão do turismo teve como marco a construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos), que resultou numa crescente especulação imobiliária, em mudanças na composição demográfica, urbanização desordenada e impactos na sociabilidade e na cultura local (Luchiari, 1999). Além disto, o turismo trouxe em sua prática uma lógica de expulsões, segregando social e espacialmente a população do lugar e desarticulando o seu modo de vida camponês (caiçara), pautado no território de terra e de água. Esta síntese pode, igualmente, se referir aos lugares e à população da APA/LN-BA, como a demais litorais brasileiros. O turismo é propagado como indutor de desenvolvimento econômico regional, mas

⁵¹ Identificou-se em Silvia Federice (2022) “Reencantando o mundo: o feminismo e a política dos comuns – uma referência ao turismo como impactante à política dos comuns”.

⁵² No caso específico do *resort* Costa de Sauípe, como veremos mais detalhadamente no quinto capítulo, o proprietário do empreendimento era nacional, a PREVI, e as bandeiras que operavam, em condições bastante especiais de salvaguarda do lucro, eram internacionais. Ou seja, elas não arcavam com o desgaste socioambiental do empreendimento, podendo, de acordo com o contrato, encerrar operações quando avaliassem adequado, além de receberem, mesmo quando as contas dos hotéis estavam no vermelho.

não é igualmente discutido se há um “crescimento social” para as populações litorâneas nem se discutem os passivos ambientais da atividade econômica a médio e a longo prazos, uma vez que ainda na etapa da construção civil do empreendimento já é comum ocorrer conflito socioambiental.

Compreende-se que este termo, socioambiental, não opera só como um qualificador de um tipo de conflito. Este, numa acepção conceitual, demanda caracterização para ser apreendido em sua proposição complementar ao de conflito. Little (2001, p. 88) define que socioambiental apresenta três dimensões básicas: “[...] [i-] o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais; [ii-] o mundo humano e suas estruturas sociais, e o [iii-] relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. [...]”. Eles, os ciclos naturais, sempre estiveram presentes na interação entre homem e natureza (Marx, 2005). Ao longo da modernidade, vem-se tentando silenciá-los, valendo-se, inclusive, da ciência (Latour, 1994). Porém, como nos diz Little (2004, p. 88) acerca da problemática socioambiental – “Talvez o aspecto mais novo desta temática seja a maneira que o mundo natural retorna como elemento importante nos conflitos atuais. [...]”.

Pensando a APA-LN-BA, um exemplo elucidativo desta agência não humana foi a propagação da leishmaniose em cachorros e humanos, o que foi avaliado na matéria do jornal A Tarde (29/09/1993, p. 6) como um impacto decorrente do desmatamento da região para a ampliação da Linha Verde até o estado de Sergipe⁵³. Portanto, tal situação se relaciona com o pressuposto central desta tese, visto que aconteceram conflitos socioambientais nesta região, relacionados aos dois eventos já descritos. Como este tipo específico de conflito vem sendo trabalhado na literatura? É o que será abordado a seguir.

Parto de uma definição básica de conflitos sócio-ambientais: embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *sócio-ambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico. (Little, 2004, p. 115, grifo nosso).

[...] Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico [...] (Little, 2006, p. 91).

Na primeira citação do trabalho de Little (2004), a definição do conceito é, apenas, a parte destacada, mas a continuidade do parágrafo consubstancia a compreensão do conceito de

⁵³ Este impacto será abordado no terceiro capítulo.

conflito socioambiental do autor nos dois textos. Sem dúvida, apesar do lapso temporal entre a primeira e a segunda definição, elas apresentam os mesmos referenciais em suas construções, excetuando o caráter cirúrgico da segunda. Na parte complementar da primeira, tem-se implícito o conceito de metabolismo social (Marx, 2011), que enquadra a interação entre grupos sociais/homem e seu meio biofísico/natureza. Este relacionamento ecológico (social e natural) se desloca para uma rixa metabólica, na medida em que passam a ocorrer embates entre grupos sociais, com perspectivas e intencionalidades diferentes, que disputam o mesmo meio biofísico.

Pois se considerarmos as fronteiras não substancialistas, que opõem ordens e relações sociais diferentes, veremos nos **conflitos ambientais a manifestação de contradições internas aos modelos de desenvolvimento que não se restringem exclusivamente às áreas ocupadas por populações tradicionais e povos indígenas, mas envolvem igualmente processos como os de colonização dos ambientes urbanos e a mercantilização dos sistemas vivos entre outros.** (Acselrad, 2004, p. 19, grifo nosso).

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (Acselrad, 2005, p. 26).

A parte complementar da segunda citação de Henri Acselrad (2005) potencializa, o que pareceu ser, a intencionalidade do autor nos dois textos: a ampliação do conceito de conflito ambiental, de modo a contemplar diversificadas formas empíricas. Neste sentido, tratar bases “interconectadas por interações ecossistêmicas” remonta, por exemplo, à pesquisa de Pedro Lopes (2006) sobre a poluição do ar em Volta Redonda-RJ, pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)⁵⁴. Na primeira citação, que não chega a ser uma definição de conflito socioambiental, o autor (2004) ressalta dois aspectos que merecem destaque: a correlação entre os conflitos deste tipo e os “modelos de desenvolvimento”, que abrange distintos governos, de direita e de esquerda, e embasa, igualmente, práticas da iniciativa privada e a ocorrência desta problemática no perímetro urbano. Em linhas gerais, nos dois excertos figuram as “contradições” como intrínsecas aos conflitos socioambientais entre a abordagem desenvolvimentista e os grupos. A definição de fato, no segundo parágrafo, guarda relação com

⁵⁴ O “pó preto” (micropartículas de ferro) da CSN segue, ainda hoje, sendo dispensado no ar da cidade, que ocasiona problemas de saúde, sobretudo respiratórios, aos moradores.

as definições de Little (2004, 2006), pois ambos os autores abordam as disputas entre grupos, base de qualquer tipo de conflito.

[...] As assimetrias na classificação e na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual. **O conflito eclode quando o sentido e a utilização de espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.** (Zhouri, Laschefski, Pereira, 2005, p. 12, grifo nosso)

Na parte em destaque, na citação, as autoras e o autor (2005) – Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira – trabalham os pontos centrais de um conflito, tal qual abordado por Little (2004, 2006) e por Acselrad (2005) – disputa entre grupos por um “espaço ambiental” – mas acentuam, assertivamente, a assimetria que costuma existir entre os envolvidos em contendas socioambientais. Além disto, as autoras e o autor (2005) proporcionam quatro dimensões ao conceito de conflito social, quando se valem de “território” na definição. Este revalida a espacialidade, *vide* “espaço ambiental”; acionam a temporalidade, que sempre constitui um território – enquanto um espaço da vida social e da memória coletiva –; a identidade social, que ancorada em práticas territoriais; além do que, num país pós-colonial como o nosso, tratar de território equivale a falar de poder/de relações de poder, que são intrínsecas a sua fundação, constituição, gestão, sobretudo, em momentos de conflito com outro grupo.

Por tudo que foi dito e pelo que ainda será nesta seção, a tese se funda na abordagem conceitual de conflito socioambiental de Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), sem deixar de dialogar com as contribuições específicas de Little (2004, 2006) e Acselrad (2004, 2005), ainda que com algumas críticas a este último autor, que seguem abaixo.

Sem dúvida, os conflitos não são exclusivos aos territórios de “populações tradicionais”⁵⁵. Porém esses, dependendo de suas características geográficas e condições ambientais, são alvo preferencial do avanço do capital, mobilizado pela iniciativa privada ou estatal, por pelo menos dois motivos. O primeiro deles é o estado de conservação da natureza e de seus bens em territórios orientados pelo valor de uso, e não pelo de troca. Portanto, estes lugares são espaços privilegiados de acesso a bens da natureza, com a pretensão de serem apropriados como recursos para a produção de mercadorias. O outro elemento é o relativo à “questão agrária” brasileira. Trata-se de um país que nunca realizou uma reforma agrária, que

⁵⁵ Salvador comporta uma fábrica de cimento no bairro conhecido em Salvador como “Brasilgás”, que faz referência a uma região entre a BR-324 e Porto Seco de Pirajá, que é, também, endereço residencial de famílias.

abraça campesinato e povos originários diversificados em sua trajetória histórica, étnica e em relação ao meio ambiente circundante. Estes, na maioria das vezes, têm apenas a posse de seus territórios, que os colocam na posição de alvos legalmente fáceis e, portanto, passíveis de serem expulsos pelo capital, nas suas variadas faces e distintos interesses econômicos.

[...] Existem centenas de grupos que continuam ganhando sua subsistência por meio de formas não-industriais de adaptação, e mantendo uma relação direta com o ecossistema onde vivem. Estes grupos – que incluem camponeses, povos indígenas, pastorais e populações extrativistas, como pescadores, caçadores e coletores – têm sido denominados povos de ecossistema, porque ganham sua sustentação por meio da exploração direta do ecossistema que os circunda. Por outro lado, os trabalhadores fabris, os empresários e outros grupos urbanos – denominados povos da biosfera – têm como ambiente de exploração direta toda a biosfera graças às altas tecnologias disponíveis. (Little, 2004, p. 95).

Esta citação proporciona um certo descentramento sociocultural, ao convidar o leitor a pensar ou relembrar que existem inúmeras possibilidades de usos e de atribuição de significados sobre o meio ambiente e a terra. Isto parece óbvio para um leitor especializado no assunto, e de fato é, mas não para os que estão fora do campo técnico do debate.

Neste sentido, quando os povos da biosfera se encontram com os povos do ecossistema, tendem a impor as suas perspectivas através da criação de um consenso de embasamento técnico ou se valendo da força e da violência⁵⁶. Estes últimos, pelo histórico de confrontamentos que conformam a história agrária, política e econômica brasileira, aprenderam a resistir e a se organizarem como “sociedade civil”, a negociar e, sobretudo, a lutar. Decerto, nestes encontros, há um embrião de um conflito socioambiental, uma vez que se fala de atores sociais em campo, sem deixar de mencionar outros tipos de agentes, que Latour (1994) nos convidou a pensar – os “não humanos”.

Dos povos da biosfera, pelo poder simbólico (Bourdieu, 2007) que detêm, destacam-se a iniciativa privada e o Estado, democráticos ou autoritários, em seus diversos níveis. Numa sociedade democrática, pressupõe-se que o poder estatal deva se fazer presente sempre, via suas instituições competentes, num conflito socioambiental, na condição de mediador. Mas também

⁵⁶ Em 17 de agosto de 2023, mãe Bernadete foi assassinada com 12 tiros no rosto em sua casa, na rotina familiar em companhia de seus netos. Há quase 6 anos, em 2017, ela foi alvejada pela violência, com o assassinato de seu filho Flávio Gabriel Pacífico, conhecido como Binho do quilombo. Ambos eram lideranças políticas do Quilombo Remanescente Pitanga dos Palmares, situado na APA Joanes Ipitanga, no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador-BA. Mãe Bernadete era líder religiosa e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). Interesses econômicos de não quilombolas incidem no território, que é defendido da usurpação pelos quilombolas. O assassinato de seu filho segue até hoje sem justiça. O dela gerou uma comoção nacional. Deseja-se que a justiça seja feita em ambos os casos e em tantos outros em que pessoas são mortas pela mesma motivação.

se sabe que ele, às vezes, é parte interessada enquanto um agente em disputa – *vide* as grandes obras, como a aqui estudada (Linha Verde). Trata-se de um agente com bastante poder e capilarização, mas que pode apresentar também posturas antagônicas, por meio das ações em campo de suas instituições. Por sua vez, Little (2006) adverte que um ator social pode funcionar em vários níveis (local, regional, nacional e global), mas costuma haver um nível específico em que sua ação alcança maior eficácia prática e, sobretudo, política. Logo, atores sociais de um lugar podem acionar auxílio em outros níveis. Porém, “A mobilização de atores sociais, localizados em outros níveis, raras vezes acontece de forma mecânica, mas tende a ser volátil e irregular, já que depende da conjuntura política e social, proximidade e intensidade das relações e do tema [...]” (*idem*, p. 95).

Na análise das interações políticas dos atores sociais em ação, a abordagem investigativa deve estar além da contextualização, para tentar apreender a teia de relações, ou seja, as “[...] conexões transníveis que são estabelecidas, cultivadas e acionadas em momentos diferentes do conflito” (*idem*), sempre que a fonte de dados permitir. Para tanto, Little (2006) segue orientando que devem-se descortinar relacionamentos entre atores sociais, atores não humanos e entre si, se afastando das “abordagens sistêmicas”, pautadas na hierarquia e no funcionamento encaixado, e também das que o autor definiu como “neomarxistas”, embasadas no controle pelos níveis superiores e pela subjugação dos inferiores.

Todavia, em consonância com Acselrad (2005), acrescenta-se que “os consensos” podem embotar conflitos socioambientais latentes. Esta perspectiva pode ser apreendida em documentos com fins oficiais, como os EIAs/RIMAs que são fontes da presente investigação. Este autor adverte que

[...] Tecnologias de formação de consenso são formuladas de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado. E todo conflito remanescente tenderá, consequentemente, a ser visto como resultante da carência de capacitação para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociais, a serem trabalhadas no espaço público. (Acselrad, 2005, p. 29).

Por um lado, os objetos de disputas podem variar muito, mas são comumente bens para os povos de ecossistemas e recursos para os da biosfera, que tendem a ser escassos e/ou singulares a uma região, a um bioma. Por outro, os conflitos socioambientais acerca de um determinado objeto de disputa, costumam seguir após o momento do embate inicial e podem ser atualizados ao longo do litígio. Eles, por sua vez, costumam alternar momentos quentes e outros nem tanto, até o desfecho final da contenda, se isto vier a acontecer. Cabe registrar ainda que há “[...] conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. [...]” (*idem*). Este tipo se

desenrola em pelo menos três perspectivas: i) entre o saber êmico e o ético, ii) de diferentes saberes técnicos ou distintas apropriações do conhecimento científico, iii) no âmbito jurídico, nos processos, perícias, leis, resoluções etc. (*idem*)⁵⁷.

Ao longo das leituras das produções sobre a problemática ambiental em ciências sociais, estranhou-se a utilização do termo “recurso ambiental” para se referir, de forma indistinta, à sua utilização pelo capital e por grupos comumente definidos como tradicionais. Em Acserald (2014, p. 88), encontrou-se uma possível explicação para isto, quando o autor se refere a processos dissimuladores, que buscam gerar o convencimento de “benignidade coletiva”, mas o fazem “[...] estabelecendo hierarquias entre os diferentes ou as dissimulando sob a retórica do bem comum, quando o que está em jogo são recursos econômico-territoriais e poder estratégico para capitais e Estados.”. Então, compreendeu-se que este autor assume um posicionamento político e científico de demarcar a intenção do capital e a postura de gestão do Estado ao lidar com a natureza como fonte de recursos.

Nesta pesquisa, adota-se uma postura diferente, mas igualmente embasada num posicionamento científico e político. Ao tratar-se da natureza ou valendo-se de bem/recurso ambiental como seu sinônimo, usam-se bem/bens e recurso/recursos em sentido contrário, ou seja, como par de opostos, na medida em que qualificam usos e interesses distintos. Quando se recorre a recurso, se faz demarcando a apropriação, pelo capital privado e pelo Estado, da natureza como matéria-prima a gerar mercadorias (valor de uso) e lucro, o que se encontra fartamente documentado na sociologia ambiental. Por sua vez, a utilização de bem se alicerça na concepção de patrimônio que embasa a relação do campesinato brasileiro com a terra, com seus territórios, igualmente documentada de forma abrangente pela Sociologia Rural (Queiroz, M., 1973; Martins; 2004) e pela Antropologia do Campesinato (Woortmann, E., Woortmann, K., 1997; Woortmann, K., 1990, 2001, 2004; Cardel, 1992; Baiochi, 1983; Monteiro, 1985; Queiroz, R. da S. 2006).

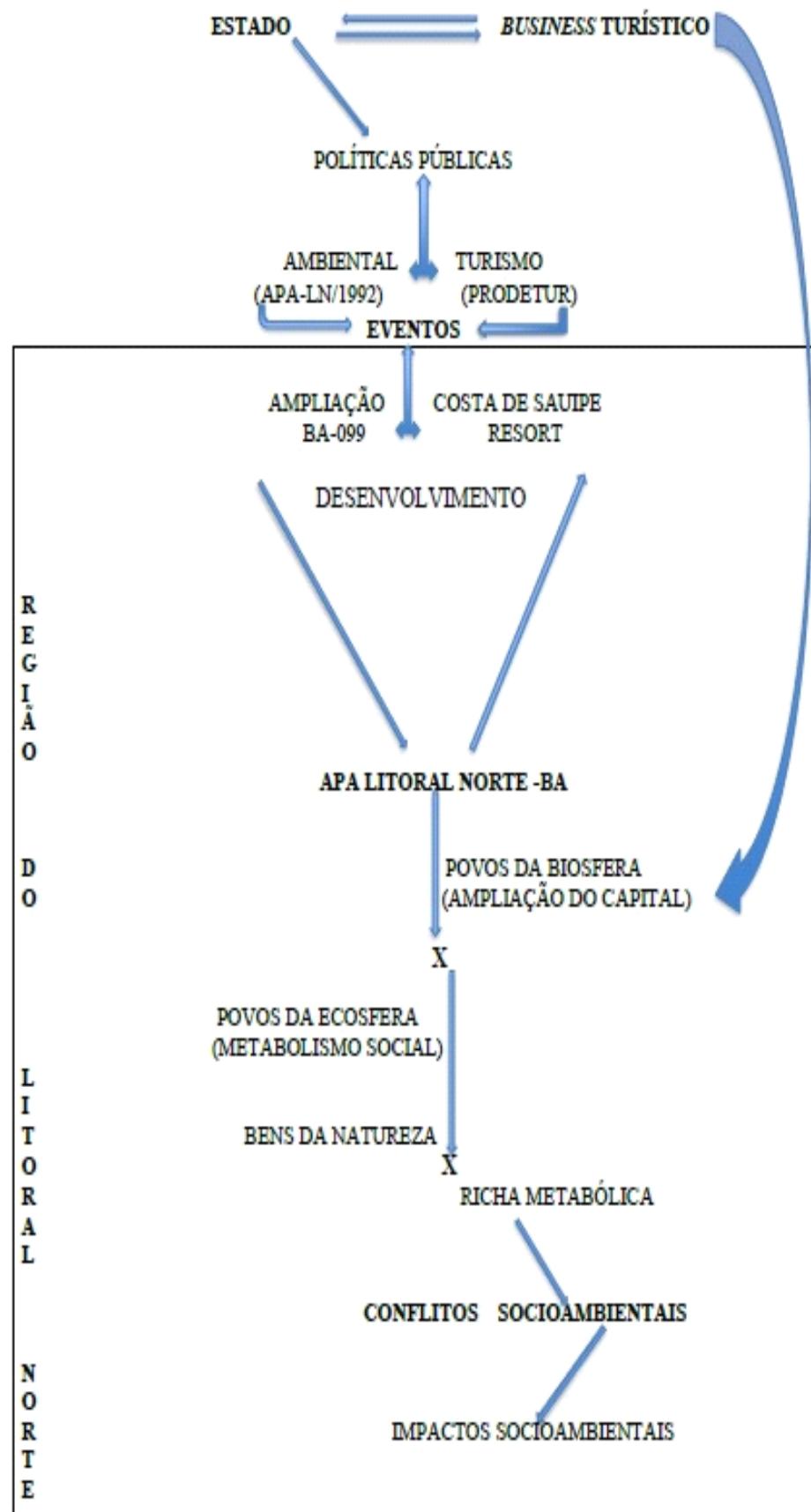
O território, que pode ser de terra e de água, assenta-se numa dupla relação embasada na família nuclear e na ampliada, na qual a relação com a natureza apresenta uma fundamentação ecológica, na medida em que extrai dela o necessário para a sobrevivência e a geração de algum excedente a ser comercializado na feira, para aquisição de mercadorias não produzidas, e com a intencionalidade de legar o território às futuras gerações. Para tanto, há

⁵⁷ Acerca de disputas técnicas, ameaças e perseguições a pesquisadores da área ambiental, conferir Acserlad (2014) e o dossier “Conflitos ambientais: saber acadêmico e outros modos de conhecimento nas controvérsias públicas sobre grandes projetos de desenvolvimento”, apresentado por Eliane Cantarino O’Dwyer (2014).

uma combinação imbricada, com lógica específica a cada grupo, entre terras de uma família nuclear e as comunais, nas quais todos têm direito e na qual o acesso à água, por exemplo, é de todos. Neste sentido, “bem” não está em oposição só a “recurso”, é uma qualificação aqui utilizada em contraposição a “mercadoria”. Reconhece-se que na acepção jurídica, a categoria “bem” mantém uma relação com a definição jurídica de propriedade privada, mas, no que tange ao campesinato brasileiro, a propriedade familiar está inserida em uma teia de heranças e de significados simbólicos comunais, subordinada à tessitura de longos anos, ao território e à continuidade do grupo social⁵⁸.

⁵⁸ Cf. José Augusto Drummond (2001) estabelece um paralelo analítico entre recursos naturais, bens, bens públicos e “recursos de propriedade comum”.

Fluxograma 01 – Principais conceitos e categorias da pesquisa



1.2 Metodologia: escolhas, fontes, dados e análise

Esta pesquisa é um estudo qualitativo sobre conflitos socioambientais na UC da APA Litoral Norte da Bahia, região administrativa de proteção ambiental e polo de desenvolvimento de um turismo massificado. Ela apresenta um caráter diacrônico e sincrônico. Este é compreendido aqui como um passado recente, localizado num horizonte do presente, também em função de dois anos de limitações intensas ao convívio social decorrentes da pandemia. Como informado na introdução, a investigação abrange um período entre 1988 e 2017, que foi delimitado em função dos processos de inflexões de dois eventos: a ampliação da BA-099 e o empreendimento do Costa do Sauípe *Resort*. Para tanto, foram trabalhados dados secundários captados em jornais, EIAs/RIMAs, documentos oficiais e documentário. Trata-se de uma pesquisa com *corpus* ampliado e diversificado, portanto, foi possível realizar uma triangulação de dados de diferentes fontes, a fim de responder à questão de investigação.

A presente tese, como já pode ser observado neste capítulo, está ancorada na sociologia ambiental, mas mantém interlocução com outros campos do conhecimento, como a geografia ambiental, a ecologia política, a história, as ciências sociais sobre o turismo e as aplicadas, como a administração.

No **primeiro objetivo específico** desta investigação, buscou-se descrever analiticamente as relações das políticas públicas para o meio ambiente (APA) e para o turismo (PRODETUR) implementadas na APA-LN/BA, ou seja, se refere à conexão entre este programa e dois eventos supracitados, associados ao turismo. Neste sentido, o interesse incide nas atividades do PRODETUR, desenvolvidas na década de 1990, não havendo a intenção de analisar o programa até o ano de 2017. Há uma farta bibliografia sobre o tema trabalhado diretamente, como Renan Queiroz (2016) e outras que o tratam secundariamente, como Machado (2008), Gomes (2014) e Magalhães (2017). No que tange a documentos oficiais de avaliação e de planejamento do programa, após buscas sistemáticas na internet e, também, no *site* da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), foram encontrados dois: i) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) sobre Salvador e seu entorno no período da gestão do governador Paulo Souto (1995-1999)⁵⁹, que avalia o PRODETUR-NE

⁵⁹ O PRODETUR foi criado em 29 de novembro de 1991, no período o governador da Bahia era Antônio Carlos Magalhães (ACM). Após a redemocratização, este foi o primeiro mandato de seu grupo político. O Carlismo, como ficou conhecido o grupo de políticos sob sua liderança, ocupou o governo do estado da Bahia por quatro mandatos consecutivos, entre 1991 e 2006, vinculados ao Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM). Em 2007, Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu a governadoria baiana. Desde então, o PT emplacou, consecutivamente, os governadores nas últimas cinco eleições, com perspectiva de fim do primeiro mandato de Jerônimo Rodrigues de Souza para 2026. Neste ano, perfazera 20 anos de atuação petista na Bahia. Ao cotejar

I e planeja o PRODETUR-NE II; ii) Relatório Final do PRODETUR-NE I, apresentado ao BID, em 2005. Destes, seleciona-se o primeiro para análise, por ele abrange o PRODETUR I, período histórico dos eventos balizares desta investigação, por apresentar o planejamento para segunda fase do programa. Apesar de se realizar uma exploração preliminar geral deste documento, o foco analítico foram os conflitos socioambientais na APA-LN/BA. Tal documento oficial sobre o PRODETUR, associado aos estudos citados acima e aos instrumentos legais ambientais sobre a APA-LN/BA – Decreto de criação nº 1.046/1992 e Resolução Estadual nº 1.040/1995, que tratam do plano de manejo –, foram utilizados no desenvolvimento do primeiro objetivo supracitado, no segundo capítulo deste texto.

O EIA/RIMA é instrumento legal que compõe a política ambiental brasileira. Esta pesquisa analisou tais documentos relativos aos eventos, os quais promoveram inflexões sobre o meio ambiente na APA-LN/BA, assim como sobre os grupos sociais da região e os seus comuns, que em significativa medida, eram elaborados enquanto uma política comum, relacionada com os bens da natureza. Eles estão alocados na Biblioteca e Memorial Prof. Milton Santos, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)⁶⁰. Teve-se acesso a todos os volumes que estavam disponíveis no acervo, mas, como advertiu a bibliotecária, as empresas não costumam entregar todos. Assim, é possível observar nos quadros abaixo uma composição bem heterogênea e incompleta dos EIAs/RIMAs sobre os dois eventos. Outros documentos oficiais preliminares a este também foram localizados nesta mesma instituição. Cabe destacar que se teve acesso aos RIMAs⁶¹ dos dois eventos, que são importantes pelo seu caráter de síntese e de uma visão geral dos EIAs.

estes dados sobre a política baiana e frente às dificuldades de localizar documentos oficiais sobre o PRODETUR na década de 1990, é possível inferir um apagamento da memória institucional gestado pelo poder político, possivelmente, como subterfúgio de quem o deixa ou de quem o assume. Neste sentido, vamos, enquanto sociedade brasileira, minando as possibilidades de aprender com o nosso passado e, portanto, construir políticas públicas reflexivas mediante as experiências anteriores e com maior potencial de êxito para constituirmos a sociedade que queremos, que com certeza não se resume à pálida esperança de um “país em desenvolvimento”, que, por sua vez, remete a um futuro que nunca chega. Embora existam diferenças, há uma característica comum entre os distintos grupos políticos brasileiros: fisiologismo pelo poder. O exercício de cargos, no executivo e no legislativo, deixa de ser orientado por um projeto de nação e passa a ser direcionado por um sujeito proeminente, por suas qualidades individuais de liderança e carisma, ou, ainda, se converte nos interesses de uma bandeira partidária com seus fins próprios e ensimesmados.

⁶⁰ Funciona em horário administrativo dentro da Biblioteca Pública da Bahia (Biblioteca Central).

⁶¹ O RIMA é um resumo e ao mesmo tempo uma síntese de todos os volumes que compõem o EIA. Este assunto será retomado de forma detalhada no quarto capítulo.

Quadro 3 - EIA/RIMA da ampliação da BA-099, em 1992

Empresa	Data	Volume	Descrição
TECNOSOLO	Abr./92	III	Projeto de engenharia: memória justificativa
HIGESA	Maio/92	I	Diagnóstico ambiental
HIGESA	Maio/92	II	Caracterização do empreendimento
HIGESA	Jun./92	III	Análise dos impactos
HIGESA	Jun./92	IV	Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA
HIGESA	-	V	<i>Indicação para o plano de ocupação territorial da faixa litorânea norte do estado da Bahia</i>

Fonte: Biblioteca e Memorial Prof. Milton Santos SEMA/BA.

Neste sentido, mediante a apresentação utilizada no EIA, analisando todos os volumes do EIA/RIMA, referentes à expansão da BA-099, foi possível identificar que o Volume V – Indicação para o plano de ocupação territorial da faixa litorânea norte do estado da Bahia – existiu, mas não estava disponível na Biblioteca. Todos os volumes consultados foram realizados pela Engenharia Ambiental (HIGESA) e datam do final do primeiro semestre de 1992. Acessou-se, ainda, o Volume III do projeto, realizado pela Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais (TECNOSOLO), de abril de 1992⁶², porém as informações não contemplam os objetivos desta pesquisa.

Quadro 4 - EIA/RIMA e material técnico preliminar do então Projeto Sauípe

Empresa	Data	Volume	Descrição
ECLA	Abr./94	II	Estudos de viabilidade técnica de barramentos do projeto Sauípe
CEC ENGENHARIA André Sá e Francisco Mota Arquitetos	Out./95	VI – A ⁶³	Anteprojetos básicos
André Sá e Francisco Mota Arquitetos	Dez./95	ÚNICO	Projeto Sauípe - Plano Diretor (Primeira Etapa)
ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	Out./95	I	Considerações Iniciais

⁶² Na apresentação deste volume, a TECNOSOLO informa que também fazem parte da consultoria os volumes I (relatório do projeto) e II (projeto de execução) e os anexos III-A (estudos geotécnicos) e III-B (notas de serviços e terraplanagem) desta etapa de planejamento da BA-099, mas não estavam disponíveis na Biblioteca e Memorial Milton Santos.

⁶³ No documento original, disponível para consulta na Biblioteca, faltam as páginas 2/36 e 8/36.

ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	Out./95	II	Diagnóstico meio socioeconômico
ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	-	III	<i>Meio natural</i>
ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	Out./95	IV	Mapas
ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	Out./95	V	Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA
ECOPLAM- Empresa de consultoria e planejamento ambiental	-	VI	<i>Memorial descritivo e anteprojetos básicos</i>

Fonte: Biblioteca e Memorial Prof. Milton Santos SEMA/BA.

De acordo com Lima (2006), o Projeto Sauípe contou com estudos preliminares, dos quais se teve acesso a três, apresentados no quadro acima, realizados entre os anos de 1994 e 1995, por três empresas diferentes, sendo que a CEC Engenharia e a André Sá e Francisco Mota Arquitetos trabalharam juntas nos Anteprojetos Básicos, que foram lidos na íntegra, mas não serão aqui analisados por não apresentarem informações relevantes ao tema da pesquisa. Sobre o conjunto de volumes que compreendem o EIA/RIMA propriamente dito, realizado pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental (ECOPLAM), não estavam disponíveis o III e o VI.

Os EIAs/RIMAs, tomados aqui como fontes de dados, permitiram o desdobramento do **segundo objetivo específico**, que se constitui em analisar como os conflitos socioambientais (instaurados e latentes) são abordados no instrumento legal dos EIAs-RIMAs da expansão da BA-099 e do Projeto Sauípe, uma vez que tal instrumento apresenta-se como uma ferramenta de gerenciamento ambiental de um lugar, no caso em apreço, da APA-LN/BA. Tal objetivo foi desenvolvido no quarto capítulo.

Enquanto integrante do Núcleo de Estudos Ambientais Urbanos e Rurais (NUCLEAR/UFBA), venho participando de pesquisas sobre o Litoral Norte há um certo tempo. Entre 2011 e 2013, atuando na comunidade de Diogo (Capinan, 2016) e mais recentemente, na ocasião do doutoramento, nos levantamentos bibliográficos e dos jornais já mencionados. Esta primeira fase lega a experiência do trabalho de campo em Diogo e em Sto. Antônio, que, como exposto na introdução, associado a outras fontes, permitiu identificar os dois eventos balizares da temporalidade trabalhada nesta tese. A Profa. Lídia Cardel e nós, demais membros do grupo,

mantivemos o trabalho iniciado em 2010 até os dias atuais, com atuações nas vilas, comunidades e assentamentos (Cardel *et al.*, 2016; Cardel *et al.*, s/ data) e, sobretudo, nos últimos anos através dos supracitados levantamentos.

Neste sentido, a coleta dos dados no jornal Folha de São Paulo foi iniciada no segundo semestre de 2019, via seu acervo *online*. Ainda no primeiro momento, precisou-se adaptar as estratégias da pesquisa a três limites identificados no *site*. Este não permite busca utilizando operadores *booleanos* (*and*, *or* e *not*), sendo possível apenas a entrada de uma palavra-chave. Neste sentido, associar a localização geográfica da pesquisa (Litoral Norte baiano ou da Bahia), às palavras-chave dos subtemas da pesquisa do Núcleo (APA, reflorestamento, BA-099, turismo etc.) se mostrou inviável. Logo, também não foi possível utilizar estritamente as localizações geográficas (região e estado), nem mesmo apenas só o nome da região, seja porque ele é composto por duas palavras, seja porque o acervo apresentava um volume intratável de matérias, considerando variados litorais nortes no Brasil ou em outros países.

Para contornar esta limitação, passou-se a testar os etnônimos das vilas situadas na APA-LN/BA: Diogo, Santo Antônio, Areal, Curralinho, Imbassaí, Praia do Forte e, ao final, optou-se por Sauípe. Os quatro primeiros etnônimos são comuns a outras localidades brasileiras, o quinto e o sexto não eram generalistas, mas também deram retornos limitados. Praia do Forte, pela composição dupla, não permite uma busca eficiente, uma vez que o *site* apresenta tudo que tenha a palavra “praia”. Imbassaí não tem a mesma composição, mas apresentou, qualitativamente, resultados muito insulados na localidade, o que pode ser verificado pelo baixo número de matérias, apenas 86 resultados para os 31 anos da pesquisa. Por sua vez, Sauípe é etnônimo exclusivo da referida APA, composto por uma única palavra e apresentou 2.916 registros, entre os anos de 1990 e 2020.

Todas as 2.916 matérias identificadas na primeira etapa passaram por análise preliminar para verificar se de fato havia uma relação com o Litoral Norte da Bahia, buscando-se nos títulos ou, quando necessário, no texto, indicadores desta localização geográfica. Assim, foram identificadas 1.463 relativas à região. Em um segundo momento, elas passaram por uma rodada de leitura coletiva para confirmar sua relação com a pesquisa e exatamente todas as que figuraram em Sauípe foram devidamente catalogadas em planilhas, década por década, cuja métrica pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 2 - Métrica do tipo de material coletado na Folha de SP, de 1990 a 2020

DÉCADAS/ANOS	TIPOS DE PUBLICAÇÕES					
	ANÚNCIOS		NOTAS		TEXTOS	
	N	%	N	%	N	%
Déc. 1990 (19=1,3%)						
1990	0	0	0	0	0	0
1991	0	0	0	0	0	0
1992	0	0	0	0	1	0,2
1993	1	0,1	0	0	1	0,2
1994	0	0	0	0	1	0,2
1995	1	0,1	0	0	1	0,2
1996	0	0	0	0	0	0
1997	0	0	0	0	0	0
1998	3	0,3	0	0	2	0,4
1999	0	0	0	0	8	2
Total	5	0,5	0	0	14	3,2
Déc. 2000 (408= 27,9%)						
2000	13	1,3	1	1,1	7	1,7
2001	72	7,4	10	11,1	22	5,5
2002	29	3	15	16,7	23	5,6
2003	37	3,8	0	0	39	9,7
2004	11	1,1	3	3,3	3	0,7
2005	11	1,1	0	0	2	0,4
2006	2	0,2	0	0	2	0,4
2007	5	0,5	0	0	0	0
2008	8	0,8	0	0	1	0,2
2009	35	3,6	7	7,8	50	12,3
Total	223	22,8	36	40	149	36,5
Déc. 2010 (1017=69,5%)						
2010	65	6,7	10	11,1	39	9,7
2011	120	12,4	35	39	38	9,5
2012	112	11,6	4	4,4	62	15,4
2013	112	11,6	4	4,4	62	15,4
2014	82	8,5	1	1,1	7	1,7
2015	57	5,8	0	0	6	1,4
2016	53	5,4	0	0	4	1
2017	71	7,2	0	0	2	0,4
2018	49	5	0	0	5	1,2
2019	11	1,1	0	0	6	1,4
Total	732	75,3	54	60	231	59,1
Ano 2020 (19=1,3%)	14	1,4	0	0	5	1,2
TOTAL GERAL (1463)	974	100	90	100	399	100

Fonte: Acervo digital do jornal Folha de São Paulo, 2021.

Elaboração: Ubiraneila Capinan e Karine Damasceno Eloy, 2022.

Todavia, na presente investigação, serão analisadas qualitativamente as notas e os textos deste referido jornal, abrangendo o período de quase 30 anos, entre 1990 e 2017. Este marco

final está relacionado à venda do Costa do Sauípe *Resort* pela PREVI ao grupo Rio Quente, em 24 de novembro de 2017. Além disto, como pode ser observado na tabela acima, houve uma redução no número de entradas relativas à palavra-chave Sauípe. Isto pode estar relacionado a mudanças implementadas pelo grupo comprador e ao fato de 2020 ter sido o primeiro ano da pandemia, que preconizava o isolamento social.

No último capítulo, esta tabela é reapresentada no período entre 1990 e 2017, no qual os anúncios são objeto de análise quantitativa de frequência simples, de caráter descritivo, e as notas e os textos são alvo de análise qualitativa, valendo-se do suporte do NVivo (Alves, Figueiredo Filho, Henrique, 2015). Tendo em vista que o Costa do Sauípe *Resort* se constituiu em um evento para a região, como já tratado anteriormente, os dados foram agrupados neste referido programa de análise qualitativa em dois períodos: I) antes da inauguração (1990-1999); II) após a inauguração (2000-2017).

Não tendo sido identificada a entrada referente à ampliação da BA-099 na Folha de São Paulo, buscou-se na imprensa estadual matérias, visando apreender os desdobramentos socioambientais de uma obra tão extensa como esta. O acervo digital do jornal Correio da Bahia não contempla⁶⁴ a data de inauguração dessa rodovia (1993), nem o período dos cinco anos anteriores a ela (1988-1992), que é o objeto de interesse aqui, na perspectiva de acompanhar a obra em seu processo. Logo, tomou-se como fonte o A Tarde, que, por sua vez, tem o acesso completamente diferente, se comparado às outras duas instituições jornalísticas. A pesquisa em seu acervo digital só pode ser realizada na sua sede, presencialmente, com agendamento prévio, por um período menor do que o horário administrativo e mediante pagamento, tanto para realizar a busca como também para ter acesso à versão digitalizada das matérias.

Tal qual a Folha de SP, no acervo do A Tarde não é possível realizar pesquisa utilizando operadores *booleanos*, mas, devido à sua concentração na realidade estadual, foi possível utilizar como palavra-chave Litoral Norte, pois elas figuravam recorrentemente juntas nas matérias, o que resultou em um bom retorno na busca no acervo. A periodização abrangeu os cinco anos antes da inauguração da BA-099 e o ano de inauguração do Costa do Sauípe *Resort*, ou seja, o período entre 1988 e 2000, perfazendo quase 12 anos. Cabe registrar que o ano de 1990 apresenta falha de codificação no sistema de gerenciamento do acervo. Não se identificou resultado para a palavra-chave do levantamento nem para várias outras relativas à região – como Sauípe – e apresentou pouquíssimos resultados numa verificação utilizando Salvador,

⁶⁴ O acervo digital do Correio da Bahia está disponível para assinantes a partir de 2008.

mas é pouco provável que não tivesse uma matéria durante todo um ano, pois se trata da capital do Estado.

Tabela 3 - Levantamento realizado no A Tarde com a palavra-chave Litoral Norte, 1988-2000

Ano	Identificadas	%	1ª Etapa	%	2ª Etapa	%
1988	19	0,5	1	1,0	0	0,0
1989	56	1,5	1	1,0	1	1,5
1990	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1991	211	5,7	1	1,0	1	1,5
1992	284	7,7	13	13,0	11	16,2
1993	321	8,7	7	7,0	4	5,9
1994	437	11,8	2	2,0	1	1,5
1995	406	11,0	8	8,0	5	7,3
1996	332	9,0	7	7,0	3	4,4
1997	242	6,5	11	11,0	5	7,3
1998	237	6,4	12	12,0	7	10,3
1999	168	4,6	4	4,0	3	4,4
2000	984	26,6	33	33,0	27	39,7
Total	3.697	100,0	100	100,0	68	100,0

Fonte: Levantamento realizado no Núcleo de Documentação (CEDOC) do A Tarde.

As 3.697 iniciais não eram exclusivas sobre a região da Bahia. Encontraram-se entradas sobre a região Norte de outros estados brasileiros e países. Foram excluídos, igualmente, os registros de classificados imobiliários, notícias policiais, propagandas do Shopping Litoral Norte, que existia na época no município de Lauro de Freitas, recorrentes divulgações dos filmes em cartaz neste local, notícias da coluna social, chamadas para editais e similares e, ainda, as de uma marca de roupa com o nome Litoral Norte. Em síntese, nesta primeira etapa, a seleção analisou os títulos de todas as entradas, selecionando apenas as que demonstravam algum potencial de relação com questões ambientais, que resultaram em 85 arquivos digitais, aos quais foram somados mais 15 a que se teve acesso apenas de forma impressa. Além do acervo digital das suas edições, o A Tarde guarda pastas temáticas⁶⁵ com recortes de

⁶⁵ Foi informado por um funcionário do CEDOC que as pastas deixaram de ser alimentadas em 2000, após as possibilidades de pesquisas advindas com a internet. As que já existiam seguem disponíveis para consulta. Elas eram organizadas por uma triagem fonte/referência e datas. As edições do próprio jornal eram prioridade. Os

publicações suas e de outras instituições e material oficial do Estado⁶⁶, os quais serviam como fontes de dados para os jornalistas antes do advento da internet. Na pasta Litoral Norte, foram identificadas 15 matérias impressas do próprio jornal, que pareceram relevantes, e se providenciaram cópias.

Na segunda etapa, foi realizada a leitura na íntegra dos 100 arquivos triados preliminarmente, resultando na seleção de 60 arquivos digitais e 8 impressos. Do primeiro tipo, foram retiradas 25 matérias que se referiam à extensão do Litoral Norte em Salvador ou no município de Lauro de Freitas ou Camaçari, portanto, fora da APA-LN, e uma única do ano de 1988, que estava ilegível. Das matérias impressas, identificou-se que 3 também existiam na versão digital, que se preferiu manter. Das 12 restantes, foram retiradas 3, por se referirem apenas às localidades situadas na Estrada do Coco e 1, por tratar das plantações de pinheiros, portanto, sem relação com as variáveis da investigação. Procedeu-se à categorização manual das 8 matérias impressas, seguida da digitação das partes categorizadas e da inclusão no banco de dados no NVivo para a realização das análises.

Os levantamentos nos jornais contemplam diretamente dois **objetivos específicos**. O **terceiro** – mapear o registro dos conflitos socioambientais na APA-LN pela imprensa nacional, Folha de São Paulo, e local, A Tarde – e **quarto** – descrever analiticamente os conflitos socioambientais – atores sociais envolvidos e objeto de disputa – identificados nos referidos jornais, que são objeto de trabalho no quinto e último capítulo.

Cerca de dois anos antes do início das atividades de pesquisa e de extensão do NUCLEAR na região, foi produzido o minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz”⁶⁷ (Linha, 2008), que é apresentado em 7 partes no canal Turmapontocom do *YouTube*. Apesar de quase quinze anos após sua publicização, o documentário mantém-se importante para a compreensão do processo de desenvolvimento das atividades do turismo massificado na região. Por um lado, ele apresenta a perspectiva de diversos atores sociais presentes ainda no início das atividades do

demais materiais eram conseguidos por permuta com os jornais locais e por aquisição com os do sul e do sudeste do país ou, ainda, eram doados por instituições como a CNO.

⁶⁶ Na pasta de recortes sobre o Litoral Norte, se teve acesso ainda aos seguintes documentos de outras instituições e do Estado: na que trata do Litoral Norte, identificaram-se documentos aos quais tivemos acesso a cópias: I) *folder* do governo do Estado e das prefeituras dos cinco municípios da APA-LN/BA, cadastrados no jornal em 09 de outubro de 1995; II) matéria da revista Odebrecht Informa, de set.-out./1992; III) documento da Assessoria Geral de Comunicação do Governo da Bahia, de 01 de fevereiro de 1998, com o título “Secretaria entrega equipamentos de limpeza urbana no Litoral Norte”; IV) *folder* “APA Litoral Norte: turismo e lazer em praias paradisíacas”, do Centro de Recursos Ambientais (CRA), cadastrado no jornal em 10 de agosto de 2000; V) *folder* “APA Litoral Norte: turismo e lazer em praias paradisíacas” do CRA, cadastrado no jornal em 20 de setembro de 2002.

⁶⁷ Em trabalho de campo pelo NUCLEAR/UFBA em 2009, nos foi informado que o minidoc foi resultado da política pública intitulada Ponto de Cultura e realizado por discentes da Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFBA.

Costa do Sauípe *Resort* e objetos de conflitos socioambientais naquele contexto. Por outro, o referido documentário trata de uma exceção em termos de conteúdo crítico sobre o turismo no LN-BA, pois, de forma geral, os vídeos costumam vender a região, seja fazendo propagandas, como as dos *resorts*, seja evidenciando pessoas físicas que locam seus imóveis para temporada. Há, ainda, material audiovisual de turistas contando suas experiências de viagens. A exceção mais recente a este padrão são vídeos na TV UFBA, em destaque os do Congresso Virtual UFBA 2021, a exemplo do que apresenta esta pesquisa (Capinan, 2021) e um outro sobre a “Petroplintitas do Litoral Norte da Bahia” (Oliveira, L., 2021). Além disto, as narrativas dos diversos atores sociais no minidoc confirmam que a expansão da BA-099 e o empreendimento Costa do Sauípe *Resort* se constituíram em eventos, como abordado na introdução desta tese.

Esta fonte imagética sobre a APA visa contemplar o **quinto objetivo específico**: descrever analiticamente os conflitos socioambientais (atores sociais envolvidos e objetos de disputas) nos primeiros anos após a inauguração do Costa do Sauípe *Resort* (2000), que foram registrados pelo referido minidoc (Linha, 2008). Esta fonte, associada aos EIAs/RIMAs e aos jornais cobriram o **sexto e último objetivo**, que visa apreender impactos socioambientais já ocorridos, portanto excluem-se os projetados pelos EIAs/RIMAs, que foram registrados nestes documentos. Ambos são trabalhados no terceiro capítulo.

Cabe registrar que na versão do projeto anterior à coleta de dados secundários, não se pretendia investigar impacto. Todavia, as fontes solicitaram atenção para esta dimensão, que comumente se desdobra dos conflitos socioambientais. No referido minidoc há relatos de impactos, mas de forma surpreendente identificou-se no EIA/RIMA do Projeto Sauípe registros deles relacionados as obras de expansão da BA-099.

Tal demanda também ocorreu no *A Tarde*. Quando já se estava no último ano de levantamento neste jornal, 2000, se parou para ler na íntegra, por mera curiosidade, a matéria “Calazar provoca mortes na região de Subauma”, de 23 de novembro de 2000. Outras entradas, constando leishmaniose no título, já tinham aparecido, mas a *priori* não pareciam vincular-se ao tema da pesquisa e, portanto, não foram coletadas. Mas, o conteúdo desta matéria chamou atenção por indicar a ampliação dos casos de leishmaniose associado ao processo de urbanização em curso há uma década no Litoral Norte com a Linha Verde e os empreendimentos turísticos. Mediante este fato, realizou-se um levantamento complementar no *A Tarde*, utilizando como palavra-chave leishmaniose⁶⁸, para igual período anteriormente

⁶⁸ Considerando os prazos da pesquisa, seria improutivo retornar às 3.697 entradas localizadas com a palavra-chave Litoral Norte, ao passo que não seria ético negligenciar este indicativo de um impacto tão sério, que pode ser, inclusive, letal para humanos e não humanos.

pesquisado (1988 a 2000). Foram encontradas 236 ocorrências. Após a triagem para verificar se referiam ao Litoral Norte, restaram 13 incluindo capas, notas e textos.

Tabela 4 - Matérias sobre leishmaniose no A Tarde, 1988-2000

Ano	Identificadas	%	1ª Etapa Seleção	%
1988	0	0	0	0
1989	0	0	0	0
1990	0	0	0	0
1991	32	13,6	0	0
1992	24	10,2	0	0
1993	21	9	3	27,3
1994	24	10,2	6	54,5
1995	18	7,6	0	0
1996	19	8,1	0	0
1997	15	6,4	0	0
1998	25	10,6	0	0
1999	23	9,8	0	0
2000	34	14,5	2	18,2
Total	235	100	11	100

Fonte: Levantamento realizado no Núcleo de Documentação (CEDOC) no A Tarde

Considerando a dimensão do *corpus*, em volume e diversificação de dados, além da abrangência temporal de quase trinta anos, as análises desta pesquisa ficariam mais desafiadoras e limitadas sem o auxílio do NVivo. O programa funciona como um organizador da mesa de trabalho do *corpus*, possibilitando explorar de forma sistemática as informações, bem como extrair ilustrações do material (gráficos, nuvem de palavras, diagramas etc.). Neste sentido, cabe uma explicação geral e sintética acerca de alguns aspectos das análises realizadas com o suporte deste programa e sobre alguns dos recursos e termos.

A primeira delas se refere aos manuais de código utilizados, tanto para a codificação exploratória e análise dos arquivos, no caso o PDITS e os da Folha de São Paulo, quanto para a codificação manual e a análise dos arquivos, como os do A Tarde. Para o primeiro tipo de apropriação do *corpus*, utilizou-se, nas buscas de todos os códigos, o contexto amplo, englobando palavras sinônimas, exceto para os que demandam correspondência exata, como: PREVI e PRODETUR. As referências gerais encontradas para cada código foram lidas e triadas

de acordo com a pertinência com a pesquisa, uma vez que o código *resort*, por exemplo, pode estar vinculado a qualquer outro local do mundo, e não especificamente a este tipo de produto turístico na região em estudo. Cabe registrar, ainda, que referência no NVivo corresponde à figuração de um código num arquivo, que pode acontecer mais de uma vez em um mesmo.

Quadro 5 - Manual de código da pesquisa

Manuais	Códigos
<i>Geral</i>	-APA -BA-099 -Conflito -Estado/Governo -PREVI -PRODETUR -Resort -Turismo
PDITS	-APA -BA-099 -Conflito -Resort -Turismo
Folha de São Paulo	-Igual ao geral
A Tarde	-Igual ao geral

Fonte: Acervo da pesquisa.

A primeira versão do manual de código geral não abarcava PREVI. Este código se impôs à pesquisa, de forma inesperada, no período de tratamento inicial dos dados da Folha de São Paulo. Sua relevância consolidou-se com a leitura de Roberto Grun (2016), que possibilitou a compreensão acerca da composição dos fundos de pensão, de seus investimentos e da atuação de governos e do Estado, via fundos para aposentadoria dos funcionários públicos, tendo em vista, por exemplo, que o Estado é detentor de dois terços da PREVI. Assim, tal código foi incorporado à análise do material do jornal A Tarde. Entretanto, este e o PRODETUR não foram utilizados na análise do PDITS, considerando que o tema principal do documento era este programa, e não é objetivo central desta pesquisa avaliá-lo para além de suas relações com a política ambiental e o tipo de turismo que se implantou com seu suporte no Litoral Norte. Não

cabia, também, para esta fonte o código PREVI, tendo em vista que o documento é relatório do PRODETUR-NE I, período em que o Costa do Sauípe *Resort* era apenas um projeto da iniciativa privada e do planejamento estatal para o PRODETUR-NE II. Por sua vez, numa verificação com o comando de busca por PDF, constatou-se, como esperado, que a PREVI não figurou no PDITS. Conflito é o código central da pesquisa, que se relaciona com o da BA-099 e com o do *Resort*, considerando-os correspondentes aos eventos (expansão desta rodovia e projeto Costa do Sauípe) em relação ao código Turismo, tendo em vista a implementação da APA-LN, com as políticas ambiental e turística do Estado/Governo, considerando-o como um ator social relevante e responsável pelo primeiro evento (Linha Verde). Buscou-se, com o código referente à UC, tanto a abordagem deste tipo de política quanto a delimitação desta região ambiental no PDITS, assim como foi feito o levantamento no acervo da Folha de São Paulo, porém este último não se mostrou eficiente.

Neste sentido, cabe registrar aqui que o material desse jornal difere, sobremaneira, do material do jornal A Tarde, no que tange à referência da composição dos lugares e das praias da Estrada do Coco e da APA-LN. Neste segundo, há clara e explícita distinção entre as duas etapas da BA-099 e suas características. Na Folha de São Paulo há uma homogeneização das especificidades que compõem as duas frentes de ocupação do Litoral Norte baiano, portanto, era improutivo uma tentativa de triagem com este critério para se contemplar apenas as matérias sobre a APA-LN.

As nuvens de palavras foram trabalhadas no NVivo com as 30 palavras mais frequentes, com 5 caracteres mínimos de extensão e com os seus sinônimos. O penúltimo parâmetro proporciona a eliminação prévia de preposições e advérbios com menos de quatro letras, como de, já etc. Palavras alocadas nestes grupos gramaticais com cinco ou mais letras, foram retiradas manualmente, assim como locuções adverbiais de tempo e outras, como primeiro, que exerciam a função gramatical no texto de numeração ordinal e sem relevância no contexto das matérias em relação à questão de investigação. Compreende-se que as nuvens são quantificações ilustradas de partes do *corpus* selecionados, tais quais os gráficos, que podem ser apropriados qualitativamente pelo/a pesquisador/a. Nesse sentido, é uma informação relevante quando um código da pesquisa se materializa numa nuvem cunhada a partir de arquivos de jornais, na medida em este tipo de fonte não permite a exclusão de outras entradas que compuseram a página original do periódico.

O NVivo foi fundamental para a codificação e a análise do minidoc, dos documentos oficiais sobre o PRODETUR e para as análises e os levantamentos realizados nos jornais Folha

de São Paulo e A Tarde. As notas e os textos do primeiro foram devidamente passados para a *Optical Character Recognition* (OCR), assim tornou-se possível a inclusão e o trabalho no programa. Tal ação não foi necessária para o material digital do A Tarde, uma vez que os arquivos já estavam nesta linguagem. Cabe registrar que na passagem para a OCR algumas palavras são desconfiguradas, o que não se constituiu num problema para o material da Folha de São Paulo, considerando que os arquivos não abrangem, exclusivamente, os textos e notas com a palavra-chave Sauípe, como já informado. Frente a qualquer dúvida na análise detalhada de um material da Folha, recorreu-se ao arquivo original no banco.

Por fim, cabe registrar que as informações dos EIAs/RIMAs foram coletadas através de fotos ou via digitalizações do documento em extensão *Portable Document Format* (PDF), que não são reconhecidas pelo NVivo. Passar este material para a linguagem OCR seria pouco produtivo, tendo em vista a necessidade de leitura dos documentos inteiros, além do que são poucos volumes. Logo, considerando que o conteúdo dos EIAs/RIMAs versa sobre os eventos em apreço, procedeu-se à leitura integral dos mesmos e aos fichamentos manuais das partes relevantes, com destaque para os conflitos socioambientais e os impactos, que foram relatados. Ambos foram categorizados com o suporte de um editor de texto convencional.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE E PARA O TURISMO NO LITORAL NORTE:

Primeira fonte – os documentos oficiais

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Art. 225 Capítulo VI da CF/88

Neste capítulo, abordam-se as políticas públicas e suas ambiguidades quando sobrepostas em uma região. Refere-se às direcionadas ao meio ambiente e ao turismo, que, embora pareçam não necessariamente conciliáveis, se encontram na ideologia estatal da *doxa* desenvolvimentista, ou seja, do desenvolvimento (Escobar, 2020; Ribeiro, 2008) ou, ainda, na sua versão mais recente, ideológica e utópica, de sustentável (Ribeiro, 199). Ao iniciar essa seção, alguns questionamentos vêm à tona acerca da mediação do Estado, nos seus variados níveis, da intersecção entre os interesses do turismo, enquanto *business* internacional, e a defesa e a preservação do meio ambiente, enquanto um bem comum sob sua tutela. Há um acompanhamento pelos órgãos competentes dos impactos de grandes empreendimentos turísticos, como o Costa do Sauípe *Resort*, em uma APA, tal qual a do Litoral Norte baiano? Para além dos momentos formais do EIA-RIMA e dos possíveis Termos de Ajuste de Conduta (TAC), os órgãos competentes acompanham os conflitos socioambientais e os impactos do turismo massificado sobre o meio ambiente e sobre os povos de ecossistema, que viviam há muito na região? Sob quem recaem os passivos ambientais do turismo massificado num polo de difusão desta atividade? Qual a eficácia da legislação ambiental brasileira?

Alguns [...] distinguem no período contemporâneo um turismo de massa de um turismo de elite. Assim, o turismo de massa seria o praticado nos lugares dedicados ao turismo e que só registram saturação e amontoamento, enquanto existiria como alternativa o turismo verde, o ecoturismo, o turismo cultural ou, ainda, as formas marginais de turismo de aventura nas regiões ainda relativamente isoladas e periféricas. Mas se tivemos de considerar o turismo como fenômeno de consumo de massa, todas estas formas alternativas surgem apenas como diversificações rapidamente dominadas pelo mercado do turismo para captar clientela cada vez mais diversificada. [...]

A elite, por mais cultural que seja não escapa às redes de consumo, mesmo que se defenda dele no discurso [...] A dinâmica do mercado toca o conjunto da sociedade (solvente) sem distinção de classe. É por isso que não hesita, se isso lhe for útil, em utilizar as oposições de classes. (Deprest, 1997, p. 20-21).

O turismo, como uma atividade comercial, implica uma produção contínua de mercadorias a serem vendidas, que, em seu processo de se constituírem como tais, se valem do meio ambiente em uma lógica de intensa rixa metabólica. Ou seja, de rasgões do metabolismo do homem com a natureza – impostos às pessoas do lugar – e entre os homens. As relações entre estes passam a ser balizadas em pressupostos ideológicos de modernidade, desenvolvimento e progresso, como também por termos legais e burocráticos da propriedade privada e do trabalho assalariado. Essas, portanto, se pautam numa lógica de acumulação primitiva no que tange aos bens de natureza – entre os humanos e os não humanos – e, igualmente, ao que se refere ao trabalho, que deixa de ser uma prática para si.

É nesta perspectiva que a presente tese se refere a turismo massificado. Considera que o processo de implantação de atividades turísticas numa região tende a massificar os usos de seu meio ambiente, com a implantação de “paisagens artificiais”, como bolhas socioambientais, e a coisificar as relações entre os homens. Isto tanto porque busca garantir ao turista certo conforto urbano (estrada asfaltada, água encanada, ar-condicionado, serviço de quarto, piscinas, entretenimentos diversos etc.), quanto pela lógica comercial dos *resorts*, que insulam o turista e seus gastos (*all inclusive*) nos limites geográficos do empreendimento. Vale mencionar a constante transformação de tudo, absolutamente tudo, em mercadoria, em nome do desenvolvimento e do progresso do país, das regiões e dos povos do ecossistema, que não só são considerados diferentes, como também são avaliados como atrasados em relação à modernidade.

O “desenvolvimento” supôs, conforme foi entendido depois da Segunda Guerra Mundial, um processo dirigido a regiões da Ásia, da África e da América Latina para reproduzir as condições que se supunha que caracterizavam as nações economicamente mais avançadas do mundo: industrialização, alta taxa de urbanização e de educação, tecnificação da agricultura e adoção generalizada dos valores e princípios da modernidade, inclusive formas concretas de ordem, de racionalidade e de atitude individual.

Definido dessa maneira, o desenvolvimento implicou simultaneamente no reconhecimento e na negação da diferença. As pessoas que habitam o terceiro mundo se consideram diferentes, uma vez que o desenvolvimento é precisamente o mecanismo por meio do qual essa diferença deveria ser eliminada. (Escobar, 2020, p. 274).

Segundo Arturo Escobar (2020, p. 287), o desenvolvimento⁶⁹ é uma invenção, um tipo de mito, passível de estudo no “estilo tradicional da antropologia”, fincado de forma profunda

⁶⁹ Arturo Escobar (2020, p. 291) aborda as definições e limitações da Antropologia para o Desenvolvimento e, também, uma Antropologia do Desenvolvimento: “[...] enquanto os/as profissionais em antropologia para o

na modernidade, que, por sua vez, avalia-se servir ao processo contemporâneo de acumulação primitiva (Sassen, 2016; Federice, 2022), no movimento constante de expansão do capital, atualmente sob a égide da política econômica neoliberal. Seriam formas atuais de neocolonialismo e neoimperialismo burocrático e tecnológico? É uma questão a se pensar, posteriormente.

No que tange ao desenvolvimento do turismo no Brasil, preponderantemente no Nordeste, o PRODETUR é o marco de uma política de Estado. No caso da Bahia, a legislação ambiental da UC na forma de APA foi uma ferramenta institucional acionada por vários motivos. Destes destacam-se: a possibilidade de ocupação humana e o exercício de atividades comerciais, tal qual o turismo; o fato de não alterar os regimes de propriedades existentes, portanto o Estado não precisa pagar indenizações pela criação de uma APA; é um instrumento legal, que formaliza uma região enquanto reserva de valor de bens da natureza para exploração dos recursos; o aporte ideológico, utópico e mercadológico que o rótulo jurídico de APA lega a uma região potencializa uma abordagem de desenvolvimento sustentável, que agrega ainda mais valor ao meio ambiente da região administrativa instituída, sobretudo, para o *business* turístico.

Enquanto uma UC, a APA⁷⁰ é estabelecida pela Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981⁷¹ conjuntamente com a Estação Ecológica (EE). Esta lei não apresenta introdução explicativa sobre o tema, o seu conteúdo é abordado diretamente no seu primeiro artigo, sendo composta por 11 deles. Destes, 2 têm um caráter geral (“Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na

desenvolvimento se concentram na evolução de seus projetos, no uso do conhecimento para elaborar projetos de acordo com a situação e com a cultura de seus beneficiários, assim como na possibilidade de contribuir para aliviar as necessidades dos pobres, os/as profissionais em antropologia do desenvolvimento centram suas análises no aparato institucional, nos vínculos com o poder estabelecido entre o conhecimento especializado na análise etnográfica e a crítica aos modelos modernistas, bem como na possibilidade de contribuir para os projetos políticos das pessoas desfavorecidas. Talvez o ponto mais fraco da antropologia para o desenvolvimento seja a ausência de uma teoria de intervenção que vá além das intervenções retóricas sobre a necessidade de trabalhar a favor das pessoas pobres. De maneira similar, a antropologia para o desenvolvimento sugere que o ponto mais fraco da antropologia do desenvolvimento não é muito diferente, já que se apoia em como dar um sentido político prático a suas críticas teóricas. [...]”.

⁷⁰ Cabe esclarecer que uma APA difere de uma Área de Proteção Permanente (APP), sobretudo, pelo objeto que ambas as Unidades de Conservação buscam proteger. De forma simplificada, pode-se dizer que a primeira busca proteger a biodiversidade da flora, da fauna e a cultura de uma área, enquanto a segunda visa proteger e restituir as áreas relacionadas a bens hídricos de uso comum. Inclusive, APPs podem estar situadas em APAs, como ocorre na APA-LN/BA. Conferir Luís Antônio Coimbra Borges *et al.* (2011), sobre aprofundamento da compreensão sobre APP na legislação brasileira.

⁷¹ Cabe registrar que no Brasil significativos marcos legais sobre a problemática ambiental foram revisados ou instituídos durante o período do golpe militar, em consonância com as pressões internacionais para alinhamento da política ambiental brasileira. Destaca-se aqui a revisão em 1965 do Código Florestal de 1934; a Política Nacional do Meio Ambiente instituída pela Lei Federal nº 6.938, em 31 de agosto de 1981, que, por sua vez, criou o CONAMA; além da referida Lei Federal nº 6.902/1981, de criação das EEs e das APAs.

data de sua publicação. Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.”). Dos 9 artigos restantes, 7 versam de forma ampliada sobre as Estações Ecológicas, ao passo que apenas 2 são sobre APAs, os artigos 8º e 9º. Estes são sucintos e diretos na definição deste último tipo de UC. O primeiro define que o Estado “[...] poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.” No artigo seguinte, é apregoado que em cada APA o “Poder Executivo”, em consonância “ao exercício de direito à propriedade” da CF/88, deverá estabelecer “normas, limitando ou proibindo” as quatro seguintes atividades: i) industriais, potenciais poluidoras dos mananciais de água; ii) de terraplenagem e de abertura de canais; iii) que possam acelerar a erosão das terras e/ou acentuar o assoreamento das coleções hídricas; iv) que possam extinguir as espécies raras da biota.

Por sua vez, as diretrizes da EE, estabelecidas na supracitada lei, são mais amplas, detalhadas e restritivas, por exemplo, 90% da sua área é destinada à “preservação integral da biota”. Portanto, as EEs são “[...] destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.” Avalia-se que a Lei Federal nº 6.902/1981 estabelece um par de opostos: EEs e APAs, a primeira UC, de caráter conservacionista e preservacionista permanente e austero, ao passo que a segunda é passível de exploração nos termos “performativos da lei”, tal qual definido por Jacques Derrida (2007)⁷².

No Litoral Norte da Bahia, a política ambiental, através do Decreto Estadual nº 1.046, de 17 de março de 1992, estabeleceu como APA Litoral Norte a parte litorânea de cinco municípios baianos, que engloba uma área de 1.348 km², composta por 10 km de largura e 142 km de extensão. No quadro que segue, observa-se que Conde ocupa a maior faixa costeira e proporção do município dentro da APA, ao passo que é no litoral de Mata de São João que estava situado o maior número de vilas das pessoas da região, com 10, seguida das porções de Conde, com 6, Entre Rios e Jandaíra, cada uma com 4 vilas, e por último Esplanada, com 2. Entretanto, como dito alhures, foi Mata de São João que recebeu um volume vultoso de investimentos do

⁷² De acordo com Derrida (2007, p. 24): “O próprio surgimento da justiça e do direito, o momento instituidor, fundador e justificante do direito, implica uma força performativa, isto é, sempre uma força interpretadora e um apelo à crença [...] a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, fazer a lei, consistiria num golpe de força, numa violência performativa e portanto interpretativa que, nela mesma, não é nem justa nem injusta, e que nenhuma justiça, nenhum direito prévio e anteriormente fundador, nenhuma fundação preexistente, por definição, poderia nem garantir nem contradizer ou invalidar.”

PRODETUR, considerando que em seu litoral se encontram os maiores e mais famosos empreendimentos turísticos, reconhecidos nacional e internacionalmente.

Quadro 6 – Características gerais da APA Litoral Norte da Bahia

Municípios	Faixa Costeira (aproximada)	Porção Municipal na APA	Comunidades ao longo da BA-099
Mata de São João	30 km	17,51%	Praia do Forte, Imbassaí Santo Antônio; Malhadas, Campinas; Açu da Torre; Diogo, Areal, Curralinho, Sauípe.
Entre Rios	18 km	18,21%	Porto de Sauípe, Canoas, Massarandupió, Subaúma.
Esplanada	20 km	13,98%	Baixio, Palame.
Conde	45 km	31,75%	Barra do Itariri, Sítio do Conde, Siribinha, Congurito, Vila do Conde, Cobó.
Jandaíra ⁵	33 km	18,55%	Barra do Itapicuru, Costa Azul, Ponte de Tabatinga, Abadia.

Fonte: Documentação oficial do Estado, acessada no jornal A Tarde.

Ainda sobre o decreto de criação da APA-LN, pode ser observado, no quadro abaixo, que o referido documento formaliza a relação desta região administrativa ambiental com um projeto de modernidade, pela reiterada utilização e adjetivação de “desenvolvimento”. Por sua vez, ainda na introdução, este documento deixa explícito o projeto político e econômico de continuidade socioespacial entre a capital do estado, Salvador, e o Litoral Norte⁷³, especificamente a APA, considerando o valor cênico e paisagístico diferenciado desta porção, à época, se comparada à parte inicial desta região do Estado, litorais de Lauro de Freitas e Camaçari. Estes já apresentavam um passivo ambiental do turismo massificado das segundas residências, iniciado ainda na década de 1970, e intensificado após a abertura da Estrada do Coco, em 1975, que vai de Lauro de Freitas à Praia do Forte.

⁷³ Conferir Eduardo Marandola Júnior e Zuleika Alves Arruda (2005) sobre a “Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre o campo e a cidade”. Sobre o processo de urbanização, de segregação espacial e contínuo rural e urbano no Litoral Norte, porção Estrada do Coco, conferir Denise Magalhães (2017).

Quadro 7 - Figuração de “desenvolvimento” no decreto de criação da APA-LN da Bahia, Decreto Estadual nº 1.046/1992

Nº	Decreto 1.046/92	Desenvolvimento x Trecho
1º	Introdução	“[...] <u>desenvolvimento</u> econômico-social da sub-área do Litoral Norte da Bahia [...]”
2º	Introdução	“[...] o <u>desenvolvimento</u> e a ocupação do solo por diversas atividades que devem ser harmonizadas entre si e com os valores ambientais.”
3º	Introdução	“[...] favorecendo o <u>desenvolvimento</u> de atividades sócio-econômicas, tais como o turismo, lazer, habitação, pesca, reflorestamento, fruticultura e outras, segundo as exigências do [...]”
4º	Introdução	“[...] fruticultura e outras, segundo as exigências do <u>desenvolvimento</u> sustentado; [...]”
5º	Introdução	“[...] o <u>desenvolvimento</u> turístico da sub-área do Litoral Norte guarda estreita relação com a política [...]”
6º	Introdução	“[...] Litoral Norte guarda estreita relação com a política de <u>desenvolvimento</u> da Região Metropolitana de Salvador.”
7º	Art. 3º, I	“elaborar, no prazo de até 360 dias, o Plano de Manejo (zoneamento ecológico-econômico), para o <u>desenvolvimento</u> sustentado da APA Litoral Norte, [...]”
8º	Art. 3º, II	“analisar e emitir pareceres prévios ao licenciamento dos projetos públicos e privados relativos a parcelamento do solo, <u>desenvolvimento</u> turístico, habitacional, agrícola, agroindustrial e outros propostos para a área territorial da APA;”
9º	Art. 3º, § 2º	“Fica designada a Companhia de <u>Desenvolvimento</u> da Região Metropolitana de Salvador - CONDER como entidade administradora da APA Litoral Norte, [...]”

Fonte: Decreto estadual nº 1.046/1992

Assim como os decretos das demais 30 APAs na Bahia, o referente à APA-LN é expedido pelo Governo do Estado e é composto por apenas três páginas. A partir da metade da segunda, figura apenas a data, os nomes e os cargos das autoridades que compunham o governo (Antônio Carlos Magalhães – ACM era o governador e mais 13 secretários, todos homens). Logo, nas suas uma página e meia de texto, a palavra “desenvolvimento” figura 9 vezes, sendo 1 como parte da definição de um órgão governamental, que por si só é significativo, e nas 8 demais com qualificadores como socioeconômico, turístico e sustentável. Acerca deste último, Gustavo Lins Ribeiro (1991, p. 84) nos fala: “[...] entendo desenvolvimento sustentado como a noção central que articula e neutraliza interesses divergentes internamente ao campo político (in)formado pelo grande metarrelato utópico ambientalista.” Ainda segundo este autor (*idem*), o desenvolvimento sustentável e a globalização tornaram-se, a partir de 1990, parte de um

discurso hegemônico e inclusivo do senso comum e da literatura especializada, ocupando o âmago da modernidade no séc. XXI.

Cabe ainda destacar o caráter hierárquico que o desenvolvimento costuma carregar, associado a outros qualificadores usados para definir os seus objetivos, embora não abordando de fato quem receberá as benesses auferidas pelas suas atividades econômicas. Neste sentido, para Ribeiro (2008, p. 118), trata-se de uma ideologia e uma utopia demandadas pelo sistema mundial, que gera sentido às posições desiguais dentro do sistema capitalista. Isto proporciona a *outrem* a utopia de que há um caminho a se seguir, que o levará a ultrapassar a situação de anacronismo imputado pelos pares de opostos das metáforas hierarquizantes: desenvolvido/subdesenvolvido, modernidade/tradição; primeiro mundo/terceiro mundo, centro mundial/periferia mundial etc. Neste sentido, o desenvolvimento regional, também citado no decreto da APA-LN, intenta qualificar de arcaica a região em relação ao centro interno, que tanto pode ser a capital como outras regiões brasileiras, e também centro externo (“o estrangeiro”), que é elaborado no imaginário social como ainda mais moderno.

É curioso que a definição dos litorais de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra como uma APA tenha ocorrido, apenas, após o início da expansão da BA-099, que sem dúvida foi um Projeto de Infraestrutura de Grande Escala (PIGE), nos termos definidos por Ribeiro (2008). Como poderá ser observado no próximo capítulo, esta obra se constituiu no evento inflexão na região. Ela foi inaugurada em dezembro de 1993, quase dois anos após a criação da APA-LN e é citada no decreto consorciada, de forma subliminar, ao turismo, mas não fazendo referência aos conflitos e impactos socioambientais que esta rodovia impôs à região, aos lugares, aos humanos e não humanos que lá viviam antes do início da sua obra de ampliação. Como pode ser observado abaixo, na citação do decreto da APA-LN, há uma reificação do desenvolvimento que ela proporcionaria à região e sua categorização como ecológica e ambientalmente verde, fato materializado, ainda, pelo nome da nova parte da BA-099: Linha Verde. Isto se constituiu em mais um valor comercial agregado ao discurso ambiental de comercialização da região, como será abordado no quinto capítulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA [...] considerando que a implantação da “Linha Verde” (Rodovia BA-099) constitui importante indutor do desenvolvimento econômico social da sub-área do Litoral Norte da Bahia, proporcionando o desenvolvimento e a ocupação do solo por diversas atividades que devem ser harmonizadas entre si e com os valores ambientais; considerando a existência, no Litoral Norte, de um importante patrimônio natural, representado por diversos ecossistemas, a exemplo de manguezais, áreas estuarinas, dunas, restingas e

lagoas, além do seu apreciável valor paisagístico; considerando o caráter ecológico e ambiental da “Linha Verde” [...]. (Decreto Estadual 1.046/1992).

Concorda-se com Lídia Cardel (2016) que a criação da APA-LN se constituía em uma aparente mitigação dos ciclos mais recentes de expansão do capital na região – a silvicultura de pinus e eucaliptos e o turismo massificado. Acrescenta-se que o discurso ambiental tanto fragilizou a região, como colocado por esta autora na citação abaixo, quanto a tornou uma reserva de valor, como já dito anteriormente, para os turismos imobiliário e massificado.

Com finalidade de mitigar os impactos dos maciços madeireiros, das obras de construção da rodovia principal conhecida como “Estrada do Coco”, das intervenções paisagísticas e invasivas da indústria civil e hoteleira, a criação da APA/Litoral Norte, em 1992, inventou uma nova forma de administração regional. Ela foi criada por meio de um discurso preservacionista do meio ambiente, do bioma e dos micros biomas locais, mas, na realidade, acabou tornando-se, ela mesma, em uma região fragilizada por este mesmo discurso ambientalista uma vez que este aceita, por meio da Legislação Ambiental, várias formas de ocupação deste espaço através de licenciamentos ambientais, criação de Reservas Extrativistas (como caso da Reserva Sapiranga) e de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). (*idem*, p. 35).

Na medida em que se segue na análise sociológica dos documentos de criação e gestão da APA-LN, constata-se a sobreposição articulada da política ambiental e a relativa ao turismo. Isto pode ser verificado na Bahia, na década de 1990, por pelo menos três acontecimentos: a ampliação da BA-099, a criação da APA-LN e o início do Projeto Sauípe. Paralelo a estes acontecimentos, não por coincidência, no cenário nacional, no início desta mesma década, começaram a elaboração, o planejamento e a articulação política do PRODETUR, que é iniciado em 1992. Toda esta mobilização associada a informações da entrevista de Érico Mendonça⁷⁴, no documentário “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), que é analisada no próximo capítulo, despertou a curiosidade sobre o conjunto de APAs na Bahia. Quantas são? Quando foram criadas? Estão destinadas para o turismo? Seus planos de manejos já estão elaborados? Estes demoraram a ser realizados como o da APA-LN?

Frente a estes questionamentos, se realizou um levantamento sobre as APAs, simultaneamente, de forma a complementar e a verificar as informações, nos sites do Centro de Apoio às Promotoria do Meio Ambiente e Urbanismo (CEAMA) do Ministério Público do

⁷⁴ Érico Mendonça, que consta no documentário “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), tem por nome completo Érico Pina Mendonça Junior. É desta forma que ele é nomeado no documento referente à segunda fase do PRODETUR – “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) de Salvador e seu entorno” –, que é analisado na próxima parte deste capítulo.

Estado da Bahia (MP-BA) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Tal busca proporcionou um quadro rico em detalhes sobre as APAs na Bahia, que pode ser consultado na íntegra no Apêndice C (Quadro 8). Este agregou ao processo de compreensão da APA-LN e ao objetivo específico deste capítulo. O quadro original segue resumido abaixo, que, por sua vez, é complementado com um outro que relaciona a data de criação das APAs com os Governos do Estado da Bahia, entre 1985 e 2023.

Quadro 9 – APAs no estado da Bahia

Nº	Data	APA	Atividade Turística	Zoneamento Plano de Manejo ¹
1	13/11/1985	Gruta dos Brejões - Vereda do Romão Gramacho.	Sim	Não consta
2	22/09/87 18/10/93	Lagoas e Dunas do Abaeté Alteração da delimitação	Sim	s/ nº Set./1997
3	27/02/1991	Lagoas de Guarajuba ³	Sim	Não consta
4	06/11/91	Mangue Seco	Sim	983/1994
5	17/03/92	Litoral Norte do Estado da Bahia	Sim	1.040/1995
6	11/05/92	Guaibim	Sim	759/1993
7	05/06/92	Ilhas de Tinhare e Boipeba	Sim	1.692/1998
8	05/06/03	Plataforma Continental do Litoral Norte	Sim	Não consta
9	07/06/93	Serra do Barbado	Sim	2.945/2002
10	07/06/93 05/06/01	Bacia do Rio de Janeiro Ampliação	Sim	Não consta
11	07/06/93 22/09/03	Costa de Itacaré Serra Grande Ampliação	Sim	1.334/1996
12	07/06/93	Coroa Vermelha	Sim	1.768/1998
13	14/06/93	Caraíva/Trancoso	Sim	2.532/2000
14	14/06/93 22/09/03	Lagoa Encantada e rio Almada Ampliação	Sim	1.802/1998
15	14/06/93	Marimbus Iraquara	Sim	1.440/1997
16	14/06/93	Ponta da Baleia Abrolhos	Sim	Não consta
17	14/06/93	Rio Capivara	Sim	Diagnóstico
18	31/08/94	Santo Antônio Revisão da área	Sim	1.318/96 1.777/98
19	18/07/97	Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco	Sim	Não consta
20	18/07/97	Lagoa Itaparica	Sim	Não consta
21	18/07/97	Lago de Pedra do Cavalo	Não	Não consta
22	02/04/98 20/09/01	Pratigi Ampliação	Sim	3.606/2006
23	05/06/99	Baía de Todos os Santos	Sim	Não consta
24	05/06/99	Joanes-Ipitanga	Sim	2.974/2002

25	05/06/2001	Bacia do Cobre São Bartolomeu	Não	Não consta
26	05/06/01	Serra Branca / Raso da Catarina	Não	Não consta
27	27/02/02	Baía de Camamu	“Bel. cênica” ²	Não consta
28	30/03/06	Lago de Sobradinho	Não	Não consta
29	05/06/06	Rio Preto	Não	Não consta
30	05/06/06	São Desidério	Valor cênico	Não consta
31	27/12/06	Serra do Ouro	Sim	Não consta

Fontes: O Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente e Urbanismo (CEAMA) do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Notas:

- Em algumas APAs há o registro do Zoneamento e do Plano de Manejo. Em outras há o Zoneamento, apenas, que informa a aprovação do plano de manejo e o número da resolução. Entretanto, também existem casos em que no Zoneamento não há menção ao plano de manejo.
- “Beleza cênica” e “valor cênico” são categorias no site do INEMA, o que se comprehende como indicativo de possibilidade de apropriação pelo turismo.
- Sobre a APA Lagoa de Guarajuba (Linha 15) não foi localizado decreto. Constam apenas resoluções tanto para a criação quanto para o “parâmetro urbanístico”, portanto, também não há plano de manejo, o que é comum à maioria das APAs.

Quadro 10 – Criação de APAs na Bahia por governador do estado, 1983-2023

Governador/Partido/Grupo Político	Mandato(s)	APAs Criadas
João Durval do PDS	1983-1987	1
Waldir Pires do PMDB	1987-1989	1
Nilo Coelho do PMDB	1989-1991	1
Antônio Carlos Magalhães-ACM do PFL	1991-1994	14
Antônio Imbassahy do PFL	1994-1995	1
Paulo Souto do PFL	1995-1999	4
Cesar Borges do PFL	1999-2002	5
Otto Alencar do PFL	2002-2003	0
Paulo Souto do PFL	2003-2007	4
Jaques Wagner do PT	2007-2011 2011-2015	0
Rui Costa do PT	2015-2019 2019-2023	0
Jerônimo do PT	2023-Atual	0

Fontes: Grupo de estudo e de pesquisa “História, sociedade e educação no Brasil (HISTEDBR), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); O Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente e Urbanismo (CEAMA) do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Nota: Definições das siglas dos partidos políticos na ordem que figuram no quadro – Partido Democrático Social-PDS; Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (atual Movimento

Democrático Brasileiro-MDB); Partido da Frente Liberal-PFL (atual Democratas); Partido dos Trabalhadores-PT.

Entre 1985 e 2006, o Estado da Bahia instituiu 31 APAs. Na década 1980, foram 2, equivalendo a 6,4% do total, ao passo que, na de 1990, foram criadas 22 APAs, que equivalem a mais que dois terços (71%) do montante integral. Na década 2000, mais 8 foram decretadas e correspondem a 22,6%. Ao se correlacionar as datas de criação com o período dos mandatos dos governadores e dos seus grupos políticos, é notório que 28 (90,3%) das APAs foram instituídas durante os mandatos do PFL, que era o grupo político de ACM. Destas, 14 (50%) foram criadas durante os mandatos dele (1991-1994).

A primeira APA baiana foi decretada por João Durval – “Gruta dos Brejões – a Vereda do Romão Gramacho – e as duas seguintes nos governos do PMDB – a Lagoas e Dunas do Abaeté e a Lagoas de Guarajuba. Desde 2007, ano em que se inicia o período político dos cinco mandatos consecutivos do PT, não foi criada APA, nem as já existentes foram revisadas/ampliadas, sequer se identificou a expedição do plano de manejo para as APAs, que ainda não o têm, como também não foi feita a revisão deste documento das que já o possuem.

É patente a diferença entre a gestão dos dois grupos políticos que ocuparam e ocupam o governo da Bahia há mais de trinta anos. Por um lado, é lícito concluir que o último grupo vem negligenciando a política ambiental nos quase vinte anos de atuação, não porque novas APAs não foram criadas – Cabendo a pergunta: este instrumento legal já contemplou a demanda para a criação de APAs na Bahia com as já definidas?⁷⁵ – e sim porque ações para a efetivação da proteção ambiental das já existentes não foram identificadas, bem como é questionável o efetivo suporte técnico aos municípios para a realização dos planos de manejos.

Este documento, por sua vez, não foi elaborado para 16 APAs (51,6%), inclusive a primeira. As 14 (45,2%) que têm tal recurso para a sua gestão esperaram, entre 2 (como a de Guabim) e 10 anos (caso da Lagoas e Dunas do Abaeté) para sua realização. A APA do Rio Capivara, instituída em 14 de junho de 1993, apresenta a condição de “diagnóstico” para o plano de manejo. Por outro lado, também é lícito questionar a eficácia ambiental e os interesses das 28 APAs criadas durante os mandatos do PFL, considerando tanto a não realização, ao

⁷⁵ Não se identificou bibliografia que permitisse estabelecer diálogo e responder de forma assertiva esta pergunta. Entretanto, em busca no site do Ministério Público do Estado da Bahia, localizou-se a notícia “Criação de uma APA na área das nascentes da Serra da Jacobina foi tema de seminário no MP no ‘Dia mundial da Água’ (2019), porém nada além disto foi localizado. Portanto, trata-se de um assunto que não se esgota aqui, carecendo de investigações aprofundadas. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/45687> Acesso em: 26 dez. 2023.

menos, dos planos de manejo quanto a finalidade de as constituir em reserva de valor para o turismo, tendo em vista, ainda, que o PRODETUR-Ba e o específico para o Nordeste foram instituídos na década de 1990.

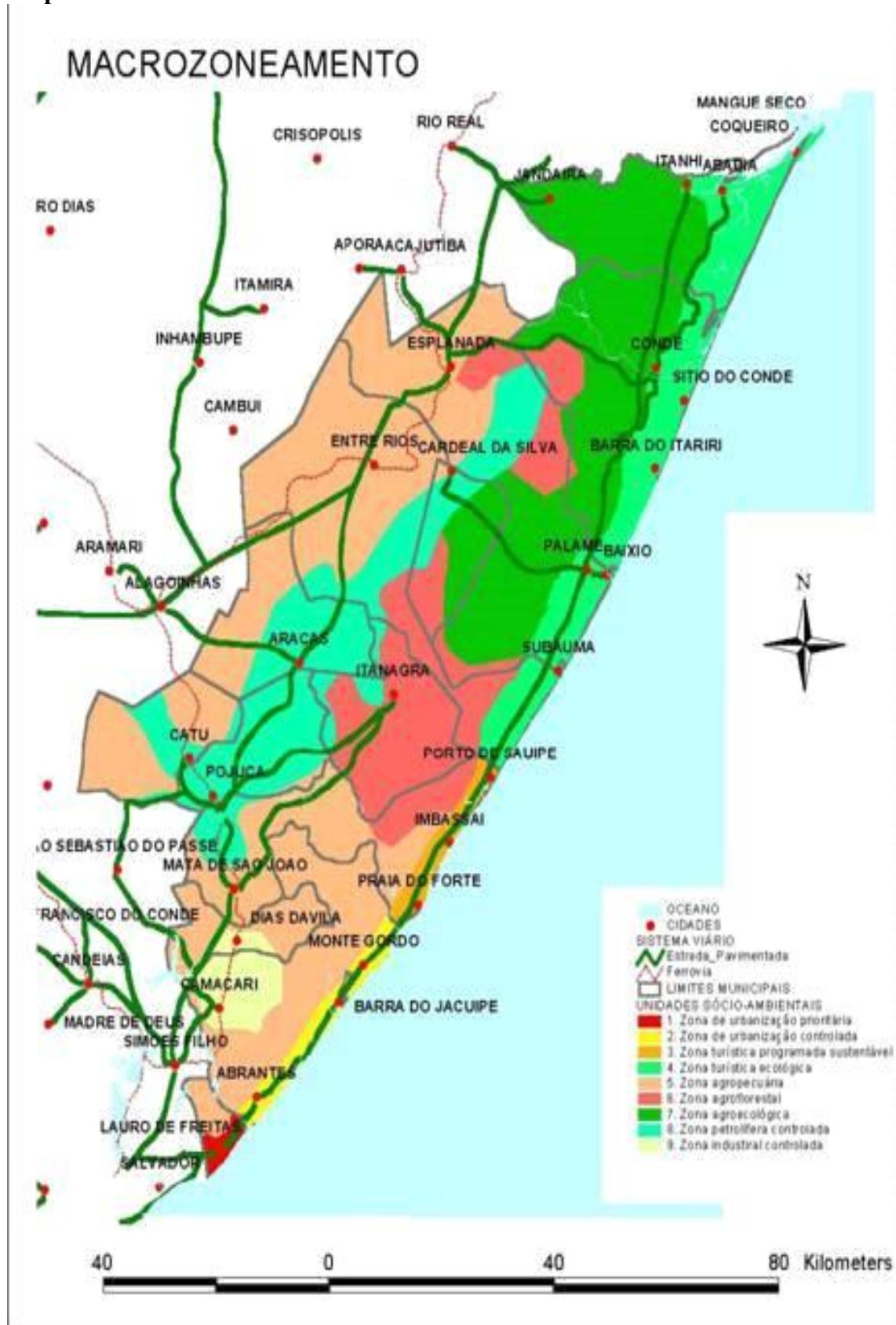
[...] a maior parte das APAs no Estado da Bahia, na década de 1990, é criada por iniciativa do órgão responsável pelo turismo, quais sejam: Ponta da Baleia Abrolhos; Trancoso/Caraíva; Santo Antônio; Itacaré/Serra Grande; Península de Maraú Pratigi; Marimbus/Iraquara; Barbalhos; Lagoa Encantada. Além de propor a criação dessas Unidades de Conservação, o setor do turismo é responsável por coordenar os seus Planos de Manejo, sendo parceiros também na definição do planejamento de outras APAs cujos proponentes foram outras instituições. (Souza, M. 2009, p. 77).

Esta perspectiva econômica associada ao turismo, identificada por Maria de Lourdes Souza (2009), extrapola as APAs criadas na década de 1990. De acordo com o resumo geral apresentado pelo INEMA sobre cada uma das 31 APAs, 24 têm atividades turísticas, 1 apresenta “Beleza cênica” (a da Baía de Camamu) e mais 1 “Valor cênico” (a de São Desidério), que, se somadas, equivale dizer que 83,9% apresentam potencial turístico ou já realizam atividades deste tipo. Apenas para 5 (16,1%) não há referência a esta atividade econômica, que são a da Bacia do Cobre São Bartolomeu; a do Lago da Pedra do Cavalo; a do Lago do Sobradinho; a do Rio Preto e a da Serra Branca/Raso da Catarina.

Não foram identificados mapas que permitissem uma visualização das APAs na Bahia, nem especificamente da APA-LN. Na próxima subseção deste capítulo constam dois croquis desta APA, nos quais é possível observar que se destinam à propaganda de todo o Litoral Norte como um produto turístico, e não são mapas com escala cartográfica etc. O resultado dessa seleção, embora seja interessante por ser revelador, não era o critério inicial de busca. Esta visava achar mapas de fato da APA-LN, mas não se encontrou um deste tipo, com o conjunto das municipalidades que a compõe, exceto sobre um ou outro município, separadamente, produzido como parte de pesquisas de mestrado ou doutorado.

O mapa mais próximo, mas ainda não específico sobre a APA-LN identificado, foi localizado em um artigo de Ester Limonad (2008). Entretanto, diferente do que a autora informa, o mapa de macrozoneamento que segue não é da APA-LN, e sim da ZEE 35 – Planalto Costeiro do Litoral Norte, que é composto por mais 10 municípios – conferir este e outros detalhes no Apêndice A (Quadro 1 – Categorizações estatais de regiões que abarcam municípios que compõem a APA Litoral Norte da Bahia) – além dos 5 que compõem a APA em apreço.

Mapa 2 – Macrozoneamento do Litoral Norte - Bahia



Fonte: Limonad (2008)

Todavia, este mapa nos permite identificar pelo menos dois aspectos sobre a macro ZEE 35, que abarca as cinco municipalidades da APA-LN. O primeiro é a diversidade de atividades econômicas desta zona. Ela apresenta os setores primário (agroecológica, agroflorestal e agropecuária), secundário (industrial e petrolífera) e terciário (turismo), que permitem constatar que a macro ZEE Costeira do Litoral Norte já foi alvo de variados movimentos de expansão do capital, que seguem coexistindo nela. O segundo se refere aos tipos ou estágios de turismo desenvolvidos nesta macro ZEE. O litoral de Camaçari é definido como “Zona de Urbanização Controlada”⁷⁶, que é historicamente área de segunda residência (veraneio) e vem se constituindo, também, em primeira residência, sobretudo após a pandemia do COVID-19⁷⁷. O litoral de Mata de São João é categorizado como “Zona Turística Programada e Sustentável”. Por fim, os litorais de Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra foram definidos como “Zona Turística Ecológica”. A composição destes dois últimos zoneamentos, definidos como áreas turísticas, corresponde à extensão da APA-LN.

O turismo não é referido na primeira parte, de Camaçari, mas é de domínio público que esta atividade é amplamente realizada, como também se sabe de seus impactos e conflitos socioambientais em toda a parte inicial da BA-099 (Estrada do Coco). Tais características se propagam no sentido da APA-LN, como pode ser observado nos conflitos e nos impactos socioambientais analisados no próximo capítulo, através do documentário – Linha Verde: estrada cicatriz (Linha, 2008).

Sobre o plano de manejo específico da APA-LN, cabe registrar que ele foi publicado via Resolução nº 1.040 do CEPRAM, em 21 de fevereiro de 1995, quase três anos após o decreto desta APA⁷⁸. Se comparada a outras APAs, às que têm plano de manejo, este documento foi

⁷⁶ Parte do litoral de Salvador e da costa de Lauro de Freitas figuram como “Zona de urbanização prioritária”, que se destinam mais à primeira residência do que a algum tipo de turismo.

⁷⁷ Tendo em vista o contexto pandêmico da COVID-19 e o isolamento social, preconizado nos primeiros dois anos de emergência sanitária, o jornal local Correio da Bahia, o Correio, realizou cadernos especiais, postagens e *lives* no seu *Instagram*, trabalhando o “boom” no Litoral Norte da Bahia, ao passo que também estava atuando como um dos agentes desta dinâmica. No final de semana de 24 e 25 de julho de 2021, a capa do Correio foi a fotografia de uma areia de praia numa maré baixa com uma pessoa puxando um barquinho com a seguinte chamada: “Saída para o Litoral: boom natureza, bem-estar e prazer atraem milhares de novos moradores para a Linha Verde, que vive a efervescência com geração de emprego e oportunidades de negócios em diversos setores; construção civil adapta imóveis ao novo tipo de público” (caderno especial). Cerca de um mês depois, foi publicado um novo caderno especial com foto da capa da estrada no pôr do sol, com o título: “Outros horizontes: Imbassaí, Baixio e Subaúma entram no mapa do desenvolvimento no Litoral Norte da Bahia. Só em equipamentos turísticos está previsto investimento de US\$ 1,2 bilhão”.

⁷⁸ “Em 1995, o disciplinamento e ordenamento da ocupação do solo ficaram a cargo do Plano de Manejo da APA Litoral Norte e seu respectivo Zoneamento Ecológico Econômico. Outro programa fundamental surgiu em 2005, intitulado Programa de Gerenciamento Costeiro, cujo objetivo foi [...] promover o ordenamento do uso dos recursos naturais, a ocupação dos espaços costeiros e estabelecer o processo de gestão de forma integrada,

expedido num tempo médio baixo, mas ainda assim alto frente às demandas dos empreendimentos turísticos para a região e ao prazo estabelecido para sua execução no decreto de criação da APA-LN. Este preconiza, no seu Art. 3º, que compete à comissão de coordenação da APA “I - elaborar, no prazo de até 360 dias, o Plano de Manejo (zoneamento ecológico-econômico), para o desenvolvimento sustentado da APA Litoral Norte, observada a legislação própria, [...] respeitada a autonomia e o peculiar interesse municipal”.

No artigo anterior, Art. 2º, I a VI, fica estabelecido que esta comissão será composta por um representante: da Secretaria do planejamento, ciência e tecnologia, que a coordenará; da Secretaria de energia, transportes e comunicações; da Secretaria da indústria, comércio e turismo; da Secretaria de recursos hídricos, saneamento e habitação; da Secretaria da agricultura, irrigação e reforma agrária; um único representante para os cinco municípios da APA, indicado através da União das Prefeituras da Bahia. Ainda no Art. 3º, § 2º e 3º, a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) é definida como a entidade administradora da APA-LN, cabendo, dentre outras competências, a supervisão e a fiscalização das atividades a serem realizadas na área e, também, prestar assistência técnica e administrativa à comissão de coordenação e aos municípios desta APA.

Ainda neste artigo, no seu § 1º, fica estabelecido que o plano de manejo deverá perscrutar “[...] o sistema viário básico, o zoneamento de áreas para a implantação de complexos turísticos e de lazer, assentamentos urbanos e unidades de proteção ambiental rigorosa, observados os princípios e diretrizes da política estadual de meio ambiente.” O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) aprovou o plano de manejo desta APA, sendo o ZEE composto por 14 zonas.

“Desenvolvimento” figura 3 vezes neste documento. A primeira como elemento central de seu objetivo, “desenvolvimento sustentável” da área; em seguida de forma ambígua, pelo caráter generalista, no Parágrafo único do Art. 1º, informando que o CEPRAM resolve “Aprovar e instituir os Programas de Controle e Desenvolvimento, Defesa, Recuperação Conservação e Educação Ambiental, partes integrantes do plano de manejo da APA Litoral Norte.” Além disso, a palavra compõe a definição da sigla do órgão administrador da área – CONDER.

descentralizada e participativa das atividades socioeconômicas na zona costeira” (SOBRINHO, 2013: 121).” (Queiroz, R. 2016, p. 74).

Por sua vez, turismo e turística/o figuram 32 vezes no total, a primeira palavra 9 vezes e a segunda apresenta 23 repetições. No quadro síntese do ZEE que consta na resolução nº 1.040/1995, identificou-se menção direta a esta atividade em 9 zonas e de forma indireta em mais 2. Ou seja, das 14 zonas, 12 (85,7%) apresentam algum tipo de relação com o turismo, estabelecida nos artigos, nos campos de “usos permitidos” e/ou de “requisitos de ordem geral” da referida resolução.

Compõe o segundo tipo, referência ao turismo de forma indireta, a Zona de Reserva Extrativista (ZRE), que é destinada ao extrativismo de piaçava, matéria-prima amplamente utilizada na feitura de artesanato – atualmente produzido, de forma prioritária, para a venda aos turistas – e a Zona de Comércio e Serviços (ZCS), que por sua natureza proporciona suporte ao turismo de segunda residência e ao imobiliário, realizados na APA-LN. As Zonas com relação explícita com o turismo são as seguintes:

- i) Zona de Proteção Rigorosa (ZPR) – devendo as visitações serem obrigatoriamente acompanhadas de guias credenciados pela Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (BAHIATURSA);
- ii) Zona de Orla Marítima (ZOM) – a instalação de equipamentos de suporte à pesca e ao turismo precisam ser autorizadas pela CONDER;
- iii) Zona de Proteção Visual (ZPV) – destinada ao turismo ecológico e a realização de empreendimento está condicionada à EPIA;
- iv) Zona Turística (ZT) e Zona Turística Especial (ZT-E) – trata-se de duas zonas em uma, que são direcionadas, explicitamente, ao turismo (residencial uni e plurifamiliar e equipamentos diversos), ao comércio e ao serviço que proporcionem suporte a esta atividade;
- v) Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR) e Zona de Ocupação Rarefeita-Especial (ZOR-E) – também sendo duas zonas em uma, que são destinadas ao turismo de baixa densidade, com condicionante EPIA para a liberação de empreendimentos;
- vi) Zona de Urbanização Prioritária (ZPU) – o plano orienta que “os poderes públicos” devem elaborar um plano de ordenamento do uso do solo e infraestrutura, de modo à zona se voltar ao apoio urbano e ao turismo;
- vii) Zona de Urbanização Restrita (ZUR) – se refere a “povoações” com patrimônio histórico e com “[...] características sócio-culturais tradicionais, que utilizarão processos produtivos, voltados essencialmente para a subsistência (pesca artesanal, extrativismo de mangue e

Quadro 11 – O turismo e o ZEE da APA-LN/BA¹

Nº	ZONAS	USOS PERMITIDOS	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS ²
I	Zona de Proteção Rigorosa ZPR	“-Visitação contemplativa; -Pesquisa científica; -Trilhas ecológicas controladas.” (1995, p. 6)	-Trata-se de uma Área de Preservação Permanente (APP); -No LN se caracterizam “Os bolsões de desova de tartarugas nas localidades de Praia do Forte – Papa Gente, Santo Antônio, Porto de Sauípe, Massarandupió, Tempo Limpo – Baixio, Ribeiro, Barra do Itariri, Siribinha.” (1995, p. 2) -Art. 4º, Parágrafo 3º “As visitas à ZPR serão obrigatoriamente acompanhadas de guias credenciados pela <u>BAHIATURSA</u> e em quantitativos submetidos a seu controle prévio.” (<i>idem</i>)
II	Zona de Manejo Especial ZME	“-Atividades tradicionais extrativistas; -Estudos técnicos e científicos.” (<i>idem</i> , p. 2)	“-A CONDER apresentará ao CEPRAM, no prazo de 360 dias, estudos técnicos e científicos visando indicação de usos definitivos. -Qualquer atividade deve ser submetida a [Estudo Prévio de Impacto Ambiental -] EPIA ³ .” (<i>idem</i> , p. 6)
III	Zona de Orla Marítima ZOM	“-Visitação, pesca artesanal e recreio.” (<i>idem</i> , p. 2)	-Art. 6, Parágrafo 3º “O uso de equipamentos de segurança e apoio à pesca, à recreação e ao <u>turismo</u> , dependerá de prévia autorização da entidade administrativa da APA.” (<i>idem</i> , p. 3)
IV	Zona de Proteção Visual ZPV	“- <u>Turismo ecológico controlado.</u> ” (<i>idem</i> , p. 7)	“-Os empreendimentos turísticos-ecológicos deverão ser objeto de EPIA pelos órgãos ambientais.” (<i>idem</i> , p. 7)
V	Zona de Ocupação Rarefeita ZOR e Zona de Ocupação Rarefeita Especial ZOR-E	“-ZOR -Residencial unifamiliar e plurifamiliar; - <u>Turismo</u> de baixa densidade.” (<i>idem</i> , p. 8)	“-Todos os empreendimentos turísticos só poderão ser licenciados após EPIA;” (<i>idem</i> , p. 8)

VI	Zona Turística ZT e Zona Turística Especial ZT-E	<p>“ZT.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Equipamentos <u>turísticos</u>. -Comércio e serviços de apoio ao turismo. -Residencial uni e plurifamiliar [edifícios/conjuntos/condomínios]. <p>ZT-E.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Institucional, comercial e serviços, centros comerciais, restaurantes, bares, <u>equipamentos turísticos e parques temáticos.</u>” (<i>idem</i>, p. 7) 	<p>-Tanto na ZT quanto na ZT-E, o lote mínimo é 2000m²;</p> <p>“-ZT-E corresponde às áreas previstas pelo <u>PRODETUR</u> – para programas especiais de desenvolvimento turístico, aí incluídas as ‘Vilas Turísticas’”. (<i>idem</i>, 3)”</p>
VII	Zona de Reserva Extrativista ZRE	<ul style="list-style-type: none"> -Extrativismo monitorado de manguezais; <u>-Extrativismo de piaçava.”</u> (<i>idem</i>, p. 9) 	<p>-Indicativo de formulação e implementação de programas governamentais de acompanhamento.</p>
VIII	Zona de Urbanização Prioritária ZPU	<p>Art. 11º “A ZPU compreende as povoações que já apresentam um processo de ocupação desordenada, carentes de infra-estrutura básica, e que sofrem influência direta dos impactos decorrentes da rodovia BA-099.” (<i>idem</i>, p. 4)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Residencial unifamiliar; -Comércio e serviços de pequeno porte.” (<i>idem</i>, p. 9) 	<p>“-Lote mínimo: 250m²;</p> <p>-Gabarito máximo: 2 pavimentos;</p> <p>Restrição ao aumento da área da Zona;</p> <p>-Elaboração e implantação, pelos poderes públicos, de um plano de ordenamento do uso do solo e infra-estrutura, voltados ao apoio urbano e às <u>atividades turísticas.</u>” (<i>idem</i>, p. 9)</p>
XIX	Zona de Urbanização Restrita ZUR	<p>Art. 12º “-A ZUR compreende as povoações com elementos de patrimônio histórico, população com características sócio-culturais tradicionais, que utilizam processos produtivos voltados essencialmente para a subsistência (pesca artesanal, extrativismo de mangue e piaçava.” (<i>idem</i>, p. 4)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Residencial unifamiliar; 	<p>“-Manutenção do desenho urbano e da tipologia habitacional tradicionais até que os estudos específicos, a serem realizados pela entidade administradora da APA, junto com as prefeituras municipais, no prazo máximo de 180 dias, definam os parâmetros urbanísticos adequados a cada povoação;</p> <p>-Tombamento dos sítios históricos com incentivos a programas de <u>visitação turística</u> e conservação do patrimônio.” (<i>idem</i>, p. 9-10)</p>

		-Comércio e serviços de pequeno porte.” (<i>idem</i> , p. 9)	
X	Zona de Expansão I, II e III ZEP I, II e III	“ZEP I e ZEP II -Residencial unifamiliar e plurifamiliar; -Comércio e serviços mistos. ZEP III -Residencial, unifamiliar e plurifamiliar; -Equipamentos <u>turísticos</u> e comerciais.” (<i>idem</i> , p. 10)	“-ZEP I Lote mínimo: 300m ² ; -ZEP II Lote mínimo: 600m ² ; -ZEP III Lote mínimo: 1000m ² ; -Elaboração e implantação, pelos poderes públicos, de um plano de ordenamento do solo [...]; -Demais providências para sua urbanização.” (<i>idem</i> , p. 10)
XI	Zona de Agricultura ZAG	“-Uso e ocupação agrícola; - <u>Turismo</u> de baixa densidade; -Silvicultura existente.” (<i>idem</i> , p. 11)	“-Formulação e implantação de programas governamentais de apoio aos pequenos produtores; -Só serão permitidos parcelamentos de até 10% das propriedades com mais de 100 ha, para fins de <u>atividade turística</u> de baixa densidade; -Não será admitida a utilização de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos sérios na sua utilização [...]; -Não serão permitidos na ZAG novos projetos de silvicultura, nem a expansão dos existentes.” (<i>idem</i> , p. 11)
XII	Zona de Usos Diversificados ZUD	“-Residencial unifamiliar e plurifamiliar; -Comércio e serviços; -Turismo; -Agricultura; -Piscicultura; -Misto.” (<i>idem</i> , p. 11-12)	“Caberá aos poderes públicos municipais a elaboração de planos específicos de ordenamento do solo.” (<i>idem</i> , p. 12)
XIII	Zona de Comércio e Serviços ZCS	Art. 15º “-A ZCS corresponde às áreas interiores, localizadas em unidades ambientais que não impõem restrições rigorosas aos usos que nela possam se estabelecer.” (<i>idem</i> , p. 4)	“Lote mínimo: 300m ² ; Gabarito máximo: 2 pavimentos;” (<i>idem</i> , p. 12)

XIV	Zona de Comprometimento Ambiental ZCA	Art. 16º “-A ZCA corresponde a áreas já ocupadas ou cujo processo de ocupação encontra-se em desacordo com a legislação vigente e compromete a qualidade dos mananciais superficiais e subterrâneos de abastecimentos.” (<i>idem</i> , p. 4)	“-Formulação e implantação de programas governamentais em parcerias com a iniciativa privada objetivando: [saneamento básico, ordenamento espacial e educação ambiental das “populações residentes”];” (<i>idem</i> , p. 12-13)
-----	--	---	--

Fonte: Plano de Manejo da APA-LN/BA, resolução nº 1.040/1995

Notas:

1. Este quadro foi constituído tomando como referencial para seleção dos dados o quadro “Zoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental Litoral Norte”, que é parte integrante do Plano de Manejo nº 1.040/95 da APA-LN/BA. Logo, as citações apresentam o ano do documento e sua página original.
2. O conteúdo das “Observações Adicionais” corresponde a parte das informações disponíveis na coluna “Requisitos de ordem geral” do quadro supramencionado.
3. Manteve-se a definição da sigla como consta no Plano de Manejo da APA-LN/BA: Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA. Todavia, esta sigla e Estudo de Impacto Ambiental (EIA) utilizada nas demais partes do texto significam a mesma coisa em termos do que se espera do documento e da função e etapa de realização dele para o licenciamento ambiental de um empreendimento ou atividade.

piaçava) [...]”, (Resolução nº 1.040/1995 da CEPRAM, p. 4). Citada acima, quando se falou dos povos da ecoesfera;

viii) Zona de Expansão I, II e III (ZEP I, II e III) – destinada a residencial uni e plurifamiliar, comércio, serviço e equipamentos turísticos;

ix) Zona de Agricultura (ZAG) – apesar do objetivo central ser atividade primária, é também categorizada para o “turismo de baixa densidade”;

x) Zona de Usos Diversificados (ZUD) – como a própria definição informa, nela podem ser realizadas atividades residenciais (uni e plurifamiliar), agricultura, piscicultura e turismo, ficando sob a competência dos poderes públicos municipais a realização de um plano de ordenamento específico para esta zona.

Algumas destas zonas merecem, ainda, menção ou destaque analítico. A população dos lugares da APA-LN é mencionada, além das zonas já citadas (ZRE, ZPU, ZUR e ZAG), na Zona de Manejo Especial (ZME) que é direcionada para estudos técnicos científicos e “atividades tradicionais extrativistas” (Resolução nº 1.040/1995 da CEPRAM, p. 2), sendo que quaisquer atividades devem ser precedidas por EPIA, ou seja, ainda que permitido o acesso dos povos da ecoesfera, este é obliterado pela burocracia. Todavia, nas definições e explicações da ZUR, estes povos, suas vilas e suas culturas são descritos de forma coisificada, como objetos de consumo turístico. Por sua vez, a ZUP é avaliada como de ocupação desordenada e, por isso, foi alvo direto dos impactos da ampliação da BA-099.

Por suas relações com o turismo, as Zonas ZPR, ZPV e ZT-E merecem análises complementares. A primeira, por se tratar de uma APP, que demanda um acompanhamento austero de seus usos, mas que igualmente à ZPV, foi objeto de conflito socioambiental com o empreendimento Reserva Imbassaí, registrado no minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), analisado no próximo capítulo, e na pesquisa de mestrado de Claudia Novaes Machado (2008). Este lugar foi, também, campo de investigação de Renan Lopes Queiroz (2016). Por sua vez, a ZT-E tem sua correlação com o *business* turístico reificado, pois é a única delimitada no Art. 9º como “áreas previstas pelo PRODETUR – para programas especiais de desenvolvimento turístico, aí incluídas as ‘Vilas Turísticas’”, ou seja, o plano de manejo contempla de forma específica o PRODETUR, que por sua vez internaliza na política pública os interesses de um turismo imobiliário e massificado.

A ZME e a Zona de Comprometimento Ambiental (ZCA) foram as duas não vinculadas às atividades turísticas, embora nas suas definições se possa verificar que eram áreas

completamente diferentes em termos ambientais. A primeira já foi abordada acima quando se falou dos povos da ecoesfera. A segunda corresponde a áreas já ocupadas, que segundo o plano de manejo, apresentavam o uso em desacordo com a legislação vigente e com o potencial de comprometer a qualidade dos mananciais superficiais e subterrâneos da água usada para o abastecimento. Foram indicadas a formulação e a implantação de programas governamentais de saneamento básico, ordenamento espacial e educação ambiental das “populações residentes” (Resolução nº 1.040/1995 da CEPRAM, p. 12-13).

A Prefeitura de Mata de São João transformou o litoral do município em área urbana através da lei nº 229, de 20 de julho de 2005, a qual estabelece modificação dos limites da área urbana do litoral deste município, que passa a coincidir com as especificações do Distrito Turístico e Ecológico da sua Orla, criado pela Lei nº 185/2003, flexibilizando, desta forma, o uso do solo dentro da APA, com a finalidade de atrair novos investimentos turísticos e imobiliários. (Machado, 2008, p. 52).

Além destas consequências práticas que estabelecem um terreno fértil à flexibilização do zoneamento estabelecido no plano de manejo da APA-LN, Claudia Novaes Machado (2008) relata que houve impacto tributário para os proprietários de imóveis na costa deste município. Houve o aumento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e também para as propriedades maiores, com características rurais, como sítios, pois seguiram recebendo também o Imposto Territorial Rural (ITR).

Da investigação de Machado (2008) sobre as sobreposições das legislações federal, estadual e municipal e suas flexibilizações e descumprimentos em Imbassaí, município de Mata de São João, cabe destacar, por ora, mais uma ação da prefeitura. Esta não só atraiu a atividade turística, como comprometeu a proteção e a preservação do meio ambiente no seu litoral. Em 2003, foi promulgada a Lei Municipal nº 185, portanto dois anos antes da supracitada, que instituiu o “Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João”, redefinindo o ZEE do plano de manejo da APA-LN de forma condescendente ao movimento de expansão do capital nos segmentos do turismo imobiliário e massificado.

2.1 Desdobramento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) na APA-LN- Bahia

A história econômica recente da mesorregião Metropolitana de Salvador é marcada por dois movimentos de expansão do capital que se conectam no ZEE Costa dos Coqueiros. Na década de 1970, é instalado no município de Camaçari o Polo Petroquímico, e a partir de 1990 o turismo imobiliário e massificado. De acordo com Mattedi (2002), a atividade econômica legou uma classe média para a Bahia, que passou, ao longo dessa década, a ocupar progressivamente o Litoral Norte através de segundas residências. Um fator determinante para esta ocupação ocorreu em 1975, quando o Governo do estado da Bahia construiu a primeira parte da BA-099, que ficou conhecida como “Estrada do Coco”. A intenção inicial era atender as demandas ligadas a Titânia Brasil S.A. (Tibras), instalada em 1971, localizada próximo a Arembepe, litoral de Camaçari (Magalhães, 2017). Este primeiro trecho se estende de Salvador, das imediações do Aeroporto até a Praia do Forte, no entroncamento com a rodovia BA-874, e se trata da única porção da BA-099 duplicada, nos dois sentidos. A nova estrada facilitou o acesso e potencializou a ocupação turística supracitada na referida região, antes insulada geograficamente.

Como é de amplo conhecimento, nos anos de 1980 viveu-se uma crise econômica no Brasil, que segundo Mattedi (2002, p. 43) foi “[...] expressa na Bahia pelas dificuldades de manutenção do setor petroquímico como vetor de desenvolvimento [...] Foi um dos fatores que influenciaram o governo a reacender a ideia de ter no turismo uma alternativa econômica de desenvolvimento.” O Litoral Norte foi identificado como potencial a ser explorado, considerando os atributos e a paisagem natural e a facilidade de acesso, via aeroporto Luís Eduardo Magalhães e pela Estrada do Coco.

Como já dito alhures, na década seguinte têm-se início os eventos de inflexão na região, com a expansão da BA-099 – “Linha Verde”, que se estendeu até o estado de Sergipe, e com o Projeto Sauípe, no que tange ao seu planejamento, à captação de investidores e à realização da obra de construção civil. Entre um e outro evento há o marco institucional discutido na seção anterior, que é a definição de parte do Litoral Norte como uma APA. Avalia-se que esta definição administrativa ambiental tem importância para a definição da região como um polo turístico (Spinola, 1996), na medida em que o processo de turistificação da região se relaciona de forma intensa com a sua ambientalização, como pode ser observado no quadro abaixo. O aporte do direito ambiental foi utilizado como uma ferramenta jurídica de agregação de valor à região, apesar da metanarrativa ambiental indicar a intenção de protegê-la e preservá-la, o que não se consuma na prática, tendo em vista o passivo ambiental gerado pelo turismo massificado e imobiliário.

Quadro 12 – Ambientalização e turistificação da APA-LN/BA

Data	Aporte Legal	Observações
26/08/1981	Fundação Garcia D'Ávila (FGD)	- Registro civil e Tabelião de notas da comarca de Mata de São João -Atualmente é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
Déc. 1980	Projeto Tamar em Praia do Forte (base)	
1984	Fazenda Praia do Forte e propriedades próximas passam a ser Refúgio de Vida Silvestre	-Portaria nº 64/1984 IBDF -Medida que faz gestar a Reserva da Sapianga -Demais fazendas: Covão, Camarogipe e Passagem Grande
1992	Definição do litoral de cinco municípios, exceto Lauro de Freitas e Camaçari, com uma APA	-Decreto estadual 1.046/1992
1995	Aprovação pelo CEPRAM do plano de manejo da APA-LN	-Resolução 1.040/1995
2000	Instituto Baleia Jubarte em Praia do Forte (base)	-Centro de visitantes inaugurado em 2006
2001	Projeto Arara Azul em Praia do Forte	-Convênio de cooperação técnica entre FGD e o Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE) do IBAMA
2001	RPPN ¹ Dunas de Santo Antônio	-Portaria nº 65/2001 ICMBio proprietário Paulo Roberto de Álvares de Souza -Engloba parte das localidades de Diogo, Sto. Antônio e Areal
2003	Zona de Manejo Especial (ZME)	-Lei Municipal nº 185/2003

Fonte: Brito (2018) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Acesso em: 12 jan. 2017 e em 18 set. 2022)

Nota: FGD tentou registrar as localidades de Sapianga e Tapera como RPPNs, todavia os grupos se autodefiniram como quilombos remanescentes, solicitaram a inclusão no cadastro da Fundação Cultural Palmares (FCP), receberam a certidão desta fundação e tiveram os trabalhos do processo de reconhecimento do território étnico do INCRA iniciado, mas, devido ao acirramento de conflitos, ele foi suspenso. Atualmente, tanto este processo administrativo quanto os referentes ao registro de tais territórios como RPPNs não foram concluídos.

Como pode ser observado no quadro acima, o turismo implementado em Praia do Forte, ainda na década de 1980, pela iniciativa privada, foi precursor desta atividade associada ao *business* turístico, com intenção de alcance internacional. Por sua vez, ainda no início da década

seguinte, o poder público estadual⁷⁹ inicia o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), que foca em dois tipos de meio ambiente para definição das 7 zonas⁸⁰ de investimento, como pode ser observado no quadro abaixo, o litoral e a chapada. No PRODETUR-BA não havia um direcionamento para Salvador, a intenção era interiorizar o turismo no estado. Cada zona, por sua vez, foi definida valendo-se do conceito de “centro turístico integrado”, que tem como base “[...] o meio natural como atração principal e a concentração de turistas sem massificação.” (Brito, 2018, p. 141).

Quadro 13 – Zonas turísticas do PRODETUR-BA, 1991

Meio Ambiente	Zonas Turísticas	Municípios Integrantes
<i>Litoral</i>	1.Costa dos Coqueiros	Camaçari, Conde, Esplanada, Entre Rios, Jandaíra, Mata de São João e Lauro de Freitas
	2.Baía de Todos os Santos	Cachoeira, Jaguaripe, Itaparica, Madre Deus, Maragojipe, Santo Amaro, Salinas da Margarida, Salvador, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz
	3.Costa do Dendê	Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Valença e Taperoá
	4.Costa do Cacau	Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca
	5.Costa do Descobrimento	Belmonte, Porto de Seguro e Santa Cruz de Cabrália
	6.Costa das Baleias	Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado
<i>Chapada</i>	7.Chapada Diamantina	<i>Círculo do Diamante</i> – Andaraí, Iraquara, Itaetê, Lençóis, Mucugê, Palmeiras e Seabra <i>Círculo do Ouro</i> – Abaíra, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires

Fonte: Brito (2018, p. 140), que por sua vez faz referência à Secretaria de Cultura e Turismo – SCT (2005a).

Cabe lembrar que, na década de 1990, foram instituídas pelo governo estadual 22 das 31 APAs, das quais, de acordo com o INEMA, apenas a de Pedra de Cavalo não apresenta atividade turística. É neste contexto histórico que a APA-LN é definida, em 1992. Como vimos na seção anterior, 12 das suas 14 zonas do plano de manejo contemplam atividades turísticas

⁷⁹ Além da silvicultura, mencionada no capítulo anterior.

⁸⁰ “Nestas Zonas Turísticas foi feito um investimento público da ordem de US\$ 280.340,00, com uma maior parcela de recursos aplicada na Baía de Todos os Santos (31%), aparecendo, em seguida, a Costa dos Coqueiros (21,6%), cujo investimento mais importante foi a extensão da rodovia BA-099 [...]” (Magalhães, 2017, p. 92).

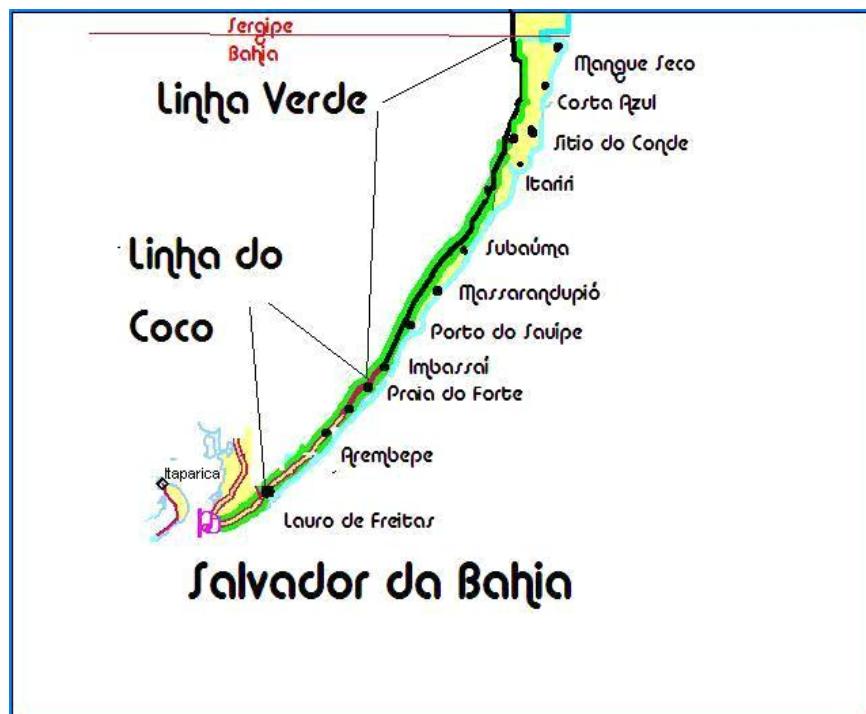
diversificadas em relação a ambientes, empreendimentos e públicos-alvo. Esta definição administrativa ambiental passa a se vincular com o turismo, que não exclui a segunda residência, mas progressivamente incorpora empreendimentos de grande porte e de diversificados produtos. De acordo com Brito (2018, p. 141),

[...] estes Centros Turísticos Integrados também estariam “respaldados numa adequada legislação de uso do solo e da preservação dos recursos naturais” (BAHIA, 1994, p. 4), cujo ponto alto ocorreria com a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) em cada zona turística, em atendimento aos requisitos básicos demandados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BAHIA, 1997b, p. 52). (*apud*, Brito, 2018, p. 141).

Neste sentido, a representação imagética da APA-LN é reveladora. Como já foi dito, não se identificou um mapa dela e sim croquis acerca do Litoral Norte como um todo, que permitem a visualização desta APA, tomando como base a Linha Verde ou os limites dos municípios que a compõem. Esse tipo de ilustração é amplamente disponível e utilizado em diferentes páginas da internet. No Croqui 1, por exemplo, são destacados os dois trechos da BA-099, Estrada do Coco e Linha Verde, e as vilas historicamente situadas na região. No 2 é possível ver o traçado de toda a rodovia e dos entroncamentos com outras estradas, na direção do interior do continente, mas, sobretudo, ele busca informar sobre as praias existentes em todo o Litoral Norte, de Abrantes a Mangue Seco⁸¹. Permite, ainda, visualizar a proximidade da região com Salvador, ou seja, com a facilidade de acessá-la via aeroporto internacional da Bahia. O Croqui 2 é bastante utilizado por empresas, para informar suas localizações, e por pessoas, que contam sobre suas viagens nas redes, como no que se localizou, no qual a Vila Diogo já estava destacada no *site* em que se teve acesso à imagem.

⁸¹ A praia de Mangue Seco está localizada no Limite da Bahia com o estado de Sergipe. Por ocasião da novela *Tieta do Agreste* – da tv Globo, exibida entre 14 de agosto de 1989 e 31 de março de 1990 –, a praia foi alvo de turismo massificado. Em 06 de novembro de 1991, foi instituída como APA, através do decreto 983/1994. Assim, a primeira praia da APA-LN é a de Praia do Forte e a última, a de Costa Azul.

Croqui 1 – BA-099: Estrada do Coco e Linha Verde, 2007



Fonte: Wikipédia, autoria não informada.

Croqui 2 – Praias do Litoral Norte baiano em relação aos seus municípios



Fonte: Pinterest, autoria não informada.

Com a criação do PRODETUR-NE I, em 1995, o PRODETUR-BA passa a conjugar-se a este programa federal. Além do nome, as diretrizes seguem semelhantes ao que já vinha sendo trabalhado na Bahia. O programa era uma linha de crédito para o setor público (estadual e municipal), direcionada aos estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e ao norte do estado de Minas Gerais, visando “desenvolver” e consolidar a atividade turística nestes locais. Ele foi financiado pelo BID e no Brasil teve como interposto o BNB. De acordo com Machado (2008), nesta fase federal na Bahia, foram incorporadas mais 5 zonas: Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Sudoeste, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco. Ou seja, do PRODETUR-BA para o PRODETUR-NE I, a Bahia passou de 7 para 12 zonas de investimentos.

Tabela 5 – Metas Globais do PRODETUR-NE I, em 1999

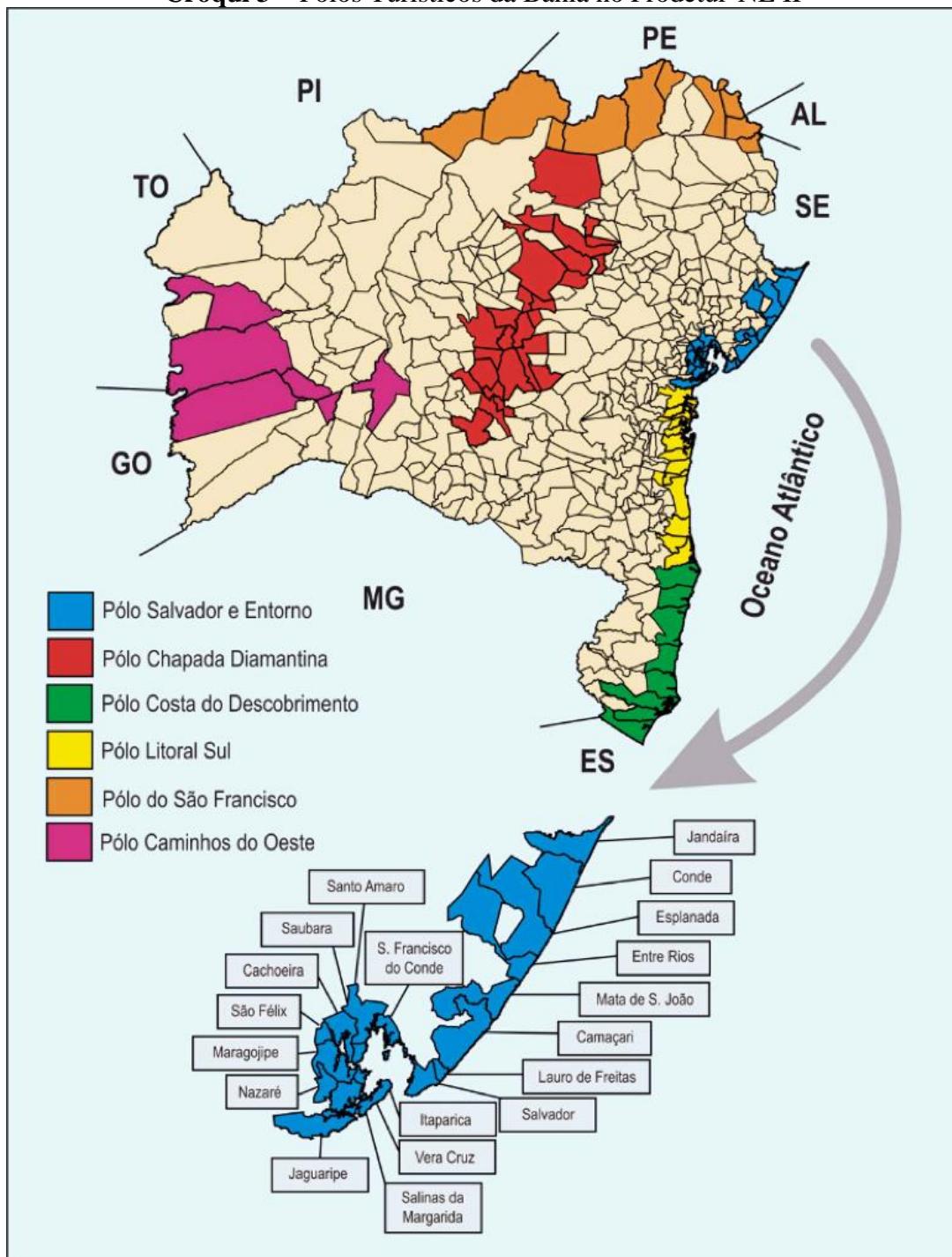
Descrição	Unidade de medida	Metas globais	Realizado (até mar./99)	Execução (%)
Empregos diretos	Unidade	1.687.000	806.666	47,8
Empregos indiretos	Unidade	2.183.000	1.046.424	47,9
Esgotamento sanitário e abastecimento d’água	Mil habitantes	681,2	462,2	67,9
Implantação/melhorias de rodovias	Km	625,3	554,8	88,7
Recuperação de patrimônio histórico	m ²	166.213.40	144.530,40	87,0
Preservação do meio ambiente	Hectares	24.679	20.549	83,3
Ampliação e modernização do meio ambiente	%	100	56.1	56,1
Capacitação de órgãos do Governo	Projeto	172	69	40,1

Fonte: Renan Queiroz (2016, p. 65), que por sua vez referencia o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 1999.

Como pode ser observado na tabela acima, nenhuma das metas globais do PRODETUR-NE I foram atingidas. A implantação e as melhorias de rodovias foram as que apresentaram melhor desempenho (88,7%), ao passo que a capacitação de órgão do Governo – algo importante para o acompanhamento dos desdobramentos das políticas para o meio ambiente e para o turismo – atingiu o desempenho mais baixo, de apenas 40,1%. Considerando o discurso

de desenvolvimento associado ao turismo como sinônimo de crescimento social para a população da região, destacam-se, ainda, as metas relacionadas a empregos, diretos e indiretos. Em ambas as formas, as metas não atingiram sequer 50% do planejado (Queiroz, R. 2016). Tal fato em 2005 justificou a continuidade do programa, sendo finalizado no segundo semestre de 2012 (Brito, 2018).

Croqui 3 – Polos Turísticos da Bahia no Prodetur-NE II



Fonte: Luciana Maria Aquino Queiroz 2007.

Tanto Magalhães (2017) quanto Limonad (2007) destacam que, apesar do PRODETUR-NE II reificar, como objetivo central “[...] melhorar a qualidade e vida das populações residentes nas áreas beneficiadas [...]” (Limonad, 2007, p. 68), o que ocorreu na prática foi a continuidade de ações de infraestrutura urbana e acesso viário às zonas turísticas na Bahia. Sobre isto, Brito (2018, p. 151) acrescenta que a segunda fase deste programa: “Continuou também beneficiando os grupos dominantes dos próprios municípios e de outras áreas, com acesso aos financiamentos públicos para a implantação de seus empreendimentos.” Entretanto, o zoneamento passou de Centro Turístico Integrado (Bahia, 1997b *apud* Brito, 2018) para Polos (Spinola, 1996), havendo uma concentração das 12 zonas anteriores em apenas 4 polos, como pode ser observado no Croqui 3. Este permite visualizar em destaque o Polo de Salvador e seu entorno, apresentado, também, os municípios que o compõem e a localização geográfica central de Salvador, atuando como um elo entre a Baía de Todos os Santos e o Litoral Norte.

A posição central de Salvador é confirmada a partir da nuvem das 30 palavras mais recorrentes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que demonstra uma mudança significativa com a inclusão da capital do estado no ZEE. Destacando que a inclusão formal de Salvador não ocorreu de forma isolada e sim se integrando a duas zonas definidas no PRODETUR-BA e no PRODETUR-NE I, que correspondem ao reordenamento em Polo.

Ilustração 1 – Nuvem de palavras do PDITS Salvador e entorno, PRODETUR-NE II



Fonte: Acervo da pesquisa.

Esta nova estratégia gerencial, além de potencializar a diluição de limites entre o que é campo/rural e o que é cidade/urbano, como já foi abordado neste capítulo, agrega potencial turístico ao polo. Salvador lega à Baía de Todos os Santos e ao Litoral Norte o turismo histórico e cultural, com diversos museus, o circuito de festas dos calendários – religioso e profano, como o carnaval – e a acessibilidade via aeroporto. Por sua vez, estas duas zonas apresentam bens da natureza trabalhados pelo turismo como atrativos naturais, a exemplo do ecoturismo. A primeira tem potencial, também, para o turismo histórico e a segunda, por sua vez, proporciona o turismo de sol e praia, num leque amplo de possibilidade de hospedagem para a escolha do turista: casas para temporada, pousadas, hotéis e *resorts* de padrão internacional. Portanto, uma das perspectivas de gestão do polo turístico é que diferentes zonas combinadas possam atrair mais turistas e otimizar os recursos investidos.

Com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Turismo (Sudetur), vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) do estado da Bahia, em 1992, foi implantada a primeira etapa do Prodetur-BA. Nesta primeira etapa foram contemplados os setores referentes ao desenvolvimento institucional, com ações voltadas para a ampliação da capacidade gerencial de órgãos estaduais e municipais co-executores do Programa; obras de infraestrutura básica e serviços públicos; construção das estradas: **Linha Verde (Praia do Forte – Jandaíra)**, rodovia BA-001 (Vera Cruz-Valença; Ilhéus-Itacaré), da rodovia Porto Seguro – Trancoso, de estradas na Chapada Diamantina, e da ligação viária entre o Aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo do Bom Jardim (localizado em Valença); além da construção, ampliação e modernização do aeroporto de Salvador, de Porto Seguro e de Lençóis. (Queiroz, R. 2016, p. 63, grifo nosso).

A recuperação do Centro de Convenções e do Centro Histórico de Salvador; o Programa Bahia Azul de Saneamento da Baía de Todos os Santos; a urbanização do Dique do Tororó; a ampliação do Centro Náutico da Bahia [em Salvador]; a construção de uma marina e a urbanização da orla de Itaparica; a implementação do Programa BID Monumenta, em Salvador, Lençóis e Cachoeira; a construção dos Centros de Eventos Múltiplos de Ilhéus e Porto Seguro e do Aeroporto de Valença, a ampliação do Sistema de Energia nas Zonas Turísticas do Estado; **a construção da Linha Verde no Litoral Norte; a implantação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Praia do Forte e Costa do Sauípe e a urbanização e drenagem pluvial da Praia do Forte** (BAHIA, 2005a, p.46-47, grifo nosso). (*apud* Brito, 2018, p. 143-144).

As realizações do PRODETUR-BA e do PRODETUR-NE I na Bahia se sobrepõem, como pode ser observado, na segunda citação acima. Renan Queiroz (2016) apresenta as ações específicas do PRODETUR-BA, das quais se destacam três aspectos. O primeiro é a concentração de investimento no acesso aos locais turísticos, através da ligação viária entre os municípios, assim como por meio de marinhas e aeroportos. Neste sentido, o segundo elemento catalisador do transporte foi a “ampliação e modernização” do aeroporto na capital. O último

se refere ao fato do Litoral Norte, ainda neste estágio preliminar do Programa, já ter sido alvo de investimento específico via ampliação da BA-099. Brito (2018), por sua vez, conjuga como contínuas as ações dos dois programas supracitados, comentando que se trata da “contrapartida estadual” com investimentos próprios. Nos elencados por ele, é possível perceber ações em Salvador, mesmo antes do PRODETUR-NE II, quando a capital passou a ser citada formalmente como parte de um polo turístico. É possível observar, ainda, ações de saneamento básico no Litoral Norte no destino turístico de Praia do Forte, já consolidado na época, e ações de mesmo teor em Costa do Sauípe, onde se instalou o primeiro *resort all inclusive* do Brasil – Costa do Sauípe *Resort*.

Não se identificou na literatura consultada o detalhamento das ações do PRODETUR-NE II, como informado acima sobre as etapas anteriores do programa. Todavia, em termos de cifras, foi possível identificar que a “[...] Bahia ficou com a maior parcela reservada ao Nordeste, cerca de 32,5% dos recursos disponíveis para o financiamento (SEI, 2002: 174).” (*apud* Queiroz, R. 2016, p. 65). Isto equivale a US\$ 82,6 milhões, sendo US\$ 38,8 milhões advindos do BID e US\$ 43,8 milhões como contrapartida do governo estadual. A Bahia foi o estado que teve o melhor desempenho, utilizando “[...] 98% dos recursos previstos pelas ações das matrizes de investimentos e 100% do comprometimento dos recursos do financiamento e da contrapartida local [...]”, além do que o estado executou 45 dos 46 projetos previstos e aplicou “[...] em torno de R\$ 70,1 milhões dos recursos do financiamento do BID em todo o estado; aplicados em torno de R\$ 79,7 milhões de contrapartida local em todo o estado (Setur, 2012)” (*apud* Queiroz, R. 2016, p. 68). A Costa dos Coqueiros foi a terceira zona que mais recebeu investimento (6,8%), precedida, respectivamente, pela Baía de Todos os Santos, com 26,9% e a Costa do Dendê, com 53,2%. Todavia, as duas primeiras zonas citadas foram as que mais receberam investimento da iniciativa privada. (Queiroz, R. 2016). Entretanto, destaca-se que

Mata de São João é hoje o município do Litoral Norte baiano mais importante em relação ao montante de investimentos relacionados ao setor hoteleiro/turístico, como afirma Gomes Sobrinho (2013), ao se referir que, nos últimos 10 anos, 50% dos investimentos públicos e privados provenientes do programa Prodetur-NE foram investidos no litoral deste município para possibilitar a implantação de megaempreendimentos turísticos (*resorts*, *condomínios residenciais services*) voltados para o mercado nacional e internacional. (Queiroz, R. 2016, 17-18).

Além da inauguração do Costa Sauípe *Resort*, segundo evento metodologicamente balizador desta tese, outros complexos turísticos de grande porte estão em funcionamento na APA-LN, a maioria deles no litoral de Mata de São João. Abordando apenas os empreendimentos de turismo imobiliário – ou seja, não citando os destinados, prioritariamente, como segunda residência⁸³ – citam-se os seguintes: Tivoli Ecoresort Praia do Forte, em 1985, no lugar de mesmo nome; Iberostar, em 2006 na Praia do Forte; Reserva Imbassaí, também em 2006, no lugar de mesmo nome; *Tree Bies Resort*, em 2006, em Subaúma; Reserva Imbassaí, em 2007, na Praia do Forte; *Gran Palladium Imbassaí Resort & SPA*, em 2010, no local de mesmo nome. Segundo Lirandina Gomes (2014, p. 45), considerando a internacionalização das empresas hoteleiras, sobretudo as portuguesas e espanholas, na América Latina, no Caribe e na América do Sul, é possível observar relações de poder entre o Estado e a iniciativa privada.

É notória a associação nos últimos 20 anos entre o capital imobiliário, turístico-hoteleiro e fundos institucionais que têm como articulador e indutor o Estado. Este último tem atuado através de políticas de investimentos em infraestrutura, isenções fiscais e *marketing* e promoção de reuniões empresariais, em participação em eventos nacionais e internacionais, a exemplo do Salão Imobiliário de Lisboa e Madrid. (*idem*)

A autora informa, ainda, que tais empresários internacionais, frequentemente, sequer realizam Investimento Externo Direto (IED) como forma de participação no empreendimento. Valem-se, para sua expansão internacional, de “[...] contratos de gestão, franquias e outras formas de acordo comerciais (CEPAL, 2008).” (*apud* Gomes, 2014, p. 32). Os contratos costumam ter duração de 20 anos e são renovados automaticamente, e também são garantidos os recebimentos de valores dos ingressos financeiros a esses empresários, independente da rentabilidade/lucratividade do empreendimento. Ou seja, ao investidor local cabe a propriedade e a construção do empreendimento, e às bandeiras internacionais a administração e a agregação de seus nomes, que, por sua vez, prometem aumentar o fluxo de turistas estrangeiros. Este tipo de turismo hoteleiro vem se associando ao mercado imobiliário, assim abrindo uma trincheira neste ramo de serviço, definido como turismo imobiliário, que conjuga as segundas residências aos *resorts*, instituindo os Complexos Turísticos Imobiliários – CTIs⁸⁴ (Souza, Matias; Selva, 2016).

Ainda de acordo com estes autores, este tipo de modelo eleva a possibilidade de retorno do empreendimento pela diversificação de potenciais consumidores, ao passo que potencializa, igualmente, a segregação socioespacial e os impactos socioambientais para a população da

região onde é implantado. Todos os estados do Nordeste apresentam ao menos um empreendimento deste tipo nos seus litorais (Souza, Matias; Selva, 2016). O Costa do Sauípe *Resort* foi indicado pelos autores como o início deste modelo no Brasil, embora não tenha sido CTI convencional, pois a venda de segundas residências ocorreu ao longo dos 20 anos de sua construção pela Odebrecht.

2.1.1 O “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) de Salvador e seu entorno”, a ZT Costa dos Coqueiros: conflitos e aspectos socioambientais

O “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS de Salvador e seu entorno” é um documento oficial singular, na medida em que ele contempla, de forma direta, os feitos do PRODETUR-NE I e o planejamento PRODETUR-NE II, e é possível encontrar, indiretamente, informações sobre o PRODETUR-BA. Sem dúvida é um material importante para se compreender o turismo proposto nas duas fases deste Programa Federal. Ele está estruturado como um relatório, e como tal é bastante itemizado e extenso (707 páginas). No seu segundo parágrafo, é informado que ele busca atender as exigências e as recomendações do BID, tratando-se de um condicionante para a etapa seguinte do Programa⁸². Ele foi realizado em 2002, no governo de Paulo Souto⁸³, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

É importante registrar que não há a intenção de uma análise exaustiva do documento completo, que seria recomendável para uma pesquisa que tivesse como epicentro o turismo e/ou o PRODETUR. Na presente, o objeto central são os conflitos socioambientais advindos de dois eventos, já citados, que são correlacionados ao turismo. Neste sentido, se efetuou uma leitura completa do “Resumo executivo”, que apresenta de forma sintética todas as sete partes do relatório; e dos tópicos que denotam relação direta com a presente investigação: “Possibilidades

⁸² Outro condicionante identificado foi que os municípios tivessem, para se integrarem ao PRODETUR-NE II, o Plano Diretor Municipal (PDM). Em 2002, ano de feitura do PDITS, nenhum dos cinco municípios da APA-LN/BA tinha este documento. Mata de São João e Entre Rios possuíam o Plano Diretor Urbano (PDU) e estavam efetuando a complementação para o PDM. Jandaíra estava com este documento sendo elaborado. Conde estava em processo de licitação para a contratação de empresa para realizá-lo. Sobre Esplanada, foi informado, apenas, que não tinha PDM.

⁸³ São citados também os responsáveis pela SCT, pela BAHIATURSA e pela Superintendência de Investimentos Turísticos (SUIVEST). Nesta última, o superintendente era Érico Pina Mendonça Júnior, citado neste e no próximo capítulo.

de conflitos entre turismo e atividades existentes” e “Aspectos socioambientais”. Ambos estão situados na parte de planejamento do PRODETUR-NE II, a saber “3. Diagnóstico da área de planejamento”. De forma complementar, com o suporte do NVivo, realizou-se uma análise qualitativa das categorias da pesquisa: APA, BA-099, conflito, *resort* e turismo. Na tabela 6, é possível observar as referências localizadas pelo *software*. Procedeu-se à leitura das referências gerais, de forma a triar as que de fato estavam relacionadas à presente pesquisa.

Como o título do relatório informa, ele abrange Salvador, a Baía de Todos Santos e a Costa dos Coqueiros. Assim buscou-se, sempre que possível, as especificidades desta última ZT. Tendo em vista que os municípios da APA-LN estão contemplados nela, conjuntamente com as municipalidades de Lauro de Freitas e Camaçari. Visando proporcionar ao leitor o conteúdo e a forma do relatório, abaixo segue o resumo dos 7 grandes tópicos, que estruturaram o documento. Cada um corresponde a um capítulo:

I Avaliação do PRODETUR NE I – trata dos investimentos realizado pelo Governo, pelo PRODETUR I e por outros programas de financiamento específico, não informados, no referido polo. Tendo sido investido na Costa dos Coqueiros US\$ 1.060.600,00 dos US\$ 1.621.600,00 previstos. É informado que, nesta zona, todos os investimentos foram realizados em Mata de São João e empregados em esgotamentos sanitários, alcançando Porto de Sauípe e Vila Sauípe. Ou seja, vilas próximas ao local de instalação do Costa do Sauípe *Resort*, cujas obras iniciaram em 1995 e que foi inaugurado em 2000. Acerca da ampliação da BA-099, por sua vez, é informado que foi investimento direto do Governo do Estado, ou seja, relativo ao PRODETUR-BA.

II Diagnóstico da área de planejamento – estabelece os parâmetros administrativos da “Área de planejamento”, informando que o polo é composto por duas ZTs. Explica as “Dinâmicas socioeconômicas”, contemplando as dimensões econômica, social, demográfica e ambiental. Esta última tem relação direta com a presente investigação e é objeto de análise a seguir. Ainda sobre este item, o relatório destaca como um bom indicador “[...] a inserção da comunidade no processo de desenvolvimento, principalmente porque reside no espaço de interesse turístico [...]” (Bahia, 2002, p. 32). Nas pesquisas sobre a região já referenciadas, encontraram-se relatos nos quais as pessoas dos lugares avaliavam que suas participações eram meramente formais, uma vez que elas não observavam suas falas se materializarem em ações. “Outra característica de destaque é o êxodo da população rural [...]” (Bahia, 2002, p. 32), como reflexo da urbanização e dos mecanismos de expulsão (Sassen, 2016) impostos na ZT Costa dos

Coqueiros, ambos consorciados no processo de implementação do turismo na região do Litoral Norte. Este capítulo é o mais extenso do PDITS.

III Matriz SWOT – informa a metodologia associada à sigla: S igual a pontos fortes; W os fracos; O as oportunidades; T as ameaças. Esta matriz visa permitir a potencialização do processo de implantação da atividade, inclusive, sanando as ameaças e os pontos fracos. São apresentados, apenas, os temas que configuram e estruturam a proposta, sem a análise específica sobre o polo.

IV Estratégias de desenvolvimento turístico – das estratégias sugeridas para o polo, destaca-se a síntese das indicadas à Costa dos Coqueiros “[...] ênfases no **ecoturismo** [Jandaíra], no **turismo de lazer** [Praia do Forte e Complexo Costa do Sauípe], baseado em equipamentos hoteleiros e *resorts* de alto nível e no **turismo de negócios**, [...]” (Bahia, 2002, p. 66). Ainda é estabelecida uma relação entre a sustentação do destino e a “aglomeração industrial” do município de Camaçari.

V Quadros prospectivos – são compostos por uma série de análises e avaliações, que indicam os impactos qualitativos e quantitativos que o turismo atrairia para o polo. Aponta, ainda, para as consequências negativas para a sustentabilidade, caso as intervenções aconselhadas não fossem efetuadas, ao passo que recomendava metas para a atividade. Neste capítulo é possível identificar a projeção de prazos x valores, pois foi “[...] identificada a necessidade de investimentos do PRODETUR NE II da ordem de US\$ 162,4 milhões, sendo US\$ 108,3 milhões até o ano de 2010, US\$ 27,1 milhões até 2015 e outros US\$ 27,1 milhões até 2020.” (Bahia, 2002, p. 68).

VI Planos de ação – ações necessárias para atingir as metas elencadas. Totalizaram 230 ações para o polo, que foram frutos das reuniões para a elaboração PDITS, com representantes dos segmentos interessados, e de outras já elaboradas pela SUINVEST e pela FGV.

VII Participação da comunidade – apesar da indicação da participação das pessoas dos lugares da região já ter sido apontada como destaque do processo de realização deste Programa, ao longo do texto se constata o caráter meramente burocrático desta participação, como já colocado acima. Neste tópico é destacada a participação, mas em outros momentos do documento há observações que denotam baixa adesão das comunidades, e certa desconfiança da aplicação do PDITS também foi mencionada.

Acerca da parte “Aspectos socioambientais”, a equipe de elaboração do relatório informa que não realizou trabalho de campo. Comunica, ainda, que o texto foi elaborado a partir

de uma revisão de documentos disponíveis, a saber: os relatórios de diagnóstico ambiental e os planos de manejo das APAs situadas ao longo do Litoral Norte; os resultados do macrozoneamento – Cf. mapa 2, na primeira parte deste capítulo –, informações coletadas em diferentes instituições estaduais.

Os manguezais, áreas de brejo e de dunas e extensões de praias são os elementos relatados como os que compõem o ecossistema da Costa dos Coqueiros. Apenas acerca dos primeiros são registrados problemas socioambientais pela ocupação por pessoas que realizaram migração interna, expulsas da parte mais próxima ao mar⁸⁴, e outras que para lá migraram em busca de trabalho no turismo e na construção civil dos Complexos Turísticos Imobiliários – CTIs⁸⁵.

Esta parte do relatório inicia apresentando características históricas gerais sobre os municípios da Costa dos Coqueiros e informações igualmente genéricas sobre as vilas que eles abrigam. “Concorreu para o elevado nível de preservação desta porção costeira do Estado a criação das APAs” (Bahia, 2002, p. 269). Esta ZT abriga mais 4 APAs além da que aqui está sob investigação.

A da Lagoa de Guarajuba, situada no litoral de Camaçari, não dispõe de plano de manejo; a do Rio Capivara, localizada no mesmo município que a anterior, consta que seu plano de manejo está em diagnóstico; a do Joanes-Ipitanga, que abarca diversos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), não tem plano de manejo. A de Mangue Seco, embora seja da municipalidade de Jandaíra, é uma outra APA específica e, portanto, não é englobada pela APA-LN. A análise socioambiental das APAs é realizada através dos planos de manejos, para que as que o possuem, e do macrozoneamento do Litoral Norte para as demais. No que tange à APA-LN, objeto de interesse, abordou-se este zoneamento na primeira parte deste capítulo. Portanto, destacam-se, apenas, dois aspectos.

Correspondem às povoações de Diogo, Areal, Santo Antônio, Massarandupió, Palame, Cobó, Poças, Siribinha, Ponte de Tabatinga, Abadia, Cachoeira Itanhi, Coqueiros e Mangue Seco, onde a inexistência de estruturas sociais competitivas em relação, até mesmo, aos modos de produção tradicionais locais – como a agricultura e a pecuária extensiva, fazem destas povoações elementos bastante frágeis e

⁸⁴ Anunciação (2016) aborda este processo de expulsão iniciado no último século com a implantação do Distrito Florestal Litoral Norte.

⁸⁵ Os mangues são objeto de disputa em conflitos socioambientais e em impactos retratados no minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), analisado no próximo capítulo, e registrados nos jornais, que são trabalhados no último capítulo.

vulneráveis à intensificação dos processos produtivos tradicionais e novos, que **deverão se implantar com a construção da rodovia BA-099.**

Por estes motivos, deverão ser adotadas medidas protecionistas para estas comunidades, obedecendo a diretrizes como usos específicos a serem permitidos, de forma a manter o desenho urbano e a tipologia habitacional tradicional. (Bahia, 2002, p. 289, grifo nosso)

Ações decorrentes destas atividades, como: a realização de aterros de áreas pantanosas e manguezais, o barramento de cursos d'água sem os devidos estudos ambientais, o lançamento de esgotos “*in natura*” em cursos d'água, a contaminação de mananciais subterrâneos por efluentes de fossas sépticas, esgotos e chorume de resíduos sólidos, o parcelamento e o desmatamento de remanescentes de Mata Atlântica, além da expansão desordenada de povoações sobre áreas ambientalmente frágeis, representam usos comprometedores. Nesta zona serão implementados planos de reordenamento espacial para áreas críticas, definição de tecnologias para sistemas de esgotamento sanitário, adequados às características ambientais da área onde se estabelece o **conflito** e programas de educação ambiental junto às populações residentes nestas áreas. (Bahia, 2002, p. 289-290, grifo nosso).

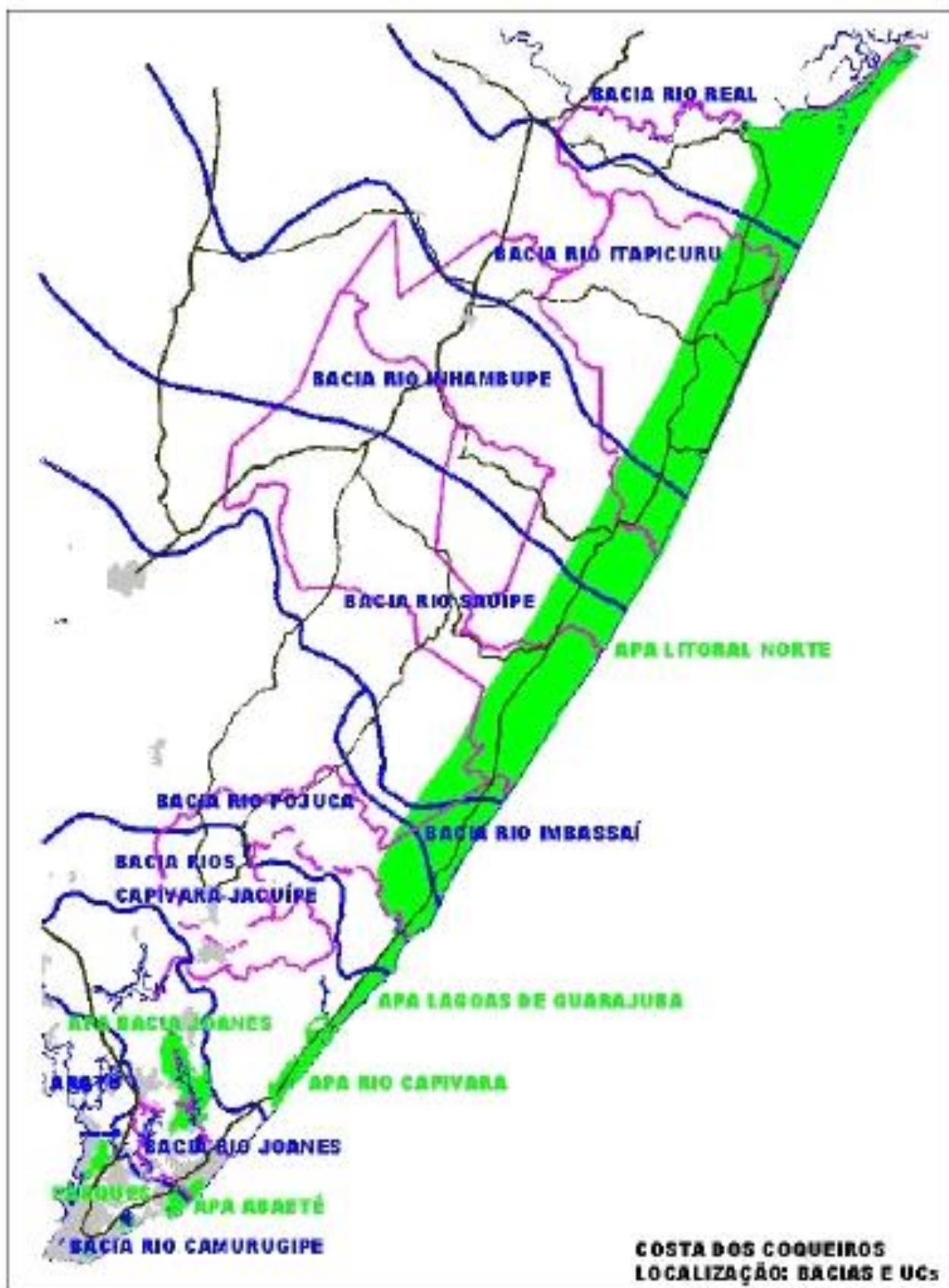
Ambas as citações são referentes à APA-LN e igualmente singulares, por tratarem de problemas socioambientais. A primeira se refere à Zona de Urbanização Restrita (ZUR), sem dúvida um dos poucos trechos dos “Aspectos socioambientais” em que os grupos sociais da região são olhados com preocupação sobre os impactos das mudanças advindas com o turismo. Todavia, há incoerência lógica quanto à temporalidade da proposta, porque ela se refere a consequências da ampliação da BA-099, que foi inaugurada quase dez anos antes, em 1993. O que não quer dizer que a problemática socioambiental posta tenha se resolvido ao longo deste período. A segunda aborda a Zona de Comprometimento Ambiental (ZCA), cujo processo de ocupação não só está em desacordo com a legislação ambiental, como também comprometendo a “[...] qualidade dos mananciais superficiais e subterrâneos de abastecimento.” (Bahia, 2002, p. 289), mas mais do que por isto, esta parte merece destaque por ser igualmente singular no que tange à sequência de problemas socioambientais elencados, por apontar soluções num trecho e, sobretudo, por reconhecer a existência de conflito. Como veremos a seguir, isto aconteceu pontualmente no PDITS do polo Salvador e seu entorno.

O relatório ressalta que foram escolhidas 6 bacias hidrográficas para detalhamento. Destas, foram selecionadas 4, devido às suas localizações na APA-LN. Como pode ser observado no Croqui 4, sobre as UC e as bacias hidrográficas da Costa dos Coqueiros, figuram 9 destas no total. As situadas na APA em apreço são as do: Rio Imbassaí, Rio Sauípe, Rio Subaúma e Rio Real. Esta última abarca as APAs de Mangue Seco e do Litoral Norte, situado na divisa extrema com o estado de Sergipe, sobre a qual o PDITS informa que “[...] é comum a pesca artesanal de camarão cinza, sendo esta uma atividade de apoio à renda de famílias

carentes da região” (Bahia, 2002, p. 284). Foi a única em que constava a antropização pela atividade agropecuária, sendo esta sua principal fonte de poluição e de degradação por processo erosivo e também, de forma não específica, consta a existência de “[...] desvios relacionados com o aporte de carga industrial [...]” (*idem*, p. 284), além da problemática comum a todas as outras: contaminações por esgoto. Para todas as outras três bacias, a principal fonte de poluição registrada são os “esgotos domésticos”. Apesar dos investimentos no saneamento básico nas primeiras fases do PRODETUR, a problemática perdurava. Vale ressaltar a constante e exclusiva adjetivação de “doméstico” para o esgoto, portanto, não havendo registro de contaminação deste tipo pelos empreendimentos já instalados na região.

O documento foi submetido a análise no NVivo, em contexto amplo e englobando palavras sinônimas, valendo-se do seguinte manual de códigos: APA, BA-099, conflito, *resort* e turismo. Como era possível esperar, a maior quantidade de referências localizadas pelo NVivo, dentre as consultadas, foi para uma palavra central do PDITS: turismo. Foram retornados 979 resultados, que passaram por uma nova triagem, selecionando, restritamente, as referências que a palavra Coqueiros, parte singular do nome da zona Costa dos Coqueiros, figurava. Tal delimitação, que proporciona uma aproximação da APA-LN, também foi utilizada nas categorias de conflito e *resort*, mas não de forma restritiva, de tal modo que as referências que não tratavam de Salvador nem da Baía de Todos os Santos, mas falavam destes dois aspectos em âmbito geral, foram mantidas. Quanto à categoria APA, permaneceram apenas os resultados relativos à do Litoral Norte. Foram excluídas das referências da categoria BA-099 as que se referiam a outras rodovias estaduais. Para todas as categorias foram excluídas as referências que apresentavam fragmentos de tabelas, gráficos e outras ilustrações. Também foram retiradas as que se referiam a outra ZT, à Baía de Todos os Santos e a Salvador. Tal procedimento foi igualmente adotado para quando a categoria era parte integrante do nome de uma instituição.

Croqui 4 – UC e bacias hidrográficas da ZT Costa dos Coqueiros.



Fonte: Bahia, PDITS (2002, p. 268)

Tabela 6 – Categorias da pesquisa no PDITS de Salvador e seu entorno, via o NVivo

CATEGORIAS	REFERÊNCIAS	
	Geral	Triado
APA	45	12
BA-099	88	15
Conflito	4	4
<i>Resort</i>	24	12
Turismo	979	10

Fonte: Bahia, PDITS Salvador e seu entorno, 2002.

Conjugado com Costa dos Coqueiros, Turismo figurou no PDITS sempre de forma adjetiva, delimitando um segmento a ser explorado por esta atividade comercial ou destacando a atuação do Estado nele. Neste último sentido, turismo foi definido como uma das estratégias de desenvolvimento econômico da Bahia a partir de 1991, o que pode ser corroborado pela confluência de ações: criação de APAs e investimentos via PRODETUR-BA, do governo estadual, como já foi visto até agora. Em outro momento, Turismo figura como uma entidade autônoma com vida própria, tal qual o mercado no liberalismo, que “[...] pode ser beneficiado através da criação de parcerias junto à iniciativa privada [...]” (Bahia, 2002, p. 33), como se elas já não existissem.

Turismo figura associado a desenvolvimento, que traz ao leitor a sensação de algo que já é realizado, mas que ainda está por acontecer em seu potencial pleno. Um por vir que precisa ser conquistado. Como já foi discutido neste capítulo, isto acontece quando se faz referência à política econômica internacional, em seus pares ideológicos de opositos (desenvolvido e em desenvolvimento), mas ao mesmo tempo se diferencia desta dialogicidade, porque a alusão ao desenvolvimento do turismo na Costa dos Coqueiros se dá através da temporalidade. Ou seja, mirando o passado e o que já foi “desenvolvido”, mas, sobretudo, olhando para o futuro, o que deve ser conquistado e “desenvolvido”, que, dentre outros fatores, se constitui numa estratégia discursiva que justificaria a segunda etapa do PRODETUR-NE nesta ZT.

A predominância de adjetivação do Turismo está na apropriação da natureza que figura no PDITS, como Ecoturismo/Ecoturística/Turismo de Natureza. Isto se repetiu 8 vezes nas 10 referências sobre Turismo na Costa dos Coqueiros. Além deste segmento, também foram apontados como potenciais da ZT o Turismo de Negócio (3) e o Turismo de Lazer (3). Este

último pode ser lido como atividades numa “bolha ambiental” (Boorstin, 1964 *apud* Luchiari, 2000, p. 109) nos equipamentos hoteleiros e, sobretudo, nos *resorts*. Neste sentido, o “Complexo Costa do Sauípe” figurou em 2 referências diretamente, sendo um resultado significativo de atração de empreendimento após as ações do PRODETUR-BA.

Este e o Ecoresort de Praia do Forte foram considerados como empreendimentos que colocavam a Costa dos Coqueiros e o Polo Salvador e seu entorno em destaque. Com serviços variados, de pousadas a instalações de alto padrão, atraíam clientes nacionais e internacionais, apesar de alguns equipamentos de ambos terem as diárias mais caras da ZT à época. Foi destacado ainda que *resorts*, enquanto Complexos Turísticos Imobiliários (CTI), são permitidos em APAs, o que é no mínimo questionável, tanto por se tratar de obras de grande porte quanto pelo impacto ambiental gerado pelo turismo imobiliário.

O PDITS traz à baila as contradições deste tipo de empreendimento, uma vez que os “[...] *resorts* do Pólo são importantes geradores de demanda. São equipamentos intensivos em capital, que, muitas das vezes não vem apresentando um desempenho excepcional.” (Bahia, 2002, p. 46). Acrescentar-se-ia, ainda, que eles demandam alto investimento público em infraestrutura e que produzem um passivo socioambiental para a região onde são implantados.

Vários fatores podem ter contribuído para o padrão de evolução da oferta hoteleira que se observou no período, nas duas zonas turísticas avaliadas. A melhoria do acesso à Costa dos Coqueiros, proporcionado pela Linha Verde (inaugurada em 1993) e pelo Aeroporto de Salvador, abriu a possibilidade do desenvolvimento de empreendimentos voltados ao público de lazer, do tipo *resort*. O desenvolvimento desse tipo de empreendimento normalmente requer um elevado número de unidades habitacionais⁸⁶, de modo a justificar os investimentos em uma grande estrutura de lazer e entretenimento. Deve-se ressaltar também os efeitos da estrutura fundiária observada na região, com a existência de grandes terrenos, e o zoneamento determinado pela APA Litoral Norte, dois fatores que favorecem a instalação de empreendimentos de grande porte, porém de baixa densidade, quando considerada a área em sua totalidade. Por fim, existe também a influência do Praia do Forte Ecoresort, implantado na década de 80, que serviu de modelo para o padrão de ocupação turística posterior. (Bahia, 2002, p. 180).

A citação acima pode ser considerada uma síntese de alguns movimentos e perspectivas adotadas para a implantação do *business* turístico na Costa dos Coqueiros. No primeiro campo estão os investimentos do poder público na ampliação da BA-099 (PRODETUR-BA) e na reforma estrutural do aeroporto Luís Eduardo Magalhães

⁸⁶ É informado no PDITS que cada Unidade Hoteleira (UH) ou Unidade Habitacional (UH) do Complexo Costa do Sauípe *Resort* demandou um investimento, aproximadamente, de US\$ 165 mil. (Bahia, 2002, p. 488).

(PRODETUR-NE I), que atraíram CTIs. Estes foram favorecidos tanto por essas e por outras obras de infraestrutura estatais, quanto pela legislação ambiental que proíbe o parcelamento do solo em APAs, o que favoreceu as obras de grande porte. Além disso, por tal área ser considerada como de “baixa densidade”, supõe-se que seja de “baixa” ocupação humana. Mas, ao se afirmar isto, desconsideram-se as relações territoriais, cosmológicas e históricas estabelecidas pelos povos de ecossistema com seus territórios.

Neste sentido, as populações definidas no PDTIS são associadas ao Turismo. O presente documento avalia que a modernidade implementada pelo turismo e pelo aumento do fluxo de visitantes para a região estava levando à perda das “manifestações culturais típicas”, o que ocorria em ZT nos primeiros meses do ano até o carnaval. Como “[...] nas diversas localidades de Esplanada, essas manifestações estão aos poucos se perdendo [...]” (Bahia, 2002, p. 594). Portanto, se faz necessário o “Resgate das tradições culturais municipais para o turismo” (*idem*). A proposta é problemática em si, na medida em que não considera o caráter dinâmico da cultura, e pelas intenções explícitas de apropriação da cultura dos grupos da região com fins estritamente comerciais, que exotizam e coisificam quem é avaliado como o *outro*, o ser distante a ser apropriado.

Ainda nesta perspectiva de coisificação, as pessoas moradoras da região figuram no documento associado ao turismo, definido no PDITS, como praticantes do “turismo regional de massa”, ou seja, para excursões de um dia. Sabe-se que essas pessoas não utilizam os serviços de hotelaria nem de *resort*, além de costumarem levar, ao menos, parte dos seus consumos de alimentação e bebida. Este tipo de cliente difere muito do que é planejado para ser atraído pelos Programas estatais de turismo, como é abordado no quinto capítulo.

A rodovia BA-099 (Linha Verde), concluída em 1993, foi um dos principais investimentos públicos na infra-estrutura turística do Pólo Salvador e Entorno, provocando a atração de investimentos privados através do incremento das condições de acesso e do fluxo de visitantes na região da Costa dos Coqueiros. No entanto, essa nova ligação criou a necessidade de outros investimentos, especialmente em saneamento, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais dos novos empreendimentos turísticos e imobiliários. Uma das formas de minimizar os impactos da rodovia foi a criação da APA Litoral Norte, implantada em março de 1992 e abrangendo os municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João. (Bahia, 2002, p. 76).

A repetição de aspectos desta citação com alguns da anterior é intencional, na medida em que se quer demonstrar a ligação entre as categoriais Turismo/*Resort*/BA-099. Interessa,

também, por trazer à tona outro código ligado a estes: APA. A BA-099 figura recorrentemente como um marco para a região e para o então Polo Salvador, sendo atribuída a esta rodovia a qualificação de vetor do “desenvolvimento turístico” no estado. Sem dúvida, é uma PIGE (Ribeiro, 2008) que proporcionou uma intensa e acessível ligação entre Salvador e o Litoral Norte da Bahia com o estado de Sergipe, mas que também gerou “impactos” – termo comumente associado a ela, mesmo em documentos oficiais, como no Decreto estadual de criação da APA-LN (nº 1.046/1992) – de cunho socioambiental e econômico, sendo este último destacado de forma positivada em nome da *doxa* desenvolvimentista. Todavia, o próprio PDITS revela que a Linha Verde impactou os grupos da região nesses três âmbitos, a exemplo da desarticulação de rotas estabelecidas entre estes grupos através das estradas vicinais. No próximo capítulo serão abordados os impactos socioambientais legados pela expansão da BA-099 identificados no EIA/RIMA do Projeto Sauípe.

Ainda sobre este aspecto, o próprio documento oficial em apreço relata que a Linha Verde trouxe consigo a atração de empreendimentos turísticos e o aumento de público relacionado a ele, que por sua vez demanda outros investimentos estatais, sobretudo, direcionados para o saneamento básico. Nas referências da BA-099 e da APA-LN, o esgoto, em muito ampliado por conta do *business* turístico, se constitui como uma problemática socioambiental relevante, na medida em que, como já foi dito antes, polui os rios e os lençóis freáticos de toda a Costa dos Coqueiros. Ainda sobre a Linha Verde, consta, reiteradas vezes, que “[...] é recomendável a recuperação paisagística de suas laterais que integram as áreas de domínio das rodovias, que se encontram em avançado estágio de erosão. Intervenções em áreas visando o reordenamento e o descongestionamento de tráfego, valorizando o eixo viário que o estrutura.” (Bahia, 2002, p. 232).

Na última citação, a APA é apresentada como uma forma do Estado mitigar os impactos resultantes da Linha Verde. Em que pese esta postura de compromisso estatal, é possível tecer duas críticas a esta justificativa. A primeira delas se refere à dificuldade e à impossibilidade legal de realização das obras de expansão da BA-099 se a região fosse definida antes desta obra como uma APA, considerando a legislação legal para este tipo de UC. Além disso, como já foi dito antes, tal definição ambiental não visa só mitigar os impactos expostos. Ela busca definir uma reserva de valor, com aporte legal de meio ambiente, a ser “vendido” ao *business* turístico. Neste sentido, ao longo da parte analisada do PDITS – “Aspectos socioambientais” –, reiteradas vezes as características naturais da região são destacadas como

potenciais e diferenciais, sendo a APA-LN considerada, inclusive, como a principal UC da ZT da Costa dos Coqueiros. Entretanto, o documento reconhece que

[...] segundo a gerente da APA Litoral Norte, o CRA não conta com estrutura suficiente para as demandas de fiscalização. Tal função deveria ser realizada em acordo com as prefeituras, que deveriam disponibilizar, entre outros quesitos, fiscais para o trabalho conjunto. O acordo, no entanto, não funciona, já que são raras as prefeituras que cedem funcionários para a função de fiscalização. (Bahia, 2002, p. 323).

No mesmo documento, é registrado que as prefeituras alegam incapacidade técnica para realizar a fiscalização, faltando unidade específica na estrutura municipal e pessoal especializado. Inclusive, a “Capacidade institucional dos municípios” vem sendo objeto de atenção no PDITs da segunda fase do PRODETUR-NE. Nenhum dos cinco municípios da APA-LN dispunha, à época de elaboração do relatório em análise, de PDM (Cf. nota 82). Neste sentido, finalizando este capítulo, cabe abordar os conflitos, como eles figuram nas referências identificadas com o auxílio do NVivo e no subtópico do relatório “Possibilidades de conflitos entre o turismo e atividades existentes”. Desta última parte, destaca-se a sua conclusão:

O turismo representa hoje para o Pólo Salvador e Entorno um alavancador do processo de desenvolvimento trazendo consumidores para regiões, em sua maioria deprimidas, melhorando a condição de vida da população, agregando valor a produção local e ampliando a perspectiva para novos negócios em função dos investimentos públicos e privados e dos gastos dos turistas. (Bahia, 2002, p. 142).

Pelo tom de redenção com que o turismo é apresentado nesta citação, é possível observar que este campo do relatório conclui que não há conflitos entre o turismo e as atividades já existentes. Isto também é avaliado sobre o turismo na Bahia, uma vez que os responsáveis pelo documento aferem que esta atividade “[...] desenvolve-se em áreas consideradas deprimidas e sem atividade econômica relevante.” (Bahia, 2002, p. 141). Por sua vez, mesmo as atividades consideradas relevantes – “[...] ‘extraem’ o peixe do mar, com equipamentos obsoletos, e o coco de plantações antigas e sem maiores cuidados culturais.” (*idem*) – são avaliadas como não conflitantes, como a carcinicultura em Jandaíra, que ocorria “[...] em áreas que não conflitam com o turismo, não havendo reclamações ou denúncias de ocorrências de agressão ambiental, inclusive por organizações não-governamentais.” (Bahia, 2002, p. 141).

Frente a tal ilação sobre os conflitos no Polo de Salvador e seu entorno, não é surpresa que a palavra Conflito apresente o menor número de referências codificadas pelo NVivo.

Lembre-se que foram apenas 4. Uma delas é exatamente o trecho acima, sobre Jandaíra. A outra se refere a Zona de Comprometimento Ambiental (ZCA), já abordada nesta parte do presente capítulo, relembrando que havia um conflito com a legislação ambiental e, portanto, não em relação ao turismo. Ou seja, uma interpretação que desassocia a política ambiental da política para o turismo implantada na APA-LN/BA, que, por tudo que já foi dito neste capítulo, trate-se de uma interpretação, no mínimo, enviesada por interesse do setor turístico. A terceira referência aventa a possibilidade de conflito em Madre de Deus, ZT Baía de Todos os Santos, pelo transporte do asfalto, do combustível e do solvente produzidos pela Petrobras em parte de São Francisco do Conde, município que não se situa na APA-LN.

A implantação da Linha Verde trouxe costumes modernos para comunidades que viviam praticamente isoladas dos centros urbanos maiores, havendo grande risco de perda dos costumes regionais e tradicionais, comprometimento das águas e do solo através do adensamento populacional, sem um adequado programa de saneamento básico. Nestes locais já se pode observar o crescimento desordenado e agressões aos ecossistemas interiores dos povoados ou do seu entorno, a exemplo de Porto Sauípe onde se observa agressões através de implantação de sub-moradias sobre áreas de mangue ou adjacentes a ele.

Para o sul, à medida que nos aproximamos de Salvador, estas características se modificam gradativamente.

Destacam-se como principais problemas ambientais a ocorrência de processos geológicos ativos, a baixa fertilidade e vulnerabilidade do solo, a introdução de florestas homogêneas, o **conflito** com a agricultura comercial, a especulação imobiliária, a concentração fundiária e a falta de saneamento básico. (Bahia, 2002, p. 269, grifo nosso).

Todavia, na citação acima se identifica a existência de conflito socioambiental potencializado com o *business* turístico. Com isso, é possível uma melhor compreensão do processo das relações conflituosas deste tipo, quando se amplia a referência codificada pelo NVivo nos dois parágrafos acima. Este acréscimo mostra o quanto a expansão da Linha Verde – uma política estatal, como já dito, direcionada para turismo e associada à política ambiental de UC no modelo APA – gerou uma inflexão estrutural na região, legando uma série de impactos que se potencializam com a atração de empreendimentos CTI e que se desdobram em conflitos e passivos socioambientais e culturais para os povos de ecossistema, que historicamente constituíram os seus territórios na região.

CAPÍTULO III

“ELES FAZEM DE TUDO PARA QUE OS TURISTAS VENHAM. E GOSTARIA DE TUDO FAZER PARA IMPEDI-LOS DE VIR”⁸⁷:

Primeira fonte - Minidoc Linha Verde: Estrada Cicatriz

“A organização do Litoral Norte tem como uma de suas bases fundamentais o exercício de atividades primárias de cultivo ou extração, de cunho familiar e baixa tecnologia, o que contribui para que a ação do homem não seja tão predatória e faz prevalecer, nesse recanto do Estado, uma ambiência e estilo de vida, sob muitos aspectos típicos de sociedades pré-capitalistas. O fato de determinados elementos da natureza não terem ainda sido integrados à economia de mercado, à condição de mercadoria, torna a vida das populações pobres menos difícil.” (CONDER, 1994 *apud* Stifelman, 1997).

No período colonial, no Litoral Norte localizava-se a residência e a administração do latifúndio de Garcia D’Ávila⁸⁸, que era caracterizado pela ocupação da terra com produção agrícola, pecuária e extrativista. Em volta deste centro econômico e político, foram se conformando grupos de arrendatários, que pagavam foros pela utilização da terra e estavam subordinados ao poder do referido senhor (Bandeira, 2000). Os agrupamentos formados ao longo do litoral tinham organização socioeconômica pautada no uso da terra e das águas (mar, rio, mangue, lagoas). No primeiro ambiente, os grupos de camponeses agregados praticavam a agricultura, a criação de animais e o extrativismo, e, no segundo, a pesca de mar de dentro e de fora e a mariscagem⁸⁹.

Ao longo dos séculos, tal região, atualmente denominada de Litoral Norte da Bahia, passou por sucessivos proprietários, que estabeleceram relações que iam de contendas à tolerância com grupos então já conformados na área. Estes podem ser caracterizados pelo *modus vivendi* camponês que é fincado na terra por condutas de territorialidades, por práticas

⁸⁷ Frase de Jeanne Hersch (s/ data *apud* Krippendorf, 2009, p. 227), alocada abaixo de uma fotografia de um cartaz de turismo pichado com um borrão no nome do produto que estava sendo vendido e com a frase, igualmente pichada, “*Stop tourismus*”.

⁸⁸ Trata-se do maior latifúndio do mundo, que ainda abriga nos seus limites a primeira grande edificação portuguesa no Brasil e o único castelo feudal das Américas (Motta, 2011).

⁸⁹ “A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero. Num plano mais geral, dado pelo primeiro discurso oferecido ao observador, o espaço é classificado de maneira bipolar: o mar é percebido como domínio do homem, em oposição à terra, domínio da mulher. No entanto, essa classificação bipolar se relativiza e se decompõe em outras oposições de menor escala. O mar se subdivide em *mar de fora*, *mar alto ou mar grosso*; espaço do trabalho masculino por excelência, e em *mar de dentro* (entre a praia e os arrecifes), onde homens e mulheres exercem atividades produtivas. A terra, por sua vez, na percepção do grupo, subdividia-se tradicionalmente entre o espaço da agricultura e a praia, o primeiro concebido como essencialmente feminino, e o segundo como um espaço intermediário, onde, tal como no mar de dentro, trabalhavam tanto homens quanto mulheres.” (Woortmann, E., 1991, p. 2).

de trabalho⁹⁰ desenvolvidas em estreita relação com os bens da natureza e em cosmologias imbricadas com o ambiente que os cercava.

Sem pretender esgotar a história local, que é uma das áreas com processo civilizatório mais antigo do Brasil, destacam-se as transformações ocorridas no Litoral Norte da Bahia a partir da segunda metade do século XIX, período no qual um prussiano naturalizado norte americano, Sigisfred Sigismundo Schindler, adquiriu significativas áreas naquela paragem⁹¹, passando a explorá-la com plantio de coco e extrativismo de recursos naturais, como a piaçava (*Attalea funifera Martius*)⁹², exportando-a *in natura* para as indústrias inglesas de cordas de navios e botões de vestes e indumentárias. Entretanto, apesar de assumir o domínio e a propriedade efetiva sobre grandes extensões de terras naquela região, ele ainda manteve as relações de arrendamento com as comunidades de camponeses tradicionais ali estabelecidas, utilizando-se de uma velha estrutura, típica do Nordeste brasileiro, qual seja, a agregação em troca da cessão de morada⁹³, tão utilizada nas regiões de *plantation* das zonas canavieiras da Bahia e de Pernambuco até meados do século XX.

Na segunda década do século XX, ele vendeu as terras para uma companhia inglesa de borracha – *British and Brazilian Rubber Planters e Manufaturados* – que continuou o processo de arrendamento. Após sua falência, entre 1940 e 1950, parte das terras foram vendidas ao *Bank of London* e à Construtora Norberto Odebrecht, que passou a dispor de 1.700 hectares

⁹⁰ As práticas de trabalho são aqui compreendidas como as atividades realizadas prioritariamente para o autoconsumo.

⁹¹ Segundo Maria Raquel Mattoso Mattedi (2001, p. 6-7), “Sigisfred Sigismundo Schindler chegou ao Brasil no ano de 1879, na cidade do Rio de Janeiro, instalando-se, pouco depois, na Bahia, em propriedades adquiridas dos descendentes dos D'Ávila. [...] Schindler foi um atento pesquisador de produtos naturais, visando o estabelecimento de um próspero negócio de exportação. Da África trouxe para a Bahia sementes do bicho da seda, cujo cultivo foi introduzido na localidade de Tucano; levou para Londres amostras da casca externa da piaçava, o endocárpio, pensando na fabricação de botões; adquiriu, na Antuérpia, máquinas pensando no corte da fibra da piaçava e no fabrico de vassouras; na Dinamarca comprou máquinas para o beneficiamento de fibras. Iniciou na localidade de Queimadas a exportação de peles de cobra e, em 1889, a exportação de plantas medicinais”. Neste mesmo artigo, a autora traz as memórias de Schindler relacionadas ao período de sua estadia no Litoral Norte baiano: “Da costa do Forte até Vila do Conde eu tive várias terras, a maioria delas pertencentes aos herdeiros da Casa da Torre. Eu fundei vários armazéns para estocar diversos produtos que eu comprei na região. Especialmente, o COCONUT (semente de coco). Era uma área de 42 léguas de terras. Eu tive terras em Esplanada, Pojuca, Mata de São João, e Parafuso para instalar os armazéns, e diversas fábricas para o aperfeiçoamento e ao mesmo tempo a manufatura de diversos produtos”.

⁹² Espécie endêmica do Litoral Norte brasileiro (Amaral, 2015).

⁹³ “Tratava-se de obrigações, cuja garantia repousava em uma convenção e cuja legitimidade estava fundada na crença na tradição, retomando aqui as proposições weberianas. Mas para o trabalhador apenas as suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão, ele as representava como dons, como sinais de sua bondade, e sentia-se, portanto, endividado. [...] De sua parte, o patrão concebia-se como um doador: a casa de morada, a terra para cultivar, os presentes ao longo do ano atestavam apenas a sua generosidade. Ser generoso era um valor, e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores de sua magnanimidade [...]” (Sigaud, 2007, p. 130-131).

destinados à especulação imobiliária (Stifelmann, 1997), que resultou no Costa do Sauípe *Resorts*. Na ocasião da compra, já havia 3.000 posseiros nessas terras (Mattedi, 2002).

Do longo histórico do Litoral Norte baiano, para fins de compreensão da região, no que tange às dinâmicas de expansão do capital e suas inflexões estruturais, destacam-se ainda seis movimentações, sendo as cinco últimas, diretamente, concatenadas com o turismo massificado. Na década de 1970, ocorreram três movimentos. O primeiro se refere à criação do Distrito Florestal Litoral Norte, que impôs mudanças na estrutura fundiária e na forma de vida da população da região próxima ao litoral, mas situadas no continente, que passaram por expulsões de suas terras e tiveram que abrir mão do seu modo de vida. O segundo e o terceiro se desenvolvem de forma consorciada, com a transformação da vila de pescadores de Praia do Forte numa área de atuação administrativa de Klaus Peter, que, enquanto proprietário, implantou um plano diretor e reordenou o lugar, o constituindo num destino de ecoturismo. Foi ele que também construiu o primeiro empreendimento hoteleiro de porte da região, em 1981, atualmente denominado Tivoli Ecoresort Praia do Forte. Para tanto, Klaus Peter contou com a promoção de infraestrutura viária do estado, com a construção da Estrada do Coco (BA-099), que ligou Salvador, justamente, até a Praia do Forte. Os movimentos quarto e quinto replicam este par de implantação do turismo e suporte do Estado, que em 1993 promoveu a ampliação desta mesma rodovia, agora ligando a Praia do Forte até Sergipe. Em 2000, foi inaugurado o primeiro empreendimento *all inclusive* e complexo de *resort* do Brasil, o já referido Costa do Sauípe *Resort*. Temporalmente situado entre essas duas movimentações, está a criação da APA-LN em 1992, que ocorreu como um elo de reparação da obra da Linha Verde e um controle paisagístico da região, como reserva de valor para o capital turístico. Tal qual o primeiro movimento, as demais dinâmicas do capital e atuações do Estado engendraram desdobramentos para as comunidades camponesas historicamente constituídas no Litoral Norte da Bahia. Em síntese:

A intervenção do Estado nesta região a partir da década de 1970 criou duas frentes de reprodução do capital: a região do distrito florestal energético e a região do turismo ambiental (ecoturismo) com Áreas de Proteção Ambiental (APA). Essa intervenção, acompanhada de subsídios fiscais às empresas de reflorestamento, de turismo e de construção civil, possibilitou a centralidade da propriedade privada da terra, em detrimento do uso de áreas comuns das populações locais, estabelecendo um processo de luta por áreas de retomada, na medida em que as próprias contradições internas e externas colocaram limites à reprodução desse capital, assim como a crise do modelo energético e da produção de celulose, como também, a crise do turismo ambiental local. O Litoral Norte baiano apresenta-se, assim, como um palco privilegiado de embate dialético entre a tradição e a modernidade, e das ambiguidades geradas pelos encontros e desencontros entre cosmologias e modos de vidas distintos. (Cardel, 2016, p. 22).

Frente a este breve histórico da região do Litoral Norte baiano, se iniciam a apresentação e a análise dos conflitos socioambientais ocorridos na APA-LN. Na próxima subseção se analisa este tipo de conflito, registrado pelo minidoc Linha Verde: estrada cicatriz, e em seguida se trabalham os impactos socioambientais relatados nas diversas fontes de que esta pesquisa se valeu, com o objetivo de responder sua questão central.

3.1 Os conflitos e os impactos socioambientais no minidoc Linha Verde - estrada cicatriz

“Principais conflitos ambientais: ocupação desordenada do solo, falta de saneamento básico, impactos ambientais causados por áreas de plantação de pinus e eucalipto, intensificação indiscriminada da pecuária, pesca predatória e degradação dos manguezais, turismo predatório nos distritos litorâneos.” (INEMA, s/d).

Nesta seção, toma-se como objeto de análise sobre a região o minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008), que tem 52min e 51seg de duração, postado em 7 partes no YouTube, que versa, em linhas gerais, sobre o impacto do turismo na APA Litoral Norte Bahia. A carga simbólica do nome já detona a intencionalidade da equipe, que realizou o projeto a fim de retratar uma estrada que cortou uma região de povos de ecossistemas e que, portanto, cortou territórios, cosmologias, vidas e cotidiano, e que gestou, em seu percurso de “desenvolvimento”, fissuras e cicatrizes socioculturais para a população da região. Uma característica marcante deste material é a variedade de interlocutores (moradores das vilas, representantes das suas associações, pousadeiros, gerente do Costa do Sauípe *Resort*, gestores políticos etc.). Esta diversidade torna o material em si muito rico, ao proporcionar diferentes perspectivas sobre o mesmo fato, além dele ter se constituído em um documento audiovisual de um período de mudanças intensas nesta APA.

Em 2008, quando o minidoc foi disponibilizado no YouTube, fazia oito anos que o Costa do Sauípe *Resort* tinha sido inaugurado e completava quinze anos a inauguração da Linha Verde. Ou seja, já havia transcorrido tempo suficiente para se perceber e avaliar os desdobramentos de tais eventos, ao passo que a identificação destes, como agentes de inflexões na região, ainda estava bastante vívido na memória social dos atores sociais da APA-LN. Como pode ser observado nas ilustrações 2 e 3, saindo de Salvador sentido Sergipe, a equipe de filma-

Ilustração 2 – Tomada panorâmica da Linha Verde e exibição do nome do minidoc



Fonte: Linha (2008), Parte 1 (1min47seg)

Ilustração 3 – Lugares na APA-LN percorridos pela equipe do Linha (2008)



Fonte: Linha (2008) Parte 1 (6min48seg)

gem⁹⁴ esteve em 3 lugares, no lado da estrada oposto à praia, e em 9 na parte beira-mar. Sobre estas, registra-se que houve uma troca nas posições de Diogo, que fica situado primeiro do que Santo Antônio, partindo-se da capital baiana, e não como consta na ilustração 3. Todas as 11 vilas e o Costa do Sauípe *Resort* estão situados na APA-LN.

Os registros audiovisuais foram realizados, de forma preponderante, em ambientes abertos, ao ar livre, que retratam a paisagem dos lugares ao fundo ou as apresenta de forma ainda mais intencional. Isto ocorreu quando a equipe, por exemplo, filmou um morador de Subaúma, Ronald Victor de Oliveira (Linha, 2008, Parte 7) subindo um morro e proporcionou uma mirada deste lugar do município de Entre Rios; e, igualmente, quando logo em seguida é apresentado um breve panorama da paisagem de Baixio, município de Esplanada. Locais, à época, que ainda não tinham sido alcançados pelo turismo massificado. Moradores dos dois lugares retratavam, justamente, preocupação com a chegada deste tipo de empreendimento.

Entrevistas em locais fechados foram realizadas com representantes do Estado, com exceção de uma, com a liderança da comunidade de Areal, Antônio Alves de Alcântara (Linha, 2008, Parte 3), que ocorreu numa residência, ao passo que o proprietário de terras, na vila de Santo Antônio, Paulo Roberto de Souza (Linha, 2008, Parte 2), e o gerente socioambiental da Sauípe S.A., Beraldo Boaventura (Linha, 2008, Parte 4), foram filmados em ambiente aberto, ao que parece, respectivamente, na sua propriedade e no seu espaço de trabalho. Ao longo de várias partes são mostradas imagens de sobrevoos dos *resorts*. É possível perceber áreas imensas cobertas por cimento e edificações situadas na beira da praia, como pode ser percebido nas imagens 4 e 5, selecionadas do documentário.

⁹⁴ Apesar de extensa, os membros da equipe realizaram, na maioria das vezes, mais de uma função: Fabiano Prado Barreto (argumento, produção e entrevista); Janaína Damasceno Gomes (direção, imagem, roteiro e entrevista); Pedro Struchi (entrevista); Igor Souto (imagens aéreas e adicionais); Victor Fernandes Epifanio (edição e finalização). Considerando algumas pessoas entrevistadas, a equipe de campo foi composta por pessoas da região: Adriana Santana Silva, Reginaldo Santos (Nino), Valter Lima Santos (Corró), Jocimar Moura e Denivel Cerqueira das Neves (Dez). Não há registro de financiamento, nem tempo destinado à gravação e o período em que ela foi realizada. No final dos créditos, consta que a produção é da Local Beach Global Garbage, Lighthouse Foudantion e Zangá Filmes.

Ilustrações 4 e 5 - Tomada aérea de *resorts* na APA-LN/BA



Ativar o Windows
Acesse Configurações para a

Fonte: Linha Verde (2008) Parte 3, 1min.45seg.



Fonte: Linha Verde (2008) Parte 3, 1min

Músicas instrumentais⁹⁵ são constantes nas passagens/cortes de uma parte para a outra e em outros momentos do documentário. Em quatro deles, na trilha sonora há letra nas canções. Três destes têm relação explícita com a cena. O primeiro deles é quando dois homens jogam capoeira em uma praia e a trilha para esta cena é “*Soul Rebel*” de Bob Marley, (Linha, 2008, Parte 2). Outro é quando um pescador realiza reparos na rede de pesca e se ouve a canção “Poeta sambador”, de Siba, (Linha, 2008, Parte 5). O terceiro é quando é abordado o projeto mitigador Berimbau e toca a música de igual nome, de Baden Powell, (Linha, 2008, Parte 6). Ao final, na última parte do documentário, toca uma canção de vibração alegre e associada à imagem de um morador. Seu ritmo proporciona um certo tom jocoso sobre a forma com que ele agradece. Trata-se da canção “A dor é curta e o nome é cumprido”, de Odair Cabeça de Poeta e Grupo Capote, (Linha, 2008, Parte 7).

Sobre a análise do documentário, cabe registrar que houve a necessidade de assistir-lhe algumas vezes, além de se voltar a alguns trechos em diferentes momentos, para a certificação de informações e de interpretações. Numa primeira vez, se assistiu com o olhar mais panorâmico, para os aspectos gerais da proposta de registro audiovisual e, pela primeira vez, capturando imagens que auxiliariam na compreensão da região, dos conflitos e dos impactos socioambientais, que seguem figurando ao longo deste capítulo. No segundo momento, se procedeu à identificação das unidades de análise⁹⁶ (Gaskell; Bauer, 2017). Para selecioná-las, utilizou-se como critério a narração de um conjunto de bens da natureza sendo disputados por agentes vinculados a grupos sociais diferentes, por critérios socioeconômicos e culturais.

As transcrições das falas dos entrevistados do minidoc se norteou pelas suas relações com a teoria e o objeto desta tese, que podem ser resumidos nos conceitos de conflito e de evento e na categoria analítica de turismo, compreendida aqui como síntese de atividades comerciais de caráter massificado que contam com o suporte do Estado para sua realização na APA-LN. As transcrições foram realizadas numa terceira mirada do documentário. Através delas, procurou-se reproduzir o mais fielmente possível as palavras ditas, bem como as pausas e interrupções dos entrevistados, aqui tomados como interlocutores do debate sobre os conflitos socioambientais e impactos na região.

⁹⁵ Sobre estas, informa-se, como consta nos créditos: “Barbarie” de La Grande Déformation e a parte inicial e instrumental de “Fulorestá do samba”, de Siba.

⁹⁶ Ou seja, para identificação das unidades de análises, realizaram-se levantamentos: i) dos atores sociais que figuram no documentário; ii) dos conflitos, embora se tenha percebido, também, o registro da existência de impactos; iii) de onde eles aconteceram ao longo da APA; iv) sobre quem os relata; v) sobre quais são os atores sociais envolvidos; vi) sobre quais são os objetos de disputas ou que sofreram impactos; vii) da presença do Estado via representantes burocráticos ou de governos, estadual ou municipal, então no poder; viii) se houve relações transnáveis.

Inicialmente, o processo analítico do material se concentrou nas duas primeiras unidades de análises: os conflitos e os atores envolvidos. Todos estes últimos que figuram no minidoc foram observados independente deles estarem vinculados, diretamente, às narrativas dos conflitos e aos impactos socioambientais, que são a próxima unidade de análise a ser trabalhada. Assim, buscou-se identificar todos os atores sociais vinculados no documentário, como pode ser observado no Quadro 14. Neste, abaixo do título, foram elencadas as vinculações dos atores sociais (empresário, moradora das vilas etc.) e, na primeira coluna da direita, é possível averiguar quantas pessoas diferentes figuraram em cada uma das categorias de ator social. Estes aparecem sempre sendo entrevistados pela equipe de filmagem. Nessa ocasião é possível perceber semelhança entre a condução da conversa e o que em Ciências Sociais se define como “entrevista semiestrutura”, que versou sobre dois temas centrais: turismo e os seus desdobramentos socioambientais na região da APA-LN da Bahia.

As 41 pessoas entrevistas podem ser agrupadas em 7 diferentes categorias de atores sociais a seguir, em ordem alfabética: 4 empresários, identificados como pousadeiros e alguns sem especificação da atividade a que estavam vinculados; 1 pesquisadora; 1 proprietário; 4 representantes dos poderes públicos; 5 representantes da sociedade civil; 4 turistas – a última classificação não ficou tão explícita –; 18 moradores das vilas. Somando as 4 pessoas vinculadas com a sociedade civil – por se tratar de organizações das pessoas das vilas – com as demais 18 moradoras das vilas, se constata uma constância de 53,6% das vozes das pessoas dos lugares da região. Houve uma predominância de homens entrevistados, 29, frente a apenas 12 mulheres entrevistadas. Neste sentido, cabe destacar que, dos atores sociais não vinculados às vilas, apenas 1 é mulher – Roberta Cardoso (2005) –, que foi identificada como administradora de empresa e autora da tese “Dimensões sociais do turismo sustentável: um estudo sobre a contribuição dos *resorts* de praia para o desenvolvimento das comunidades locais”.

Ela inicia a fala de especialista sobre o assunto em pauta no documentário⁹⁷ e retorna com informações analíticas gerais sobre o *resort* em pelo menos 3 vezes (Linha, 2008, Partes 1, 4 e 6), mas também aborda aspectos específicos do Litoral Norte baiano, ao dizer que teve acesso à informação de que um dos *resorts*, dentro do complexo de Costa do Sauípe, gastava

⁹⁷ No Quadro 21, localizado no Apêndice D, é possível identificar exatamente a(s) parte(s) em que ela e os demais atores sociais figuraram no “Linha Verde: estrada cicatriz”.

Quadro 14 - Atores sociais identificados no “Linha Verde: estrada cicatriz”

Nº	CATEGORIAS E QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS IDENTIFICADAS NO MINIDOC							
	Empresário	Pesquisadora	Proprietário	Representantes do Estado	Representantes do Resort/Cluster ⁹⁸	Sociedade Civil	Turista	Moradores das Vilas
1	Alberto Rael Dias (Bahia Adventure)	Roberta Cardoso (administradora)	Paulo Roberto de Souza (administrador, Sto. Antônio)	Domingos Leonelli (Sec. de Turismo da BA)	Armando Ollandezos (diretor do cluster de turismo Costa dos Coqueiros)	Elias Ferreira (associação das comunidades de Pau Grande e Barreto)	José (português, Internacional)	Seu Pombinho (Vila Sauípe)
2	Ismael José de Oliveira (empresário)			João Gualberto (prefeito de Mata de São João)	Beraldo Boaventura (Gerente socioambiental da Sauípe S.A.)	Antônio Alves de Alcântara (Associação de Moradores de Areal - AMAR)	Mathias (suiço, Internacional)	João Paiva (Vila Sauípe)
3	Paulo Roberto Limoneie (pousadeiro)			Paulo Novaes (gestor da APA-LN)	Paulo Seixas (diretor administrativo da Reta Atlântico Brasil)	Jocimar Moura (Associação Onda Verde)	Daniela (gaúcha, Nacional)	Edite Diniz (geógrafa, Praia do Forte)
4	Deise Cabral Guex (pousadeira aldeola, Baixio)			Érico Mendonça (Superintendente de Investimento, Secretário de turismo, 1992-2006)	Francisco Oliveira (Diretor do Instituto Imbassaí. Reta Atlântica Brasil. Fundador do Projeto Berimbau)	Valter Lima Santos (Associação Capitães de Areia)	Susimare Ferreira (massoterapeuta, turista?)	Lourival Evangelista (empresário, Praia do Forte)

⁹⁸ Cf. Mercejane W. Santana (2009) e Zélia Góis (2009) sobre o cluster da APA-LN/Ba e, também, acerca da governança e do planejamento público.

5					Augusto Alves Laudano (agricultor e Presidente da Coopevale)		Amaíse Tavares (comerciante, Massarandupió)
6					Gui Marcovaldi (Coordenador Nacional e fundador do projeto Tamar)		Ivone Soares (artesã, Massarandupió)
7					Adriana Santana Silva (Associação Capitães de Areia)		Homem não identificado (morador de Massarandupió)
8					Reginaldo dos Santos (Associação Capitães de Areia)		Maria Mendes (comerciante e artesã, Sto. Antônio)
9					Guilhermo Filguera da Cruz (coordenador cultural de Baixio)		Seu Miúdo (Sto. Antônio)
10							Jailson Santos (auxiliar de limpeza do Sauípe <i>Resort</i> , vila?)
11							Martina Vieira (aposentada, vila?)
12							Juca Pereira (artista plástico e empresário, vila?)

13								Mulher não identificada (Barro Branco)
14								Reginaldo Borges de Jesus (moto táxi, Barro Branco)
15								Rosalino Silva Ramos (motorista, vila?)
16								Maria José Santos Silva (comerciante e artesã, Santo Antônio)
17								Pescadores e marisqueira de Salinas da Margarida
18								Ronaldo Victor de Oliveira (técnico em telecomunicação, Subaúma)

Fonte: Linha Verde (2008)

mais com o transporte dos seus empregados do que com a folha de pagamento (Linha, 2008, Parte 4, 1min.40seg.).

As pessoas dos lugares são profundas conhecedoras de suas vilas, cabendo destaque a Pombinho, que denuncia conflitos e impactos na Vila Sauípe em 2 momentos (Linha, 2008, Partes 1, 5 e 6) e a Antônio Alves de Alcântara, da Associação de Moradores de Areal (AMAR), que em 3 oportunidades (Linha, Partes 3, 5 e 6) criticou as políticas públicas fiscais que isentaram os *resorts* de pagamento de imposto por 10 anos, e a ambiental, uma vez que: “Eles preserva uma [palavra inaudível] Ele não quer que ninguém cace. Ele não quer que ninguém pesque. Ele não quer que ninguém tire um cipó. E porque depois que ele vem construir, ele tira tudo, tudo, tudo, tudo e bota mais de cimento em cima?” (Linha, Parte 5, 7min.10seg.). Também ligado à sociedade civil (Onda verde), Jocimar Moura destacou-se, figurando em 3 instantes (Linha, 2008, Partes 4, 5 e 6) criticando o não planejamento dos empreendimentos turísticos para preparar as pessoas da região para seus postos de trabalho, bem como o caráter meramente formal e burocrático dos EIAs/RIMAs, sobre os quais as comunidades não detêm conhecimento técnico nem assessoramento do poder municipal para acompanhar.

Todavia, é o Ismael José de Oliveira, identificado como empresário, quem mais vezes aparece no minidoc (Linha, 2008, Partes 3, 4, 5 e 7). Foram 4 vezes, nas quais ele assume, em todas as falas, uma postura crítica à política desenvolvimentista do turismo e à política ambiental, avaliada por ele como meramente burocrática e de eficácia questionável. Ele assume um tom fatalista quanto ao destino da região, que seguiria o mesmo fim de Cancún, no México, e Cotê D’Azur, na França, ao tornar-se um destino internacional, mas gerando, igualmente, impactos na sociabilidade e na cultura das populações e no meio ambiente da região da APA-LN.

Na dimensão local, podemos dizer que, se de um lado o turismo impulsiona a geração de empregos (diretos ou indiretos), a ampliação da rede viária, a melhoria da infraestrutura urbana e a expansão da indústria da construção civil e do setor de serviços, de outro lado acentua os problemas gerados pela urbanização acelerada. Desse modo, nos deparamos com o incremento do consumo de recursos naturais, o aumento do custo de vida, a especulação imobiliária, o aumento da produção de lixo, a intensificação da segregação sócio-espacial ou mesmo a favelização, a geração de fluxos migratórios, que introduz modelos culturais exógenos, assim como um processo de exclusão econômica da população local que, na maioria das vezes, fica à margem deste setor, altamente especializado. (Luchiari, 1999, p. 158).

Esta citação de Luchiari é o prenúncio do percurso comumente assumido pelo turismo na costa brasileira. Tem-se ciência dos limites e dos impactos da *doxa* do desenvolvimentismo

direcionado para o turismo, como dito acima, nas populações e no meio ambiente onde ele se desenvolve. O Estado, via governos, desempenha um papel dúbio nesta problemática, na medida em que ocupa posições poucos conciliáveis, como a de fomentador do desenvolvimentismo turístico, a exemplo do PRODETUR, e de instância gestora e, portanto, fiscalizadora do meio ambiente, que deveria agir como um defensor imparcial dos direitos e dos deveres de todos os envolvidos em uma situação de conflito e/ou de impacto ambiental. Esta ambiguidade está presente nas falas dos que representam o poder público no minidoc.

Em dois momentos distintos, são apresentadas as falas de Domingos Leonelli⁹⁹, criticando o modelo de turismo historicamente adotado na Bahia, o qual ele considera se concentrar em hotéis de grande porte, desvinculados da economia do lugar e do seu entorno¹⁰⁰, além do que, segundo o político, esta arena de negócio traz à baila a “grande batalha da humanidade, talvez a dimensão mais... poderosa da luta de classes no mundo, seja esta dimensão tri [sic] a vida (aí as pessoas pensam: entre a vida e a morte, não), a vida e o lucro.” (Linha, 2008, Parte 1, 5min.11seg.)¹⁰¹.

No que tange ao poder público municipal, o único que figura no Linha Verde (2008) é o então prefeito de Mata de São João, João Gualberto¹⁰², que em sua fala avalia que o turismo não trouxe nada para a municipalidade. Segundo ele (Linha Verde, 2008, Parte 3), o turismo aconteceu no Litoral Norte em três etapas: a primeira com pousadeiros de Imbassaí e de Praia do Forte e do Eco Praia do Forte, que foram pioneiros e não realizaram estudo de viabilidade; a segunda ocorreu com o Projeto Sauípe, que foi importante para o Brasil e para a Bahia, mas não relevante para Mata, considerando a isenção de Imposto Sobre Serviço (ISS) nos dez

⁹⁹ Pode-se observar no documentário que a participação de Domingos Leonelli ocorre, não por meio de uma entrevista, como todos os demais participantes, e sim por sua participação em um evento. Não é informado qual seria nem quando ocorreu. Decerto as falas do político tivessem relação direta com a temática do minidoc. Talvez, ainda, se quisesse reverberar a esperança de que o grupo político ao qual ele estava associado, o PT, adotaria uma política para turismo em moldes diferentes daqueles que ele criticava, o que sabemos, não aconteceu.

¹⁰⁰ Discorda-se do então secretário de turismo, Domingos Leonelli, pois a proposta de turismo *all inclusive*, apesar de fechado em si, se conecta com a região em alguns pontos: na contratação da mão de obra da região durante o período de construção e para as funções de baixo escalão no funcionamento dos empreendimentos turísticos; nos conflitos e nos impactos socioambientais que ele gera para as populações e para o meio ambiente da região. Por exemplo, leva à quebra geracional da transmissão de práticas de trabalhos diretamente ligados aos bens da natureza, aos quais, também, a população já não tem mais acesso, pois as terras livres e de uso comum passam à propriedade e ao domínio de outros.

¹⁰¹ Ele foi Secretário de Turismo do Estado da Bahia durante quase todo o primeiro mandato do PT no governo da Bahia (Jaques Wagner, entre 2007-2014). Como informado anteriormente, nota de rodapé 59, este partido está no quinto mandato na governadoria da Bahia, com perspectiva de fim do primeiro mandato do atual governador em 2026. Durante estes 17 anos de gestão da Bahia pelo PT, não se observou mudança no modelo de desenvolvimento do turismo criticado por Domingos Leonelli entre 2007 e 2008.

¹⁰² João Gualberto Vasconcelos é político filiado ao Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) e empresário. Ele está no seu terceiro mandato como prefeito de Mata de São João (2021-2024). Foi eleito, anteriormente, em 2004, para o primeiro mandato, e em 2008, para o segundo.

primeiros anos e “não empregabilidade da mão de obra local”; ele caracteriza a terceira como a da grande hotelaria, com uma visão mais sustentável. Comparando a segunda e a terceira fases, é lícito supor que o político está, implicitamente, criticando aspectos ambientais do Costa do Sauípe *Resort*. Ainda, segundo ele, este empreendimento deixou de pagar em torno de 7 milhões de reais de impostos por ano ao município de Mata de São João.

Portanto, esses dois representantes do poder político que ocuparam cargos nos governos, e por conseguinte participaram da máquina pública, apresentaram avaliações significativamente negativas sobre os rumos que o turismo assumiu na Bahia, no Litoral Norte. Porém, enquanto entes públicos, outrora e atualmente, não se tem notícia de implementação de modelo diferente do turismo massificado nesta região.

Paulo Novaes, então gestor da APA-LN, consequentemente também representante do poder público, ocupou uma posição similar à de especialista sobre a região, na medida em que não só relatou conflitos e impactos, mas também quando criticou a falta de planejamento do turismo implementado na região e indicou possibilidades, tidas por ele como “ideais”, de planejamento prévio e de acompanhamento socioambiental. Destaca-se a preparação da população da região para as demandas de serviços e produtos, além da necessidade de orientação para a formação de cooperativas¹⁰³. Ele figurou em 3 momentos, com falas distintas (Linha, 2008, Partes 3, 4 e 7), uma das quais será objeto de análise ainda nesta seção, quando se trabalhar impacto. O outro representante do estado é Érico Mendonça¹⁰⁴, que é identificado como superintendente. Não é informado de onde nem do que, mas como tendo sido Secretário de Turismo entre 1992-2006, ou seja, no período em que parte do Litoral Norte foi decretada como APA.

Então hoje a grande parte de áreas de interesse turístico estão dentro de Áreas de Proteção Ambiental, definindo um modelo de ocupação. A vantagem desse

¹⁰³ Em seguida a esta fala do Paulo Novaes, a equipe entrevista Augusto Alves, que é identificado como agricultor e presidente da COOPEVALE, cuja fala mostra que, após a chegada do turismo, os agricultores perceberam a necessidade da figura jurídica, a constituíram e buscaram negociar diretamente com os hotéis. Parece que a intencionalidade da edição foi apontar para o fato de que o mínimo a ser feito de planejamento prévio para a chegada do turismo não foi realizado e a população da região precisou se reinventar frente à necessidade de lidar com o turismo massificado que se instalou lá. Não se localizou registro da cooperativa em buscas na internet, nem se ela ainda está ativa.

¹⁰⁴ Érico Mendonça foi Superintendente de Cultura e Turismo de Salvador entre 1994-2006. Entre este primeiro ano e 2023, ele seguiu, exceto pelo curto período de dois anos e onze meses onde atuou na iniciativa privada, vinculado à Prefeitura de Salvador em cargos políticos, em sua maioria no segmento do turismo. Desde 2018, ele está como diretor geral do Programa de Requalificação Urbanística de Salvador – PROQUALI. Na primeira função, ele atravessa os governos da prefeita Lídice da Mata do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (1993-1996); dos prefeitos Antônio Imbassahy – PFL (1997-2004) e do início do primeiro mandato de João Henrique Carneiro, do Partido Democrático Trabalhista – PDT (2005-2008). Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/ericompromendonca/details/experience/> Acesso em: 28 dez. 2023.

instrumento de [palavra inaudível] é que ele não impede a ocupação. Ele ordena o modelo de ocupação e define dentro da própria APA, as zonas que você não pode efetivamente fazer nada. Então isto dava para o investidor uma segurança de que ao lado do empreendimento hoteleiro ou *resort*, por exemplo, não ia depois surgir uma fábrica. Érico Mendonça (Linha, 2008, Parte 5, 2min.7seg.)

Realizar uma pesquisa é caminhar. Às vezes, um dado leva a outro inesperado e importante. Foi exatamente o que aconteceu com a fala deste ex-secretário de turismo da Bahia. Verificando que seu tempo de exercício neste cargo incluía o ano de criação da APA-LN e que a sua fala apresentava concatenação entre a política desenvolvimentista para o turismo e a gestão ambiental, resolveu-se pesquisar quais eram as APAs na Bahia. Considerando, ainda, o período longo e contínuo de sua atuação, também foi despertado o interesse em saber quais os anos dos decretos de criação das APAs baianas e se estas UCs apresentavam atividades turísticas. O resultado desta “pista” que Érico Mendonça legou à pesquisa, foi apresentado e analisado no capítulo anterior. Aqui, vale a pena reiterar que este tipo de UC, a APA, foi planejada como uma estratégia de reserva de valor paisagístico para os interesses do capital, voltado para variados negócios que envolvem o turismo, como pode ser constatado na citação da entrevista acima.

Foram localizadas 7 unidades de análise envolvendo conflito e/ou impacto ambiental no minidoc. Este último é compreendido como consequência da ação humana no meio ambiente, podendo variar de acordo com os interesses (valor de uso e valor de troca) e o estágio da contenda. Como já dito anteriormente, o impacto comumente é o desfecho de um conflito, mas a chegada até este estágio de desdobramento sobre a natureza não significa que o conflito foi encerrado. Este pode, inclusive, se desenvolver, justamente, por meio de um impacto não precedido de conflito. Não há dúvida de que as 2 situações identificadas como impacto no minidoc o são, mas cabe questionar se houve um desfecho final do conflito. Tende-se a concluir que não, que nestes dois casos, como será analisado a seguir, os conflitos socioambientais seguem coexistindo com o impacto.

Quadro 15 - Conflitos e impactos socioambientais relatados por parte do “Linha Verde: estrada cicatriz”

Parte Minidoc	Lugar do Conflito	Lugar do Impacto	Objeto de disputa	Atores Sociais Denunciadores	Ator Social Responsabilizado
1		Vila Sauípe	“Pinicão” na Vila Sauípe	-Seu Pombinho (Vila Sauípe) -João Paiva (Vila Sauípe)	Costa do Sauípe <i>Resort</i>
1	Praia do Forte		Os territórios das comunidades Pau Grande e Barreto	-Edite Diniz (geógrafa, Praia do Forte) -Lourival Evangelista (empresário, Praia do Forte)	Eco <i>Resort</i> Praia do Forte
2	Massarandupió		Praia de Massarandupió	-Amaíse Tavares (comerciante, Massarandupió) -Homem não identificado (morador de Massarandupió) -Ivone Soares (artesã, Massarandupió)	PACAB - Entre Rios Vila e <i>Resort</i> (grupo português)
2	Santo Antônio		A vila em si	-Maria Mendes (comerciante e artesã, Sto. Antônio) -Seu Miúdo (Sto. Antônio) -Paulo Roberto Álvares Souza	Paulo Roberto Souza
3		Porto Sauípe e Vila Sauípe	Mangue	-Paulo Novaes (Gestor da APA-LN)	“Complexos” “Complexo”
5	Vila Sauípe		Área de brejo da parte chamada Batinema	-Seu Pombinho (Vila Sauípe)	“Eles”
5	Imbassaí		Ocupação de zona úmida e do cordão de dunas	-Gestor da APA-LN -Coordenador e fundador do projeto TAMAR	Reserva Imbassay (hotel)

Fonte: Linha Verde (2008).

Como pode ser observado no quadro acima, 3 contendas envolvem Vila Sauípe e Porto de Sauípe, lugares da região mais próximos do Costa do Sauípe *Resort*, portanto, mais suscetíveis a situações de conflito e de impacto socioambientais. Dos identificados, 5 foram narrados por mais de uma pessoa, como o que ocorreu na Vila Santo Antônio, que foi citado por moradores deste lugar e por Paulo Roberto de Souza. Apenas 2 dos 7 conflitos não tiveram pelo menos uma pessoa das comunidades narrando. Do total, 6 aconteceram no litoral de Mata de São João e 1 em Massarandupió, que corresponde à costa litorânea do município de Entre Rios.

Ilustração 6 - RPPN Sapiranga, em Praia do Forte, Mata de São João (BA)



Fonte: Linha Verde (2008, Parte 5, 3min58seg)

A ilustração acima, capturada da Parte 1 do Linha Verde (2008), é a síntese visual do processo longo de conflitos socioambientais envolvendo as comunidades de Pau Grande e Barreto e as administrações do Eco *Resort* Praia do Forte e da Fundação Garcia D'Ávila, figuras jurídicas diferentes, mas que *a priori* são parte de um projeto de ecoturismo para Praia do Forte, instituído por Klaus Peters. São muitos os conflitos socioambientais envolvendo este senhor, suas empresas e as pessoas do lugar. O registrado no minidoc apresenta como objeto de disputa os territórios das referidas comunidades e foram relatados por Lourival Evangelista, Elias Ferreira, representando a associação dos referidos grupos, e Edite Diniz, que indicam como atores sociais responsáveis as empresas supracitadas.

De acordo com Edite Diniz (Linha, 2008), os conflitos vivenciados pelas comunidades Pau Grande e Barreto, são resultados da concepção de reserva ecológica oriunda dos EUA, que ela resumiu como: “Bicho sim e gente não!”. Cabe registrar ainda que as comunidades também são reconhecidas como remanescentes de quilombo, mas não tiveram seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território concluído, frente ao agravamento dos conflitos após a autodefinição delas como quilombolas e da solicitação, junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), da demarcação de seus territórios como étnicos.

Francisco Brito (2008) e Edite Diniz (2007) se constituem em referências centrais para a compreensão dos conflitos socioambientais em Praia do Forte. De acordo com Brito (2008), este processo foi instaurado na década de 1980, quando Klaus Peters comprou as partes de dois sócios e passou a ser o único com domínio sobre as terras de Praia do Forte. Ele instaurou um turismo ecológico no lugar, valendo-se da criação da Fundação Garcia D’Ávila e implantando uma série de ações de controle e expulsão dos grupos residentes há décadas em Praia do Forte.

Visando realizar uma análise fidedigna dos conflitos socioambientais registrados na Linha Verde, optou-se pela análise deste. Entretanto, tais conflitos de Praia do Forte têm um processo longo, diversificado em seus objetos de disputas e atores sociais envolvidos. Eles são anteriores à ampliação da BA-099 e ao empreendimento do Costa do Sauípe *Resort*. Portanto, não se enquadram no desenho metodológico da pesquisa, que toma esses supracitados eventos como potencializadores da atividade turística e propulsores de conflitos socioambientais. Provavelmente, tais eventos, sobretudo o primeiro, introduziram algum tipo de dinâmica aos conflitos socioambientais em Praia do Forte, porém estabelecer tais variáveis e limites dos condicionantes demandaria um estudo de caso em profundidade, o que não é o objetivo desta tese, que visa apreender os conflitos socioambientais de uma região administrativa ambiental (APA-LN). Além disso, entende-se que Praia do Forte já foi objeto de estudos de caso de Brito (2018) e de Diniz (2007). Nesse sentido, elegeu-se por não retornar aos conflitos socioambientais de Praia do Forte nas seções que seguem.

Ilustração 7 – Mobilização da Vila de Massarandupió para retirada de cerca da PACAB Brasil Ltda.



Fonte: Linha Verde (2008, Parte 2, 3min2seg)

Ilustração 8 – Mobilização da Vila de Massarandupió para retirada de cerca da PACAB Brasil Ltda.



Fonte: Linha Verde (2008, Parte 2, 3min.5seg.)

O segundo conflito socioambiental ocorreu na Vila de Massarandupió¹⁰⁵. Apresentou como objeto de disputa a praia do lugar e os seus caminhos de acesso. Neste momento, o documentário utiliza a estratégia de filmar fotos de um momento deste conflito, no qual as pessoas do lugar se reuniram para a retirada das cercas. As ilustrações acima registram esta situação e figuram na Parte 2 do Linha Verde (2008). Esta ocasião e o conflito como um todo foram narrados com detalhes por Amaíse Tavares¹⁰⁶. Este momento crucial de disputa do objeto do litígio também foi relatado por Ivone Soares e por um homem não identificado. O ator social responsabilizado como disparador do conflito foi a PACAB Brasil Ltda., empresa portuguesa que no Brasil criou a figura jurídica “Entre Rios Vila e Resort”. Foi relatado que esta pretendia implantar atividades de turismo nesse lugar. Em uma das placas, nas ilustrações abaixo, há a informação de que se trata de uma propriedade privada e que a entrada é proibida. Na outra o tom é menos de domínio e mais ambientalista, convidando à preservação da área, inclusive, se valendo do número do decreto de criação da APA-LN, ou seja, do direito ambiental como estratégia de validação do domínio frente ao direito consuetudinário, que combina posse familiar e território comunal.

Maria de Lourdes Souza (2009) pesquisou a produção do espaço em Massarandupió e seu entorno. De acordo com ela, neste tipo de processo ocorrem dinâmicas internas (horizontalidades) e movimentos externos (verticalidades)¹⁰⁷, ambos estando no horizonte do processo histórico da sociedade. A autora parte do suposto que “[...] os interesses do mercado e do Estado constituem verticalidades e são historicamente hegemônicos na produção do espa-

¹⁰⁵ Conferir Sampaio (1990), acerca de conflitos socioambientais envolvendo uma fábrica de celulose em Entre Rios com o indicativo de deslocamento para sua costa marítima, correlacionados à política de reflorestamento de pinus e eucaliptos na região.

¹⁰⁶ A fala de Amaíse Tavares é rica em detalhes sobre a oposição entre o direito consuetudinário das famílias do lugar e o positivo, pautado no domínio das terras. Ela narra que na déc. de 1970, a Barreto de Araújo conquistou terras do lugar, através da atuação de jagunços. Em 2001, para pagamento de dívidas trabalhistas, esta empresa leiloou as terras, que foram adquiridas pelo grupo português supramencionado. Maria de Lourdes Costa Souza (2009) realizou o levantamento da cadeia dominial de Massarandupió, que não só confirma a narrativa de Amaíse Tavares como aprofunda o detalhamento das disputas por terra nesta comunidade. Parte da contenda que em muito lembra a pesquisa desenvolvida por James Holston (1993) sobre a cadeia dominial e os conflitos de terra na formação da periferia da capital paulista, cujo capítulo mais conhecido é bastante significativo em relação aos meandros da questão agrária no Brasil, “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”. Neste sentido, destaca-se aqui a disputa jurídica entre o herdeiro de Rosendo Serapião, este tendo requerido aforamento à União em 1932, e a empresa inglesa, que detinha título de propriedade: “Apesar da contestação vitoriosa dos ingleses em favor deles e dos posseiros, as terras foram requeridas em 1962 pelo herdeiro de Serapião, sendo que o processo no qual os ingleses obtiveram o reconhecimento sobre a propriedade das terras [...] simplesmente sumiu da comarca de Entre Rios” (A Tarde, 2002). [...]” (Souza, 2009, p. 104).

¹⁰⁷ Souza (2009, p. 33) explica que “A dinâmica de produção do espaço é composta pela coexistência dialética de verticalidades e horizontalidades, como visto, sendo que as ações verticais se manifestam majoritariamente por relações distantes do ponto de vista físico e de interesses, entre os lugares da decisão e da efetivação das ações, atingindo o espaço globalizado de relações.”

Ilustração 9 – Placa de identificação de propriedade da PACAB Brasil Ltda. com dados do decreto de criação da APA-LN



Fonte: Linha Verde (2008, Parte 2, 1min5seg)

Ilustração 10 – Placa de identificação de propriedade particular da PACAB Brasil Ltda. “Não entre”



Fonte: Linha Verde (2008, Parte 2, 2min54seg)

ço” (Souza, M. 2009, p. 34). Por sua vez, quando se utiliza destes referenciais analíticos para pensar as vilas do Litoral Norte baiano, percebe-se que o encontro destas dimensões são ocasiões potenciais de conflitos socioambientais, considerando, ainda, as distintas concepções e simbologias dos povos de ecossistemas e os da biosfera, como visto no primeiro capítulo.

É exatamente o que a autora descobriu da história desta vila, dos quais se destacam aqui três conflitos socioambientais. Anterior a 1993, havia o plano de implantação de uma fábrica de celulose da indústria Copener/Norcel em Entre Rios, que chegou a ser cogitada para Massarandupió, mas não vingou na fase de licenciamento ambiental por diversos motivos, dentre os quais dificuldade de financiamento pela baixa da celulose no mercado internacional e a perspectiva de implantação de um polo de crescimento turístico na região. Entre as décadas de 1970 e 1980, esta vila já experienciava mudanças no seu espaço por rebatimento da política que transformou a região em distrito florestal, como mencionado anteriormente. Outra inflexão ocorre em decorrência de disputas por terra, em linhas gerais descritas na nota de rodapé 107, dos quais Manoel Serapião “[...] consegue a inscrição como ocupante das áreas em litígio e, em janeiro de 1977, firma consórcio com a Barreto Araújo Empreendimentos imobiliários S/A [...]” (Sousa, 2009, p. 104), que, por sua vez, vende as terras para a PACAB, que desemboca no conflito registrado no documentário. Outro conflito ocorreu entre a Prefeitura e os moradores da vila, quando a primeira decreta parte da área da praia para o naturismo, em 1998, através do decreto nº 1.571/1999. A praia é mais uma vez objeto de disputa, que ultrapassa este bem da natureza, na medida em que o que se tem na arena do litígio é uma concepção de mundo das pessoas do lugar e os objetivos econômicos do poder municipal de implantar a primeira praia de naturismo da Bahia¹⁰⁸. Foram criadas normas de acesso à área de naturismo, mas que, igualmente, geraram conflitos, sendo um deles a impossibilidade de acesso e permanência de homens desacompanhados de uma pessoa do sexo oposto¹⁰⁹.

Segundo Souza (2009), a mobilização das pessoas de Massarandupió foi para a retirada das cercas sobre áreas de preservação – como dunas, manguezais e lagoas – que dificultavam o acesso à praia e a outros bens da natureza utilizados na feitura do artesanato. As cercas também bloqueavam a faixa da estrada de servidão, aberta pela prefeitura, em 2005. Todo este contexto de conflitos culminou com a criação do movimento SOS Massarandupió¹¹⁰.

¹⁰⁸ Massarandupió não só foi a primeira praia de naturismo na Bahia, como segue sendo a única e um destino consolidado nacional e internacionalmente para esta prática.

¹⁰⁹ Para mais detalhes sobre este conflito, conferir Souza (2009).

¹¹⁰ Souza (2009) informa que, neste contexto de litígio, a Associação de Moradores e Amigos de Massarandupió (AMAM), iniciada em 1997, solicitou ao IBAMA a criação da UC de uso restrito no conjunto de dunas e restingas

Amaíse Tavares, moradora de Massarandupió, diz que “Nós não somos contra o desenvolvimento. Nós queremos que venha o desenvolvimento. Acho que todo mundo precisa, tem o direito. Agora, que seja um desenvolvimento sustentável.” (Linha, 2008, Parte 7, 4min.9seg.). Tal enunciado nos permite apreender a incorporação, pelo imaginário do senso comum, do discurso acadêmico, que, por sua vez, também foi incorporado como estratégia discursiva pelo empresariado e pelo Estado. Com isso, a sustentabilidade seria um ponto de equilíbrio entre tratar os bens da natureza como tais e se apropriar deles como recursos a serem explorados em busca de lucro e acumulação de capital, em detrimento do meio ambiente e, no caso da APA-LN, em desfavor da população da região. Cabem reflexões, como um contradiscorso ampliado, sobre o caráter efetivo do que esta palavra promete e o seu uso político como parte da ideologia da *doxa* desenvolvimentista da esfera pública e da iniciativa privada.

O terceiro conflito também ocorreu em um lugar de praia, mas é a vila em si, como um todo, objeto de disputa. Trata-se da Vila de Santo Antônio. O embate foi narrado de forma singular no documentário, pois tanto é feito pelos atores sociais denunciadores – Maria Mendes, de forma pontual, e por Seu Miúdo, de forma detalhada – quanto é nomeado pelo ator responsabilizado, o Paulo Roberto de Souza¹¹¹, que fala: “[...] tenho problemas com a comunidade de dentro da fazenda [...]” (Linha, 2008, Parte 2, 3min.22seg.). Ele segue dizendo que é possível visualizar que se trata de uma ocupação feita há cinco ou seis gerações, mas reafirma ter sido atropelado diante dos acontecimentos, buscando evidenciar que planejava outra coisa para o lugar, que é possível resumir, a partir de suas palavras, como a preservação do lugar para “os nativos”. De acordo com Miúdo, morador de Santo Antônio, a relação de Paulo Roberto com a Vila de Santo Antônio ocorreu da seguinte maneira:

Miúdo: - Fez mais ou menos uns 30 anos que ele chegou aí. Mas sempre ele na sabedoria com a gente, porque a gente é da roça nô temo mucha, mucha... ah... Como é que diz? Não

do lugar, porém não se conseguiu confirmar a efetivação do pedido. Além disso, ainda de acordo com a autora, as mulheres artesãs deste lugar criaram e registraram em 2003 a Associação de Artesãs de Massarandupió (ADAM).

¹¹¹ Enquanto se escrevia esta tese, foi publicada a seguinte matéria no Intercept-Brasil: “Como a Bahia virou alvo do turismo de destruição: pelo ‘progresso’ empresários devastam vegetação e atacam quilombolas.”, que foi escrita por André Uzêda, em 15 de julho de 2023. A reportagem inicia citando o caso de conflito socioambiental que tentava impor a expulsão (Sassen, 2008) dos moradores que residem em Santo Antônio-Jitaí, litoral do município de Mata de São João (Uzêda, 2023). Embora a semelhança dos nomes e da localização no Litoral Norte, trata-se de outra comunidade, identificada como Riacho de Santo Antônio-Jitaí na matéria do jornal A Tarde (2023). Ambas as reportagens a qualificam como um grupo remanescente de quilombo. Entretanto, a pessoa que alega ser proprietária das terras é a mesma – Paulo Roberto de Souza. A mando deste, homens armados – identificados em uma reportagem como policiais (Uzêda, 2023) e em outra como detentos (A Tarde, 2023) – invadiram o território da comunidade para realizar ordem judicial de despejo. Os quilombolas alegam ocupar o território há gerações, remetendo a 1916 (A Tarde, 2023), ao passo que Paulo Roberto de Souza os define como invasores. O que se pode constatar é que, mais uma vez, ele se envolve em conflito socioambiental, disputando integralmente o território de um grupo social no Litoral Norte da Bahia.

sabe quase nada. Comprava um pedaço. Comprava outro. Só não comprou, deu mesmo, que não vendi nada a ele. Fazia uma casa nova. Rapaiz [falando com o neto, ao tirá-lo de perto da filmagem]. Fazia uma casa e tomava uma banda de pedaço de terra. Dava a pessoa e a pessoa dava o terreno.

Entrevistador [não identificado]: - Trocava a casa pelo terreno?

Miúdo: - Trocava a casa pelo terreno. Eu dizia a minha comunidade. Olhe, vocês abram bem o olho, que isto não vai dar certo. Ele disse que não e que tá aí. Você vê que agora eles tão [palavra inaudível] Tão aqui só nativo, mas tá todo mundo com uma casinha um quintal. Outros já [faz sinal com a mão direita de abrir e fechar de forma a indicar que foram embora do lugar]. Foi tudo fora. Miúdo (Linha, 2008, Parte 2, 3min.42seg.)

Um lugar sem acesso aos meios de sobrevivência para um povo de ecossistema, tendo este acesso, apenas, a um teto de morada e ao quintal, sem área de trabalho nem terra para deixar como herança para os seus descendentes, não parece ser um lugar preservado para os nativos. No mínimo cabe questionar esta concepção também, quando Paulo Roberto de Souza se vale da legislação ambiental como estratégia de delimitação de sua propriedade, do seu domínio, a constituindo, igualmente, num espaço de reserva de valor em si e com possíveis finalidades turísticas, em consonância com os usos permitidos para uma APA, ao registrar a vila como uma RPPN¹¹².

Como pode ser observado nas ilustrações que seguem, consta no Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) o registro da RPPN Dunas de Santo Antônio, em 21 de maio de 2001, sendo a portaria nº 65 publicada no Diário Oficial da União¹¹³ de 04 de junho de 2001. Conforme consta neste documento, trata-se de uma RPPN de “interesse público e em caráter de perpetuidade”, abrangendo uma área de 370.721ha (trezentos e setenta hectares e

¹¹² Golde Maria Stifelman (1997), ao falar do planejamento do PRODETUR para a Costa dos Coqueiros, informa que havia três projetos a serem implantados na região, dentre os quais um que transformaria Vila de Santo Antônio em Vila turística Santo Antônio. “3. Sauípe. Junto ao Rio Sauípe, será erguida a Vila Turística Barra do Sauípe, com duas áreas de *Resorts*, ao redor de uma grande praça arborizada ao longo de um canal, dragado no leito de um riacho. Nesse local, será construída uma marina com pousadas e *residential service* à sua volta, com a densidade de 120 leitos/hectare. Além dessa Vila, haverá a Vila de Santo Antônio, que seguirá a configuração da anterior.” (Stifelman, 1997, p. 30). Ao que tudo indica, o primeiro projeto se concretizou em dimensões muito maiores no Costa do Sauípe *Resort* e o segundo, ainda, não ocorreu. Mas, como será visto, Paulo Roberto Souza constituiu a Vila de Santo Antônio como uma área administrativa ambiental privada sob seu domínio. Os outros dois locais com projetos turísticos na Zona Costa dos Coqueiros eram 1. Praia do Forte e 2. Velho Nambu e Sauípe. (*idem*).

¹¹³ Publicado no Diário Oficial da União em 04 de junho de 2001, seção 1, nº 107, pág. 392. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/10/14/BA_RPPN_Dunas_de_Santo_Ant%C3%83nio.pdf Acesso em: 28 out. 2023.

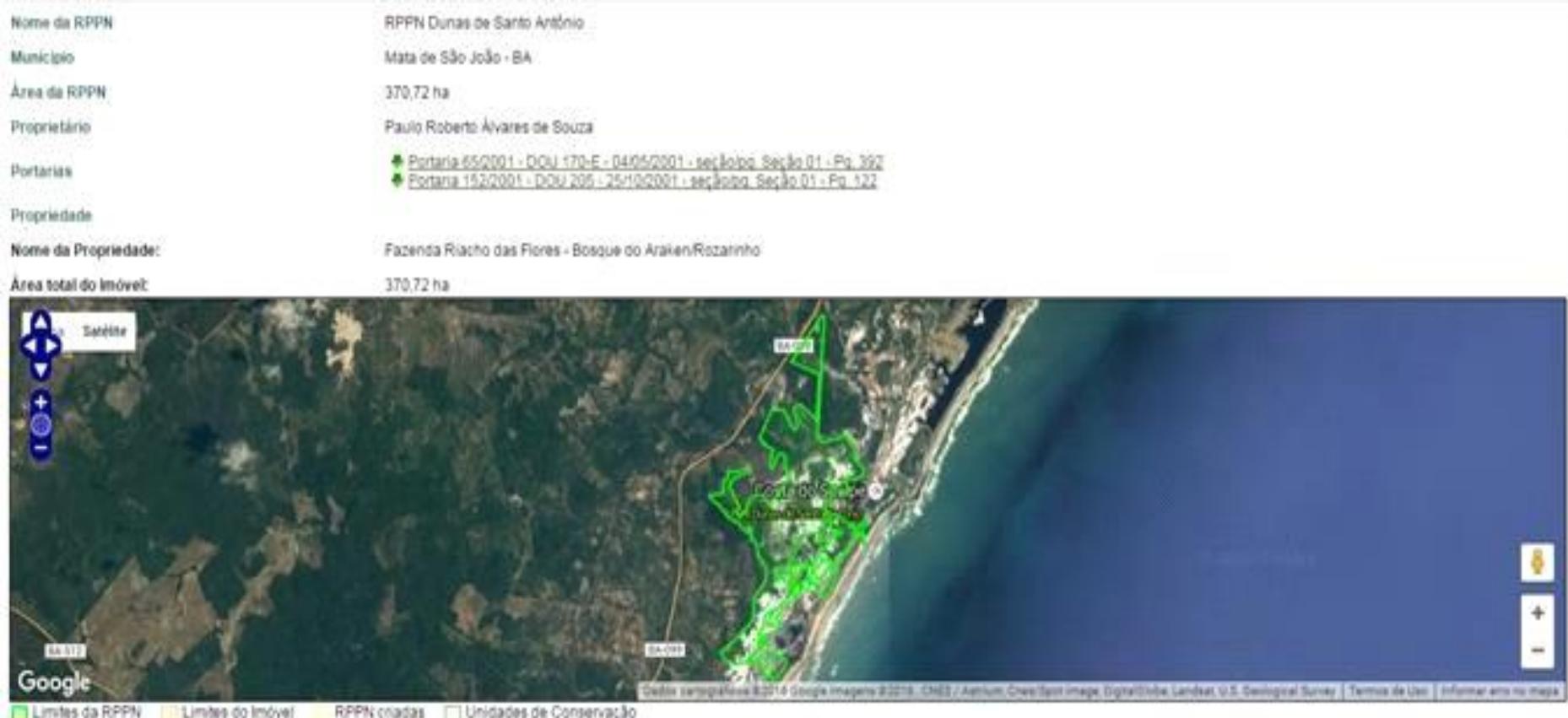
Croqui 5 – Poligonal da RPPN Dunas de Santo Antônio, município de Mata de São João – BA.



Fonte: ICMBio.¹¹⁴

¹¹⁴ O ICMBio registra que a: “Imagen [é] meramente ilustrativa do mapa da RPPN que foi gerado através das coordenadas inseridas no [Sistema de Informatizado de Monitoria de RPPN] SIMRPPN”. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/requerimento/impressao/117/mapa/> Acesso em: 24 set. 2016.

Ilustração 11 – Imagem de satélite da RPPN Dunas de São Antônio, município de Mata de São João – BA.



Fonte: ICMBio¹¹⁵.

¹¹⁵ Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/117/> Acesso em: 24 set. 2016.

setecentos e vinte um metros), que corresponde à Fazenda Riacho das Flores¹¹⁶ e ao Bosque do Araken/Rozarinho, sendo os proprietários Paulo Roberto Álvares de Souza e Lindaura Soares de Carvalho¹¹⁷. Como pode ser observado na imagem de satélite da RPPN Dunas de Santo Antônio (Ilustração 11), ela compreende quase que integralmente as dunas que ligam Diogo a Santo Antônio, cujo caminho entre as vilas é percorrido a pé pelos moradores e demais pessoas, segue próxima aos limites do Costa do Sauípe *Resort* e uma parte chega até a margem direita da BA-099, sentido Salvador-Sergipe. Mas ela não ultrapassa e, portanto, não tem relação oficial com as placas que indicam área de preservação ambiental e propriedade privada em Areal, vila situada ao continente sentido oposto ao da praia.

Logo, a comunidade de Santo Antônio se constituiu numa área duplamente controlada por outra pessoa, seja pelo domínio alegado sobre a terra, seja pelas restrições pertinentes à condição de RPPN. Em trabalho de campo pelo NUCLEAR, havia a impressão de que a RPPN englobava também Diogo e Areal, como supramencionado, ao passo que algumas pessoas compreendiam assim, mas se tinha/se tem dúvida da apropriação desta categoria ambiental pela população destas vilas. A RPPN não foi, por exemplo, um elemento problematizado, sequer elencado quando o conflito socioambiental em Santo Antônio é retratado. Por sua vez, este instrumento jurídico parece ser um recente estratagema de proprietários, que se valem dele, combinando-o com os já historicamente utilizados – grilagem, expulsão das terras etc. – frente ao histórico territorial de povos de ecossistemas. Isto costuma ocorrer valendo-se dos meios legais e recursos persuasivos ilícitos das violências física e simbólica.

O Miúdo (Linha, 2008, Parte 2) relata, ainda, que muitas pessoas de Santo Antônio venderam suas terras, mas que ele resistiu, embora não soubesse até quando conseguiria, considerando a saída de moradores antigos, a pressão do fazendeiro e a falta de serviços públicos básicos. Este movimento de esvaziamento do lugar desacelerou, segundo ele, após a chegada da luz elétrica e da água encanada.

Em consonância com este argumento do Miúdo, Edite Diniz (Linha, 2008, Parte 1) disse que o não acesso a bens públicos básicos – como luz, saneamento, atendimento médico, serviço

¹¹⁶ Na portaria 65/2001 do ICMBio, consta que esta fazenda foi matriculada em 20 de setembro de 1973, livro 3N, sob nº 10.334 no registro de imóveis de Mata de São João (BA), na comarca de igual nome. Não há informações deste tipo sobre a outra fazenda também descrita na referida portaria.

¹¹⁷ No portal da transparência consta que eles são sócios na empresa Soares de Carvalho Patrimonial Ltda., aberta em 07 de dezembro de 2021, em Salvador – BA, de capital social total de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais). Apesar da identificação dele no minidoc, não consta se, por conta do Álvares, trata-se da mesma pessoa. Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/socios/528805/paulo-roberto-alvares-de-souza-filho/> Acesso em: 28 out. 2023.

escolar – expulsa, também, os moradores das vilas, pois são direitos historicamente negligenciados ao campesinato. Em outro trecho do minidoc, Paulo Roberto de Souza menciona a ausência do Estado para regularizar a ocupação desordenada subjacente ao *boom* imobiliário advindo com o turismo massificado e imobiliário na região.

Quando vislumbramos expulsões territoriais – vivendo num país com histórico colonial como o nosso, com estruturas ainda marcadamente patrimonialistas, patriarcais, racistas e em certa medida oligárquicas – é esperado que pensemos em terras, no sentido radical do termo, com ou sem benfeitorias. É possível dizer que Sassen (2016) concordaria com esta nossa disposição, enquanto brasileiros, quando em sua pesquisa ela identifica um “novo mercado global de terras”, ou seja, há aquisições de terras por investidores e governos estrangeiros em outros Estados-Nação para a produção de alimentos para as classes médias de seus países, para exploração de minérios etc., que, portanto, geram expulsões e potenciais impactos socioambientais nos lugares em que as terras são compradas. No entanto, a autora nos convida a pensar em outros “canais de expulsão” (Sassen, 2016), a exemplo do que é trazido e problematizado por Miúdo e por Edite Diniz, no que tange à falta de serviço de saneamento básico, acesso à luz elétrica, à educação e à saúde pública. Canais de expulsões deste tipo foram identificados nos cinco conflitos socioambientais, além de ser possível percebê-los, igualmente, nas duas situações de impacto no documentário. Ou seja, o Linha Verde (2008) registra variados canais de expulsões de humanos e de não humanos da APA-LN, na esteira da ampliação da reprodução do capital.

Os dois últimos conflitos ambientais na APA-Litoral são registrados na Parte 5 do documentário. O quarto ocorreu em Imbassaí e estaria numa situação limite entre conflito socioambiental e impacto de mesmo caráter. Optou-se por classificá-lo como conflito, porque no momento da filmagem se tratava de algo que não só gerou disputa de objeto por parte dos ambientalistas e do Estado, via o gestor da APA-LN com a empresa responsabilizada, mas porque as obras, em área de uso ambiental restrito, foram interrompidas no início. No entanto, de acordo com relato do Gestor da APA, houve um passivo ambiental. O conflito ocorreu em Imbassaí com a implantação do hotel Reserva Imbassaí, que foi parcialmente embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois, no seu processo de construção, tentaram a “[...] ocupação em zonas úmidas, por conta de uma ponte... muito grande que foi construída em Imbassaí e a tentativa de ocupar o cordão de dunas com um hotel de 250 apartamentos [...]” Paulo Novaes (Linha, 2008, Parte 5, 5min.53seg.).

Este empreendimento é o responsável pela disputa e os atores denunciadores são o gestor da APA-LN, supracitado, e Gui Marcovaldi, coordenador nacional e fundador do projeto Tamar. Este relatou, ainda, que o plano inicial de instalação do hotel era em frente a um dos locais de desova das tartarugas e, por isso, ele e todo o grupo ambientalista se opuseram. O diretor administrativo da Reta Atlântico BR, Paulo Seixas, é entrevistado, mas não trata do conflito em si. Ele mencionou apenas que o investidor precisa ser mais bem orientado pelo Estado para que possa investir com segurança. Ele é um dos que fazem referência à presença não efetiva do Estado na região.

Todavia, como informado alhures, Claudia Novaes Machado (2008) estudou as relações entre o direito ambiental e o turismo na produção do espaço em Imbassaí e aborda, também, este conflito socioambiental gerado pela Reta Atlântico BR¹¹⁸, por ocasião da construção do empreendimento Reserva Imbassaí, que traz novos aspectos às informações registradas no documentário. O trabalho da autora confirma que esta empresa queria ocupar áreas impedidas pelo plano de manejo da APA-LN, como a ZPR, que é composta por APP; ZPV e ZOM. Após disputas entre órgãos competentes da questão ambiental, o IBAMA, da esfera federal, e o Instituto do Meio Ambiente (IMA), em nível estadual, a Reta conseguiu manobras burocráticas do CEPRAM¹¹⁹, que permitiram a ocupação da ZPR. Além disto, a então prefeita de Mata de São João – Marcia Cavalcanti Carneiro Dias, do Partido Trabalhista Brasileiros-(PTB) – beneficiou o grupo português Reta Atlântico com isenção de pagamento de IPTU por 10 anos, através da Lei 193/2003 (Machado, 2008). Neste sentido, Zélia Góis (2009, p. 92) adverte que

Existe sim uma legislação ambiental que salvaguarda essa região, mas não há consenso em relação a interpretação e ao cumprimento dessa legislação. Diversos são os entendimentos quanto à aplicação das leis, e diversos são os organismos para a aplicação dessas leis, sejam esses federais, estaduais ou municipais. O uso que se faz da legislação fica a critério dos executores para permitir ou para coibir determinados empreendimentos turísticos. O que se vê, no momento, são diversas querelas para serem resolvidas, como empreendimentos embargados por órgãos oficiais e ao mesmo tempo liberados por outro organismo de instância diferente. Os prefeitos entrevistados foram unânimes em reconhecer a incapacidade de seus municípios quanto à gestão do

¹¹⁸ Segundo Machado (2008) contando com a flexibilização da legislação em âmbito estadual e municipal, este empreendedor descumpriu: Lei Federal nº 11.428/2006 sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma de Mata Atlântica; Resolução nº 369/2006 do CONAMA que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto que permitem a intervenção em uma APP; Resolução nº 341/2003 do CONAMA que dispõe sobre critérios que caracterizam de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para ocupação de dunas originais sem vegetação; Constituição do Estado da Bahia nos Artigos 215 e 216; a Resolução 1.040/1995 do CEPRAM (plano de manejo da APA-LN).

¹¹⁹ Numa manobra rápida e silenciosa através da Resolução nº 3.650/2008, o CEPRAM alterou a Resolução nº 1.040/1995, como se sabe o plano de manejo da APA-LN, de forma transformar as áreas definidas como ZPR em ZPV, como menor potencial de questionamento da sua ocupação com atividades do turismo imobiliário. Conferir Machado (2008) para informações detalhadas sobre este processo.

turismo. Primeiro pela falta de articulação com o próprio estado, segundo pela existência de um amontoado de organismos com poder decisório. Apesar de ficar claro que seus municípios estão numa Área de Proteção Ambiental (APA), e a consciência comum em relação ao significado dessa expressão, o mesmo não se pode afirmar quanto ao significado de outros conceitos, que mudam conforme o interesse do legislador, a exemplo do de Zona de Proteção Visual (ZPV), que fica dúvida para a grande maioria dos gestores municipais, dando margem a diversas interpretações, inclusive em relação ao conceito de Zona de Proteção Rigorosa (ZPR).

O último conflito identificado no minidoc mantém relação com um dos impactos que são analisados a seguir, por, igualmente, ocorrer na Vila e no Porto de Sauípe, como já foi mencionado, lugares ao redor mais imediato do Costa do Sauípe *Resort*. Tal situação foi narrada por Pombinho, morador da Vila Sauípe, ator social conhecido na região pelas ações contestatórias dos desdobramentos do turismo massificado. O contexto do conflito, no que tange a quem está sendo responsabilizado, não fica claro, se é, por exemplo, um empreendimento de grande porte ou se são, ainda, os “chegantes”. De acordo com Anunciação (2016), esta categoria êmica define as pessoas que foram trabalhar nas obras da construção civil direcionadas ao turismo e por lá ficaram, comumente se instalando em locais ambientalmente inapropriados e proibidos legal e tradicionalmente. Pouco antes desta parte do documentário, Pombinho nos fala de ter sido assediado com conversas e promessas de presentes para que ele “não ficasse fazendo pressão” (Linha, 2008, Parte 5, 3min.24seg.). Não identifica quem foi nem algum conflito específico, qualifica os assediadores, apenas, de “eles”.

Em seguida, Pombinho narra “[...] eles ainda tiveram uma parte aqui, que chama Batinema, que fica desse lado (Linha, 2008, Parte 5, 3min.59seg.). Eles ficaram aí, é... começaram a roçar o brejo. Aí eu vir aí. Mandei que/falei parasse porque se não parasse eu ia no IBAMA. Eles pararam”. Se na primeira parte, a da tentativa de silenciá-lo, “eles” tende a ser interpretado como se referindo a algum representante das empresas do turismo massificado, este segundo “eles”, dito em seguida, remete à possibilidade de um outro tipo de interlocutor. Alguém que se guarda alteridade, mas que não, necessariamente, está imbuído de um poder econômico diferenciado e sim o contrário disto, tendo em vista que não é narrado que o segundo “eles” são os que tentam “comprar” Pombinho. Este narra uma ordem, “mandei que”, atenuada; em seguida, “falei que”, portanto, sendo uma situação de exercício de poder dele. Independente se foi uma ordem ou um pedido, cabe destacar que “eles” saíram de Batinema, e a presunção de autoridade de Pombinho sobre o lugar foi acatada pelo outro/por “eles”.

A primeira narrativa, portanto, remete à situação característica de classe, na qual as historicamente alocadas no Litoral Norte estavam sendo subjugadas pelo poder econômico das classes dominantes instaladas com a atividade do turismo. No entanto, a segunda parte conduz

à interpretação de ter ocorrido entre os “nativos”, definição êmica para pessoas do lugar, e os “chegantes”, ou seja, em termos sociológicos clássicos, há indicativo de se tratar de uma situação entre “estabelecidos e *outsiders*”, como definido por Norbert Elias e John Scotson (2000), sendo os nativos os estabelecidos que dispunham de um território comunitário regulado por padrões socioculturais e econômicos específicos, que, por sua vez, vêm este cenário mudar tanto pelos empreendimentos turísticos quanto pela chegada dos *outsiders*. Estes não lidam com a terra e os bens da natureza com os mesmos códigos que eles e, portanto, ainda que próximos em termos de classe social, ambos, na condição de subalternos, estariam distantes na concepção de mundo. Caberia, assim, aos estabelecidos indicar e “mandar que/pedir que” os *outsiders* respeitassem as ordens estabelecidas pelas pessoas do lugar.

A implantação destes complexos gerou alguns bolsões de pobreza no Litoral Norte. O exemplo principal é Porto de Sauípe. Certo. Com a chegada de muitas pessoas, acha/acha [palavra incompreensível] ia ter empregos no Complexo [aqui aparece no singular], acabaram transformando Porto de Sauípe e também a Vila de Sauípe em áreas precárias a nível de urbanização. Hoje, nós temos muitas invasões no manguezal do rio Sauípe por conta disso, porque tanto governo quanto empreendimento não soube incluir a comunidade nesse modelo de desenvolvimento. Paulo Novaes, gestor da APA-LN (Linha, 2008, Parte 3, 5min.54min.).

Na esteira dessa interpretação, seleciona-se como primeiro impacto socioambiental o que é resultado do que Paulo Novaes, gestor da APA-LN, definiu como legado do turismo “bolsões de pobreza”. Ele destaca que este tipo de impacto aconteceu mais diretamente na Vila e no Porto de Sauípe, pelo motivo já citado. Moradores dos lugares da região expulsos de suas terras e trabalhadores remanescentes das obras da construção civil dos empreendimentos turísticos passaram a ocupar terras mais adentro do continente, incluindo os manguezais. As desigualdades econômicas e sociais advindas com o turismo massificado são mencionadas em diversos trechos por empresários, pousadeiros e Paulo Roberto Souza, como na citação da entrevista acima.

A última unidade de análise aqui tratada é a primeira situação que aparece no documentário envolvendo impacto, mas que não parece que cessou de ser um conflito. Ele ocorreu em Vila Sauípe e os atores denunciadores foram Pombinho e João Paiva, ambos moradores do lugar, que responsabilizaram o Costa do Sauípe *Resort* pelo impacto gerado no rio Sauípe, onde é despejado o esgotamento advindo do “Pinicão”, estação de tratamento das águas sujas do Complexo Sauípe.

Ilustração 12 – O Pinicão em Vila Sauípe



Fonte: Linha (2008, Parte 1, 1min.11seg.)

O objeto de disputa não é a área do Pinicão, que sequer existia antes do empreendimento, e sim o impacto deste modelo de armazenamento de esgoto no ecossistema ao seu redor, nas lagoas, no rio e nos manguezais, os quais, antes, eram espaços de lazer e de práticas de trabalho. O impacto, portanto, resultou num cerceamento de condutas de territorialidade, ocorrido após a construção do Costa do Sauípe *Resort*. O “Pinicão” é um impacto amplamente conhecido pelas pessoas da região e pelo Estado, através de denúncias realizadas pelos moradores do lugar. Tal impacto foi objeto de estudo de Liana Nascimento (2010, p. 57), que identificou a seguinte situação no Rio Sauípe após o Complexo de Sauípe:

A Engenheira Sanitarista, Quize Maia, técnica da Coordenação de Avaliação de Impacto Ambiental do Instituto de Meio Ambiente, entende que a Estação de Tratamento de Esgoto de Sauípe não está atendendo às demandas locais e ao seu projeto inicial de tratamento. Entende que a estação foi construída pelo poder público como um apoio para a instalação do Complexo Sauípe, mesmo este já tendo um projeto próprio de tratamento de efluentes líquidos, que seriam lançados por emissário. As localidades do entorno, como Sauípe, Porto de Sauípe e Curralinho somente foram parcialmente atendidas, não havendo previsões de atendimento total. Demonstra que o custo financeiro desta estação foi enorme, contemplando uma grande área e estrutura de tratamento prévio e lagoas de maturação, ao mesmo tempo, os resultados de seu tratamento são custosos para o ambiente e a população local. Os equívocos cometidos nesta construção derivam, dentre outras causas, da falta de consulta aos residentes locais sobre o ponto de lançamento, as características do efluente resultante do tratamento e os riscos decorrentes para o rio, a fauna e a saúde da população. [...]

A Estação utiliza-se do processo de geração de algas como tratamento final, porém este formato modifica a cor, a turbidez da água e a taxa de oxigênio demandada pela concentração de matéria orgânica, o que trouxe alterações prejudiciais à qualidade da água.

Nascimento (2010) informa ainda que, desde a sua implantação, os dejetos do Complexo de Sauípe são jogados na ponte, ação exibida no Linha Verde (2008). Com isso, a população se organizou procurando instituições competentes para resolver o litígio, que já gerava impacto socioambiental desde o início das atividades deste empreendimento. A “[...] associação de moradores denunciou a situação em reuniões públicas, jornais, órgãos de segurança e meio ambiente e Ministério Público.” (*idem*, p. 60). Apesar da Secretaria de Segurança Pública ter concluído a premência de medidas mitigadoras e soluções para o impacto gerado pelo esgoto da Estação de tratamento da Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA), a autora informa que, até o momento de escrita de sua monografia, em 2010, medidas efetivas de mitigação não tinham sido adotadas.

Se voltarmos à citação acima, compreendemos que a EMBASA também figura como responsável técnica sobre o impacto, na medida em que o Governo Estadual da época assumiu o ônus do tratamento dos dejetos do empreendimento e mudou o modelo de emissário submarino, que inicialmente constava no projeto, sob a responsabilidade dos empreendedores, Odebrecht e PREVI.

Frente ao exposto, é possível observar que há de um lado povos de ecossistemas que historicamente mantêm uma relação de sobrevivência física e simbólica com o ambiente da APA-LN. De outro, o capital que o trata como recurso a ser explorado para a obtenção de lucro crescente, contando com o suporte do Estado, que, por sua vez, ocupa uma posição no centro na APA-LN, não por assumir uma postura imparcial, e sim pelas suas ambiguidades. Na sua face de gestor dos bens da natureza, cabe registrar, ainda, que falta ao Estado a efetiva gestão em termos de planejamento, monitoramento e fiscalização dos desdobramentos socioambientais do turismo massificado nessa APA. O poder público vem concentrando sua atuação no momento inicial dos empreendimentos, no que tange à apreciação dos EIAs-RIMAs para a emissão de licença ambiental, no provimento de infraestrutura viária, saneamento básico e outros aspectos de urbanização do destino turístico e no recorrente incentivo fiscal, além de atuar como financiador em momentos não tão rentáveis do negócio.

Nas duas últimas partes do minidoc (Linha, 2008, Partes 6 e 7), são apresentados atores sociais conjecturando sobre a capacidade das pessoas do lugar se adaptarem ao desenvolvimento e moradores de Subaúna e Baixio relatando preocupação com a chegada do

turismo massificado nas suas vilas. Um destes utilizou tom de inevitabilidade e pesar para o fato. O outro mostrou-se igualmente apreensivo, mas assumindo uma postura discursiva proativa de lidar com o desenvolvimento sem deixar que o lugar e seus moradores sejam engolidos por ele.

Aceitando o convite que a equipe faz nos encaminhamentos finais do documentário, compararam-se os discursos que atribuem passividade às pessoas do lugar com o protesto realizado por pescadores de Salinas da Margarida, pois, ao que tudo indica, no período das gravações do Linha Verde: estrada cicatriz, ocorreu o derramamento de óleo na Baía de Todos os Santos. É possível observar que, para seguir enquanto povo de ecossistema, os diferentes grupos sociais que compõem esta categoria precisam resistir e se insurgir, para não se deixarem definir, exclusivamente, pelos moldes que o capital busca perpetrar em todo lugar, a todos os humanos e não humanos. Ou ainda, pensando com Souza (2009), é lícito questionar a atribuição de passividade a atores sociais que precisam lidar nos seus territórios comunais, em suas simbologias e em suas vidas, com verticalidades dos povos da biosfera.

Pelo exposto até aqui ao analisar o documentário Linha Verde (2008), são possíveis duas ilações preliminares. A primeira se refere ao fato de que uma situação de impacto socioambiental não finda o conflito de igual caráter, ou seja, o conflito pode seguir o seu curso, mesmo após o impacto, com os esperados momentos de embates e de pausas, táticas ou ritualísticas, até que novos elementos dinamizadores do caso ocorram. Isto, tanto pela possibilidade do impacto ser revertido, que o objeto de disputa seja reconstituído como bem da natureza de uso comum e, também, recuperado ambientalmente se for o caso; quanto pela impossibilidade de tal retomada. Neste último desfecho, o conflito pode seguir pulsando na memória social do grupo.

Presenciou-se isto, em trabalho de campo do mestrado, nos quilombos de Rio de Contas, Bahia. Dois deles seguem ocupando o território original (Barra e Bananal) e um terceiro (Riacho das Pedras) teve suas terras inundadas pela Barragem Luiz Vieira, finalizada em 1987¹²⁰. Em 2005, como estagiária de um projeto de extensão da UFBA, uma das primeiras coisas que ouvi do pessoal de Riacho das Pedras, eu e toda a equipe, era que o grupo tinha perdido seu território. Eles seguiam com relatos detalhados desse processo, que se assemelha a outras situações de desapropriação do campesinato brasileiro: i) estabelecimento de relação de confiança pautada na autoridade e na hierarquia social dos “doutores”, neste caso também alicerçada no racismo estrutural brasileiro; ii) apropriação de documentos das pessoas do lugar;

¹²⁰ Conferir Capinan (2009) para mais informações sobre o quilombo de Riacho das Pedras, Rio de Contas - Bahia.

iii) validação da ação desenvolvimentista pelo poder local; iv) não participação das comunidades na tomada de decisão da realização do projeto ou sequer consulta (sequer havia o momento oficialmente burocrático das audiências públicas); v) pessoas das comunidades perdendo substratos materiais e simbólicos de construção do indivíduo e do grupo; vi) algumas paralisadas pela inflexão estrutural de suas vidas, sequer com condições de realizar a mudança do que sobrou de seu mundo para outra terra, saíram quando as águas chegaram aos pés; vii) indenizações pelas benfeitorias irrigadoras ou não pagas; viii) realocação, quando acontece, para áreas urbanas impróprias para o seu modo de vida, suas práticas de trabalho e vazias de simbolismo que as terras de herança congregam. Este não é o único caso de perenidade do conflito socioambiental na memória social de um povo de ecossistema, sugere-se, por exemplo, uma pesquisa específica sobre isto, a de Fernanda Blanco Vidal (2012) “Saudade sim, tristeza não: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo em Santo Estevão (Bahia)”.

A segunda ilação concatena a problemática ambiental brasileira ao passado colonial do país, especificamente a uma problemática histórica e propositadamente não resolvida que sequer registra tentativas de solução efetiva: a questão agrária. No Brasil não se realizou uma ação discriminatória de terras públicas e privadas, não se regularizou a situação das posses do campesinato, não se demarcaram as terras dos povos originários na totalidade dos grupos étnicos que os compõem, nem reforma agrária que distribua as terras dos latifúndios, e sequer se faz cumprir a função social da terra. De acordo com José de Souza Martins (2010), a terra virou cativa com a Lei de Terras de 1850, na iminência das pessoas subjugadas à escravidão tornarem-se livres.¹²¹

3.2 Impactos socioambientais na APA-LN/BA em outras fontes

O último objetivo específico – Identificar e descrever impactos socioambientais de ações correlacionadas ao turismo na APA-LN/BA, relatados nos EIAs-RIMAs, nos jornais e no supramencionado minidoc – não fazia parte do desenho desta pesquisa. Este centrava-se, exclusivamente, nos conflitos socioambientais. Todavia, dedicar atenção aos impactos foi estabelecido na medida em que se foi trabalhando com as fontes.

¹²¹ Embora esta adversidade e negligência a outras formas de relação com a terra, que não sejam a propriedade privada, que caracteriza a história agrária brasileira, destaca-se um avanço na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que foi o reconhecimento da propriedade comunal das terras dos quilombos remanescentes no seu Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A priori, não se esperava que impactos decorrentes da BA-099 fossem relatados no EIA-RIMA do Projeto Sauípe. Como posto no objetivo específico acima, não se pretendia analisar os impactos como eles são abordados, quase centralmente, nesse tipo de instrumento legal. A intenção é abordar, apenas, os impactos advindos do evento da ampliação da BA-099, que, por uma lógica imposta pela cronologia dos acontecimentos históricos, foram identificados no EIA-RIMA do Projeto Sauípe. Nesta pesquisa, não há um terceiro documento deste tipo de fonte sobre a região, que permita, por exemplo, acessar impactos efetivados pelo Projeto Sauípe, segundo evento estudado. No minidoc também são registrados impactos socioambientais, sobre os quais se optou por dar um tratamento analítico na seção anterior, inclusive, destacando que a existência deste não cessa conflitos do mesmo caráter, igualmente identificados nessa fonte.

Como já foi descrito na metodologia, quando se estava no último ano do levantamento no acervo do jornal A Tarde, 2020, uma reportagem de meia página sobre leishmaniose em Subaúma, litoral do município de Entre Rios, chamou a atenção. Embora outras sobre esta doença envolvendo a região em apreço já tivessem figurado, as fotografias de uma criança e uma mulher enferma atraíram a atenção e a curiosidade. Ao lê-la encontrou-se, dentre outras informações, a análise do agente de saúde que relacionou tal enfermidade aos desmatamentos realizados nas ocasiões dos dois eventos aqui trabalhados. Cabe antecipar que não foram identificados impactos socioambientais no jornal Folha de São Paulo.

Ilustração 13 - Matéria do jornal A Tarde de 23/11/2000

Quinta-feira, 23/11/2000

A TARDE

Local - 7

Calazar provoca mortes na região de Subaúma

SURTO – Doença é causada pela picada do inseto conhecido como "Asa branca"

José ABRAO NETO

Na paradisíaca região de Subáuma (114 km de Salvador) está ocorrendo um surto de calazar. O mosquito que causa a doença que já causou mortes e deixou dezenas de pessoas internadas no Hospital de Enseada dos Rios, em São Gonçalo, onde o surto é maior, foram confirmados dez óbitos por causa dessa doença, causada pelo mosquito da tribo Aedes vexans. "As mortes são o caso principal hospitalar que os chefe de Amorim, o veraninho com excesso de chuva, o local tem os dois pontos mais baixos da bacia de todo o Litoral Norte.

Os moradores se dividem: acreditam que a doença é nova, mas, de fato, os fedachas se manejaram, por causa das chuvas, desde que é neste momento que os insetos mais atacam. As primeiras mortes ocorreram entre julho e agosto, como a de Joséleusa Pires Souza, 17 anos, e a de seu marido, Joaquim Evangelista, 65 anos. "Ela se queixava de dores nas unhas e por conta do corpo e não podia dormir. Ele sentia-se mal, com duas cobertas", disse Joaquim, contando que foi desconfiado de que era dengue, mas, ao chegar para fazer um exame de sangue em Enseada (distante 67 km de Subáuma), onde o caso foi confirmado.

Jóvelice ficou internada uma semana – como todas as vítimas de calazar – e depois foi curada para casa. Pelo menos, conseguiu se medicar, só que não teve forças para combater o mal, a vitória acabou falecendo. "Foi dia 17 de setembro, dia 23 de Santos, 23 dias, foi infectada pelo mosquito, não estava resistindo bem à doença. Como faleceu, no entanto, ela também não sabia que tinha vírus parada

pelo mosquito, até fazer os exames no Instituto, levando a morte. Eu sou de Salvador, e, depois que tive uma infecção urinária e fomos a ter uma Série muito forte, fiz exames e quando a médica perguntou: 'Agora, Adelmo', eu respondendo que era misturado com Antimônio de Magalhães, todos as tardes para se curar.

Hospedeiros

O colapso é uma doença que marca do desequilíbrio ecológico. De acordo com o servidor do Departamento de Saúde de Subáuma, Nelson Figueiredo, 33 anos, contratado pela Prefeitura de Enseada Rio para pulverizar as ruas, a doença resulta da falta de alimentação das florestas para o mosquito "Asa branca", que é o seu principal hospedeiro, no topo das florestas se afastam. Levado ao desmatamento, como ocorreu com a construção da Linha Verde, 4, que liga a Enseada ao complexo do Complexo Hotelar da Costa do Sauipe, rasteja e come, sobretudo, no homem.

Desse modo, segundo Nelson, que esteve em contato com o Instituto de Pesquisas da Fiocruz, não é raro outra saída a não ser a pulverização de todas as casas próximas do local, o que é feito com a ajuda de flocos.

"As intenções de Enseada Rio imaginavam que o mal não acontecesse, depois de 15 anos de trabalho, mas, infelizmente, não sabemos que o mosquito é capaz de pular, por isso, não conseguimos evitar a doença", disse. Para confirmar suas declarações, no entanto, o médico que realizou a cirurgia no paciente, o Dr. Manoel de Oliveira, 33 anos, que realizou a amputação, contou que é a única vez que realiza esse tipo de cirurgia e, na maioria das vezes, é devido a acidentes de trânsito.

+

Caes, que vagam soltos nas ruas, são hospedeiros do parasita

Adriana Borges está em processo de recuperação da doença

Nordeste tem maior incidência no Brasil

No Brasil existem cerca de 30 espécies de larvas de mosquitos víricais em 17 dos 27 estados. O Nordeste é campeão no número de casos. Tamboril, conhecida como "a capital do mosquito", é uma das maiores áreas rurais. Utimamente a ocorrência vai diminuir, mas, de acordo com o pesquisador, o mosquito é resistente ao inseticida.

A leishmaniose vírica é uma doença infeciosa causada por um parasita protozóario da família Leishmóniidae. A doença é transmitida para o homem (hipostófica) por meio de um inseto do gênero *Aedes vexans*, também conhecido como mosquito branco. O inseto é muito pequeno, quase imaturo (2 a 3 mm) e, quando adulto, tem uma coloração cinza ou marrom escuro. O sangue de um animal contaminado com o Leishmania, o parasita que causa a doença, é o alimento do inseto do mosquito a posteriormente, ao picar o animal infectado, contamina-o.

O parasite no Brasil possui

dois tipos: o "clipe sanguíneo" e o "Leishmania circunscripta", que é o mosquito-roupa, ou em caçoa raro, e o garrancho também pode atuar como reservatório da doença. No entanto, o inseto só é considerado "domesticado", o reservatório, quando o parasita é transmitido para o homem.

O parque do Brasil possui 10 mil espécies de insetos, que incluem, crescimento exagerado das plantas e desmatamento, que danificam as florestas e o processo de encravamento das árvores e descapagem e fundo. Central de Dados e Informações (CDI) A TARDE

Fonte: Levantamento no A Tarde.

Sobre os impactos advindos com a Linha Verde, elencados no EIA-RIMA do Projeto Sauípe, a equipe técnica se concentra em informar os que ocorreram na Fazenda Sauípe, então propriedade exclusiva da Odebrecht. Eles são descritos, em sua maioria, como ambientais, ocorridos na fauna, no regime hídrico e na degradação da terra. Foram relatados dois impactos socioambientais incidindo sobre a população da região, embora um tenha sido classificado apenas como ambiental pela equipe de feitura do EIA-RIMA, do que aqui se discorda, como será observado no texto que segue. Os impactos foram identificados no RIMA de outubro de 1995 e no EIA “Diagnóstico meio socioeconômico” (Volume II), de igual período, ambos produzidos pela ECOPLAN.

É necessário informar, preliminarmente, dois aspectos relativos ao EIA-RIMA do Projeto Sauípe. O primeiro é acerca das populações da região, havendo uma abordagem simplificadora da existência delas, em termos materiais e simbólicos. Elas foram qualificadas numericamente como pouco significantes, pois “são poucas”. Em termos simbólicos, foram classificadas como tendo um modo de “vida simples”, na medida em que a equipe do referido documento não reconheceu as distintividades socioculturais do modo de vida das vilas. Não se identificou no EIA/RIMA, ainda, um efetivo exercício de compreensão do papel do meio ambiente circundante para um povo de ecossistema, que embora inserido nas relações de mercado não as tinham como o elemento definidor de suas cosmologias. O segundo aspecto se refere ao Estado, que foi avaliado pela equipe como já tendo impactado a ZEE da APA-LN com a ampliação da BA-099 e isto, por si, manchasse a competência do Estado em cobrar do empreendedor ações em conformidade com a legislação ambiental.

Como pode ser observado abaixo, todos os impactos registrados no EIA-RIMA Projeto Sauípe apontam para uma atuação negligente do Estado ao longo da obra da Linha Verde. Entretanto, ainda que não se pretenda desresponsabilizar o Estado pela imprevidência na condução dessa obra, é importante destacar, ainda, que não há no EIA-RIMA do Projeto Sauípe problematização de que essa infraestrutura viária foi implementada para subsidiar o turismo massificado em via de ser instalado na região com este projeto, ao torná-lo o Costa do Sauípe *Resort*. A seguir são elencados os impactos identificados no referido documento:

- Impacto ambiental “nos cortes e nos taludes” - Estes apresentavam sulcos profundos de erosão, que, por sua vez, “[...] chega a comprometer a pavimentação e segurança da pista. A

realização de cortes em areias retrabalhadas pelo vento, algumas de geração diferenciada, induziu ao escorregamento do material.” (ECOPLAN, 1995, RIMA¹²², p. 83);

- Impacto ambiental por excesso ou falta de água na vegetação - Isto ocorria pelo subdimensionamento dos bueiros, que acarretava o “[...] afogamento da vegetação a montante [em direção à nascente ou rio acima] da pista e a morte, por falta de água, da vegetação a jusante [em direção à foz ou rio abaixo] da via.” (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 83);
- Impacto ambiental de áreas degradadas pelas atividades da obra em si - Estas estavam localizadas no flanco oeste da propriedade da Odebrecht, que foram utilizadas como “área de empréstimo” e “sítio da usina de asfalto”. “Tais áreas não foram recuperadas, na forma exigida por lei, [pelo Estado, sendo um impacto ambiental de uma obra pública] encontrando-se hoje como fornecedoras de material para o processo de assoreamento dos canais de drenagem.” (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 83) É citado como exemplo elucidativo de aprofundamento deste impacto a retirada de areia em porções marginais da Fazenda Sauípe e outras partes de domínio da rodovia;
- Impacto ambiental na fauna - Este se refere ao atropelamento de animais pela inexistência de pontos de travessia, ao menos no trecho em que a rodovia cortava a então fazenda da Odebrecht. “Esta constatação permitiu a identificação visual de diversas espécies de animais nativos entre os mamíferos, répteis, roedores e aves atropelados no trecho em que a rodovia corta a propriedade.” (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 84);
- “Impacto ambiental” (RIMA) e socioambiental do crescimento desordenado no estuário do rio Sauípe - O documento qualifica, exclusivamente, como sendo um desdobramento ambiental. Destaca que se trata do “principal” impacto, concebendo, apenas, a ocupação da área do manguezal, desconsiderando, como pode ser verificado na citação abaixo, que se trata de um impacto socioambiental que pode ter sido iniciado com a ampliação da BA-099, mas seguiu se desdobrando em função da ação da construção civil a serviço do turismo. Tal atividade econômica, igualmente proposta pelo Projeto Sauípe, ainda, no processo de construção do empreendimento, atrairia pessoas com variados objetivos, dos quais se destaca a busca por trabalho¹²³. Este impacto figurou no documentário e foi analisado na seção

¹²² As citações do EIA/RIMA terão sua autoria atribuída a empresa que realizou a consultoria. Além dos aspectos demais obrigatórios de citações no sistema autor data, o ano e a página, também será informado o volume do EIA e quando é o RIMA.

¹²³ Neste mesmo sentido, cabe registrar que também não foi problematizado o deslocamento da própria população da região da parte litorânea para o continente, por interesses da ampliação do capital na sua face de *business* turístico.

anteriormente a esta, cabendo lembrar que os complexos hoteleiros foram indicados como atores sociais responsáveis por este impacto no Linha Verde (2008) por Paulo Novaes, então gestor da APA-LN:

O principal problema ambiental detectado no entorno da propriedade também está associado à Linha Verde. A operação da rodovia permitiu um maior fluxo turístico. Acontece que o turismo vem ocorrendo de forma desordenada e a implantação de infraestrutura urbana e turística não vem ocorrendo na mesma velocidade, embora também seja desordenada. A qualidade dos serviços deixa a desejar, face ao despreparo da população nativa para o ótimo desenvolvimento da atividade. Por outro lado, os empreendedores do mercado turístico geralmente vem [sic] de fora. Descapitalizados, resta aos nativos melhor preparados o emprego em um dos estabelecimentos comerciais. Este crescimento desordenado tem gerado focos de tensão social, caracterizados pela invasão do manguezal e da faixa de domínio da marinha, no estuário do rio Sauípe. (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 84).

- Impacto socioambiental de atropelamentos de pessoas - Este é bastante presumível de ocorrer, considerando que a BA-099 corta territórios das vilas ou ainda territórios partilhados por mais de uma comunidade, com intensas relações de parentesco, que compartilham sociabilidades e equipamentos públicos, como escolas, cemitério e postos de saúde. Em trabalho de campo pelo NUCLEAR, se identificaram, por exemplo, estes tipos de relações envolvendo Diogo, Santo Antônio e Areal. A primeira comunidade tinha relato de morte por atropelamento, na Linha Verde, do pai do agente de saúde;

[...] verifica-se que alguns outros impactos se somam [...] O primeiro deles refere-se à ocorrência de frequentes atropelamentos. A proximidade da BA-099 de Vila de Sauípe, a intercepção de acesso a locais, associada a falta de costume da população com o equipamento, tem facilitado muito a ocorrência de acidentes. A intercepção do acesso ao cemitério pela estrada torna ainda mais trágicos os funerais na localidade. (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 83-84).

- Impacto socioambiental de atropelamento em ocasião de sepultamento no cemitério de Sauípe - Opta-se por destacar o atropelamento em duas categorias analíticas de impactos socioambientais distintos, por dois motivos. O primeiro deles é evidente, pois está implícito que a fundação do cemitério pela população da região não ponderou que, num futuro provavelmente distante da sua data de criação, os territórios comunitários seriam cortados por uma rodovia, que os deixaria expostos a ela. Entretanto, o inverso é verdade. Os estudos socioambientais preliminares à liberação da referida obra deveriam sim ter analisado os riscos de um cemitério à margem da BA-099 por elementos simples: um exposto na categoria anterior – falta de experiência da população com este tipo de equipamento – e a comoção que as pessoas e os grupos, com sociabilidades coesas e intensas, vêm frente à

morte de um parente, que por si só já potencializa o risco anteriormente citado. O outro está ligado à intenção de destacar o interesse do empreendimento de que a área do cemitério fosse realocada para dentro do continente, distante do que viria a ser o Costa do Sauípe *Resort*.¹²⁴

A intenção da equipe técnica do EIA-RIMA aparece explicitamente quando é informado ao leitor – *a priori* ao técnico da instituição de apreciação do pedido de licença – que os “[...] principais impactos detectados são inerentes a própria implantação e operação da rodovia, e não diretamente relacionados as atividades da fazenda.” (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 85). Portanto, não caberia à Odebrecht ser responsabilizada por este passivo, promovido e não tratado adequadamente pelo poder público estadual baiano. A iniciativa privada responsabiliza, na medida em que acusa o Estado baiano, então instituição máxima de proteção e defesa do meio ambiente, de não cumprir a legislação ambiental, inclusive deixando um passivo na propriedade da Odebrecht. Como a seguir será analisado em matérias do jornal A Tarde, especialistas sinalizaram para outro impacto da expansão da BA-099: a propagação em não humanos e em humanos da leishmaniose visceral, que não foi alvo de medidas preventivas pelo poder público

Quadro 16 - Levantamento de matérias sobre leishmaniose no Litoral Norte – Bahia no A Tarde, 1988-2000

Nº	DATA	TÍTULO	CADERNO	PÁG
1	27/09/1993	Calazar volta a assustar no Litoral Norte	Geral	3
2	28/09/1993	Linha Verde pode expandir	Geral	3
3	29/09/1993	A estrada e o calazar	Opinião	6
4	01/03/1994	Denúncia	Política	7
5	03/03/1994	Saúde pública	Política	8
6	03/03/1994	Leishmaniose no Litoral Norte assusta a população	Geral	3
7	06/06/1994	Canil e saúde pública também têm superlotação	Reportagem	12
8	14/04/1994	Cães vadios são ameaça à saúde da população	Geral	5
9	15/04/1994	O combate às zoonoses	Opinião	6
10	23/11/2000	Calazar provoca mortes na região de Subaúma	Local	7
11	13/12/2000	Cartório de Entre Rios nega óbitos por leishmaniose	Local	2

Fonte: Levantamento no A Tarde.

¹²⁴ Conferir Stifelman (1997) para mais informações sobre o cemitério de Sauípe e a ata da primeira audiência pública nos anexos do Projeto Sauípe, “Considerações Iniciais” (ECOPLAN, 1995, Volume I).

No que tange ao impacto socioambiental da proliferação da Leishmaniose Visceral (LV) entre os não humanos e, pela sua característica vetorial, destes para os humanos foram localizadas 235 matérias no A Tarde, entre os anos de 1988 e 2000. Deste montante, relacionando a ocorrência da doença no litoral dos municípios da APA-LN/BA, foram localizadas 11 matérias, que incidiram nos dois anos seguintes à inauguração da Linha Verde (1993 e 1994) e no ano do início das atividades do Costa do Sauípe *Resort* (2000), apresentando uma maior concentração no ano de 1994, com 6 das 11 identificadas. A LV foi assunto em variados cadernos editoriais: geral, local, opinião, política e reportagem.

A LV é endêmica em mais de 60 países, estimam-se que ocorram 50.000-90.000 novos casos por ano, em todo o mundo (ALVAR *et al.*, 2012). Em 2017, 95% dos casos ocorreram em apenas dez países (Bangladesh, Brasil, China Etiópia, Índia, Quênia, Nepal, Somália, Sudão e Sudão do Sul) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2018).

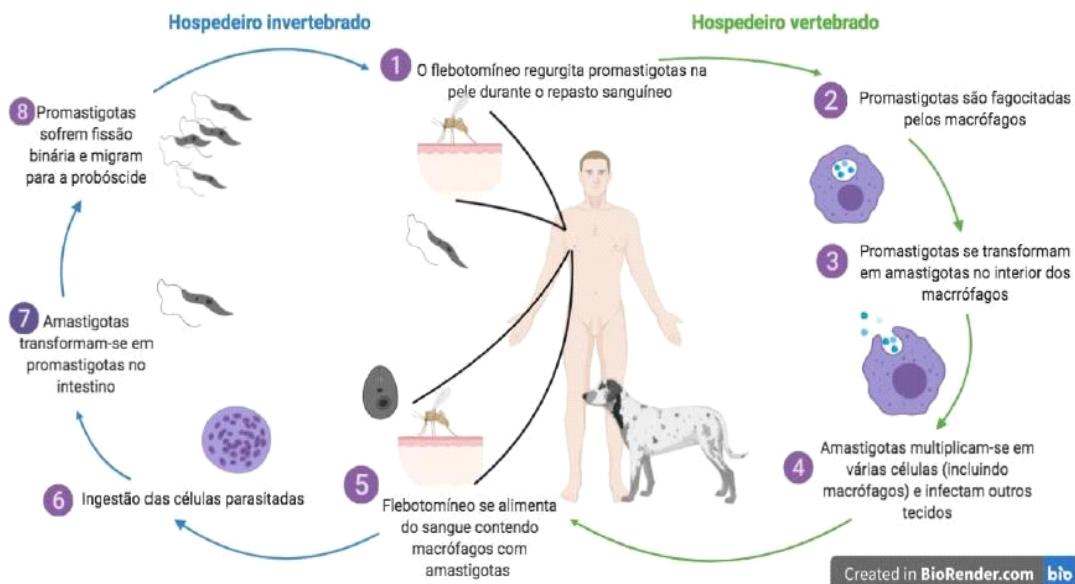
Na América do Sul a doença já foi descrita em mais de 12 países, sendo que 97% dos casos ocorrem no Brasil (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE, 2019). [...] A doença se manteve restrita nessas regiões [Norte e Nordeste] do país até os anos 90, quando se dispersou e, até 2018, foram relatados casos autóctones em todas as regiões do país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). (*apud* Santos, C., 2020, p. 21).

Pensando em aspectos epidemiológicos mais gerais da doença, estes dados alertam para a situação endêmica da LV no Brasil, quando aqui ocorrem 97% dos casos da América Latina e, atualmente, figura em todas as regiões brasileiras. Não mais restrita à zona rural, como outrora, a LV é encontrada em áreas urbanas, sobretudo, associada a más condições sanitárias e falta de saneamento básico. “É considerada uma doença dinâmica, cujos padrões de transmissão vêm sendo alterados continuamente no que se refere a ambiente, demografia e ações antrópicas (MARTINS *et al.*, 2007)” (*apud* Costa, 2018, p. 15).

Na ilustração abaixo é possível observar que o ciclo da LV é causado pela *Leishmania infantum* (sin. *Leishmania chagasi*) (Santos, C., 2020), que pode ser resumido como passando da raposa e de pequenos roedores, potenciais reservatórios silvestres, para outros mamíferos. Nas áreas com alguma urbanização, os cachorros são o principal hospedeiro, que transmite a doença através da picada da “[...] espécie *Lutzomyia longipalpis* [que] é o principal vetor [nas Américas], além de *Lutzomyia cruzi*, identificado em Corumbá (MS) [...]” (Costa, 2018, p. 18). Estes são conhecidos no Brasil, popularmente, como mosquito palha, birigui e tatuquira (Santos, C., 2020) e na Bahia como asa branca, e a doença como calazar. De acordo com Luciana Bahienense da Costa (2018), os cães, com sintomas ou não, são os principais vetores

e vítimas da LV. Assim a “[...] epizootia canina precede a epidemia humana e continua depois endêmica no ambiente.” (Viol *et al.*, 2014 *apud* Costa, 2018, p. 22)

Ilustração 14 – Ciclo da Leishmaniose Visceral



Fonte: O autor.

Fonte: Cléber Santos (2020).

De acordo com Cléber Santos (2020), a leishmaniose visceral tem um amplo espectro clínico. A pessoa pode ser assintomática, apresentar poucos, intermediários ou acentuados sintomas. “A LV é caracterizada por início de febre, palidez muco-cutânea, emagrecimento, hepatoesplenomegalia, podendo evoluir para edema nos membros inferiores e anasarca, além de hemorragia e icterícia.” (Burza *et al.*, 2018; Organização Mundial de Saúde, 2018 *apud* Santos, C., 2020). Pode ser fatal quando não tratada. As crianças de até 10 anos são o grupo etário com maior incidência, seguido dos adultos jovens e pessoas que convivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)¹²⁵ (Santos, C, 2020; Costa, 2018). Estas últimas vão mais a óbito pelo agravamento da LV. A letalidade geral, por sua vez, é de cerca de 10%, mesmo para quem tem acesso ao tratamento (Organização Mundial de Saúde, 2018 *apud* Santos, C., 2020).

Trata-se de uma doença, que à época, na Bahia, ocorria só no Litoral Norte? Ou neste litoral ocorria apenas na APA-LN? Onde a leishmaniose figurava na Bahia, tomando como base

¹²⁵ “Na América Latina, em 2016, houve um aumento de 32% dos casos de coinfecção LV-HIV, com um total de 340 casos (10,14%), sendo que 316 foram registrados no Brasil, 19 no Paraguai, 4 na Colômbia e 1 caso na Venezuela (PAHO & WHO, 2018).” (Costa, 2018, p. 14).

as outras 224 reportagens? A resposta para as duas primeiras perguntas é não. Nesse estado, a leishmaniose não estava restrita a este litoral, nem tampouco aos municípios dessa APA. As reportagens não selecionadas para esta pesquisa dão notícia da ocorrência em diferentes regiões baianas, como na RMS, em Salvador, a exemplo dos bairros de Itapuã, presumível pela proximidade com o Litoral Norte, e de São Caetano, que não é explicável pela contiguidade geográfica. Falar destes aspectos é reconhecer os limites de generalização, utilizando só uma fonte de dados e com apenas 11 ocorrências, e buscar evitar uma análise do tipo causa e efeito (eventos/desmatamentos = leishmaniose) ou, ainda, tomar o desmatamento como elemento causal unívoco. Tais opções são metodologicamente insustentáveis. Entretanto, por uma incursão na literatura técnica sobre o assunto, na leitura das opiniões de especialistas nas reportagens do referido jornal, é possível verificar que uma das variáveis implicadas nos casos da propagação da leishmaniose na APA-LN foram os desmatamentos, que, para o período em apreço, foram advindos de duas grandes obras: a expansão da BA-099 e o empreendimento Costa do Sauípe *Resort*. Sobre a propagação da LV na Bahia, Costa (2018) nos informa que:

Por volta da década de 1960, no Estado da Bahia a distribuição geográfica da LV estava restrita ao Planalto Central da Chapada Diamantina, não tendo sido detectada em áreas úmidas com florestas e bordas litorâneas na Mata Atlântica. Na década de 1990 alcançou 31 localidades na zona costeira e periferia das cidades onde anteriormente as características ecológicas pareciam ser inadequadas para a distribuição do vetor *L. longipalpis* (SHERLOCK, 1996). Franke *et al.* (2002a) avaliando informações obtidas da Secretaria Estadual de Saúde verificaram também a emergência da LV em novas áreas, registrando um aumento de municípios endêmicos de 7% em 1985, para 30% em 1996, significativamente maior em períodos de seca, em municípios endêmicos anteriormente considerados como esporádicos para a doença. (Costa, 2018, p. 30-31).

Vários fatores são registrados como norteadores da expansão da LV. Os abióticos influenciam na transmissão da leishmaniose, como temperaturas quentes. Ainda de ordem socioeconômica, a ocupação desordenada de área sem saneamento básico e o processo migratório campo-cidade, que proporciona deslocamento da doença e a possibilidade de um novo ciclo de transmissão (Santos, C., 2020). Além da problemática ambiental, de acordo com Cleber Santos (2020, p. 21), diversos autores “[...] já associaram a dispersão do vetor com a destruição e alterações de ambientes naturais (MARZOCHI, MARZOCHI, 1997; ASHFORD, 2000; SHAW, 2007; WALSH *et al.*, 1993).” O autor informa, por exemplo, que estudos comprovam a dispersão do vetor da leishmaniose em Mato Grosso do Sul (Antonialli *et al.*, 2007 *apud* Santos, C, 2020) e em São Paulo (Cardim *et al.*, 2013 *apud* Santos, C., 2020),

associado à construção do gasoduto Brasil – Bolívia. Tanto Cléber Santos (2020) quanto Luciana Costa (2018) identificam o desmatamento como um fator de risco de difusão do vetor entre não humanos, especialmente os cachorros, e humanos. De acordo com este autor (2020, p. 50), o processo ocorre da seguinte maneira:

Inicialmente, o desmatamento altera o funcionamento do ecossistema (VITOUSEK, 1990) e a estrutura da comunidade (CHAPIN *et al.*, 2000). Isso se dá por uma cadeia de eventos, inicialmente por meio da fuga ou morte de espécies do topo da cadeia alimentar do ecossistema, além de predadores e competidores naturais do próprio vetor. Com isso, o vetor experimenta um processo chamado de liberação ecológica (*ecological release*), onde a espécie fica livre do controle natural de predadores e competição por alimento (DANGLES; MALMQVIST, 2004). A partir desse relaxamento de controle, a população se torna hábil em alocar recursos para o aumento populacional, tornando-se eficientes colonizadores e rapidamente se dispersando ao longo do ambiente (MACK *et al.*, 2000).

Assim como em outros lugares em que a LV é endêmica, com episódios de surtos, no Litoral Norte os desmatamentos sobretudo depois da ampliação da BA-099, seguida da implantação do Projeto Sauípe, além de outros de porte menor que ocorrem no *boom* do turismo imobiliário na APA-LN/BA, aproximaram o vetor, adaptado ao novo ambiente, a cães e a humanos, que passaram a ser seus novos hospedeiros.

Quadro 17 – Síntese do conteúdo abordado sobre leishmaniose no Litoral Norte –Bahia no material selecionado do A Tarde, 1988-2000

Nº	DATA	TÍTULO	“CITAÇÃO DESMATAMENTO” OU RESUMO
1	27/09/1993	Calazar volta a assustar no Litoral Norte	Veterinária que atende <i>pets</i> na região, relata a preocupação com a possibilidade de aumento no verão. É informado que o maior número de casos era entre Jauá e Açu da Torre.
2	<u>28/09/1993</u>	<u>Linha Verde pode expandir</u>	“A implantação de núcleos habitacionais ao longo da Linha Verde, estrada que ligará a Bahia ao estado de Sergipe pelo litoral, poderá acarretar um aumento incontrolável na incidência de leishmaniose visceral [...] Ao fazer esta advertência, ontem, o médico sanitário Eduardo Hage Carmo, do quadro da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado, apontou como principal fator para o avanço da doença o desequilíbrio ecológico que é provocado pela falta de integração do homem com o meio ambiente.”

3	<u>29/09/1993</u>	<u>A estrada e o calazar</u>	Trata-se de uma opinião que vincula a relação entre a abertura de estradas e a propagação da LV, relativizada em nome do progresso.
4	<u>01/03/1994</u>	Denúncia	Faz a denúncia sobre a ineeficácia do poder público, identifica as localidades afetadas ao longo do LN e registra a estimativa de 70% dos cães contaminados.
5	<u>03/03/1994</u>	Saúde pública	Em resposta à Denúncia de 01/03/94, a Secretaria de Saúde do Estado reconhece a existência de um surto da doença na região, mas contesta a condição de epidemia, ao afirmar que se trata de uma endemia, ao passo que critica o suporte advindo do governo federal.
6	<u>03/03/1994</u>	<u>Leishmaniose no Litoral Norte assusta a população</u>	“Os primeiros casos da doença foram identificados pelos órgãos do governo em 89, em Monte Gordo. De acordo com a diretora da Vigilância Epidemiológica, Eliana de Paula, ‘o desmatamento e aproximação do homem com a floresta’ aguçou a endemia naquela região. Mas, segundo ela, não há perigo de propagação nem com a abertura da Linha Verde. [...]”
7	<u>06/06/1994</u>	Canil e saúde pública também têm superlotação	Nesta reportagem, o ano de início da leishmaniose é 1983, em Monte Gordo, com perspectiva de expansão para o Litoral Norte, com potencial para seguir até Salvador
8	<u>14/04/1994</u>	<u>Cães vadios são ameaça à saúde da população</u>	“Transmitida mais facilmente ao cão vadio ou de rua, a leishmaniose transformou-se numa ameaça maior aos moradores do litoral norte [sic] de Salvador devido à migração do ‘mosquito palha’, ou flebotomo, expulso da área desmatada durante a construção da Linha Verde, com 142km de extensão.”
9	<u>15/04/1994</u>	<u>O combate às zoonoses</u>	“[...] Para se ter idéia, a leishmaniose transformou-se numa ameaça às pessoas residentes no litoral norte [sic], devido à migração do mosquito-palha ou liebólomo, expulso de áreas desmatadas, cuja transmissão da doença para o ser humano é feita através do cão. [...]”
10	<u>23/11/2000</u>	<u>Calazar provoca mortes na região de Subaúma</u>	“O calazar é uma doença que nasce do desequilíbrio ecológico. De acordo com o servidor do posto de saúde de Subaúma, Nerivaldo Figueiredo, 33 anos, contratado pela Prefeitura de Entre Rios para pulverizar as residências, a doença resulta da falta de alimento nas florestas para o mosquito “Asa branca”, que tem como principal hospedeiro as raposas. Como estas se afastam, devido ao desmatamento, como ocorreu com a construção da Linha Verde e, mais recentemente, com a criação do Complexo Hoteleiro de Costa do Sauípe, eles passam a atacar os cachorros e, consequentemente, ao homem”.

11	13/12/2000	Cartório de Entre Rios nega óbitos por leishmaniose	Os comerciantes do distrito de Subaúma procuraram o jornal com a certidão emitida pelo cartório, que visava atestar que não houve morte por leishmaniose, que o jornal precisava retratar aquilo, porque as reportagens anteriores levaram ao desaparecimento do turista no lugar.
----	------------	---	--

Fonte: Levantamento no A Tarde.

Nota: Os registros do jornal sublinhados indicam que os textos apresentam vinculação entre a LV e o desmatamento na APA-LN.

Neste sentido, como pode ser observado no quadro acima, das 11 ocorrências registradas no A Tarde sobre leishmaniose em lugares desta APA, 6 vinculam a situação dessa região ao desmatamento. 1 destas, por sua vez, o faz relativizando o surto, como tributo a ser pago para se alcançar o desenvolvimento, e será reproduzida integralmente ao final deste capítulo. As 5 demais confirmam a existência do surto de LV na região, informam que: i) o início ocorreu em Monte Gordo, em 1983; ii) apresenta a experiência clínica de diagnóstico de LV por uma veterinária que atende na região; iii) as estimativas questionam as informações oficiais, indicando que 70% dos cães do LN estariam contaminados; iv) denunciam a situação deletéria da região, em função de se tratar de epidemia, ao mesmo tempo em que criticam a ineficiência do governo estadual; v) este, no que lhe concerne, afirma se tratar de uma doença endêmica e acusa o governo federal de falta de suporte; vi) moradores de Subaúma, insatisfeitos com as notícias de LV na sua comunidade, pois isso teria afastado os turistas, solicitavam retratação pública do jornal etc. Ou seja, elas permitem obter um panorama geral da LV na região na ocasião dos anos de 1993, 1994 e 2000.

Os registros jornalísticos do A Tarde de 14/04/1994, 15/04/1994 e de 23/11/2000 explicam o ciclo da doença e como no Litoral Norte ele se configurou em função dos desmatamentos já referidos. O último, de 2000, é um único que vincula as consequências do desmatamento também a obras do “Complexo Hoteleiro de Costa do Sauípe”, que na data desta reportagem já estava em vias de ser inaugurado. Estes 3 registros, além de explicarem o ciclo da LV, confirmam a existência de um surto dela em lugares do Litoral Norte e da APA-LN/BA. Todavia, um ano anterior aos dois primeiros registros supracitados, o jornal A Tarde já chamava atenção para a possibilidade da obra da Linha Verde resultar na expansão do vetor da LV.

No texto do expediente de 28/09/1993 do A Tarde, o médico sanitarista Eduardo Hage Carmo, do quadro da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado, chamava atenção para a possibilidade de ocorrer um surto de LV em função do “desequilíbrio ecológico”, gerado

pela expansão da BA-099. Por sua vez, em 03/03/1994, Eliana de Paula, diretora da Vigilância Epidemiológica – portanto também representante do Estado, num cargo hierarquicamente superior ao do médico que primeiro deu entrevista –, reconheceu que o desmatamento aproximou vetores não humanos de humanos. No entanto defendia a classificação de endemia para a região, ao passo que, contraditoriamente, afirmava que “[...] não há perigo de propagação nem com a abertura da Linha Verde [...]” (A Tarde, 03/03/1994, geral, p. 3). Pelo que já foi apresentado aqui sobre a LV, com base na interlocução com autores especialistas sobre o tema e os demais registros localizados no A Tarde, a então diretora da Vigilância Epidemiológica estava enganada na sua avaliação acerca da propagação do vetor da leishmaniose, no contexto de apropriação da região pelo turismo massificado e suas grandes obras.

Ilustração 15 – Opinião acerca do desmatamento e da expansão da LV, A Tarde 29/09/93



Fonte: Acervo da pesquisa do levantamento no acervo digital do A Tarde.

Embora os mencionados funcionários estaduais da saúde tenham sido colocados aqui, de forma indireta, para debater, a interlocução acerca da avaliação de conjuntura das condições propícias para a propagação do vetor da leishmaniose do médico sanitarista Eduardo Hage Carmo (A Tarde, 28/09/1993, p. 6) ocorreu muito antes, de forma rápida, no mesmo jornal, em 29/09/1993. Ou seja, um dia após sua entrevista, o editorial de opinião publicou o texto, que segue reproduzido na ilustração da página anterior . Não é possível saber quem escreveu, mas parece ser alguém que conhecia a relação entre a LV e as obras, considerando os desmatamentos que costumam ocorrer neste contexto. A pessoa se empenhou em defender a *doxa* desenvolvimentista, em detrimento da saúde e da vida de humanos e não humanos, como pode ser averiguado a seguir.

A pessoa inicia o texto fazendo referência direta ao sanitarista da Secretaria de Saúde, embora não cite seu nome, problematizando a validade de sua opinião ao ponderar que se leishmaniose tivesse tamanha letalidade, já teriam acontecido muitos óbitos, uma vez que há estradas de Norte a Sul cortando o país. Movendo-se para deslegitimar o saber científico de seu interlocutor, ela utiliza nomes populares da doença e do mosquito, respectivamente “calazar” e “mosquito palha”, mas demonstra certo domínio técnico sobre o assunto quando apresenta o ciclo do vetor da LV saindo de hospedeiros silvestres para novos hospedeiros, como os cães e os humanos, concentrando, no primeiro momento, a descrição ao ambiente rural.

Nos dois últimos parágrafos de seu texto de opinião, a pessoa segue a serviço da *doxa* do desenvolvimento, ao situar este, o crescimento e o progresso como movimentos que proporcionam “vantagens e naturais impactos”. Estes últimos poderiam, inclusive, ser minimizados – mesmo quando o planejamento para obras de grande porte, como estradas, não considerassem as populações dos lugares onde serão implantadas – via o saber técnico. Tal perspectiva também se pauta em outro tipo de *doxa*: a de que o conhecimento científico é capaz de tudo resolver, inclusive, os impactos ambientais oriundos de outros saberes científicos utilizados a favor da contínua expansão do capital.

A pessoa pondera dois impactos, não a LV nem outro tipo de doença que possa ocorrer com o processo de urbanização, e sim a segurança, que de fato é mais uma variável impactante, e o “bucolismo”, um sentimento de tranquilidade, paz e contato com a natureza, que não poderá ser recomposto por nenhum saber técnico, emicamente definido como “sossego”. Por fim, assume o argumento igualmente comum à *doxa* do desenvolvimento: a geração de emprego para a população da região e a integração nacional, através da ligação viária direta entre Sergipe e a Bahia.

Por fim, destaca-se que o início da análise do jornal A Tarde, ainda neste capítulo, mais o seu objeto central de análise e o documentário permitiram já identificar conflitos socioambientais no Litoral Norte, os objetos de disputas, na sua maioria no litoral da região, que desdobraram e/ou limitaram as condutas de territorialidades das pessoas das vilas. Tais conflitos mudaram o *modus vivendi* das populações da região e alguns se constituíram em impactos socioambientais, como no caso da saúde pública, com a transmissão da LV. Observou-se, ainda, que tais acontecimentos estavam associados à massificação do turismo implementado com a ampliação da BA-099 e com a construção e as atividades comerciais do Costa do Sauípe *Resort*. No quarto e no quinto capítulos, avalia-se a consistência das ilações, ao confrontarmos outras fontes, os EIAs/RIMAs, no capítulo quatro, e ao se ampliar as categorias analíticas na análise dos jornais Folha de São Paulo e A Tarde, no último capítulo.

CAPÍTULO IV

“A CHEGADA DO ESTRANHO”:

Terceira fonte – EIAs/RIMAs da expansão da BA-099 e do projeto Sauípe

“O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão.” José de Souza Martins (1991, p. 13).

O título deste capítulo e sua epígrafe são de José de Souza Martins (1991), de quem se toma empréstimo. Como então estudante de Ciências Sociais, sendo arrebatada à condição de pesquisadora pelo mundo rural – com fronteiras ainda existentes pelo idos de 2003; hoje, por todo avanço nas telecomunicações, não mais –, um dos primeiros autores lidos deste campo foi ele: Martins. O livro foi o “Cativeiro da terra” (2010), que, em linhas gerais, aborda o processo sócio-histórico pelo qual a terra tornou-se cativa para que as pessoas escravizadas pudessem ser libertas legalmente, porém, ao mesmo tempo, seguissem submissas aos donos da terra, então donos do poder. Texto belíssimo, mas duro, por abordar um Brasil profundo, de que pouco se fala. Embora ele esteja estampado em nossas caras, na vida cotidiana do nosso país, pelas suas profundas desigualdades socioeconômicas e violência física e simbólica frente às diversidades que o compõem, o livro “A chegada do estranho” é de análoga essência: título arrebatador e temáticas profundas. Igualmente doloroso. Tem como uma pesquisa séria no nosso país não doer? Como não cortar a carne de quem faz e de quem lê?

Causa um certo desconforto ler na epígrafe acima a imputação de vítima às pessoas que se deparam com os estranhos. O autor lhes retira a possibilidade de agência? Em certa medida é esta percepção que se tem. Entretanto, também a de se concordar com ele, que mesmo sendo agentes sociais, os “frágeis” se vêm enredados por interesses que não são os seus; por um Estado que pouco se fez presente antes da chegada dos estranhos; por leis que não se pautam no direito consuetudinário de terras soltas (bem comum), patrimoniais e coletivas (diferente de propriedade particular, pautada no domínio); em promessas de um futuro melhor, comumente, via novos postos de trabalho, e na imputação ideológica de que sua forma de vida é, no mínimo, não moderna.

Como não pensar que a cidadania que chega com a modernidade, através da expansão do capital, não subjuga e busca aniquilar o modo de vida dos povos de ecossistema? Sem dúvida, o momento da audiência pública, etapa posterior à entrega do EIA/RIMA à instituição responsável, é um registro público – talvez o único momento em que eles possam falar, mesmo não tendo a garantia de que serão ouvidos – do confronto entre os ideários desses povos com os da biosfera. Contudo, é também o momento em que o estranho formaliza a construção impositiva do “paradigma da adequação ambiental” (Zhouri; Oliveira, 2005), que veremos a seguir.

Neste capítulo segue-se o processo de análise, iniciado no anterior, sobre os conflitos socioambientais, tomando-se como fonte de dados o documento que compõe um pedido de licenciamento de um empreendimento: EIA/RIMA. Este tipo de material possibilita uma perspectiva diacrônica, por exemplo, de quando os dois eventos balizares da pesquisa começaram a ser forjados de forma mais pública. Do ponto de vista legal, o EIA/RIMA se apresenta como uma ferramenta de gerenciamento ambiental de um lugar, embora sua eficácia, enquanto recurso de gestão ambiental pelo Estado, venha sendo questionada. A despeito disto, há igualmente concordância de que sua exigência legal se constitui, ainda, em um importante recurso para garantir o mínimo de atuação estatal no âmbito da proteção do meio ambiente. Como vimos, sobretudo no segundo capítulo, o Estado brasileiro, nas suas variadas instâncias, vem ocupando posicionamentos ambíguos sobre a questão ambiental, na medida em que é o seu defensor e, ao mesmo tempo, o mercador dos bens da natureza e de tantos outros comuns da sociedade.

Teve-se acesso aos EIAs/RIMAs dos dois eventos metodologicamente balizares para esta pesquisa, que se constituíram, como já dito antes, em inflexões na estrutura socioambiental, cultural e econômica da APA-LN/BA. Assim, nesta quarta seção, analisa-se como os conflitos socioambientais – instaurados e latentes – são abordados no instrumento legal dos EIAs-RIMAs da expansão da BA-099 (Linha Verde) e do Projeto Sauípe (*Costa do Sauípe Resort*).

Do ponto de vista legal, a solicitação de EIA/RIMA para um empreendimento potencialmente poluidor está amparado em quatro documentos. Tal pré-requisito foi instituído por meio da Lei Federal nº 6.938/1981, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; pela Resolução CONAMA nº 1/1986, que “dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental”, sendo o texto integralmente dedicado à EIA/RIMA;

pelo Decreto Federal nº 99.274/90, que regulamenta as leis relativas às Estações Ecológicas e APAs etc.¹²⁶; pela Constituição Federal de 1988 no seu artigo 225 § 1º IV

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

O EIA é o Estudo do Impacto Ambiental¹²⁷ que deverá ser solicitado para os empreendimentos ou atividades poluentes ou potencialmente poluidoras¹²⁸ do meio ambiente, independente da área do projeto ser situada em uma UC. No caso deste tipo de lugar, o EIA associado ao RIMA é obrigatório. O EIA deverá ser um estudo robusto, amplo, detalhado e que deve refletir o desenvolvimento, no mínimo, das seguintes atividades técnicas¹²⁹: i) diagnóstico ambiental da área (o meio físico; o meio biológico e os ecossistemas naturais; o meio socioeconômico); ii) análise dos impactos ambientais do projeto e suas alternativas (os positivos e os negativos; os diretos e os indiretos; os imediatos, os de médio e os de longo prazo); iii) definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos; iv) elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos (Resolução CONAMA nº 1/1986)¹³⁰. O RIMA, por sua vez, é o Relatório de Impacto Ambiental, que deve

¹²⁶ Este decreto regulamenta a “Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente” (Decreto Federal nº 99.274/90).

¹²⁷ Impacto ambiental é definido no Art. 1º da Resolução CONAMA nº 1/1986: “[...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.”

¹²⁸ A lista completa das atividades poluentes ou potencialmente poluidoras corresponde ao Art. 2º da Resolução CONAMA nº 1/1986.

¹²⁹ De acordo com no Art. 5 da Resolução CONAMA nº 1/1986, além das atividades técnicas supracitadas, o EIA deverá contemplar as seguintes diretrizes gerais: “I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.” É possível o acréscimo de outras pelos órgãos competentes em âmbito estadual e municipal.

¹³⁰ As atividades técnicas são ampliação dos critérios básicos fixados no Decreto Federal 9.9274/1990, no seu Art. 17 § 1º: “Caberá ao CONAMA fixar os critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento, contendo, entre outros, os seguintes itens: a) diagnóstico ambiental da área;

diferir do outro em três aspectos: ter uma linguagem mais acessível do que o EIA, ser o resumo deste e, nesse sentido, ser um parecer técnico da equipe de feitura da pesquisa e da escrita do documento. Em linhas gerais o propósito do RIMA é tornar a leitura mais viável, em grau de complexidade e extensão, para o corpo técnico das instituições governamentais (redução do tamanho) e para o grande público (redução da linguagem hermética). Todavia, estes dois documentos são apenas uma parte do processo de licenciamento ambiental¹³¹ de um empreendimento. Este é composto de pelo menos três licenças¹³² descritas, sinteticamente, abaixo:

- i) Licença Prévia (LP) – observando os planos municipais, estaduais ou federais, a licença é expedida na fase preliminar, de planejamento, aprovando a localização e a concepção do projeto. Atesta, ainda, a viabilidade ambiental preliminar, ao passo que estabelece os pré-requisitos e condicionantes para as fases subsequentes (Silva, J., 2011);
- ii) Licença de Instalação (LI) – como o nome revela, esta possibilita a instalação do empreendimento ou da atividade, em consonância com o plano e as solicitações acordados na etapa anterior (*idem*);
- iii) Licença de Operação (LO) – libera o início das atividades do empreendimento de fato, após o cumprimento das exigências das etapas anteriores, considerando as “[...] medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.” (*idem*, p. 294).

O EIA/RIMA é condicionante para a solicitação da LP. O estudo deverá ser realizado por uma equipe multidisciplinar e custeado completamente pelo empreendedor. Neste aspecto, ele não é gestado como um documento oficial, mas deve corresponder às normas e às exigências legais na sua confecção. Ele integrará um processo administrativo e passará a fazer parte do acervo de documentos da instituição estadual responsável pelo meio ambiente. Aqui na Bahia é o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), órgão responsável pelo licenciamento e pelas autorizações para intervenção ambiental. Por sua vez, ele está subordinado à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). É ao INEMA, na Bahia, que o

b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e c) identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos.”

¹³¹ “‘Licença ambiental’, segundo definição da Resolução CONAMA-237, de 19.12.1997, é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar, operar, empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou aqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.” (Silva, J., 2011, p. 291-292).

¹³² Cf. o Art. 19 do Decreto Federal nº 99.274/1990, para mais detalhes sobre as licenças.

EIA/RIMA deverá ser entregue para avaliação. É possível a solicitação de estudos complementares ao inicialmente apresentado, para melhor apreciação da solicitação, como é igualmente possível requerimento de novos EIAs/RIMAs nas licenças de Instalação e de Operação. Em todas estas etapas, ao menos do ponto de vista legal, há a possibilidade de a licença ser negada.

A participação popular no procedimento de estudo ambiental é uma exigência da natureza mesma do **patrimônio ambiental**. Se este é um **bem de uso comum do povo**, como diz o art. 225 da Constituição, nada mais coerente do que esse povo ter acesso a um instrumento da política de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. A legislação não foi insensível a isso, tanto que o Decreto 99.274, de 1990 (art. 17, § 3º), estatuiu que respeitando o sigilo industrial, solicitado e demonstrado pelo interessado, o RIMA, devidamente fundamentado, será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou biblioteca do Ministério do Meio Ambiente [...] e no órgão estadual de controle ambiental correspondente, inclusive durante a análise técnica. (Silva, J., 2011, p. 306).

A CF/88 também exige publicidade do pleito, inclusive devendo o EIA/RIMA ser publicado no jornal oficial do Estado (*idem*). Cabe ao órgão estadual competente realizar esta ampla divulgação e estabelecimento de prazo para o recebimento de comentários de outras instituições públicas e de demais interessados. Compete ainda ao INEMA, no caso da Bahia, a realização da Audiência Pública, a ser organizada e conduzida por ente público, facultando a todos a participação e exposição de suas ideias sobre o empreendimento proposto. Em tese, este momento também subsidia revisões ao projeto apresentado e, por consequência, ao EIA/RIMA. Este momento pode ser solicitado por “[...] entidade civil, Ministério Público, 50 ou mais cidadãos ou órgãos do meio ambiente, no mínimo em 45 dias, a contar da data do recebimento do RIMA.” (Silva, J., 2011, p. 307). O órgão licenciador deverá lavrar a audiência em ata, visto que ela se constitui em subsídio para o parecer final de aprovação ou não do projeto.

Constatações de risco *baseiam-se em possibilidades* matemáticas e interesses sociais, mesmo justamente quando se revestem de certeza técnica. Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabaram por abandonar a sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígamo com a economia, a política e a ética – ou mais precisamente: elas convivem numa espécie de “concubinato não declarado”. (Beck, 2011, p. 35).

O exame dos RIMAs da expansão da BA-099 e do Projeto Sauípe revelou, em ambos os documentos, que o eixo central deste tipo de pesquisa são os impactos. A feitura do RIMA,

como reflexo do EIA, mira o futuro. Como a atividade ou empreendimento poderá impactar o meio ambiente e a reboque o social, na medida em que ocupa uma posição secundária e passível de resolução fácil via expulsão com ou sem realocação em outro espaço. Em última instância, a proposta do EIA/RIMA é medir o(s) risco(s), que podem se revestidos ou não em um discurso de risco civilizacional. No caso do turismo, esta narrativa está consorciada e retroalimenta o desenvolvimentismo, perspectiva que apresenta o empreendimento como salutar a tudo e a todos e, ainda, que todos os envolvidos devem pagar um preço pessoal e comunitário para adentrar nas benesses da modernidade.

Junto com Ulrich Beck (2011, p. 79), pode-se estabelecer um paralelo comparativo com o uso de agrotóxico, ou seja, “[...] trata-se de saber até onde envenenamento não é envenenamento e a partir de onde envenenamento passa a ser envenenamento. [...]”. No caso das legislações sobre EIA/RIMA, chamou atenção não haver a solicitação de cálculo de carga, que avaliasse o quanto de intensidade e frequência um lugar suporta em relação a determinada atividade, aqui no caso o turismo massificado e imobiliário. Inclusive, no RIMA do Projeto Sauípe, a equipe técnica tece uma crítica a isto.

Por outro lado, mesmo considerando a fragilidade de alguns ecossistemas, o Plano de Manejo da APA do Litoral Norte não estabeleceu critérios ou parâmetros para cálculo da capacidade de sustentação das zonas incidentes na área do projeto, inclusive a densidade compatível com as características de cada zona. [...]

A possibilidade de reduzir essa densidade implica em saber para que parâmetros reduzi-la e, em que circunstâncias teria um EIA poderes para estabelecer critérios para uma Unidade de Conservação, quando o órgão gestor da APA, achou desnecessário fazê-lo, em relação a densidade demográfica. (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 66).

Esta postura crítica da equipe técnica do Projeto Sauípe ocorre em outros momentos, sobretudo, no EIA. Tal aspecto foi abordado no capítulo anterior, quando se tratou como este grupo apontou impactos socioambientais da expansão da BA-099 na Fazenda Sauípe e na sociabilidade das comunidades da região. A tônica que marca o conjunto dos documentos ambientais do projeto Sauípe é, em certa medida, a de responsabilização do Estado – apontando impactos socioambientais gestados por este e a ausência de atuação, como na falta de saneamento básico na região –, ao passo que o EIA da BA-099 apresenta uma plena conciliação entre todos os agentes sociais envolvidos, inclusive com os povos do ecossistema em toda longa extensão da obra.

Não se tem a intenção de uma análise técnica da adequação dos EIAs/RIMAs destes eventos às normas legais. Todavia, autoras da área ambiental vêm avaliando como a fragilidade destas peças documentais podem estar atreladas a uma flexibilização no processo de licenciamento e/ou a uma crença por parte do empreendedor e da consultoria do EIA/RIMA acerca da aprovação do pleito. Em concordância com Zhouri, Laschefske e Paiva (2005, p. 98-99), esta certeza é “[...] caracterizada pela ‘oligarquização do campo ambiental’, a luta pela apropriação do meio ambiente, travada no licenciamento, revela-se injusta e desigual, e se torna um mero jogo político previamente definido pelas relações pessoais e estruturais da política ambiental.”

Apesar das diretrizes e orientações específicas previstas nos procedimentos de desenvolvimento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), a prática da avaliação dos impactos ambientais no Brasil em geral negligencia a questão da justiça social e se mostra omissa em relação à equidade ambiental. Entre outras evidências dessa omissão ou negligência, pode-se destacar:

- Abordagem precária e reducionista das questões sociais na elaboração dos diagnósticos. Em geral, os diagnósticos se restringem a inventariar uma situação estática dos equipamentos convencionais de serviços públicos e das estatísticas correspondentes aos atendimentos de educação e saúde [...]
- Medidas mitigadoras previstas revelam uma flagrante e deliberada visão de socialização dos ônus e concentração dos benefícios, na medida em que propõem geralmente ações e investimentos de responsabilidade do poder público [...]
- Omissão de medidas de monitoramento das consequências sociais. [...]
- Omissão em geral de procedimentos de cálculos consistentes para dimensionar os aspectos sociais. Na fase de análise dos impactos ambientais, os aspectos sociais favoráveis são exacerbados e os desfavoráveis são geralmente subdimensionados. [...] (Agra Filho, 2010, p. 446-447).

Tais características elencadas por Severino Soares Agra Filho (2010) estão presentes nos EIAs/RIMAs dos dois eventos. Embora o RIMA se constitua numa síntese, uma vez que é o parecer da equipe técnica, tende a ser, também, a peça mais acessada pelas instituições avaliadoras e pelo público interessado. Durante a leitura, chamou atenção a falta de informação ao leitor da metodologia utilizada para o levantamento de dados. Em algum momento, para um tópico específico, em ambos os documentos, são indicadas fontes secundárias e primárias. No referente à BA-099, é mencionado trabalho de campo em fevereiro de 1992, no tópico “Fauna terrestre e alada” do RIMA e no Volume III do EIA.

Entretanto, são igualmente ausentes as referências bibliográficas, compreendidas aqui como fontes secundárias centrais aos estudos. No RIMA da BA-099, não se identificou menção a nenhuma, e no do Projeto Sauípe, observaram-se duas pontuais: Dansereau (1970) sobre os novos estágios de controle do ser humano no ambiente, e Absy *et. al* (1995), mencionada como

referencial acerca da avaliação de impacto ambiental. Os RIMAs dos dois eventos partilham uma abordagem histórica que remonta do período colonial até a história recente, a década de 1990, mas em ambos a descrição do passado mais distante é mais detalhada e ampla do que foram na historicidade contemporânea as feituras dos EIAs/RIMAs. Igualmente ao PDITS, trabalhado no segundo capítulo, os RIMAs apontam a falta de saneamento básico, sobretudo a falta de água encanada e esgotamento, como um problema a ser enfrentado pelo poder público. Do ponto de vista sociológico sobre tais lacunas, como já mencionado, parece ser que o EIA/RIMA se destina ao atendimento de uma formalidade burocrática, portanto “cosmética”, na administração dos riscos de dois grandes empreendimentos numa mesma região.

Mas o que conta decisivamente em favor disso é uma *sintomática e simbólica* ‘superação’ do risco. Os riscos precisam aumentar com sua superação. Na verdade não devem ser superados em suas causas, em suas fontes. Tudo deve acontecer no âmbito da *cosmética* do risco: embalagem, mitigações sintomáticas da poluição, instalação de filtros purificadores ao mesmo tempo em que se mantêm as fontes poluidoras. Ou seja, nada *preventivo*, mas apenas uma indústria e uma política simbólicas de superação da multiplicação dos riscos [...]. (Beck, 2011, p. 68).

Em uma sociedade de risco, da qual nos fala Beck, a “sintomática e simbólica” de superação deles se mostra como suficiente para a continuidade de projetos que degradem a natureza, que gestem conflitos socioambientais ou, ainda, abriguem potenciais desastres, como o de Chernobil. Parte da argumentação favorável aos pedidos de licenciamento é a consideração da existência de “planos e programas governamentais” na área de influência do projeto. A expansão da BA-099 era uma das principais ações previstas no PRODETUR-BA, como abordado no segundo capítulo. No RIMA do Projeto Sauípe, não só este programa é mencionado, como também o Plano Nacional do Desenvolvimento (PLANTUR), que, pela descrição, o órgão internacional financiador (BID) parece ter sido o PRODETUR-NE I.

No campo de pesquisa ambiental nas Ciências Sociais, a “cosmética” do risco é definida como o “paradigma de adequação ambiental”. De acordo com Zhouri e Oliveira (2005, p. 52-53) este “[...] propugna a capacidade de superação da crise ambiental pelas instituições modernas, [...] ‘sem alterar o modo de produção capitalista de modo geral’ (Acserald, 2004b, p. 23), por meio de medidas mitigadoras e compensatórias. [...]”. Sem dúvida o EIA/RIMA é um estágio privilegiado de um discurso de consenso, uma vez que apenas um agente social tem autoridade e legitimidade legal para falar/escrever, ou seja, o empreendedor via os

consultores¹³³. Outro momento ritualístico para formalização do consenso técnico acerca da adequação ambiental do projeto é a audiência pública, tendo em vista que “[...] esse mecanismo de participação popular tem sido transformado numa prática que se restringe a demonstrar a satisfatoriedade da minimização dos problemas ambientais apresentados pelo empreendedor no RIMA, [...]” (Agra Filho, 2010, p. 447).

Neste sentido, o RIMA da BA-099 apresenta bastante consenso, diria uma unanimidade acerca da realização da obra, que, como sabemos, aconteceu. O RIMA do Projeto Sauípe, por sua vez, fala de um consenso de todos os agentes sociais para a realização do empreendimento, mesmo quando registra possíveis “impactos negativos” para as comunidades da área de influência. Neste é apresentada, também, uma certeza quanto à realização do projeto, ou seja, a concessão do licenciamento ambiental. Neste sentido, em ambos os RIMAs não há registro de conflito socioambiental com as obras qualificados como tais pelas equipes técnicas das consultorias contratadas. Aqui e ali são mencionados “problemas” e, como previsto, são mencionados muitos impactos.

[...] não é apenas esse efeito social de filtragem ou amplificação que produz inquietações específicas de classe. Também as possibilidades e capacidades de lidar com situações de risco, de contorná-las ou compensá-las, acabam sendo desigualmente distribuídas entre distintas camadas de renda e educação: quem dispõe do calço financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração da moradia (ou através de uma segunda moradia, férias etc.). [...] (Beck, 2011, p. 42).

[...] Existe uma sistemática ‘força de atração’ entre pobreza extrema e riscos extremos. No pátio de triagem da distribuição dos riscos, estações situadas em ‘rincões provinciais subdesenvolvidos’ gozam de especial popularidade. [...] (*idem*, p. 49).

Esta citação rebate, em alguma medida, a crítica que se faz à adjetivação feita por Beck de sociedade de risco. No contexto deste texto, ela nos permite pensar na seletividade dos riscos e retomar a epígrafe do capítulo, que chama atenção para os efeitos das movimentações de expansão do capital sobre os “frágeis”. Autores do campo ambiental definem esta seletividade como ausência de justiça ambiental (Zhouri; Oliveira, 2005; Souza, A., 2015) ou podendo ainda

¹³³ No país com progressiva fragilização dos direitos trabalhistas, com perene nível de desemprego entre a População Economicamente Ativa (PEA) e o amplo mercado informal, cabe questionar as condições de autonomia que uma equipe de profissionais tem para a realização de EIA, uma vez que todo o trabalho é custeado pelo empreendedor. Encontra-se reverberação desta reflexão em Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p. 104), que sobre isto assevera que “[...] as empresas de consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluem pela viabilidade ambiental dos projetos, evitando, assim, riscos a possíveis futuras contratações. Dessa forma, o vínculo entre empreendedor e consultoria ambiental insere-se na lógica de mercado, ou seja, o EIA/RIMA é uma mercadoria, que será adquirida pelo empreendedor, cujo objetivo é ter seu projeto aprovado pelos órgãos licenciadores (Lacorte e Barbosa, 1995).”.

ser classificada, inclusive por acréscimo, como racismo ambiental (Souza, A., 2015). Ambas as injustiças são recorrentes em nosso país, marcado pela clivagem étnico-racial nos mais variados espaços e instâncias. O turismo massificado e imobiliário experenciado no Litoral Norte baiano causa expulsões e segregação espacial e igualmente passou a trazer o sustento para as famílias das vilas, uma vez que o turismo vem obliterando o modo de vida dos povos de ecossistema, como pode ser observado na citação abaixo.

Apesar do reflorestamento, que atingiu fortemente a paisagem e a ocupação humana nas áreas de tabuleiro, com efeitos migratórios sobre as sedes municipais, particularmente Entre Rios, Cardeal da Silva e Esplanada, e da crescente troca de proprietários na faixa da costa, onde 53 loteamentos formais abrem espaço a uma ocupação ligada ao veraneio e ao turismo, persiste ainda **o padrão de ocupação humana tradicional na faixa de contacto com a estrada**. Isso porque os povoados de pescadores, agricultores de subsistência e coqueiros e outros, normalmente se localizam em áreas mais elevadas, por traz dos primeiros cordões de dunas e alagadiços, no vale dos principais rios. **O espaço em redor e entre esses povoados e a praia foi sempre considerado como área de uso comum, sem valor de mercado**, e por isso, nos anos recentes, tornaram-se tão vulneráveis a propostas de compras por novos proprietários. (HIGESA, 1992, RIMA, p. 4.6).¹³⁴ .¹³⁵

Esta longa citação do RIMA da Linha Verde permite enxergar o cenário com tendência a coalhar de conflitos socioambientais a partir da realização de suas obras. Salta aos olhos os povos do ecossistema vivendo em metabolismo social (Marx, 2011) com a natureza, e, embora não morassem na costa, – excetuando, pelo menos, a comunidade de Santo Antônio, litoral de Mata de São João – a tinham como espaço de práticas territoriais e como parte integrante do seu território. Este também foi contemplado na citação “área de uso comum, sem valor de mercado”, uma vez que era um patrimônio coletivo dos grupos sociais ali existentes. Sem dúvida estes não estavam isolados. Há notícia, por exemplo, da chegada anterior do “reflorestamento”, do veraneio e de um turismo não definido, mas que se pode supor diferente daquele que a expansão da BA-099 traria. Há, igualmente, o relato de uma não subordinação cotidiana à lógica e à simbólica do capital, sobretudo, pela autonomia econômica que lhes era garantida pelas práticas de trabalho supracitadas, sem deixar de mencionar possíveis trocas que deviam existir mediante os resultados delas. Estas, por sua vez, proporcionavam intercâmbios materiais e simbólicos em uma teia de sociabilidades e representações culturais. Descortinam,

¹³⁴ Além do que já foi informado na nota de rodapé 123, cabe registrar que o EIA-RIMA da BA-099 foi datilografado e não apresenta uma numeração de página progressiva, convencional. Cada capítulo segue uma lógica de numeração interna. Utiliza-se esta identificação original para facilitar o acesso à informação para outras pesquisas.

¹³⁵ Este trecho consta, originalmente, no Volume III do EIA da BA-099 (HIGESA, 1992).

ainda, confrontos anteriores – como os ocorridos devido às trocas de “proprietários da faixa da costa” e aos povos de ecossistema – e constata que eles conseguiram negociar a manutenção de seu *modus vivendi*. Entretanto, a vulnerabilidade da condição de posseiros os colocava como “vítimas” destinadas à condição de trabalhador sazonal, advinda com a movimentação do capital na sua face do *business* turístico, que chegaria/ chegou após a Linha Verde, via políticas ambientais, e as voltadas para turismo que aportaram no Litoral Norte¹³⁶ na década de 1990.

Nas duas próximas subseções deste capítulo, serão analisados os EIAs/RIMAs, respectivamente, da expansão BA-099 e do Projeto Sauípe, no aspecto central desta tese – os conflitos socioambientais – e serão trabalhadas informações complementares à compreensão destes eventos: descrição do projeto, alternativas apresentadas à proposta central dele, áreas de influência direta e indireta, abordagem sobre as pessoas da região e observações gerais, não exaustivas, sobre as medidas mitigadoras. Sobre estas, compartilha-se a compreensão de Zhouri e de Oliveira (2005, p. 61) que se trata da “[...] ‘capitalização da natureza’, que reduz o ambiente aos valores de mercado, transformou perdas irreparáveis e efeitos destrutivos incomensuráveis em ‘impactos’ passíveis de compensação e mitigação.”.

4.1 Análise do EIA/RIMA da expansão da BA-099, a Linha Verde

A Linha Verde é apresentada no projeto como BA-099. Como já dito antes, trata-se da expansão da já existente Estrada do Coco até a divisa com o estado de Sergipe, trecho Pojuquinha e Itanhi. Teve-se acesso a 4 volumes do EIA/RIMA, sendo 3 do estudo e 1 do relatório, que foram realizados pela HIGESA¹³⁷. A empresa foi contratada pelo Departamento de Infraestrutura e Transporte da Bahia (DERBA), uma vez que esta obra era parte integrante do PRODETUR-BA. Todos os volumes datam de jun./1992, isto é, após o Decreto Estadual nº 1.046, de criação da APA Litoral Norte da Bahia, em 17 de março de 1992, e anterior à

¹³⁶ Cf. a dissertação de Renato Silva da Silva (2017) sobre a flexibilização do licenciamento ambiental em Áreas de Proteção Permanente (APP) na APA-LN/BA para obras consideradas de utilidade pública.

¹³⁷ Do conjunto de volumes desta EIA/RIMA, não se teve acesso ao V, que versa sobre a “Indicação para o plano de ocupação territorial da faixa Litorânea Norte do Estado da Bahia, trecho Rio Pojucá-Rio Real”, pois não estava disponível na Biblioteca Milton Santos.

aprovação pelo CEPRAM do Plano de Manejo desta (Resolução nº 1.040 de 21 de fevereiro de 1995).

Quadro 18 – Volumes EIA/RIMA da Linha Verde analisados, consultoria HIGESA

Vol.	Tema
I	Diagnóstico ambiental
II	Caracterização do empreendimento
III	Análise dos impactos
IV	Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA

Fonte: Biblioteca e Memorial Prof. Milton Santos SEMA/BA.

Nas páginas iniciais do RIMA, o leitor é informado que se trata de um EIA/RIMA complementar, recomendado pelo CRA, para emissão da Licença Implantação (LI) da rodovia. Um EIA/RIMA já tinha sido apresentado por ocasião do pedido de Licença de Localização (LL), que foi concedida pelo CEPRAM através da Resolução nº 544, em 12 de março de 1992. A pesquisa foi realizada por uma equipe multidisciplinar de 16 técnicos de diversos campos do conhecimento (biologia-3, economia-2, engenharia-7, geografia-1, geologia-1 e sociologia-1), sob a coordenação geral dos engenheiros Emiliano J. S. Santiago e José Roberto P. F. Celestino. De acordo com o volume I do EIA, a “[...] área em análise corresponde [...] entre o Rio Pojuca e a divisa com o estado de Sergipe, Rio Real. Envolvendo uma extensão de aproximadamente 140 km com uma largura de 20 km a partir da linha de praia e fazendo um total de 2800km².“ (HIGESA, 1992, EIA, v. 1, p. 1.1).

O traçado inicialmente proposto compreendia um “[...] trecho costeiro (Subaúma e Barra do Itariri) e o restante passando a cerca [sic] de 2km da praia. Com exceção da parte final que se encontra a uma distância maior da costa.” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.2). A proximidade do cordão de praia se constituiu em objeto de conflito socioambiental, e no EIA/RIMA em apreço se configuraram como atores sociais instituições públicas e seus corpos técnicos, como pode ser observado no histórico de debates e de estudos, iniciados em 1987. Isto também pode ser constatado pelo condicionamento de um outro EIA/RIMA para apreciação do pedido da LI. Este novo estudo tinha por objetivo apresentar uma alternativa de traçado para a Linha Verde, com menor sobreposição no cordão de praia, que cobre toda a extensão da região.

Assim, naquele ano, face à perspectiva de realização da expansão da BA-099, técnicos da Secretaria de Transporte (ST) realizaram um seminário para discutir as possíveis consequências e “danos ambientais”, e não socioambientais, que a obra poderia legar à região.

O evento foi nomeado como “Implicações e danos ambientais para a construção da rodovia BA-099 – Estrada do Coco”, que resultou na organização de um grupo de Assessoramento ao Meio Ambiente (GAMA), (HIGESA, 1992). Sobre este não se tem mais detalhes, por exemplo, acerca de como era o seu nível de institucionalização e margem de ingerência na questão ambiental dentro da própria secretaria nem sobre sua atuação com os órgãos ambientais, como o CRA.

Entre 1988 e 1989, a Secretaria de Transporte e Comunicações (STC), o GAMA e outras instituições – o CEI [sic], a CONDER, a UFBA, o CRA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RADAM)¹³⁸ – realizaram um Estudo Prévio de Impacto Ambiental de uma porção espacial bastante específica, de Açu da Torre, em Mata de São João, a Porto de Sauípe, em Entre Rios. Esta viria a ser a área de influência direta de outro projeto que pouco tempo depois chegaria: Costa do Sauípe *Resort*. O objetivo deste EPIA era levantar a problemática ambiental da obra da BA-099. Decerto, ele apresenta a limitação de cobertura da abrangência do traçado, que segue até a divisa com o estado de Sergipe (HIGESA, 1992).

Um ano depois, em 1990, a STC – via seu corpo técnico, o DERBA e a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) – encampou um novo EPIA, visando subsidiar um EIA¹³⁹, que seria realizado posteriormente para o pedido da Licença de Localização (LL). Deste segundo EPIA, destaca-se a “[...] recomendação de um novo traçado, tendo em vista os sérios danos ambientais previstos com o traçado [sob cordão de praia inicialmente] proposto.” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.3). Em outubro de 1991, o DERBA, ao que parece utilizando os EPIAs já realizados, solicitou a licença ao CRA que, como supracitado, foi concedida, em março de 1992, com validade de um ano.

Curiosamente, em janeiro de 1992, isto é, antes mesmo da emissão da LL de março de 1992, “[...] o DERBA contratou os serviços da HIGESA Engenharia Ltda. para a realização dos Estudos de Impacto Ambiental e respectivo RIMA da rodovia em análise, considerando um novo traçado proposto, a uma distância média de 5km da linha da praia.” (*idem*) Como foi informado acima, o terceiro EIA/RIMA, aqui analisado, foi utilizado para a solicitação da

¹³⁸ Trata-se do Radar da Amazônia (RADAM), que “[...] foi criado em 1970, priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e [em] áreas adjacentes da região Nordeste. Em 1975, o levantamento foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL.” (IBGE, 2018).

¹³⁹ Pode-se perceber que a equipe da HIGESA utiliza o EPIA e o EIA com sentidos diferentes, embora para a legislação ambiental eles sejam o mesmo tipo de estudo. O diferencial parece ser que o primeiro servia como estudo preliminar para subsidiar o do segundo tipo.

Licença de Implantação (LI). O intervalo entre a liberação da primeira licença e a finalização deste terceiro estudo foi de apenas três meses.

A presteza do órgão ambiental, à época o CRA, e do conselho ambiental na tomada de decisão acerca do licenciamento ambiental – outra situação semelhante a esta por parte do CEPRAM foi compartilhada no terceiro capítulo – é algo incomum no andamento de processos administrativo no serviço público. Ainda que se guardem as devidas diferenças entre o processo de licenciamento ambiental e o de regularização de território quilombola, ambos trabalhos bastante específicos, é impossível não comparar a disparidade da complexidade das normas técnicas e legislações entre o primeiro e o segundo trabalho. Este último apresenta um grau de esmiuçamento e exigência exponencialmente maiores (Cf. Instrução Normativa – IN nº 57/2009 do INCRA)¹⁴⁰.

Diferente do que ocorre no RIMA, no primeiro volume do EIA, a metodologia é compartilhada. É informado que ela se constituiu, centralmente, de dados secundários, *vide* revisão bibliográfica, “[...] prescindindo, na maior parte das disciplinas avaliadas, de dados e informações primárias.” (HIGESA, 1992, v. 1, p. 2.1). Embora, também conste que aconteceram “[...] excursões à área objetivando atualização de dados [...]” e que, portanto, “[...] foram realizadas entrevistas com moradores da região, estudiosos e pesquisadores de vários campos de interesse [...]” (*idem*). Não foram informados o período nem os locais das “excursões”, também não foram identificados os critérios de seleção nem a composição do conjunto de moradores entrevistados da região, igualmente, os instrumentos e tipos de entrevistas realizadas. A mesma ausência de informações metodológicas acontece com relação aos “estudiosos e pesquisadores” entrevistados. Todavia, é compartilhado que foram realizadas reuniões com a equipe do CRA¹⁴¹ para adequação dos parâmetros ambientais da pesquisa as expectativas e os critérios do órgão ambiental, visando a liberação da licença de implantação.

¹⁴⁰ Realizou-se trabalhos técnicos de elaboração de relatório antropológico, como peça do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID dos quilombos remanescentes de Mangal Barro Vermelho, município de Sítio do Mato, e Capão das Gamelas, municipalidade de Seabra, em 2009 e 2010, respectivamente. Apesar de mais de dez anos transcorridos nos dois casos, nenhum destes quilombos recebeu ainda o título do seu território. Para o primeiro, o RTID como um todo foi apenas uma formalidade burocrática, porque a situação de conflito agrário em Mangal Barro Vermelho já tinha sido resolvida através da condição de Projeto Especial de Assentamento – PEQ. Assim, o objetivo era adequar o vínculo formal com a terra para a condição de fato do grupo – território quilombola. Já não se fazia necessário, por exemplo, a desintrusão de não quilombolas. Mesmo assim, até hoje o título de território quilombola não se efetivou.

¹⁴¹ O CRA deu lugar ao Instituto do Meio Ambiente (IMA), que numa nova reestruturação fundiu-se ao Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e originou o INEMA, já abordado anteriormente.

Observando, ainda, as diferenças entre os processos de reconhecimento de um território quilombola e o licenciamento ambiental, acrescenta-se que este último tende a permitir uma atividade ou empreendimento com desdobramentos socioambientais em áreas mais amplas, considerando as áreas de influência direta e indireta que se desdobram em uma região. Neste sentido, a lida material e a construção simbólica de grupos remanescentes de quilombola tendem ao metabolismo social, uma vez que a terra não é uma mercadoria, guarda a memória e os substratos da identidade social e deve ser legada a futuras gerações. Ou seja, traduz um modo de vida que tende a relações sustentáveis com o meio ambiente, o que não pode ser dito, *a priori*, para as solicitações dos licenciamentos ambientais, pois a sua própria necessidade já é um condicionante para ações potencialmente poluidoras do meio ambiente em áreas de influência direta e indireta.

A expansão da BA-099 interferiu diretamente no litoral dos cinco municípios que compõem a APA-LN, além dos aspectos socioeconômicos alcançarem os “municípios mediterrâneos” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 3.43) de Itanagra e de Cardeal da Silva, pois estes margeiam o traçado então proposto para a rodovia. Indiretamente, foi estimada a interferência na área norte da Região Metropolitana e em Salvador, pois esta cidade era considerada “[...] objeto de referência quanto ao padrão de urbanização viária.” (*idem*), além dos “[...] municípios da microrregião homogênea do Litoral Norte e os municípios que compõem a microrregião homogênea do leste baiano.” (HIGESA, 1992, Vol. I, p. 3.2). Sem dúvida tanto a Estrada do Coco quanto a Linha Verde intensificaram os fluxos com a capital, sobretudo, em função do aeroporto internacional de Salvador, pela sua proximidade com o Litoral Norte.

No RIMA foram apresentadas mais duas alternativas de traçado da rodovia além da proposta, todas considerando as seguintes extremas geográficas: Açu da Torre, final da Estrada do Coco, e a “localidade” de Itanhi, na qual já existia uma ponte sobre o Rio Real, fazendo ligação com o início de uma rodovia sergipana. As três opções diferem, basicamente, em relação à distância da praia nos seus traçados. Como já foi mencionado, este aspecto se constituiu em um conflito socioambiental entre instituições estatais.

- Alternativa I (próxima ao cordão de praia) – “Trata-se de um traçado costeiro, com um terço de sua extensão sobre o cordão de praia (Subaúma-Barra do Itariri [...])” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.6). O primeiro trecho, entre Açu da Torre e Rio Massarandupió, apresenta uma distância média de 2km da praia, ou seja, era bastante próximo e sendo classificada como “região ambientalmente complexa” (*idem*). O segundo trecho, do Rio Massarandupió à Barra do Itariri, a equipe o caracterizou como “[...] aproxima-se

excessivamente da linha de praia, interceptando os sedimentos quaternários compostos fundamentalmente pela formação de dunas.” (*idem*). No terceiro e último, depois de Barra do Itariri até Itanhi, o traçado se distancia do cordão de dunas em 8km, em média. Em termos socioeconômicos, foi destacado que o primeiro trecho desta opção interceptaria um adensamento populacional ao se aproximar de núcleos urbanos existentes;

- Alternativa II (sobre o cordão de praia) – “Tem seu traçado sobre o cordão de praia, com exceção do último trecho que, como nas demais alternativas, situa-se afastado do litoral [...]” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.7). Apresenta um traçado mais plano, porém isto resultaria em “[...] uma necessidade de extração de grande volume de material de empréstimo para a construção da estrada, vez que o solo predominante (areia) não é adequado para o assentamento da rodovia.” (*idem*). É informado que esta acentuaria ainda mais os impacto socioeconômico no primeiro trecho do que a opção anterior, além do que aumentaria sobremaneira o impacto ambiental, uma vez que “[...] geraria sequelas enormes a ecossistemas frágeis de manguezais, restingas e dunas.” (*idem*, p. 2.8);
- Alternativa III (mais distante do cordão de praia) – “A estrada encontra-se distante da linha da praia, numa faixa média de 5km (a partir do Rio Massarandupió, compreendendo os trechos 2, 3 e 4).” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.8). No primeiro trecho, de Açu da Torre ao Rio Massarandupió, há uma distância média de 3km do cordão de praia, distante em 1km a mais do que as duas primeiras alternativas. Ou seja, esta primeira parte apresentava semelhanças ao trecho 1 das outras duas opções, inclusive em impacto socioeconômico, pelo adensamento populacional.

Como consta acima, os três trechos das duas primeiras alternativas são iguais em termos de lugar de início e fim, mas se diferenciam em termos do traçado, em relação à proximidade do cordão de praia. No geral, eles apresentam uma semelhança de 80%, conforme é informado no RIMA (HIGESA, 1992). O ponto de partida e de chegada do primeiro trecho são iguais para as três alternativas, embora cada uma guarde uma distância diferente da praia. Entretanto, os demais trechos mudam completamente, como pode ser observado no quadro que segue, a começar pela quantidade de trechos para além do primeiro. As opções I e II apresentam mais dois trechos, enquanto a alternativa III apresenta mais três trechos. O ponto de partida do trecho 2 é o Rio Massarandupió para todas as possibilidades de percurso da rodovia, enquanto para as duas primeiras, este trecho finaliza em Barra do Itariri, município de Conde, e para a última, o segundo trecho finaliza antes no Rio Inhambupe, municipalidade de Entre Rios. Por sua vez, as oito conexões dos quatro trechos da alternativa III começam e terminam em rios, como pode

também ser observado no quadro a seguir. Isto pode explicar a necessidade de mais “obras de arte” para esta opção, considerando a necessidade de pontes para a ligação terrestre às margens dos rios.

Todavia, o que se tem de mais concreto das ponderações das alternativas acerca do traçado é que a terceira proporcionou um “consenso técnico” (Acselrad, 2005) suficiente para dirimir o conflito socioambiental envolvendo instituições públicas e para que o EIA-RIMA produzido pela HIGESA fosse apresentado para o pedido da segunda licença, a de implantação.

Quadro 19 – Características gerais da proposta da equipe - Alternativa III

Nº	Subtrecho	Extensão	Localidades Próximas	Características Ambientais	Afastamento Médio da Praia	Recomendações (Considerações Finais)
1º	Açu da Torre (Rio Pojuca) a Rio Massarandupió	35,58 km	-Açu da Torre, -Imbassaí, -Diogo, -Areal, -Sauípe de Dentro	-Onduladas, -Presença do grupo barreiras, -Trechos arenosos com dunas e restingas.	7km	-Desvio do traçado para uma faixa distante 7km da linha da praia, compreendendo todo o trecho, desde o início da rodovia até Massarandupió.
2º	Rio Massarandupió a Rio Inhambupe (Entre Rios)	32,41 km	-10km de Porto de Sauípe, -Termina no Rio Inhambupe, próxima à localidade de Palame.	-Suavemente ondulada, -Parte final com relevo mais acidentado, -Predomina a formação de barreiras, -Próxima à localidade de Palame, vasta área de manguezal do estuário do Rio Inhambupe.	3km	-Manutenção da distância de 3km a noroeste da localidade de Palame, conforme previsto no projeto.
3º	Rio Inhambupe a	34,44 km	-Inicia-se na área de manguezal a	- Ondulada, -Áreas embrejadas,	3 km (do povoado de Cangurito)	-Efetivação da variante, estudada pelo DERBA, para

	Rio Itapicuru (Conde)		montante de Palame		e 5 km (da Vila do Conde)	desvio da reserva de Mata Atlântica, no Rio Bu; -Afastamento de 3km para noroeste da localidade de Vila do Conde;
4º	Rio Itapicuru a Rio Real (Itanhi em Jandaíra)	36,70 km	-O término é ao lado da localidade de Itanhi	-Parte mais ondulada de toda a rodovia, -Quase sempre sobre formação de barreiras.	“5km” ¹	-Continuação do afastamento da Vila do Conde; -Implantação de variante entre as estacas 1050 e 1350, de forma a retificar o trecho ou o aumento do porte das obras hidráulicas (pontes); -Implantação de variante em Itanhi, a noroeste do acesso à ponte existente sobre o Rio Real, evitando a intercessão da colina onde se situá o vilarejo.

Fonte: HIGESA, 1992, Volumes II (Caracterização do empreendimento) e III (Análise dos impactos).

Elaboração: Ubiraneila Capinan, 2023

Nota: 1. Sobre a distância em quilômetro da praia, consta a seguinte informação para o Trecho 4: “Neste trecho terá continuidade o afastamento, a noroeste da Vila do Conde, e da ocupação ao norte desta. (HIGESA, 1992, vol. III, p. 6.8).

Cabe destacar que isto ocorreu sem desvirtuar, completamente, a intenção governamental sobre o seu “[...] traçado junto ao litoral, [que] justifica-se pela finalidade de promover o desenvolvimento sustentável na região, com o enfoque específico de utilizar ordenada e criteriosamente o potencial turístico da área.” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.4). Tal fato, junto com o decreto de APA, potencializava o capital simbólico ambiental atribuído à região, a ser usado para a atração do *trade* turístico internacional.

Pareceu ambientalmente negligenciado, no sentido de ocupar um espaço menor no debate entre os EPIAs anteriores e o EIA em apreço, o fato de serem usados materiais da própria

APA-LN para a construção da rodovia. “Os materiais de construção da estrada (areia, britas e solos para base e sub-base) serão obtidos de jazidas localizadas na região.” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 2.13). Salvo engano, o próprio processo de extração deste material do meio ambiente da região deveria ser objeto de licenciamento, uma vez que tem um potencial de causar danos socioambientais. Não se identificou menção tanto a qualquer pedido de licenciamento sobre este uso quanto à avaliação e mitigação de possíveis impactos.

Observa-se, de um modo geral na área, o desrespeito da população às leis ambientais e ao Código Florestal, gerando uma ocupação desenfreada das margens dos rios e córregos, ocorrência permanente de queimadas para a extração de lenha e carvão (notadamente às margens do rio Real), retirada de madeiras-de-lei refletindo-se em atos ilegais e danosos ao patrimônio público e bem comum. (HIGESA, 1992, RIMA, p. 3.35).

As pessoas com diferentes adjetivações acerca das suas relações com a região figuram ao longo de todo o EIA/RIMA, mas de forma não tão intensa quanto elas aparecem na parte dos impactos. Apresentam-se trechos das formas com que elas figuraram no documento. Acima, a referência a ela é genérica, “população”, que tanto pode ser a residente nas vilas da região quanto podem ser veranistas e turistas, que vinham circulando desde a abertura da Estrada do Coco. O fato é que esta parte retrata que a “população” genérica descumpria o ordenamento jurídico ambiental impactando a natureza, que, por sua vez, é apresentada com duas características diferentes, “patrimônio público” e “bem comum”, portanto, administrada pelo Estado. O curioso é que a proposta do projeto apresentado no EIA-RIMA geraria um impacto ambiental com significativa magnitude, nas áreas de influência direta e indireta, e apropriação de espaços de uso comum, com um Projeto de Infraestrutura de Grande Escala (PIGE), que, por sua vez, geraria condições de acesso para a exploração da região pela iniciativa privada do *trade* turístico. Na esteira desta contradição, a HIGESA critica, diversas vezes, a ocupação desordenada da região com casas de veraneio, loteamentos e condomínios, um tipo de turismo que seria potencializado pela ampliação da rodovia, que era o objetivo do EIA-RIMA realizado por esta empresa.

[...] A palavra comunidade expressa exatamente essa colagem entre organização social e território, o que comprehende não apenas os locais de assentamento humano, mas também as vias de circulação, os padrões de uso de recursos naturais e pontos de referência simbólica (natural e históricos). **O desenvolvimento sustentável depende em grande parte, dessa ecologia social atual.** (HIGESA, 1992, RIMA, p. 4.13, grifo nosso).

Pobreza e baixo nível educacional da população residente, o que a torna – como já vem ocorrendo – vulnerável à proposta de venda de suas pequenas glebas, expulsões e perda de sua base de identidade e solidariedade. (HIGESA, 1992, p. 4.12).

Essas supracitadas referências às pessoas apresentam uma abordagem diferente da anterior. Na primeira, a comunidade/o grupo toma proeminência e mostra um paralelo direto entre o conceito de povos de ecossistema, que vem sendo trabalhado no texto, sem excluir a relação com o de campesinato, também aqui e ali abordado ao longo desta tese. Ela considera, ainda, dimensões não materiais, como referências históricas/memória social e simbólica/cosmologia. E esta definição de comunidade foi utilizada em referência ao *modus vivendi* dos grupos das vilas da região. Na segunda é traçada um perfil socioeconômico e educacional que a aproxima dos “frágeis” frente aos “estranhos” da epígrafe deste capítulo, embora o trecho acima não mencione que os mecanismos de expulsões, vindos com o turismo incipiente já existente, seriam potencializados com a Linha Verde e o turismo massificado e imobiliário. Estes fatores, que tornavam as pessoas expostas, pois ainda que pese a baixa escolaridade até essa expansão do capital, isto não tinha sido suficiente para que elas perdessem as suas bases espaciais e cosmológicas. Cabe destacar ainda que, no finzinho da primeira citação, há o reconhecimento de que o modo de vida dos grupos da região era essencial ao “desenvolvimento sustentável”, pois eles viviam em metabolismo social com a natureza.

A persistência de uma paisagem natural sedimentada, ainda pouco alterada por intervenções predatórias na vertente entre o tabuleiro e a costa, a essa paisagem, ou antes, dentro dela, uma ocupação rarefeita com concentrações demográficas pontuais, acrescenta **um toque de ingenuidade a cultura “nativa” à região, e o complexo harmônico das duas paisagens a tornam um cabedal para o turismo e o lazer**. (HIGESA, 1992, p. 4.7, grifo nosso).

Este trecho traz três aspectos importantes a serem analisados. Um primeiro, abordado na citação anterior, é o estado de preservação “pouco alterado” da região, como se sabe, em muito tributário das relações estabelecidas pelos povos de ecossistema com a natureza. O segundo se refere a uma argumentação utilizada ao longo do EIA-RIMA – sobretudo no RIMA e no volume III (análise dos impactos) –, a da baixa densidade demográfica, mesmo considerando a forma de vida das comunidades definidas acima, e outro associado a ela, o baixo nível de urbanização da região, que é apresentada ao longo dos volumes. Ou seja, há espaço com pouca urbanização e pessoas, logo a obra será realizada numa área quase sem ocupação humana, o que justificaria o PIGE. A lógica histórica de ocupação do espaço pelas pessoas das

vilas difere do adensamento – como já abordado, havia uma apropriação territorial de terras e demais bens da natureza manejados pelos grupos como bens comuns –, sendo desconsiderados, neste tipo de argumento, os desdobramentos ambientais¹⁴², o que seria impactado pela obra. O terceiro elemento é a coisificação das comunidades/das pessoas na qualificação de cultura “nativa ingênua”, em outros trechos do EIA-RIMA definida também como “exótica”, colocando-a, ainda, como paisagem, que, associada à natural, de forma harmônica e simbiótica, se constituía em recursos/em riquezas a serem apropriados/as para o lazer de outros, via *business turístico*.

Quando se seguia a leitura dos volumes do EIA-RIMA da BA-099 a que se teve acesso, se tinha a impressão de que não se identificaria outro conflito socioambiental além do que ficou patente desde o início: a proximidade do traçado do cordão de praia. Isto se confirmou em parte, pois de fato a imagem de consenso é a predominante no documento, porém foi possível encontrar mais um explícito e outro latente. Este pode ser compreendido como uma categoria êmica dos variados outros que viriam após a “estrada cicatriz”.

O de primeiro tipo é definido como um “conflito social” e se refere à marginalidade que era condicionada à “população residente”. Foi argumentado que, com a Linha Verde, este seria reduzido pelas oportunidades advindas com o “desenvolvimento” da região em polo turístico. É possível presumir que este conflito também fosse e ainda seja socioambiental. Esta rodovia não reduziu este tipo de conflito; ao contrário, novos ocorreram, como os abordados no terceiro capítulo, além do que a segregação espacial no Litoral Norte se intensificou, como o turismo imobiliário e massificado, como consta na tese de Denise Magalhães (2017).

A continuidade da BA-099 passará por essas terras que ainda preservam intacto o silêncio de uma paisagem natural deixada em descanso por décadas e de uma vida social ingênua, também fruto do tempo que levou para sedimentar o seu “sossego”. O problema que se coloca para essas comunidades, essa outra natureza, que é história e que é um valor na concepção contemporânea dos ambientes de lazer e turismo de natureza, é como conciliar “melhorias” e “sossego”, isto é, desenvolvimento e vida social sem marginalidade. (HIGESA, 1992, RIMA, p. 3.62)

¹⁴² De acordo com a HIGESA (1992, RIMA, 4.5) “A situação atual [em 1992] da Mata Atlântica é gravíssima. A sua vasta maioria (94%) já foi destruída, 3% estão alteradas e somente 2% e 3% estão protegidas. A menos que sejam tomadas medidas urgentes, ela se tornará o primeiro ecossistema importante a desaparecer, desde que se passaram a fazer registros. [...]. Vale lembrar que se trata do ecossistema do Litoral Norte baiano.

É relatado que as comunidades da região apresentavam uma relação ambígua com a BA-099 à época da sua obra de expansão. Avaliavam que ela traria facilidade de locomoção, que era boa e positiva, porém, ao mesmo tempo, temiam a perda do “sossego”. Esta categoria êmica encerra em si a compreensão de que aconteceria uma inflexão na estrutura econômica, cultural e socioambiental que elas conheciam até então. É esperado que no cenário de mudanças deste tipo e desta magnitude em uma APA, conflitos socioambientais e culturais aconteçam, considerando a forma de vida/de viver das comunidades e a “chegada dos estranhos”. Estes começaram a circular, ainda, durante o planejamento do PIGE – como vimos foram realizados dois EPIA anteriores ao aqui analisado –, suas presenças aumentariam em número, em frequência e em intencionalidades durante e depois da expansão da BA-099. A citação a seguir sintetiza como as pessoas da região representam a elaboração da possibilidade eminentemente de “[...] perda do “sossego”, o que para eles [as comunidades] significa a ausência ou insignificante incidência de criminalidade.” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 3.61).

Em outras palavras, os grupos temiam a perda da coesão social, tecida ao longo de anos de relações intra e intergrupos, fortalecida a cada casamento entre pessoas de lugares diferentes, a cada conflito e os seus encaminhamentos, a cada festividade dos lugares, a cada troca comercial, a cada dádiva e contra dádiva partilhada (Mauss, 2003). Ou seja, temiam a perda do que conheciam frente à eminentemente permanência dos “estranhos” na região. Sabe-se que “melhoria”/desenvolvimento e “sossego” são pouco conciliáveis para as populações dos lugares, que costumam ser o grupo que tem que lidar mais diretamente com os impactos negativos dos empreendimentos estatais e privados.

As medidas mitigadoras, sendo o próprio Estado o proponente da ação, apresentam uma configuração de continuidade da obra, em outras demandas de infraestrutura, que poderiam potencializar o desempenho da Linha Verde. São apresentadas 4 recomendações para todos no traçado da rodovia: i) implantação de um plano de ocupação territorial da faixa litorânea norte do estado da Bahia, tendo o objetivo de evitar a ocupação desordenada que a obra poderia gerar¹⁴³; ii) futura duplicação do tronco regional BR-101/BA-093, visando desviar cargas e trânsito trans regional da Linha Verde; iii) implementação de áreas públicas para descanso, ciclovias e vias para a condução de animais de montaria e de carga, assim se elevaria o potencial turístico da região; iv) introdução de pontos de acesso para “[...] futuras vias locais, obedecendo as ‘Indicações para o plano de ocupação territorial da faixa litorânea’ (vol. V)” (HIGESA, 1992,

¹⁴³ Este conteúdo foi trabalhado no EIA/RIMA, no volume V, “Indicações para o plano de ocupação territorial”, mas, como já informado antes, não estava disponível na Biblioteca Milton Santos.

Vol. III, p. 6.3), que tem por objetivo proporcionar suporte à primeira recomendação. Os específicos apresentam as distâncias recomendadas do cordão de praia para cada trecho (Cf. quadro 19), que são justificadas, predominantemente, por características ambientais e, secundariamente, pelo afastamento das vilas em três trechos (1, 3 e 4). Logo, não houve uma mitigação voltada para as pessoas e as comunidades da região, que proporcionasse, por exemplo, ferramentas para que elas pudessem lidar com a “chegada dos estranhos”.

Por fim, cabe registrar que o EIA-RIMA dá notícias do pedido de licenciamento ambiental da Norcell para instalação de uma fábrica em Massarandupió, que sabemos, via pesquisa de Maria Souza (2009), não logrou êxito. Não se identificou no “Plano de monitoramento” (Volume III e RIMA) referências às comunidades existentes na região nem aos trabalhadores da obra em si. Como informado no capítulo anterior, não se tem a intenção de analisar os impactos aventureiros nos EIAs/RIMAs, que seria em si uma outra investigação, mas destaca-se a previsão do aumento de acidentes de trânsito para pedestre e para a fauna da região: “L) Ocorrência de acidentes de tráfego com pedestres e dificuldades para o trânsito de animais de carga e montaria ao lado da estrada e nas interceptações desta com as vias locais.” (HIGESA, 1992, Vol. III, p. 5.8). Ou seja, mesmo tendo sido elencado como um impacto visivelmente potencial originado pela obra de expansão da BA, nenhuma atitude preventiva foi adotada, que, por sua vez, resultou em mortes por atropelamento de humanos e de não humanos, como abordado no terceiro capítulo.

4.2 Análise do EIA/RIMA do Projeto Sauípe, o Costa do Sauípe *Resort*

O projeto Sauípe, assim referido à época do EIA-RIMA, foi definido como “[...] um empreendimento turístico hoteleiro, voltado para o turismo nacional e internacional, ancorado em núcleos de hospedagem, entretenimento, comércio e lazer, denominados Vilas [...]” (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 13) com os seguintes teores: praia, ecológica, colina, porto e agrícola. Tais vilas seriam temáticas, de forma a garantir algo novo a cada hospedagem, com o processo de construção independente, embora interdependentes quanto ao processo de “operação”. Nelas concentrar-se-iam os 62 hotéis, de 3 a 5 estrelas e 2 deles hotéis fazendas, as 60 pousadas de até 50 quartos e o *camping* para até 1.000 usuários. Diversos equipamentos de lazer (campos de golfe e tênis, piscinas, clube equestre etc.) e serviços agregados (centros de

convenções, casas comerciais e de atrações etc.) fariam parte do complexo implantado na Fazenda Sauípe, da então denominada: Construtora Norberto Odebrecht (CNO)¹⁴⁴. O tempo previsto para a conclusão da primeira etapa da construção era de quase 5 anos, especificamente 57 meses, ao passo que, de acordo com o planejamento, o prazo para finalização completa da obra era de 20 anos.

Tabela 7 – Projeção da ocupação máxima das vilas e do *camping* do Costa do Sauípe *re-Sort*

Vilas	Hotéis e Pousadas	Quartos	Hóspedes	Funcionários	Visitantes	População Esperada
Praia	31	8.700	21.877	13.158	560	35.595
Ecológica	21	3.750	9.638	5.035	0	14.673
Colina	9	5.700	14.336	8.910	2.550	25.796
Porto	53	7.250	17.566	9.905	200	27.671
Agrícola	2	*600	**1.590	1.030	0	3.620
Total¹	116	26.400	66.007	38.038	3.310	107.355

Fonte: ECOPLAN (1995, RIMA, p. 14).

Notas:

*“Acrecer 400 vagas para o *camping*.”

** “Acrecer 1.000 do *camping*.”

1. Este total não consta na versão original da tabela. Foi uma adaptação que se realizou para potencializar a visualização dos dados.

Tendo em vista as exigências legais para a solicitação da Licença de Localização (LL), a Odebrecht contratou a consultora ECOPLAN para a realização do EIA/RIMA. O trabalho foi realizado por uma equipe multidisciplinar composta por 17 técnicos de variados campos do conhecimento – Arquitetura (1), Ciências (1), Ciências Sociais (3), Geociências (1), Geologia (3), Geomorfologia (1), estagiária de Agronomia (1), estagiária de Geografia (1) – e três

¹⁴⁴ Em 2015, a Operação Lava Jato prendeu o presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht. Este foi um dos momentos que trouxe à tona um esquema de corrupção da empresa, por favorecimento em contratos de variados grupos políticos. Em 2019, após enfrentar dificuldades financeiras advindas do escândalo, a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil, até hoje. As dívidas totais são estimadas em 98,5 bilhões de reais. O plano foi aprovado pelos credores e a empresa terá dois anos para colocá-lo em prática e até 40 anos para o pagamento completo da dívida. Os maiores credores são os bancos públicos – BNDS, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal – e detentores de bônus no exterior. A partir deste mesmo ano, visando à reestruturação da imagem da marca, a empresa mudou de nome para *Odebrecht Engenharia & Construção* (OEC).

coordenações¹⁴⁵. Dos materiais a que se teve acesso sobre o Projeto Sauípe na Biblioteca Milton Santos, apresentados no primeiro capítulo, optou-se por concentrar a análise nos volumes do EIA/RIMA, tanto por um alinhamento metodológico ao outro evento sob análise (Linha Verde) quanto atendo-se ao objetivo central desta tese (conflitos socioambientais). Deste documento, trabalhou-se com todos os volumes a que se teve acesso, que seguem descritos no quadro a seguir, exceto o volume IV, sobre mapas.

Quadro 20 – Volumes do EIA/RIMA Projeto Sauípe analisados, consultora ECOPLAN

Vol.	Tema
I	Considerações Iniciais
II	Diagnóstico do meio socioeconômico
V	Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

Fonte: Biblioteca e Memorial Prof. Milton Santos SEMA/BA.

Como reportado na primeira parte deste capítulo, a equipe da ECOPLAN demonstrou preocupação com o limite de carga da área do empreendimento frente à nova atividade turística. Vale relembrar que, mesmo a legislação pertinente não solicitando este tipo de informação, realmente, parece ser uma lacuna no processo de avaliação para o licenciamento ambiental. Neste sentido, a equipe aventou cálculos sobre o adensamento populacional da parte interna do empreendimento, cruzando as dimensões da Fazenda Sauípe, que possuía 1.754,9 ha, que equivalem a 17.549.000 m², com a projeção do número de pessoas, no que viria a ser o *resort*. Neste grupo estão inclusos os hóspedes, os trabalhadores e os visitantes, que numa ocupação máxima perfazem o total de 107.355 pessoas (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 14). Entretanto, na continuidade desta argumentação, sobretudo, buscando convencimento mais eficaz junto ao órgão licenciador, a equipe optou pela elaboração de uma tabela, que segue abaixo reproduzida. Nesta, a projeção de ocupação é especificada para cada zoneamento do plano de manejo da APA-LN, ou seja, o zoneamento ambiental da fazenda de acordo com a Resolução do CEPRAM (Nº 1.40/95). Tal fato permite ao avaliador observar que as zonas de maior projeção de

¹⁴⁵ A coordenação geral ficou com Jorge Glauco Costa Nascimento (Ms. em Geociências), a coordenação do meio físico com Washington de J. S. da F. Rocha (Ms. Geologia) e a coordenação do meio biológico foi de Ailton Jesus Ribeiro (biólogo).

concentração de pessoas são Zona de Turismo Especial (ZTE), destinada aos hóspedes, e Zona de Usos Diversificados (ZUD), destinadas aos trabalhadores, portanto, com consonância com o que é preconizado na referida resolução.

Tabela 8 - Projeção da ocupação máxima de acordo com zoneamento do Costa do Sauípe *resort*

Zonas	Hóspedes	Visitantes	Empregados	Total
ZTE	36.303	12.950	22.505	71.758
ZOR-E	29.063	6.560	17.173	52.886 ²
ZAG	20	50	244	314
ZUD	*10.400	1.020	2.510	3.530
Total¹	75.786	20.580	42.432	128.488

Fonte: RIMA (ECOPLAN, 1995, p. 37).

Notas:

* “São funcionários e administradores alojados, já computados no quadro geral dos funcionários.”

1. Este total não consta na versão original da tabela. Foi uma adaptação que se realizou para potencializar a visualização dos dados.

2. Encontrou-se um total diferente da tabela original para o somatório dos três grupos de pessoas para ZOR-E: 52.796. Este corresponde a 90 a menos do que o informado no RIMA do projeto Sauípe

De acordo com a ECOPLAN (1995, RIMA, p. 37), na hipótese mais desfavorável, lotação máxima dos três grupos supracitados na tabela acima, a “[...] densidade demográfica na área do empreendimento seria de 0,00732hab/m², igual a 136,580m²/hab”. Buscando potencializar a argumentação, a ECOPLAN segue reduzindo a ocupação para 70%, densidade demográfica passaria para 0,0048hab/m², igual a 204,6m²/hab. Chega a argumentar, ainda, que as pessoas têm o direito de ir e vir, portanto, não seria possível afirmar que elas não sairiam. Esta última parte é questionável, considerando que a locomoção dos trabalhadores é controlada no horário do expediente, que os visitantes, *a priori*, não parecem ter motivo para circularem na região e o que o empreendimento pretende é, justamente, a permanência dos hóspedes nas suas dependências, considerando o formato *all inclusive*. Vale lembrar que o Costa do Sauípe foi o primeiro *resort* a implantar este modelo comercial no Brasil.

Não foi calculado o adensamento, mas é registrada uma perspectiva de adensamento populacional desde o início da obra, na sua parte interna e nas suas adjacências, por quem fosse procurar emprego e por outras pessoas para a [...] prática de pequenos e diversificados tipos

de comércio [...]” (ECOPLAN, 1995, p. 18). Pondera, ainda, que este adensamento externo poderá perdurar na fase de operação do empreendimento e demandará providências por parte do poder público, como “[...] infraestrutura básica, educação, saúde, higiene etc.” (*idem*). Esta postura de apontar lacunas da atuação do Estado e/ou responsabilizá-lo por demandas advindas do processo de implantação e operação do empreendimento é uma tônica ao longo do documento.

A área de influência direta para o meio natural citada foi a própria fazenda destinada à implantação do projeto. Para o meio socioeconômico, foi considerada a “[...] área da Fazenda onde se situa a Vila Sauípe [...]” (ECOPLAN, 1995, p. 68) – ou seja, as terras desta comunidade estariam sob o domínio legal da Odebrecht – e as vilas de Santo Antônio, Diogo, Areal, Curralinho, Canoas, Porto de Sauípe, Imbassaí, Água Comprida, Estiva e Subaúma. Excetuando os grupos já citados, a equipe avaliou que a influência indireta do projeto incidiria no litoral dos cinco municípios que compõem a APA-LN. São destacadas, ainda, as localidades de Massarandupió e, de forma repetida, Subaúma.

Qualquer local no litoral do nordeste, desde que houvesse uma legislação clara e definida a respeito do uso e ocupação do solo; a semelhança da existente na Bahia, como a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, poderia abrigar o PROJETO SAUÍPE. Entretanto, não ocorre à equipe do EIA/RIMA, a existência no litoral do Nordeste, coberto por legislação adequada, que ao mesmo tempo possua todas as pré-condições para a implantação do projeto em estudo, como a de ser suficientemente ampla, ter mais de 1.500ha de terras contínuas; estar legalizada quanto a sua posse, apresentar diversidade de ambientes como praias, mata pouco antropizada, campo, áreas cultivadas, rio no interior da área com caudal suficiente para permitir acesso a embarcações, ser suavemente ondulada quanto a sua topografia bem compartimentada, ter acesso a energia e água suficiente para atender ao consumo da nova comunidade hoteleira e, que possa ser acessada com rapidez, conforto e segurança, partindo de um aeroporto internacional, situado no máximo a 70km de distância, e etc. [sic]. (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 49-50).

Esta citação traz variados elementos do pedido de licenciamento do projeto Sauípe. Este seria resultado das políticas públicas ambientais e para o turismo direcionadas para a região do Litoral Norte baiano. Tornar parte dela uma APA potencializou sua capacidade de atração de investidores para o tipo de atividade para o qual ela foi criada e direcionada no seu ZEE: turismo. Sua definição como UC também proporcionou ao investidor a garantia de que outras atividades depreciativas do meio ambiente, como uma fábrica, não seriam implantadas, além da APA-LN legar ao empreendimento o *slogan* ecológico. Ela comprova ainda a assertividade

do PRODETUR-BA, com a expansão da BA-099, e do PRODETUR-NE I, com reforma e internacionalização do aeroporto na capital. Ou seja, as vias de acesso à Linha Verde estavam abertas à ocupação do *trade* turístico. Apesar do eufemismo inicial, está nítido que o empreendedor na condição de proprietário, portanto, com o domínio documental da fazenda e disposto a usá-la de acordo com seus interesses, não deveria ser contrariado em função das limitações da legislação ambiental. Outro elemento que reforça esta interpretação foi apresentado no terceiro capítulo, quando se analisaram os impactos socioambientais na fazenda Sauípe e na região, relatados pela ECOPLAN, que, por sua vez, foram gerados pela obra de expansão da referida rodovia, na qual o próprio Estado era o “empreendedor”.

Neste sentido, a equipe da ECOPLAN não apresenta outra possibilidade de alocação para o projeto Sauípe. Entretanto, para contemplá-lo, ainda que formalmente, são apresentadas duas possibilidades de destinos para a Fazenda Sauípe. Todas duas estariam sob plena autoridade de decisão e autonomia do proprietário. A primeira opção seria a manutenção das atividades agrícolas, com os cultivos de coco, pupunha, frutíferas e o extrativismo de piaçava e frutas tropicais. Foi sinalizado que este segmento não geraria “[...] nenhum grande aporte de recurso para a economia local e estadual [...]” (ECOPLAN, 1995, p. 50), nem impediria o “crescimento da região” após a Linha Verde. A segunda opção reforça esta argumentação, ao aventar a possibilidade de implantação de loteamentos na fazenda por iniciativa do proprietário ou de possíveis novos donos, o que vinha acontecendo ao longo do Litoral Norte¹⁴⁶.

De forma geral, o RIMA mostrou um resumo fidedigno dos volumes do EIA. Entretanto, como informado na primeira parte deste capítulo, há limitações acerca da exposição da metodologia. Esta, por sua vez, é esmiuçada no Vol. I do EIA (ECOPLAN, 1995), informando qual foi a utilizada para os eixos investigativos das subcoordenadas (meio físico, biótico e socioeconômico). De forma geral, a equipe realizou: revisão bibliográfica, análise de mapa e de fotos aéreas, analisou documentação fotográfica, coletou material para exame em laboratório e realizou “campanhas de campo”. Sobre o “meio socioeconômico”, é informado que foram realizadas visitas em julho de 1995, objetivando reconhecimento e levantamento de dados sobre a área do projeto e, ainda, que nestes foram realizadas “entrevistas qualificadas” (questionário aberto) com “determinados agentes sociais” e “aplicação de questionário” (questões fechadas) “[...] numa amostra da população dos povoados e a participação em reuniões com moradores

¹⁴⁶ Ainda que não conste no EIA/RIMA do projeto Sauípe, posteriormente, a Odebrecht construiu casas de alto padrão na entrada do Complexo Costa do Sauípe, como se constatou em trabalho de campo pelo NUCLEAR/UFA, em setembro de 2012.

da área.” (ECOPLAN, 1995, p. 30). Não foram informados os critérios para a seleção dos entrevistados e quais as comunidades em que foram aplicados os questionários, nem onde ocorreram as reuniões e o processo para suas realizações. Professores da UFBA¹⁴⁷ realizaram um EPIA, que subsidiou os trabalhos da ECOPLAN. Esta também buscou adequar-se ao plano de manejo da APA-LN¹⁴⁸ e ao termo de referência expedido pelo CRA. Na citação abaixo, destaca-se uma advertência “metodológica” da equipe, acerca do prazo de validade técnica de 5 anos das informações do EIA/RIMA, considerando o avanço tecnológico.

A tecnologia a ser empregada só pode ser avaliada, mesmo que preliminarmente, somente em horizonte de tempo de cinco anos, visto que em horizonte de tempo mais amplo, como o previsto para a implantação total do projeto, a mesma deverá evoluir e apresentar conhecimentos mais avançados, os quais propiciarão melhores condições para diminuir os efeitos negativos das intervenções previstas para o local. (ECOPLAN, 1995, RIMA, p. 18)

No que tange às pessoas, elas figuram de forma diferente, se comparado ao EIA/RIMA da Linha Verde (HIGESA, 1992). Neste elas apareciam como povos de ecossistema. No presente, elas figuram numa relação medida pela propriedade privada, por relações de trabalho e de comércio. O olhar se centra dentro da Fazenda Sauípe, articulando com o espaço externo, na medida em que era necessário e de forma controlada. Dentro do projeto Sauípe, as pessoas são identificadas pelo tipo de vínculo que mantêm com o empreendimento: hóspede, visitante, operário, funcionário, possíveis acampados, em alusão ao Movimento dos Sem Terra (MST), etc. Como já dito antes, ao longo do texto o Estado é sempre responsabilizado por cuidar das demandas das pessoas na área externa do empreendimento, inclusive, de forma a impedir que este último grupo ocupasse as margens da rodovia e pudesse, com isto, atrapalhar a inauguração e a operação do empreendimento.

Pode-se encontrar as pessoas da região em mais dois trechos: nos impactos e na descrição de características da região. Chamada pela equipe da ECOPLAN de “aspectos marcantes” do entorno imediato à fazenda e às áreas de influência direta e indireta (ECOPLAN,

¹⁴⁷ A ata da audiência pública, de 15 de maio de 1995, registra que, sob a coordenação do Prof. Ivonar Brito Carvalhal, elaboraram o EPIA o Prof. José Maria Landin Domingues (meio físico); Prof. Dr. Carlos Caroso e Prof. Carlos Alberto Etechevarne (antrópico); Profa. Tereza Murici e Prof. Paulo Souza Rocha sem menção em qual área estes dois últimos trabalharam. (ECOPLAN, vol. I, p. 99-113).

¹⁴⁸ O plano de manejo da APA-LN estabelece 14 ZEEs. A área da Faz. Sauípe abriga 8 ZEEs. De acordo com o EIA/RIMA (ECOPLAN, 1995), 4 foram alvo de construção – ZTE, ZUD, ZAG E ZOR-E, dos quais destaca-se a Zona de Ocupação Rarefeita-Especial, que demanda cuidado rigoroso no seu manejo. As demais ZEEs seguiram sem previsão de implantação de equipamento: ZUP, ZPV, ZPR e ZOM.

1995, RIMA, p. 51), foram destacados: i) precárias condições de saneamento básico e de saúde; ii) baixa escolaridade e alto analfabetismo; iii) debilidade econômica, falta de alternativas e pobreza generalizada; iv) falta de postos de trabalho na região; v) migração para centros urbanos; vi) desqualificação profissional; vii) ausência do Estado; viii) despreparo das lideranças; ix) permanência do voto de cabresto; x) clientelismo; xi) desequilíbrio das finanças públicas. É um cenário decadente e sem perspectiva de mudança, exceto pelo potencial redentor que era o Projeto Sauípe

Foram listados 10 “impactos decorrentes do adensamento de pessoas no entorno da área do projeto” (HIGESA, 1992, RIMA, p. 94-95), dos quais se destacam 4, porque interessam à pesquisa, tendo em vista que as pessoas da região figuram neles e, sobretudo, porque alguns também podem ser classificados como conflitos socioambientais latentes: i) construção de moradias em Áreas de Proteção Rigorosa (APR); ii) conflitos entre os migrantes e os grupos da região; acelerado crescimento da criminalidade; iii) pressão sobre o meio ambiente da região, via práticas extrativistas e aumento do lixo e esgotamento a céu aberto; iv) “[...] choque cultural e alteração dos valores da população local [...]” (*idem*, p. 95).

A ata da Audiência pública, de 15 maio de 1995, disponibilizada como anexo no vol. I EIA (ECOPLAN, 1995, p. 99-113), registra conflitos socioambientais latentes. Ela ocorreu em Vila Sauípe, município de Mata de São João, e contou com a presença de representantes da Odebrecht; da ECOPLAN; do CRA; da CONDER; do CEPRAM; do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA); da prefeitura desta municipalidade; da câmara municipal de Entre Rios; da associação de moradores de Sauípe, da associação da comunidade de pescadores e homens, mulheres e adolescentes da referida vila e, também, as genericamente identificadas como Organizações Não Governamentais (ONGs). A condução coube ao CRA, que iniciou explicando em linhas gerais a dinâmica deste tipo de assembleia, seguiu apresentando o projeto e, reiterada vezes, mencionou o “desenvolvimento regional” ao longo da condução da atividade.

Dentre os assuntos abordados, identificaram-se 4 conflitos socioambientais latentes, que só vieram à tona quando a palavra foi franqueada às pessoas da região. O primeiro foi em torno da lavra, do cultivo e do acesso à piaçava, matéria-prima fundamental para a produção de artesanato, que este grupo temia perder. O segundo foi o acesso à praia nas imediações dos empreendimentos. Em ambas as interlocuções, as respostas indicavam continuidade das práticas já existentes, mas sabe-se que o acesso à piaçava e à praia passariam a ser controlados. O terceiro partiu de uma pergunta feita ao CRA pelo pescador Adalberto Silva Nascimento, que questionava o impacto ao meio ambiente com a “abertura da barra” e a garantia de acesso das

embarcações pela margem do rio Sauípe, o que foi registrado em ata, mas não teve resposta. O último, também registrado por Stifelman (1997), foi a remoção do cemitério da Vila Sauípe. A proposta da Odebrecht era a realocação para uma parte extrema da Fazenda. O presidente da associação, por sua vez, manifestou desacordo e solicitou a permanência no local original.

Segundo a ECOPLAN (1995, p. 24), havia uma receptividade ao projeto, como pode ser observado na citação que segue: “[...] Vale ressaltar a expectativa favorável da comunidade com relação a localização e a implantação do projeto na área. [...]”. Esta perspectiva difere da mobilização contrária e dos questionamentos ao projeto, registrados na etnografia de Stifelman (1997). As pessoas não temiam só mais a perda do “sossego”, algumas delas – residentes no domínio da fazenda Sauípe – temiam a expulsão, inclusive dos seus mortos, com o deslocamento do cemitério da sua área original.

No tópico “Programa de acompanhamento e monitoramento”, são destacadas partes das medidas mitigadoras, correlacionando-as com os responsáveis por acompanhá-las frente às instâncias competentes. É informado o plano de criação do Instituto Odebrecht, para a promoção de formação e educação ambiental da população da região, mas, como será abordado no próximo capítulo, a Odebrecht saiu da sociedade com a PREVI em menos de 3 anos de operação do Costa do Sauípe *Resort*.

Foram listadas 45 medidas mitigadoras ao total, divididas quase que igualmente entre o empreendedor e o Estado. Competiam, ao primeiro, aspectos técnicos e medidas práticas, a serem realizados ainda durante a obra; outras foram direcionadas à recuperação e à preservação ambiental da fazenda, sendo duas relacionadas aos futuros trabalhadores da obra. Foi recomendado que a seleção fosse realizada em local distante do canteiro da obra, para não potencializar o adensamento, bem como a manutenção do planejamento da implementação das demais etapas, de forma a manter os postos de trabalho contínuos pelos 20 anos previstos. Sobre o meio socioeconômico, as mitigações apontam para a necessidade de políticas públicas para a saúde, a educação, o saneamento básico, a coleta de lixo, a segurança pública, devido a uma “onda de assaltos”, e a construção de conjuntos habitacionais populares para fazer frente ao adensamento populacional.

A equipe da ECOPLAN recomendou ao empreendedor, ainda, a manutenção da localização do cemitério, conforme solicitação da comunidade na audiência pública, e a instalação de uma faixa de pedestre para reduzir os atropelamentos. Recomendou, sobre este assunto, também, a criação de outro cemitério para as demais comunidades, assim evitaria os

riscos do deslocamento na rodovia para o localizado na Vila Sauípe. Desconsiderando a isenção por 10 anos dos impostos municipais concedido ao *resort*, a equipe recomendou às prefeituras que 50% da receita tributária gerada na área de influência direta do projeto fosse revertida em investimento nesta mesma área. Sem dúvida que havia uma carência de infraestrutura e serviço público, que é algo peculiar ao interior dos estados brasileiros, porém é igualmente inquestionável que o Projeto Sauípe elevou esta demanda pelo já reportado adensamento populacional e o aumento do fluxo de turistas na região.

Apesar de irreversivelmente impactadas, essas comunidades são alijadas do processo de decisão e transformadas em meras expectadoras do processo, como pode ser verificado na fala do consultor jurídico da FEAM, “(...) a **platéia** não pode se manifestar quando o conselheiro tá falando” (reunião da CIF/COPAM, em 26-10-01). Na condição passiva de expectadores da cena pública, os cidadãos, atingidos pelos empreendimentos, sentem-se impotentes. É o que se depreende deste depoimento: [...] eu me sinto até *menosprezado* assim mesmo [...] desprezado assim mesmo de depender [...] o meu sonho, a minha infância, tudo. Ficar na mão de quatro cara [conselheiros] que eu nunca vi! Não sei quem é! Nunca vieram aqui! Imagina eu ficar lá [...] perder a cachoeira que eu nadei. A corredeira que eu sempre nado. Que eu queria ali pro resto da vida, na mão de quatro pessoas que nunca veio aqui. Não sabe o que eu sinto. O que o outro sente. Nada. É *palhaçada*. (entrevista com morador atingido pela [Pequena Central Hidrelétrica] PCH-Aiuruoca, em abril de 2004). (Zhouri; Laschefski, 2010, p. 110).

Depois da análise deste capítulo e percorrida a trajetória analítica, em certa medida iniciada no segundo, as sensações sobre o assunto são dúbias e situadas em temporalidades variáveis (passado, presente e futuro). O lugar aqui ocupado como pesquisadora é compartilhado com a identificação de cidadã brasileira, comprometida em seus ofícios, de investigadora e de professora, com um país que busque se constituir na melhor versão de si mesmo. Deste lugar, partilha-se da ilação do morador atingido pela PCH-Aiuruoca supracitado, constata-se que se está diante de situações burlescas do que é, ou do que deveria ser, o direito ambiental brasileiro.

Ao mirar o passado mais distante, constata-se que o nosso país apresenta um percurso acerca da legislação ambiental consolidada e com potencial, na forma da lei, de garantir proteção e preservação ambiental. Entretanto, se se toma como referência um passado que se estende ao presente, valendo-se dos inúmeros casos concretos de conflitos socioambientais comumente associados às ações públicas e/ou privadas, sob a manta do desenvolvimentismo, se é tomada pela percepção de perdas e pela indignação, tal qual o entrevistado na citação acima.

Diante da CF/88, é possível ver que são assegurados os direitos às diversidades étnicas e propriedades comunais, tais quais os territórios quilombolas, mas que na prática eles são manejados ao modo do paradigma da adequação ambiental, que quando se refere à diversidade de grupos socioculturais, comumente minimiza – em termos científicos, a densidade populacional – os povos do ecossistema e suas práticas territoriais. Quando os reconhece, é lhes imputando o lugar do outro, a quem, na área política, cabe a posição de plateia, tal qual no início da citação acima.

Como pesquisadora se tem a intenção de contribuir para que a sociedade enxergue as limitações das formas de condução da política ambiental no Brasil e, também, fazer um convite para mirarmos e trabalharmos para que a legislação ambiental no nosso país – que é vista como um impedimento ao desenvolvimento – assuma sua plena eficácia na garantia da proteção e da preservação do meio ambiente, dos bens comuns, e que possamos legá-lo às futuras gerações.

CAPÍTULO V “A FRONTEIRA”

A quarta fonte – jornais Folha de São Paulo e A Tarde

“[...] Nos últimos trinta anos, houve mudanças significativas no funcionamento do Estado, no papel do setor privado, na ação política da sociedade civil organizada e na importância da mídia. Uma das novidades das últimas décadas é a força com que a ideologia neoliberal entrou na economia mundial e o poder que o capital financeiro e especulativo ganhou, principalmente com a onda mundial de privatizações de grandes empresas estatais. [...]. Paul Little (2001, p. 96).

Para nomear este capítulo, toma-se de empréstimo, mais uma vez, o título de um livro de José de Souza Martins (2009) “Fronteira”, exatamente: “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, publicado pela primeira vez em 1997. A fronteira enquanto signo nos remete à dimensão geográfica de limite entre dois espaços, porém não é esta a única perspectiva adotada por Martins nem a aqui intencionada. Sociologicamente, a fronteira, em ambos os trabalhos, busca retratar a expansão do capital numa região e como isto se desdobra sobre os povos que a habitam e a elaboram como lugar dos seus territórios e de suas cosmologias. Logo, ao se falar de fronteira, fala-se de “[...] muitas e diferentes coisas: fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. [...]” (Martins, 2009, p. 11). Um lugar pode se transformar numa fronteira com “a chegada do estranho”, um tipo que chega e fica com seus empreendimentos. As fronteiras, físicas e simbólicas, são locais potenciais de conflitos, tal qual abordado por Simmel (1983, 2006, 2013), e, igualmente, o que é foco de análise desta tese: os conflitos socioambientais.

Fechando a parte analítica do trabalho com as fontes desta tese, se toma para análise os jornais. Busca-se, com eles, fazer frente a dois objetivos específicos: mapear o registro realizado pela imprensa acerca dos conflitos socioambientais na APA-LN; descrever analiticamente os conflitos socioambientais identificados. Atenta-se, ainda, para – Quem são os atores sociais envolvidos? Quais são os objetos de disputas? Há registro de aliança entre os atores sociais? Como o Estado figura?

Compreende-se que os eventos materializados na APA-LN da Bahia, na Linha Verde e no Costa do Sauípe *Resort* são movimentos de expansão do capital e se constituíram, desde os seus processos de concepções e início das suas materializações, em obras na região, em potenciais geradores de novos conflitos socioambientais entre os empreendedores – o Estado,

a Odebrecht e a PREVI – e os povos de ecossistema que historicamente habitam o Litoral Norte baiano.

Neste sentido, com intenção de buscar os processos sócio-históricos desses eventos, utilizou-se como estratégia metodológica o levantamento em jornais de ampla circulação nacional e estadual. No primeiro âmbito, como já informado, foi realizada uma coleta ampliada, entre 1990 e 2020, na Folha de São Paulo. Identificou-se, nesse jornal, 1.373 registros entre textos, notas e anúncios. Optou-se por trabalhar, qualitativamente, as notas e os textos, pelo potencial mais substancial de abordagem de conflitos socioambientais, e entre 1990 e 2017. Como já explicado no primeiro capítulo, este último é o ano em que o *resort* é vendido pela PREVI ao grupo Rio Quente. No segundo, elegeu-se o A Tarde, que demonstrou registros mais frequentes e detalhados sobre os referidos eventos, o que levou à ampliação da coleta até 1988, exatamente 5 anos antes da inauguração da Linha Verde, objetivando apreender o processo desta obra, ainda enquanto um projeto, bem como no momento de sua execução. Dentre estes atributos, foram selecionadas 68 matérias para análise.

Compreende-se que os “[...] enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos [...]” (Porto, 2002, p. 15). Entretanto, não é sob esta perspectiva analítica que se elegeram os jornais na presente investigação. Os acervos dos jornais Folha de SP e A Tarde são tomados aqui como fontes de dados, que permitem a apreensão, em algum nível, de conflitos socioambientais. Estes são concebidos como um tipo de desdobramento dos dois eventos em apreço.

Trata-se de eventos que ocorreram de forma intencional e planejada, enquanto política pública voltada para o turismo, num contínuo espacial da região, a APA-LN, e temporal, da década de 1990 até o ano de 2000, sem deixarem de seguir se desdobrando, pois o recorte temporal desta investigação não é equivalente ao fim de seus movimentos. Cabe destacar que a Linha Verde foi concebida como parte do PRODETUR-BA e o Costa do Sauípe *Resort* ocorre após a infraestrutura proporcionada por esta rodovia e na esteira de outros investimentos deste programa e das ações do PRODETUR-NE I na APA-LN. Isto confere aos jornais uma condição singular de registros desses processos, ou seja, desse alongado processo de mudanças engendradas por empreendimentos ligados ao turismo nessa região da Bahia. Ainda que se reconheça a importância que a mídia conquistou nas últimas décadas, mediante o contexto que consta na epígrafe deste capítulo, e o fato de se trabalhar com jornais, reconhece-se que não se trata de uma investigação no âmbito da sociologia da imprensa.

Por conta da utilização de um jornal de circulação nacional e de outro de âmbito estadual, guardava-se a intenção de se poder articular estes dois níveis de registro sobre a APA-LN para o período em apreço. Todavia, o conjunto de cada um deles mostrou-se mais sólido em um dos dois eventos balizares da presente pesquisa. Na Folha de São Paulo não há dados efetivos sobre conflitos socioambientais na região, mas há informações relevantes acerca da atuação do Estado como investidor no Costa do Sauípe *Resort*, via o fundo de investimentos dos funcionários do Banco do Brasil: PREVI. No que tange aos conflitos relacionados a este evento, se fez necessário o diálogo com a produção bibliográfica de José Célio de Souza Andrade (2008) e ele *et al* (2003a, 2003b, 2003c, 2003d, 2004), que realizaram diversas publicações sobre os conflitos engendrados pelo Costa do Sauípe *Resort*. Por sua vez, o A Tarde registrou a ampliação da BA-099, primeiro evento em termos cronológicos, de forma preponderante se comparado ao segundo, bem como legou registros de conflitos socioambientais relativos à expansão do turismo massificado na APA-LN.

Decerto, pode-se argumentar que os anos finais de cada levantamento – 2000 no A Tarde, quando se inaugurou o Costa do Sauípe *Resort*, e 2017, na Folha de São Paulo, 17 anos após a inauguração deste empreendimento – podem ter proporcionado essas características específicas ao material de cada um dos jornais. Todavia, ainda que isto possa ter alguma relevância, também poderá ser observado que a produção da Folha de São Paulo se concentrou na venda da região via o seu, à época, mais novo produto, o supracitado *resort*, ao passo que o material do A Tarde registrou o “cotidiano” e fez propaganda da região como um todo, não se concentrando em um lugar ou empreendimento, proporcionando ainda discursos variados sobre o Litoral Norte.

5.1 Folha de São Paulo: análise dos conflitos socioambientais entre 1990 e 2017

O reordenamento do banco de matérias da Folha de São Paulo para o período de 1990 a 2017, resultou em 1.373, que equivalem a uma redução de, apenas, 6,2% do banco original, com 1.463 entradas. Como pode ser observado na tabela que segue, nas três décadas e, portanto, no montante global, os anúncios são preponderantes frente às 90 notas (6,6%) e os 383 textos (27,9%). Ao longo do período levantado por esta pesquisa, ocorreram 900

Tabela 9 - Métrica do tipo de material coletado na Folha de SP, de 1990 a 2020

DÉCADAS/ANOS	TIPOS DE PUBLICAÇÕES					
	ANÚNCIOS		NOTAS		TEXTOS	
	N	%	N	%	N	%
Déc. 1990 (19=1,4%)						
1990	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1991	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1992	0	0,0	0	0,0	1	0,3
1993	1	0,1	0	0,0	1	0,3
1994	0	0,0	0	0,0	1	0,3
1995	1	0,1	0	0,0	1	0,3
1996	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1997	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1998	3	0,3	0	0,0	2	0,5
1999	0	0,0	0	0,0	8	2,0
Total	5	0,5	0	0,0	14	3,7
Déc. 2000 (408= 29,7%)						
2000	13	1,4	1	1,1	7	1,8
2001	72	8,0	10	11,1	22	5,7
2002	29	3,2	15	16,7	23	6,0
2003	37	4,1	0	0,0	39	10,2
2004	11	1,2	3	3,3	3	0,9
2005	11	1,2	0	0,0	2	0,5
2006	2	0,2	0	0,0	2	0,5
2007	5	0,6	0	0,0	0	0,0
2008	8	0,9	0	0,0	1	0,3
2009	35	4,0	7	7,8	50	13,0
Total	223	24,8	36	40,0	149	38,90
Déc. 2010 (946=68,9%)						
2010	65	7,2	10	11,1	39	10,2
2011	120	13,3	35	39,0	38	9,9
2012	112	12,4	4	4,4	62	16,2
2013	112	12,4	4	4,4	62	16,2
2014	82	9,1	1	1,1	7	1,8
2015	57	6,3	0	0,0	6	1,6
2016	53	6,0	0	0,0	4	1,0
2017	71	8,0	0	0,0	2	0,5
Total	672	74,7	54	60,0	220	57,44
TOTAL GERAL (1.373)	900	100	90	100	383	100

Fonte: Acervo da pesquisa do NUCLEAR, levantamento no acervo *online* da Folha de SP.

Elaboração: Ubiraneila Capinan e Karine Damasceno Eloy, 2022.

anúncios¹⁴⁹, que correspondem a quase dois terços das matérias registradas (65,5%). Eles tiveram um aumento em mais de 55%, passando de 5 na década de 1990 para 223 na década seguinte e mais que triplicaram entre 2010 e 2017, quando alcançaram 672 registros. Tal destaque revela um esforço do empreendimento de ganhar corpo no mercado do turismo nacional, quiçá estrangeiro, considerando, também, problemas enfrentados por ele para se fincar como um destino turístico, gerando retornos incompatíveis com os investimentos, sobretudo os realizados pela PREVI, como veremos mais a frente com Patrícia Lima (2006). Neste sentido, os textos, as notas e até os anúncios registram um crescimento após a inauguração do Costa Sauípe *Resort*, em 2000.

Ilustração 16 – Possível matéria paga na Folha de São Paulo.

FOLHA DE S.PAULO

TURISMO

segunda-feira, 9 de outubro de 2000 13

LITORAL BAIANO Pessoas sempre se cumprimentam na Costa do Sauípe, que acaba de inaugurar o megaresort SuperClubs

Complexo incita integração dos hóspedes

A Vila Nova da Praia, local de comércio próximo à zona hoteleira da Costa do Sauípe, que dista 76 quilômetros ao norte de Salvador

PAULA LAGO
DA ENVIADA ESPECIAL COSTA DO SAUÍPE

Andar pelas ruas e ser cumprimentado por todas as pessoas com quem cruzar pelo caminho. Essa parece ser a regra não declarada entre os que se hospedam ou trabalham no megaresort Costa do Sauípe, em Mata de São João, 76 km ao norte de Salvador.

Na área de 1.750 hectares — um hectare equivale a 10 mil m² — vão funcionar cinco hotéis (Marriott Resort & Spa, Renaissance, SuperClube Buarque, Sofitel Convention & Beach e Sofitel Suites & Resort) e seis paisagistas temáticas (Aldeia, Carnaval, Gabirola, Maria Bonita, Pedra Branca e Torre), totalizando 1.596 apartamentos para hóspedes.

O empreendimento, que consumiu R\$ 340 milhões, além de R\$ 32 milhões investidos pelo governo baiano, começou a ser construído em 98 e só estará finalizado completamente a partir de 10 de dezembro. Mas já há como reverenciar Sauípe: foram inauguradas a Vila Nova da Praia, local destinado ao comércio e onde se encontram as pousadas, e o hotel SuperClube Breeze.

Foto: Projeto Folha Imagem

Paula Lago viajou à Costa do Sauípe e conviveu com hóspedes.

Obras removem 32 mil plantas e 1.380 bichos

DA ENVIADA ESPECIAL

A preocupação com o ambiente e a cultura local foram alguns dos cuidados tomados na construção da Costa do Sauípe. E não é difícil entender os motivos: a região, atingida há apenas pela população simples, sofreu com o crescimento repentino provocado pela chegada do complexo.

Como tentativa de diminuir o impacto, foram organizados 50 reuniões de discussão com os moradores e uma cooperativa, hoje responsável pelo fornecimento de produtos agrícolas e artesanais a

população do entorno, procurou-se aprimorar os moradores sem fazê-los tocar de profissão, qualificando a mão-de-obra com a indicação de cursos diversos.

É no que se refere à natureza, naquem menos que 32 mil plantas foram retiradas e 1.380 animais, capturados na construção do complexo, segundo a Sauípe Hotel & Resorts, empresa que administra o empreendimento. Com a assessoria de entidades ambientalistas, os aves estão sendo repletadas e os animais foram liberados.

Uma outra questão delicada envolveu a exploração, por meio de

a Costa do Sauípe está dentro de uma grande zona de proliferação de tartarugas marinhais. Do total de oveiros postos no Brasil, 10% são encontrados em Sauípe. Junto com o Projeto Tamar, que protege a espécie, foi feito um trabalho de conscientização com funcionários e parceiros. Também foi criado um espaço, na Vila Nova da Praia, cuja intenção futura é oferecer palestras aos visitantes.

Para o turista interessado em natureza, a Bobia Adventure (tel. 0xx71/464-1232), especializada em ecoturismo, oferece várias opções, desde passeios de canoa rio abaixo até simples caminhadas

nas encostinhas da serra de Santo Antônio, na região da Costa do Sauípe.

Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo online da Folha de São Paulo.

¹⁴⁹ Os anúncios catalogados no levantamento no jornal a Folha de São Paulo se constituiriam em objeto de investigação de mestrado de Fabrício Cesar Couto da Silva, igualmente membro do NUCLEAR, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Lídia Cardel no PPGCS-UFBA.

Logo, ao longo das quase três décadas, as notas e os textos sobre o Litoral Norte também ganham projeção na Folha de São Paulo. Na década de 1990, o primeiro tipo de material não figurou. Entre 2000 e 2009, ocorreram 36 notas, que passaram para 54, entre 2010 e 2017. Os textos apresentam um crescimento mais expressivo, se comparados a elas, presentes na década de 1990 com 14 registros, passando para 149 na década de 2000. Entre 2001 e 2017, 220 textos figuram, alguns dos quais guardam paralelo com os anúncios, na medida em que são matérias aparentemente pagas, que indicam pretensão de alavancar comercialmente a região e o Costa do Sauípe *Resort*, como pode ser observado na ilustração acima.

O somatório dos quase 30 anos do levantamento de notas (90) e de textos (383) resultou em 473 arquivos que passaram por análises no NVivo. Ponderando o caráter qualitativo preponderante nas referências das categorias da pesquisa, optou-se por realizar a análise organizando os arquivos de acordo com dois períodos: I) anterior à inauguração do Costa do Sauípe *Resort*, que equivale a toda a década de 1990; II) posterior a ela, entre 2000 e 2017. Na linha do tempo abaixo, é possível observar o andamento desse *resort*, de quando era um projeto (1990-1998), e posteriormente o processo de implantação, com as obras de construção civil na Fazenda Sauípe (1998-2000), até a sua inauguração, em 2000.

Ilustração 17 - Linha do tempo do projeto Costa do Sauípe *Resort*.



Fonte: Lima (2006).

Entretanto, considerando que a década de 1990 corresponde a menos de 5% dos arquivos, realizou-se a nuvem de palavras com a quantificação das 30 palavras mais frequentes, segundo critérios expostos na metodologia, de todo o período do levantamento, ou seja, de 1990 a 2017. Tendo em vista que, na feitura de nuvens por subperíodos, foi possível constatar evidente semelhança entre a correspondente a 2000-2017 e a que contemplava todo o período do levantamento na Folha de São Paulo.

Avalia-se que esta ferramenta de ilustração da quantificação das palavras mais frequentes é relevante, sobretudo, em análises com material de jornal, por mostrar como este tipo de fonte é *in natura*, com seus mil e um outros assuntos, interesses e composição de uma

página. Ainda assim, ou apesar disto, é possível, igualmente, revelar como as categorias analíticas se apresentam ou se ausentam deste meio de comunicação, quando tomadas como fonte de dados para um trabalho científico.

A categoria central da presente pesquisa – conflito socioambiental ou apenas conflito – não figura, como também estão ausentes, de forma direta, toda as demais – APA, BA-099, Governo, PRODETUR, *Resort* e Turismo –, como pode ser observado na ilustração seguinte. Entretanto, indiretamente, a penúltima figura com a palavra “Costa”, e se refere, integralmente, ao segundo evento balizar desta investigação: o Costa do Sauípe *Resort*. Este reaparece com a palavra “fundos” colada a brasileiro, portanto, bastante próxima ao centro. “Fundos” não se refere, estritamente, à atuação da PREVI no referido *resort*, contempla seus sinônimos relativos ao mercado financeiros (financia, financiadora etc.), mas também é elencado como aglutinador do fundo de pensão PREVI, que, por sua vez, no contexto, se relacionava ao referido evento. Neste sentido, “costa” e “fundo” estabelecem relação subliminar com outra categoria da pesquisa que é Turismo. Como veremos a seguir, ainda nesta seção, a assunção destas categorias – tanto as de forma direta quanto a indiretamente representada – denota um “regime de verdade” (Foucault, 2011) constituído pela Folha de São Paulo acerca do Litoral Norte da Bahia.

Ilustração 18 - Nuvem de palavras da Folha de SP, entre 1990 e 2017.



Fonte: Acervo da pesquisa do NUCLEAR, levantamento no acervo *online* da Folha de São Paulo.

Na esteira da análise com o suporte do NVivo, cabe mencionar que ele é uma ferramenta que permite olhar para os dados de variados ângulos e conexões. Permite, por exemplo, explorar elementos quanti e quali do *corpus*, estando a quantificação, nesta pesquisa, a serviço da compreensão qualitativa dos dados, na busca por responder à questão de investigação sobre os conflitos socioambientais na APA-LN. Portanto, quando se opta pela quantificação das referências – quantificá-las antes de apropriação qualitativa de sua composição – pretende-se compartilhar o bastidor de feitura da pesquisa e explorar ao máximo possível, nos limites atuais, o que o banco pode revelar sobre o propósito investigativo.

Tendo em vista este intento, utilizou-se de processos de codificação diferentes no A Tarde e na Folha de São Paulo. Por um lado, no primeiro jornal realizou-se uma codificação manual dos 68 arquivos do banco, que foram selecionados em duas rodadas de triagem das matérias. Lembre-se que, para esta fonte, foi possível selecionar as publicações, exclusivamente, sobre a APA-LN, ao menos a tendo como ponto disparador da ação social que se propagou para o Litoral Norte, como no caso do conflito sobre a “privatização”¹⁵⁰ da BA-099. Na Folha de São Paulo, na rodada de leitura prévia de todas as matérias, observou-se que tal clivagem geográfica era impossível, como mencionado na metodologia, pois o jornal não fazia distinção entre os lugares e as praias da Estrada do Coco e da Linha Verde (a extensão desta última corresponde aos mesmos lugares, praias e municípios da APA-LN). Por outro, nos 473 arquivos da Folha de São Paulo, correspondentes às notas e aos textos do levantamento deste jornal, utilizou-se o NVivo para buscar referências correspondentes às categorias estabelecidas no manual de código. Este tipo de estratégia apresenta, como potencialidade, o tratamento sistemático de um volume grande de informação, embora apresente a limitação da busca das categorias ocorrer em todo o arquivo, portanto, demandando uma apropriação das referências correlacionadas à pesquisa por meio de uma triagem manual, a partir da leitura de todas as referências identificadas, inicialmente, pelo programa.

Sauípe nasceu em outubro do ano 2000 com 1580 quartos, sendo 89% deles implementados em 5 hotéis 5 estrelas operados por 3 cadeias internacionais de renome (*Accor, Marriott e SuperClubs*) e 11% em 6 pousadas (operadas pela própria Sauípe S.A.). Além dos hotéis o empreendimento agregava uma série de equipamentos de lazer e entretenimento e de suporte a eventos: instalações modulares para realização de eventos e convenções com capacidade para até 3500 pessoas; 1 *spa* de relaxamento (aberto em maio de 2002); 1 campo de golfe com 18 buracos; 15 quadras de tênis, sendo

¹⁵⁰ Este conflito figura de forma recorrente no jornal A Tarde como a “privatização” da BA-099, mas, como veremos na seção 5.2, que analisará o material deste jornal, o que houve foi um contrato de concessão para exploração comercial dessa rodovia. Assim, a propriedade sob ela continua sendo do Estado.

uma delas equipada para torneios oficiais; centro de esportes com 4 quadras poliesportivas, 4 de *paddle*, 2 de *squash*, 1 campo de futebol *society* e arquibancadas para até 4000 pessoas; centro equestre, com cavalos, pôneis, bois e vacas; centro náutico; piscinas sinuosas; trilhas ecológicas; 10 bares, 8 restaurantes, 14 lojas e palco para realização de *shows*. Todos os equipamentos acima descritos são compartilhados pelos hotéis e pousadas integrantes do Complexo. (Lima, 2006, p. 73).

Um olhar quantitativo para referências das categorias da pesquisa, na tabela que segue, permite constatar que o Litoral Norte baiano ganha projeção na impressa nacional a partir de 2000, que, como já foi mencionado, é o ano de inauguração do Costa do Sauípe *Resort*. Ainda que o primeiro período contemple um intervalo menor de anos (1990 a 1999) o aumento das referências para o período seguinte, de pouco menos de 20 anos (2000 a 2017), é quase 10 vezes maior, tanto para as gerais (de 53 para 528) quanto para as triadas (de 11 para 100). Enquanto o primeiro *resort all inclusive* no Brasil, este empreendimento despontou no cenário nacional, como forma de fazer turismo para os empresários e de consumir para os turistas, projetando aquela região.

Tabela 10 – Categorias da pesquisa na Folha de São Paulo, segundo o NVivo, 1990-2017

CATEGORIAS	REFERÊNCIAS			
	1990 a 1999		2000 a 2017	
	Geral	Triado	Geral	Triado
APA	0	0	2	0
BA-099	0	0	0	0
Conflito	1	0	8	1
Estado/Governo	6	2	250	14
PREVI	5	5	45	36
PRODETUR	0	0	0	0
<i>Resort</i>	7	1	137	42
Turismo	34	3	86	7
Total	53	11	528	100

Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo *online* da Folha de São Paulo.

Ainda sobre a Tabela 10, é notório um maior destaque expresso pela categoria *resort* na passagem, na década 1990, de 1 para 42 referências a partir de 2000. A segunda categoria quantitativamente mais expressiva, com 36 referências, é a PREVI¹⁵¹ que está diretamente

¹⁵¹ “Em 1997, a Odebrecht realizou um *road show* para buscar investidores para o projeto, oferecendo cotas do investimento, avaliado em R\$ 250 milhões. A busca por investidores culminou em novembro deste mesmo ano, com uma oferta do Fundo de Pensão do Banco do Brasil (PREVI) para aquisição de 96,3% do empreendimento como um todo, restando à Odebrecht, proprietária do terreno, uma participação de 3,7% no mesmo (ODEBRECHT, 2006). Diante da oferta, a Odebrecht, que até então exercera os papéis de proprietária das terras

atrelada ao empreendimento, sendo a maior parte do tempo, até 2017, sua única proprietária. Chama atenção, igualmente, a ausência de referências para as categorias que expressam a atuação do Estado, via políticas públicas ambientais, e para o turismo, que incidiram na região, ao longo da década de 1990 (PRODETUR-BA, UC da APA-LN, Plano de Manejo desta APA e PRODETUR-NE I), e nos anos seguintes (PRODETUR-NE II). Logo, nada foi rastreado sobre APA¹⁵², BA-099 e PRODETUR, tendo sido buscado assim mesmo, sem indicação do Nordeste (NE) nem da etapa (I ou II).

Tratando-se de um jornal de circulação nacional, a não alusão ao programa federal voltado para a implementação do turismo massificado em todo o litoral de uma região brasileira é algo, no mínimo, curioso. Neste mesmo sentido, a omissão de que parte do Litoral Norte baiano é uma APA-LN é intrigante, na medida em que poderia ser algo, inclusive, agregado como um valor turístico potencial. Mas, nos 473 arquivos do jornal em análise, não há menção a esta UC. Tais ausências associadas à inexpressividade de conflito e completo vazio acerca de conflito socioambiental no levantamento da Folha de São Paulo, içou questões que dialogam com o conceito de “regime de verdade” de Michel Foucault (2011) acima aludido.

[...] Regime de verdade é, portanto, aquilo que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define, que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos. *Grosso modo*, um regime de verdade é aquilo que determina as obrigações dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro. Obrigação dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro, quer dizer a junção dessa noção de obrigação com relação à noção de manifestação da verdade em que a verdade obriga pelo fato dela ser manifestada. (Foucault, 2011, p. 77).

Entende-se que o regime de verdade se constitui em um “[...] conjunto de procedimentos e instituições pelas quais os indivíduos são engajados e constrangidos a colocar, sob certas condições e para certos efeitos, atos bem definidos de verdade?” (*idem*, p. 78). Embora apresentada como uma pergunta, ela tem um caráter retórico, na medida em que pode ser compreendida como uma afirmação do autor. De acordo com ele, os regimes de verdade admitem modos específicos de gerar engajamento, vínculo e de constranger a manifestação da verdade e os sujeitos que a operam. No caso aqui em apreço, um jornal de alcance nacional é o

e de desenvolvedora da idéia, restringiria seu papel no projeto, conforme seus planos iniciais de ser a gestora principal do projeto em todas as suas fases, para o papel de construtora do empreendimento e sócia minoritária (PHILLIPS, informação verbal).” (Lima, 2006, p. 37).

¹⁵² As duas referências identificadas para a APA, entre 2000 e 2017, são em verdade fruto de separação silábica nas matérias do jornal, a exemplo da palavra aparelho figurando em linhas diferentes: “apa-” e “relho”.

sujeito que opera o regime de verdade acerca do Litoral Norte da Bahia como um lugar para o turismo em *resort*, na modalidade *all inclusive*, em detrimento de outros acontecimentos, relacionados ao turismo ou não na região, e as relações desta com o Estado nos seus diferentes níveis.

Segundo Gordilho, o negócio [Projeto Sauípe] só passou a ser viável depois de 1994, com a conclusão da Linha Verde, estrada que liga Salvador a Sergipe, passando por Sauípe, Praia do Forte, entre outras praias.

Além da estrada, que custou US\$ 45 milhões, o governo se comprometeu a fornecer toda a infra-estrutura básica de Sauípe.

No total foram gastos cerca de US\$ 40 milhões para levar água, energia, esgoto e telefone para a região, calcula Ferreira.

O complexo turístico deverá gerar cerca de 2.500 empregos diretos e 10.000 indiretos para Bahia. “Odebrecht e PREVI constroem a Cancun brasileira” (Folha de São Paulo, 02/08/1998).

A categoria Estado/Governo figura como o provedor de infraestrutura para que a iniciativa privada realize os seus negócios. Esta citação da década de 1990 ilustra a tônica deste discurso, que também se associa à *doxa* desenvolvimentista. Este papel de apoio à iniciativa privada, em destaque ao Costa do Sauípe *Resort*, não se encerrou na ocasião da implantação do empreendimento, via a promoção de infraestrutura e saneamento básico à região. Isto reaparece nas matérias do levantamento na Folha de São Paulo, pelo menos mais uma vez de forma explícita, quando da ocasião da realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

Em 03 de dezembro de 2013, a matéria “Curitiba e Cuiabá preocupam a chefia da FIFA” informa que o Governo Baiano – Jaques Wagner (2007-2014) – “[...] investiu R\$ 6,4 milhões para construir tendas como estrutura provisória para a imprensa e para o sorteio dos grupos da Copa na Costa do Sauípe. O secretário da Copa, [...], espera o retorno financeiro para comerciantes [...]”, com a presença das pessoas envolvidas com o evento (jornalistas e delegações). Nesta ocasião, é reiterado o discurso de investimento público no desenvolvimento econômico visando ao crescimento social... Todavia, há de se lembrar, ainda, a constante presença do Estado, através das variadas faces que os governos federal e estadual assumiram, entre 1990 e 2017, no Costa do Sauípe *Resort*, tendo em vista que a PREVI é, repete-se, um Fundo de Pensão Complementar (FPC) dos funcionários públicos do Banco do Brasil.

Em 17 de outubro de 1993, foi a primeira vez que se identificou a categoria *resort* figurando no levantamento da Folha de São Paulo relacionado ao Litoral Norte da Bahia. A matéria abordava a dança daquele verão, tomando como cenário de sua realização o Praia do

Forte *Resort Hotel*, que já era um destino consolidado e contava com a estrutura viária da Estrada do Coco. No mesmo ano, em 11 de novembro, há a primeira referência ao projeto Sauípe, que, como pode ser observado na ilustração abaixo, aparece com um dos seus inúmeros nomes adotados ao longo do processo anterior ao início de sua operação. Numa pequena nota não listados os projetos hoteleiros baianos, entre os quais estava o Parque Ecológico Sauípe. Este qualificador de ecológico foi acionado no início do projeto, mas, pouco a pouco, foram se somando a este outras qualificações, que, por sua vez, ampliam o campo de produtos turísticos vendidos pelo empreendimento, a exemplo de um destino para turismo de negócios e de eventos.

Nesta mesma década, em 2 de agosto de 1998, o Projeto Sauípe ganha uma projeção maior no jornal, ao ser qualificado, em matéria de meia página, como a Cancún brasileira construída pela Odebrecht e a PREVI (Folha de São Paulo, 02/08/98). As categorias turismo e *resort* seguem de forma recorrente vinculadas. Acerca da primeira categoria, o Costa do Sauípe *Resort* aparece – em 27 de maio de 2000 – como o símbolo da “[...] entrada do Brasil na era do turismo mundial [...]” (Folha de São Paulo, *idem*).

Ainda em 2000,¹⁵³ o Litoral Norte baiano despontou como um destino turístico com a eminência da inauguração de sua nova atração “[...] a inauguração da Costa do Sauípe (BA), o primeiro exemplar nacional dos complexos turísticos recheados por *resorts* que fizeram a fama das ilhas do Caribe.” (Folha de São Paulo, 03/07/2000). A propaganda dos serviços oferecidos pelo empreendimento é uma tônica presente a partir dessa data do levantamento, que é mais marcante nos sete primeiros anos.

¹⁵³ Neste mesmo ano, tanto a Folha de São Paulo quanto o A Tarde registram que a PREVI foi acionada pela Câmara de Deputados Federal, sob a suspeita de superfaturamento na obra do Costa do Sauípe *Resort*, inicialmente orçada em 200 milhões, mas que ultrapassou em 100 milhões na Folha de São Paulo (26/12/2000) e em 120 milhões no A Tarde (15/12/2000).

Ilustração 19 – Primeira representação do então Projeto Sauípe na Folha de São Paulo, 11/11/1993

Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo *online* da Folha de São Paulo.

Por sua vez, a partir de 2008, começa a circular a informação de que o empreendimento não tinha trazido o retorno esperado e o desejo de vendê-lo para que a PREVI pudesse auferir a rentabilidade das “[...] perdas acumuladas e investimentos beiram R\$ 900 milhões [...]” (Folha de São Paulo, 04/04/2008). Apesar destas perdas, se tem notícia de uma reestruturação, ocorrida entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010, que se justificava pelo plano de um relançamento, que favorecesse a venda. Como já foi dito antes, isto só ocorreu no final de 2017. Enquanto isto, o fundo de pensão tentava reestruturar, igualmente, o modelo de negócio do *resort*, ao passo que outros empreendimentos do turismo imobiliário e massificado foram implantados no Litoral Norte da Bahia, que já tinha adquirido uma projeção para além das fronteiras do próprio estado.

[...] A Previ tirou os grupos *Sofitel* e *Marriott* há dois anos e assumiu os hotéis. Sobrou a *SuperClubs*, única rentável, com 60% de ocupação — mas não sem **conflito**. A relação azedou quando a *SuperClubs*, alegando direito de preferência, impediu, em 2008, a venda de Sauípe para o grupo espanhol *Quail*. Junto do investidor espanhol Enrique Bañuelos, o grupo jamaicano ofereceu US\$ 100 milhões. Com a crise, Bañuelos desistiu [...]”. “PREVI reabre Sauípe na expectativa de torná-lo ‘vendável’” – Folha de São Paulo (27/6/2010, grifo nosso).

Entre 1990 e 2017, no acervo da Folha de São Paulo não há registro de qualquer tipo de conflito no Litoral Norte. Portanto, não se localizou referência a conflitos como características intrínsecas das relações sociais, tal qual é defendido por Simmel (1983). Igualmente ocorreu no que se refere aos conflitos de classes, como estudado por Marx (2005). Logo, também não há informação acerca de conflitos socioambientais, compreendidos, em síntese, pela disputa de um ambiente por grupos de concepções distintas sobre ele, como abordado por Little (2004). Entretanto, como a citação acima nos conta, há conflitos de interesses no mundo do negócio. Quando, ainda em 2008, a PREVI tentava vender o Costa do Sauípe *Resort* ao referido grupo espanhol, mas foi impedida pelo grupo jamaicano, que atuava no empreendimento desde a sua inauguração com o SuperClub *Breezes*, tendo, inclusive, introduzido o modelo de *all inclusive* originário do *business* turístico implantado no Caribe.

Em julho de 2002, um ano e meio após a entrada em operação do negócio, a CNO declarou sua intenção de exercer direito de venda de sua participação no empreendimento em favor da PREVI, sócia majoritária, direito este previsto no contrato assinado entre as partes. Em janeiro de 2003, a Odebrecht saiu “em definitivo da sociedade”. (Silva, D., 2003 *apud* Lima, 2006, p. 40).

Ainda quando o *resort* era apenas o Projeto Sauípe, a Odebrecht buscou investidores e encontrou a PREVI. Assim, sua condição de proprietária das terras, idealizadora do empreendimento, com pretensão de ser, também, sua gestora, foi reduzida, convenientemente, ao papel de construtora e sócia minoritária, portanto, atuando no segmento de seu domínio, que é a construção civil, e na condição minoritária de sócia, arcando, em igual proporção, com os riscos e eventuais prejuízos, que se confirmaram até a venda do *resort*. Não obstante, como a citação acima nos informa, um ano e meio depois da inauguração, a Odebrecht vendeu seus 3,7% para a PREVI, que se tornou, em julho de 2002, a única proprietária do Costa do Sauípe *Resort*, na esteira do papel de “alavanca financeira” de projetos, públicos e privados, exercida pelos Fundos de Pensão¹⁵⁴ Complementar na década de 1990 (Magnani; Jardim; Silva, 2020).

¹⁵⁴ “Os fundos de pensão funcionam por meio de um regime de previdência por capitalização, isto é, são contas dos empregados de uma empresa que contêm reservas financeiras de origem patronal ou salarial, ou ambas. Essas reservas são acumuladas e valorizadas no mercado financeiro até o momento do pagamento da aposentadoria do trabalhador assalariado (Sauviat, 2005). Nos anos de 1980 e 1990, em virtude de uma série de mudanças institucionais e legais que acometeram os regimes de capitalização dos fundos de pensão e os fundos mútuos surgiram como principais atores do mercado financeiro, transformaram-se a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. Estes adquiriram tamanho e força financeira ao centralizar a poupança coletiva e individual dos trabalhadores (Sauviat, 2005).” (*apud* Magnani; Jardim; Silva, 2020, p. 1).

Nas três últimas décadas, os Fundos de Pensão Complementar (FPC) – que como tal se referem a fundo de servidores públicos, ou seja, estão ligados ao Estado em seus diversos níveis ou suas instituições, como o Banco do Brasil – se constituíram em financiadores da política econômica brasileira, no que tange às diretrizes dos seus governos. No que se refere ao período do Projeto Sauípe, até a sua inauguração (2000), o Brasil era caracterizado por um processo de privatizações nos governos de Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)¹⁵⁵. De acordo com Roberto Grün (2016), os fundos de pensão, apesar do volume de capital de que dispunham, tiveram dificuldade de exercer o protagonismo no processo de privatização, pois eram considerados como o “baixo clero” pela elite com capital social e simbólico dos bancos de investimentos. Esta se autodefinia como o “alto clero”, que como tal se sentia com direito adquirido para as aquisições das estatais, mesmo quando contavam com aporte financeiro dos fundos de pensão, via os fundos de *private equity* (Grün, 2016). Cabe destacar que há um consenso entre os autores supracitados de que os FPCs detinham pouca autonomia em relação aos governos¹⁵⁶, tendo em vista o papel do Estado na conformação e definição dos dirigentes deste tipo de fundo e, portanto, a influência sobre as tomadas de decisão de seus investimentos.

Com esta digressão sobre os fundos de pensão, pretende-se subsidiar a compreensão do investimento da PREVI no Projeto Sauípe e, igualmente, a assunção desta categoria analítica, enquanto um código relevante no levantamento do jornal Folha de São Paulo, que será analisado a seguir. A despeito do nítido contexto de ingerência política nos FPCs, bem como é de domínio público que o carlismo – grupo político à frente do governo da Bahia no período dos eventos balizares desta pesquisa – detinha boas relações com os ocupantes do governo federal na década de 1990, e, ainda, que a implantação do referido projeto era a efetivação, ao menos aparente, das políticas públicas para o turismo em âmbito estadual (PRODETUR-BA) e federal (PRODETUR-NE I), não se pode afirmar que o governo baiano teria poder para direcionar a atuação da PREVI como o maior investidor do Costa do Sauípe *Resort*. Não se trata, também, do foco desta pesquisa, além do que, para se realizar tal ilação, seriam necessárias outras e específicas investigações. Todavia, é lícito especular que a família e a empresa Odebrecht tinham capital econômico, social e simbólico para atrair o investimento da PREVI para o seu Projeto Sauípe, a ser realizado na sua fazenda, e condições para si bastante favoráveis,

¹⁵⁵ Conferir Maira Magnani, Maria Chaves Jardim e Sidney Jard da Silva (2020) e Grün (2016) acerca da mudança da atuação dos Fundos de Pensão Complementar nos governos de Lula.

¹⁵⁶ Conferir a entrevista Solange Paiva Vieira em 2001, então secretária da Secretaria da Previdência Complementar (SPC), acerca da falta de autonomia dos dirigentes do FPC em relação aos governos (Cruz, 2001).

considerando as informações de bons relacionamentos com variados governos federais, de direita e de esquerda, que ganharam domínio público com a Operação Lava Jato.

Todavia, interessa compreender as controvérsias do tipo de investimento realizado pela PREVI no Projeto Sauípe. Este FPC entrou neste empreendimento adquirindo cotas individualmente – não através de um fundo, como um do tipo *private equity* –, numa quantidade que o colocava como sócio majoritário com 96,3% das cotas em detrimento, ou benefício, da Odebrecht que, como se sabe, era a proprietária da Fazenda Sauípe e idealizadora do projeto, que passou a sócia minoritária com 3,7%. O aporte do Estado, via realização de infraestrutura, e os atributos socioambientais do Litoral Norte baiano legavam ao projeto um potencial de êxito, mas havia, igualmente, riscos inerentes à abertura de um segmento comercial ainda não explorado nos moldes propostos pelo projeto no país. Apesar disto, o contrato entre a PREVI e a Odebrecht¹⁵⁷ permitia, ao que se sabe ao menos para este último sócio, que esta empresa vendesse, integralmente, as suas cotas depois de apenas um ano e meio da inauguração do empreendimento. Assim, a PREVI – lembrando que se trata de um Fundo de Pensão Complementar dos funcionários do Banco do Brasil – tornou-se a única proprietária do Costa do Sauípe *Resort*, entre 2003 e 2017.

Como já informado, a PREVI se impõe como uma categoria da pesquisa após se explorar alguns códigos no NVivo. Sua escolha para esta incursão se deu por se tratar de um ator social relevante na APA-LN via o Costa do Sauípe *Resort*. Tal categoria funciona como um elo entre as demais que figuraram como referências, exceto a de turismo. Ela se liga com o conflito já mencionado, entre o fundo e uma bandeira; com o *resort*, enquanto proprietária desse empreendimento, e com o Estado/Governo, a exemplo do aporte financeiro deste às obras de adequação do *resort* até o sorteio da Copa do Mundo, em 2013, como já mencionado. Há menção constante de sua condição de única proprietária desse empreendimento.

Na década de 1990, foi citado que o fundo e a Odebrecht estavam construindo a Cancún brasileira (Folha de São Paulo, 02/08/1998), como já informado antes, e em outro texto é avisado que a inauguração ocorrerá no final de 1999 (Folha de São Paulo, 02/11/1998), que sabemos ter acontecido apenas no final de 2000. Este é um aspecto, associado a outros problemáticos, que se retoma de forma exclusiva nesta categoria. Em 16 de abril de 2000, uma chamada da capa da Folha anuncia que o orçamento previsto para o Projeto Sauípe estourou em

¹⁵⁷ Em matérias do jornal A Tarde, acerca do “Conflito da Privatização” da BA-099, se tem notícia de que a Construtora Norberto Odebrecht ganhou junto com a Olivieri, Araújo e Suarez (OAS) a concessão da BA-099, em 2000 (A Tarde, 10/11/2000).

77%, e que, por sua vez, a PREVI e a Odebrecht discutiram sobre quem arcaria com o prejuízo. No final deste mesmo ano, o deputado federal Marcos Cintra¹⁵⁸ fez uma descrição detalhada sobre o aumento dos gastos com a construção do referido projeto e como isto denotava um superfaturamento.

O deputado Hélio Costa (PMDB-MG) perguntou se a PREVI tinha contratado uma auditoria durante a obra, pois sentia um “cheiro de superfaturamento”. A resposta foi simplesmente negativa. A PREVI não havia contratado nenhuma auditoria.

O empreendimento, em suma, custou cerca de 50% a mais do que o contratado inicialmente (que daria para construir dois hotéis), ficou menor do que o planejado (238 apartamentos a menos, quase um Praia do Forte *Resort* a menos), sua inauguração ocorreu com um ano de atraso (diminuindo o retorno do projeto) e a mudança da forma contratual com os operadores pode ter trazido prejuízos ainda maiores para a PREVI.

Vale a sugestão surgida na audiência pública de instalarmos uma CPI para investigar os fundos de pensão. [...]. Folha de São Paulo (26/12/2000).

Sem dúvida é algo escandaloso. Entretanto, não se averiguou se a CPI foi instalada ou se as contas passaram por auditoria, trata-se de um assunto relevante, sobretudo por se tratar de um fundo de pensão de funcionários públicos, mas, mais uma vez, faz-se o exercício de não perder o foco. A partir de 2008, como já informado, o material assume duas tóricas principais: o desejo de vender o *resort* e a reestruturação realizada também para este objetivo. Apenas em 2011, há uma abordagem não identificada antes: o “[...] *resort* teve lucro líquido de R\$ 5,12 milhões nos três primeiros meses deste ano [2011]. Foi o melhor resultado consolidado em um primeiro trimestre nos 11 anos de existência do complexo, de acordo com a PREVI [...]”, (Folha de São Paulo 01/05/2001). Tal mudança foi atribuída à reforma e ao relançamento. Realmente, algo diferente da trajetória do negócio, como pode ser observado na citação abaixo.

Com relação a este item [lucro líquido do exercício], os resultados alcançados por Sauípe ficaram aquém do esperado. Não apenas Sauípe não teve resultado positivo no seu primeiro ano de operação, como também nos anos subsequentes, à exceção do ano de 2004, no qual a operação apresentou discreto lucro. Em novembro de 2003, ou seja, três anos após o início da operação do Complexo, notícias veiculadas na mídia divulgavam os prejuízos acumulados da operação em R\$ 6,5 milhões (MANDL 2003). Em agosto de 2004 o prejuízo acumulado anunciado era de R\$ 8,5 milhões. (Mandl, 2004 *apud* Lima, 2006, p. 80-81).

¹⁵⁸ Segundo informado no final do texto da Folha de São Paulo, “Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, 55, é doutor em economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. É deputado federal pelo PFL-SP.”.

A incipiente do retorno financeiro do Costa do Sauípe *Resort* nos anos iniciais do negócio foi uma constante até o momento de sua venda ao Grupo Rio Quente, em 25 de novembro de 2017. O valor da transação foi de R\$ 140,5 milhões, ou seja, R\$ 179,5 milhões abaixo do valor máximo de que se teve notícia do investido inicialmente no empreendimento, que, como vimos, levou a PREVI a ser investigada, uma vez que R\$ 320 milhões gastos superavam o orçamento previsto em R\$ 200 milhões, o que foi objeto de denúncia, como veremos na seção 5.2, registrada também no A Tarde, com a matéria “Câmara apura investimento em Sauípe” (A Tarde, 15/12/2000, p. 11), assinada por Lenilde Pacheco.

5.1.1 Os conflitos socioambientais pós Costa do Sauípe *Resort*

Conflitos socioambientais envolvendo o Costa do Sauípe *Resort* foram abordados no terceiro capítulo, quando se analisou o minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008). Para além desta fonte e das dissertações e teses sobre lugares da APA-LN já citadas, identificaram-se as produções de José Célio de Souza Andrade (2008) e ele *et al* (2003a, 2003b, 2003c, 2003d, 2004), sobre este assunto, como relatado no primeiro capítulo, quando se expõe, em linhas gerais, a revisão bibliográfica das produções sobre a APA-LN. Todavia, optou-se por concentrar a análise das produções de Andrade e ele *et al* (*idem*) neste capítulo, estabelecendo um diálogo, indireto, com o material da Folha de São Paulo, tendo em vista, ainda, que se tratou de um volume significativo que ocorreu, em sua maioria, num período pouco depois à inauguração do Costa do Sauípe *Resort*.

Entre artigos publicados em revistas e em congressos, Andrade, em parceria com os mesmos três coautores/as – Franco, Góes e Vargens – escreveram 6 publicações. As informações inicialmente identificadas no levantamento foram posteriormente verificadas, de forma sistemática, no *curriculum lattes* do referido professor. As produções ocorreram entre 2003 e 2008, com maior concentração no primeiro ano, e versam sobre conflitos envolvendo o Costa do Sauípe, que se desdobraram em seu entorno. Por sua vez, as publicações iniciais ocorreram após os 8 primeiros anos da inauguração deste *resort*, e, portanto, permitem acessar informações mais próximas do *lócus* de investigação, diferente do caráter mais planificador da Folha de São Paulo, e também alcançar um período que não foi coberto pelo levantamento do jornal A Tarde.

Já na leitura preliminar dos títulos das publicações – Andrade (2008) e ele *et al* (2003a, 2003b, 2003c, 2003d, 2004) –, saltam aos olhos a presença de “conflitos socioambientais em todos eles. As produções podem ser agrupadas em dois tipos de abordagem: i) teórica, com uma proposta de “grade analítica”; ii) analítico descriptiva, com base em dados empíricos dos conflitos socioambientais. Estes podem ser categorizados, por sua vez, em três âmbitos diferentes: acesso à matéria-prima para o artesanato; o esgoto (efluentes) e o projeto social (Berimbau) desenvolvido por aquele *resort*.

Em “Conflitos sócio-ambientais na área de influência do complexo Costa do Sauípe: proposta de uma grade analítica”, Andrade *et al.* (2003c, p. 3) estabelecem como perspectiva teórico-metodológica o “referencial institucional” e a “identificação de situações-problema”. Tal aporte é utilizado em todas as publicações. Por sua vez, neste e nos demais artigos, o interesse desta investigação incide nas “situações-problema”. Entre elas, Andrade *et al.* (2003c) analisaram os seguintes conflitos socioambientais: i) descartes do efluentes líquidos do referido complexo, também abordado em Andrade *et al.* (2003b, 2004); ii) acesso das pessoas de Porto de Sauípe à praia da Barra de Sauípe; iii) acessos das comunidades às reservas naturais de Mata Atlântica, igualmente tratado em Andrade *et al.* (2003a). Os autores informam, ainda, que considerando a abrangência da APA-LN e o encontro das atividades do turismo massificado e das baseadas nos bens da natureza, eles definiram como unidade de análise a área de influência direta do Costa do Sauípe¹⁵⁹, clivagem igualmente utilizada nos demais artigos.

O descarte dos efluentes líquidos do referido complexo, abordado por Andrade *et al.* (2003b, 2003c, 2004) foi, também, estudado por Nascimento (2010), além de objeto de denúncia no “Linha Verde: estrada cicatriz” e igualmente registrado em matérias do A Tarde, que são trabalhadas na próxima subseção. Andrade *et al.* (2003 a) apresentam as três situações-problemas mencionadas, mas a problemática do esgoto do Costa do Sauípe é retomada com maior cobertura e detalhamento na publicação do ano seguinte, Andrade *et al.* (2004). Na citação abaixo, é possível observar como o sistema de tratamento das águas de servidão do Costa do Sauípe tinha sido planejado no EIA/RIMA:

Do ponto de vista do esgotamento sanitário, a estratégia adotada pelo projeto do empreendimento foi a descentralização do tratamento, com 97 Digestores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente (Dafas), um para cada hotel ou pousada, com

¹⁵⁹ “A área de influência direta do Projeto Costa do Sauípe compreende tanto áreas de localidades pertencentes ao município de Mata de São João (Santo Antônio, Diogo, Areal, Curralinho e Vila Sauípe), quanto povoados localizados no município de Entre Rios (Porto de Sauípe e Canoas).” (Andrade *et al*, 2003c, p. 6).

posterior condução dos efluentes para duas Estações de Tratamento Aeróbico de Esgoto com Lodo Ativado (ETEs), seguida de desinfecção e disposição, por infiltração natural a jusante, no rio Sauípe. Assim, a opção adotada pela CNO previa, no âmbito de cada unidade hoteleira, tratamento do esgoto sanitário do tipo Dafa, no qual seria alcançada uma redução da carga orgânica em 85% da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Posteriormente haveria tratamento aeróbico em dois sistemas de lodo ativado dos efluentes dos Dafas, onde o nível de tratamento atingiria 90% a 95% de DBO (ECOPLAM, 1995). (Andrade *et al.*, 2004, p. 110).

Logo, o processo de tratamento seria de responsabilidade dos empreendedores – Odebrecht e PREVI –, mas o que se pode constatar foi que a Embasa, *vide* o Estado, assumiu essa responsabilidade do Costa Sauípe para além de toda a dotação de infraestrutura que já tinha realizado na região, como a expansão da Linha Verde, que beneficiava e viabilizava tal empreendimento. Neste sentido, os atores sociais envolvidos mais visíveis no conflito são as comunidades do entorno do *resort*, principalmente a da Vila Sauípe, e a Embasa. Esta desonerou a Odebrecht também da responsabilidade social acerca do conflito, embora a participação deste ator seja implícita. Neste sentido, na citação abaixo é possível constatar o compromisso político e financeiro do Estado – leia-se, de forma efetiva, do governo, à época, do grupo carlista – com a implantação do referido *resort*.

O governo, além de dotar o empreendimento de diversas outras obras de infraestrutura, resolveu também passar a assumir, por meio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), a implantação de toda a infra-estrutura de saneamento necessária ao funcionamento do Complexo Sauípe. Mudou-se a responsabilidade (de CNO para a Embasa) e a concepção do projeto (de descentralizado e eco-eficiente para centralizado e “final de tubo”), no que se referia à implantação das ETA/ETE do Complexo. Assim, a CNO (empreendedor privado) desonerou-se do custo da internalização de uma externalidade negativa causada pelo seu empreendimento (geração de esgotos sanitários). **Já o governo do Estado da Bahia (poder público estatal), através da Embasa, responsabilizou-se pelo custo social, repassado pelo empreendimento privado, desembolsando o equivalente a R\$ 11,8 milhões para a implantação das ETA/ETE do Complexo Sauípe (MP, 1999a).** (Andrade *et al.*, 2004, p. 110, grifo nosso).

Tal decisão política foi onerosa, social e financeiramente para o Estado, que nitidamente tinha como indicativo um legado de conflito e de impacto socioambiental para as comunidades do entorno, para as lagoas, para o Rio Sauípe e os seus manguezais, ou seja, para humanos e incontáveis não humanos, flora e fauna, que compunham o ecossistema deste lugar. A despeito destas consequências socioambientais, o Estado/Governo assumiu algo que não lhe competia e

o fez, via EMBASA, não cumprindo a legislação ambiental e, ainda, produzindo injustiça e racismo ambiental¹⁶⁰.

Como se não bastasse, para injetar recursos do PRODETUR-BA nas obras dos efluentes do Costa do Sauípe, o Estado/Governo, via Embasa, incluiu o esgotamento de 4 lugares vizinhos a este *resort*: Vila Sauípe, Porto de Sauípe, Canoas e Curralinho. Estas foram beneficiadas e, ao mesmo tempo, oneradas com a centralização do tratamento ter ficado a oeste da Linha Verde, especificamente, próximo à Vila Sauípe. (Peixoto, 2003 *apud* Andrade *et al.*, 2004, p. 110-111).

Além dos atores sociais já citados, atuou denunciando o conflito socioambiental à Liga de Entidades Ambientalistas da Bahia (Ligambiente)¹⁶¹, que tinha representação no CEPRAM, via quatro dos cinco conselheiros representantes de entidades ambientalistas. Foram acionados também o CRA, o MP e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJB). De acordo com Andrade *et al.* (2004), apesar de toda movimentação judicial, a Embasa seguiu descumprindo a legislação ambiental e desconsiderando o impacto socioambiental da sua atuação à frente do tratamento do esgoto do Costa do Sauípe. Este, por sua vez, foi inaugurado em setembro de 2000 e o CEPRAM expediu, normalmente, a Licença de Operação (LO) para o *resort* em 19 de janeiro de 2001. Através do “Linha Verde: estrada cicatriz”, percebe-se quanto tal decisão dos representantes do Estado baiano impactou a comunidade da Vila Sauípe e que o conflito seguiu sem solução favorável para este grupo social e em desacordo com o que é apregoado na legislação ambiental.

A restrição de acesso das pessoas de Porto de Sauípe à praia e aos manguezais de Barra de Sauípe foi registrada por Andrade *et al.* (2003c). Tal conflito socioambiental envolvia diversos atores sociais do lugar – moradores da comunidade e as Associações dos Moradores, de Pescadores e Comercial de Porto de Sauípe – e a empresa Sauípe Verde Turismo e Empreendimentos Ltda., do grupo italiano *Meeting*. Esta alegava propriedade da área, na qual pretendia instalar equipamentos turísticos. Para tanto, agiu de forma a cercear as condutas de territorialidades, historicamente constituídas pela comunidade na área que era/é uma APP – não passível de construções, como também são as praias e os mangues – os caminhos (estradas de servidão) foram reduzidos em tamanho e foram construídas barreiras de acesso, através de

¹⁶⁰ O minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz” nos permite constatar uma informação amplamente conhecida sobre o Litoral Norte da Bahia, a população historicamente constituída nesta região apresenta características fenotípicas dos povos originários e dos povos africanos.

¹⁶¹ De acordo com Andrade *et al* (2004, p. 108), a Ligambiente, tratava-se de “[...] uma organização fundada em 1997 que congrega cerca de 30 ONGs ambientalistas sediadas em território baiano.”

muros. Por sua vez, a comunidade organizada “[...] foi denunciar sucessivamente a situação à imprensa e articular-se com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/BA), o Ministério Público Federal (MPF) e o Centro de Recursos Ambientais (CRA), a fim de esclarecer os objetivos do projeto da empresa que contrariaria a lógica da preservação ambiental [...]” (Andrade *et al.*, 2003c, p. 9), que cominou em:

Em 1998, essas organizações da sociedade civil de Porto de Sauípe conseguiram que a Secretaria do Patrimônio da União excluísse a área do referido aforamento. A Sauípe Verde Ltda., inconformada, pediu uma perícia pela Justiça Federal. Em 1999, a Prefeitura Municipal de Entre Rios, respaldada pela Lei de Gerenciamento Costeiro, concedeu alvarás de funcionamento aos barraqueiros e determinou a demolição da área construída pela empresa, o que não foi cumprido. Os atores sócio-ambientais locais, envolvidos no “Movimento em Defesa da Barra Livre”, aguardam a decisão do processo de oposição da Advocacia Geral da União com despacho favorável da Justiça Federal. (*idem*, p. 9).

A restrição de acessos das comunidades às reservas naturais de Mata Atlântica foi trabalhada por Andrade *et al.* (2003a, 2003c) em duas publicações. A introdução à “situação-problema” foi apresentada em Andrade *et al.* (2003c) e os mesmos autores (2003a) abordaram o cerceamento de condutas de territorialidades, pois atores sociais negavam a população da região – em sua maioria mulheres analfabetas ou com baixa escolaridade¹⁶² – acesso à matéria-prima necessária para a produção do artesanato, que vem, paulatinamente, deixando de ser, de forma prioritária, uma prática de trabalho e passando a ocupar maior importância na composição da renda das famílias.

O objeto de disputa era o acesso à Mata Atlântica. O ator social nominalmente citado foi a Associação de Artesãs de Porto de Sauípe, em contraponto aos atores sociais identificados de forma genérica como “[...] construção da Linha Verde (BA-099), a especulação imobiliária ocorrida ao longo desta via que corta a APA-LN, aliada à implementação de grandes empreendimentos turístico-hoteleiros, como o Costa do Sauípe.” (Andrade *et al.*, 2003c). Ou seja, os dois eventos balizares da temporalidade da presente investigação e um dos seus muitos desdobramentos: a especulação e o turismo imobiliários.

¹⁶² De acordo com Andrade *et al.* (2003c, p. 9), “[...] o cadastramento de negócios da APA-LN, feito recentemente, existem aproximadamente 90 empreendimentos relacionados com este tipo de artesanato, nas áreas da APA de Mata de São João (42) e Entre Rios (48). No total, a atividade agrupa mais de 150 pessoas ocupadas, que aprenderam o ofício, basicamente, com as famílias, através das suas sucessivas gerações. Quatro das sete localidades da área de influência direta do Projeto Sauípe (Diogo, Santo Antônio, Vila Sauípe e Canoas) destacam-se como as mais representativas dessa produção artesanal.”

A atividade de artesanato com palha de piaçava para a confecção de bolsas, tapetes, sacolas e outros produtos artesanais, tradicionalmente desenvolvidas por mulheres, encontra-se mais concentrada na área de influência do Projeto Costa do Sauípe. Resultados do diagnóstico sócio-ambiental da APA-LN apontam que os pesos – tanto do artesanato (como fonte de emprego e renda), quanto da utilização da palha de piaçava (como principal matéria-prima para a atividade artesanal) – são maiores em Mata de São João e Entre Rios e menores nos municípios mais ao norte da Costa dos Coqueiros. Assim, ao contrário do artesanato no restante do Litoral Norte – que envolve um menor número de artesãos e uma maior diversidade de produtos e de matérias-primas – em Mata de São João e Entre Rios, mais especificamente nas localidades de Porto de Sauípe, Curralinho, Diogo e Santo Antônio, produz-se peças em piaçava de uso pessoal ou de utilidade doméstica, como bolsas variadas, sacolas, chapéus, esteiras, tapetes e jogos americanos (Mattedi, 2002). (Andrade *et al.*, 2003a, p. 8)

Como pode-se observar no final da citação, como também já foi dito antes, ao longo do tempo, somou-se ao artesanato, como prática de trabalho, a condição de produção de valor de uso (Marx, 2005). Neste sentido, fica a pergunta, se a produção artesanal se concentrava, historicamente, nesses lugares ou isto passou a ocorrer após o Costa do Sauípe? Em Andrade *et al.* (2003a), é relatado o caráter sustentável do manejo que a artesã faziam da palha de piaçava¹⁶³, valendo-se das terras soltas para acessar a matéria-prima para suas produções. Entretanto, esta relação das comunidades com a natureza foi fissurada por conflito socioambiental, em certa medida também agrário, acerca da imposição do regime de propriedade ao direito costumeiro. As artesãs figuram como atores sociais¹⁶⁴ dessa contenda, em oposição aos atores sociais envolvidos na expansão da BA-099, na especulação imobiliária e com os equipamentos turísticos. Destes, o único citado nominalmente e reiterada vezes é o referido *resort*, cuja área de influência direta abarcava os lugares citados. Um paradoxo deste conflito era que o turismo, via o Instituto de Hospitalidade¹⁶⁵, que estimulava a produção

¹⁶³ “A confecção de um produto artesanal mobiliza um grupo de mulheres, desde a colheita da matéria-prima, a palha da piaçava, até a secagem, tingimento, desfiamento, trançado e costura final. A coleta do “olho da palha da piaçava” é feita quase que diariamente na mata, na qual procede-se à extração das folhas brotadas mais recentemente nos núcleos das piaçaveiras. Este método de manejo da palmeira é ecologicamente sustentável, já que permite a renovação da mesma. O processo de tingimento se dá de forma bastante rústica, com a lama preta do mangue, caju, urucum, capianga e outros corantes naturais. Ao longo do tempo e com a necessidade de ampliar a variação de cores dos produtos, também foram sendo utilizadas as anilinas químicas.” (Andrade *et al.*, 2003a, p. 9).

¹⁶⁴ Principalmente as de Porto de Sauípe, que em 1996 fundaram a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe e Associados (APSA).

¹⁶⁵ De acordo com o A Tarde (12/01/2000, p. 7), o Instituto de Hospitalidade era uma “[...] entidade sem fins lucrativos criada em 1997 por um pool de 32 instituições governamentais e privadas, entre as quais as fundações Odebrecht e Banco do Brasil – coordena, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), diversos programas de educação voltados para a qualificação da atividade turística no estado.”

artesanal com palha de piaçava, ao mesmo tempo em que impedia o acesso a essa matéria-prima, disponível na área do *resort*. Segundo Andrade *et al* (2003a), havia intenso investimento de padronização da produção artesanal.

Ainda de acordo com Andrade *et al* (2003c), a ASPA lutava pela garantia do livre acesso das comunidades às reservas naturais de Mata Atlântica, tendo em vista que estas são definidas na Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional. No início da década de 2010, a equipe de pesquisadores do Convênio CAPES/COFECUB encontrou, em trabalho de campo nas comunidades de Areal, Diogo, Santo Antônio, Curralinho e Itanagra, mulheres artesãs tendo de andar cada vez mais longe para coletar a palha de piaçava ou tendo que comprá-la na mão de terceiros, pois, como já foi dito, ela é a matéria-prima principal do artesanato produzido ao longo do Litoral Norte da Bahia (Cardel *et al*, 2016).

Em “Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais”, Andrade *et al* (2003d) retornam aos conflitos ambientais expostos pelos mesmos autores em (2003c): descarte dos efluentes líquidos do Costa do Sauípe, falta de acesso das pessoas de Porto de Sauípe à praia e ao mangue da Barra de Sauípe e acesso restrito das comunidades às reservas naturais da Mata Atlântica. Portanto os conflitos socioambientais, os objetos de disputas e os atores sociais são os mesmos já descritos.

[...] Dado o alto interesse dos viajantes de longas distâncias em conhecer a cultura local de forma mais realista, foi pontuado como importante o envolvimento do empreendimento no auxílio às comunidades vizinhas, de forma que estas pudessem ser locais interessantes, limpos, seguros e autênticos para os hóspedes experimentarem o verdadeiro Brasil. (Lima, 2006, p. 56)

Esta citação de Lima acerca da relação do Costa do Sauípe com as comunidades vizinhas se vincula a um aspecto posto nos EIAs/RIMAs (HIGESA, 1992; ECOPLAN, 1995) dos eventos, trabalhados no capítulo anterior: a referência às comunidades da região como algo próximo à paisagem e, portanto, com potencial a ser explorado pela atividade turística. Em Andrade (2008), podemos compreender como isso foi conduzido por esse *resort*, via projeto Berimbau, além de que o turismo dificultou, no limite de inviabilizar, a reprodução do *modus vivendi* dos grupos de camponeses e de pescadores que ocupavam, historicamente, o Litoral Norte da Bahia.

Apesar dos avanços da atividade turística, a precariedade em termos de infra-estrutura e serviços básicos, em que pesem algumas melhorias, ainda permanece na maioria dos povoados, apesar do significativo incremento da arrecadação municipal. Além disso, a promessa de sustentabilidade ambiental em toda a extensão da APA-LN não se efetivou (Programa Berimbau, 2005, p. 18). (*Apud* Andrade, 2008, p. 435).

Esta afirmação do projeto Berimbau retorna a um argumento já apresentado no EIA/RIMA do Projeto Sauípe: a falta de atuação efetiva do Estado para a proteção e para a preservação do meio ambiente. Ou seja, a crítica à atuação do Estado, ou melhor, a ineficiência deste no cumprimento de suas obrigações, que acaba por legar suas responsabilidades ao empreendimento. Ainda que houvesse veracidade acerca da falta de atuação estatal, isto não ocorreu no que se refere aos interesses diretos de tal empreendimento, como a expansão da BA-099 e toda a responsabilidade assumida pela EMBASA acerca dos efluentes líquidos desse *resort*. Em âmbito municipal, cabe lembrar que o referido empreendimento obteve isenção de ICMS por 10 anos. Por sua vez, moradores entrevistados por Andrade (2008) avaliavam o turismo como algo contraditório, frustrante e depredador do seu modo de vida.

O que queremos mesmo é trabalhar. A inauguração desses hotéis há três anos encheu a gente de esperança. As coisas melhoraram um pouco, aqui mesmo não havia luz elétrica, nem água encanada, mas precisamos de emprego (Neuza Mendes, moradora de Santo Antônio).

Quando o Complexo Sauípe foi inaugurado, pensávamos que o turismo melhoraria e traria benefícios para todo o mundo, mas o que vi foi chegar um monte de gente estranha, trazendo insegurança e aumentando o índice de desemprego (Jailson Rodrigues, morador de Porto de Sauípe). (Andrade, 2008, p. 435).

Isso aqui parece a Belíndia. O lado da Bélgica é o Complexo, o da Índia é Porto Sauípe. Promessas são muitas, mas as ações concretas são poucas. Cheios de boas intenções o inferno e o Complexo estão cheios. Com a influência política do empreendimento eles deveriam fazer realmente algo pelo social (Luiz Reina, morador de Sauípe). (*idem*, p. 438).

Andrade (2008) remonta a aspectos gerais dos conflitos abordados nas publicações anteriores (Andrade *et al*, 2003a, 2003c, 2003d, 2004) e traz para o texto os moradores das vilas do Litoral Norte, como consta nas citações acima. Nestas podemos observar que, além de incorporar os grupos do seu entorno como atrações turísticas, o Costa do Sauípe também precisava estabelecer uma relação minimamente cordial com eles, para otimizar os seus variados ganhos no contato dos turistas com as pessoas em suas vilas.

Assim, o projeto Berimbau é gestado como um intermediário/um canal de regulação dos conflitos do *resort* com a pessoas em seu entorno. Este foi lançado em 2003, e segundo o autor “[...] visando aproximar duas lógicas de ação presentes na região (moderna e tradicional).” (2008, p. 438). Todavia, comprehende-se que era a construção de espaço de diálogo com as comunidades para dirimir conflitos socioambientais, mas igualmente uma ponte de sobreposição das lógicas que perpassam os ideais de modernidade. Tal postura reitera o turismo como uma redenção para os grupos considerados como tradicionais, na acepção pejorativa desta palavra: arcaicos.

Além disto, o Projeto Sauípe era, de fato, uma obrigação legal do empreendimento em cumprimento ao “[...] condicionante XXXI da Licença Ambiental de Operação do Costa do Sauípe (Resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental [CEPRAM] 2753/01)” (Andrade, 2008, p. 439). O que se pode observar no “Linha Verde: estrada cicatriz” (Linha, 2008) e igualmente registrado por Capinan (2009) é que o programa de responsabilidade socioambiental do Costa do Sauípe *Resort* tornou-se assistemático, descontínuo e sem manutenção das construções e dos equipamentos, gerando frustração e outros conflitos com as populações da região, especialmente, as de Vila Sauípe e de Porto de Sauípe.

5.2 A Tarde: análise dos conflitos socioambientais entre 1988 e 2000

Lembra-se que o levantamento no A Tarde contemplou o período de 1988, cinco anos antes da inauguração da Linha Verde, e 2000, ano em que o Costa do Sauípe *Resort* foi inaugurado. Todavia, a mais antiga matéria, identificada em 1988¹⁶⁶, não passou pela segunda triagem, pois o arquivo estava ilegível, impossibilitando sequer averiguar se englobava lugares que seriam definidos, posteriormente, como APA-LN. Na segunda triagem, foram selecionados 68 materiais que variam entre publicidade (1,5%); notas (7,3%), textos (80,9%) e opinião (10,3%). Esta última categoria não foi identificada na Folha de São Paulo e apresentou três características recorrentes. A primeira delas era o caráter crítico, sobretudo à ampliação da BA-099. A segunda, alguns textos de opinião crítica eram assinados pelos seus autores, sendo

¹⁶⁶ “Os ecologistas querem salvar o Litoral Norte” (A Tarde, 17/05/1988).

Carlos Capinan um crítico assíduo das ações do Estado no Litoral Norte. A última era quando acontecia uma réplica à crítica, mas em nenhuma das vezes foi registrada a autoria¹⁶⁷.

Tabela 11 - Métrica do tipo de material coletado no A Tarde, de 1988 a 2000

ANOS	TIPOS DE PUBLICAÇÕES							
	PUBLICIDADE		OPINIÃO		NOTAS		TEXTOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1988	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1989	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,8
1990	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1991	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,8
1992	1	100,0	4	57,1	2	40,0	4	7,3
1993	0	0,0	1	14,3	0	0,0	3	5,4
1994	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,8
1995	0	0,0	1	14,3	0	0,0	4	7,3
1996	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,4
1997	0	0,0	0	0,0	1	20,0	4	7,3
1998	0	0,0	1	14,3	0	0,0	6	10,9
1999	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,4
2000	0	0,0	0	0,0	2	40,0	25	45,6
TOTAL (68)	1	100,0	7	100,0	5	100,0	55	100,0

Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo digital do A Tarde.

O tipo de produção que apresentou maior frequência foram os textos, ao passo que a tabela acima apresenta apenas 1 publicidade. Esta baixa frequência não corresponde à constância dos anúncios de imobiliárias e de hotéis sobre o Litoral Norte. Foram muitos e optou-se por não os contabilizar, pois já havia a decisão metodológica de não trabalhar com eles na presente investigação. Todavia, selecionou-se um para figurar na tabela acima, ilustração da página posterior, por se tratar de uma propaganda do Governo estadual da época, que divulgava

¹⁶⁷ Este tipo de réplica anônima de críticas a ampliação da BA-099 foram relatadas no terceiro capítulo, no que tange aos impactos desta obra na propagação da leishmaniose visceral para humanos e não humanos.

a obra de ampliação da BA-099, ao mesmo tempo em que abria o edital de concorrência para a construção da Linha Verde.

Ilustração 20 – “Com este edital está começando a Linha Verde” - A Tarde, em 18/03/1992.



Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo digital do A Tarde.

O ano de 2000 registrou a maior quantidade de entradas, 27, entre notas e textos, que equivalem a 39,7% do total geral do material. O tema mais recorrente não é a inauguração do Costa do Sauípe *Resort*, como se poderia imaginar, por se tratar do ano em que isto ocorreu. Apenas 7 registros correspondem a este assunto, ao passo que os conflitos acerca da “privatização” da BA-099 apresentam, exatamente, o dobro de figuração: 14. Sem dúvida há relação entre os dois acontecimentos: a concessão de cobrança de pedágio a uma empresa privada de uma estrada construída com dinheiro público. Isto abriu mais um filão de negócio no Litoral Norte, com subsídio de infraestrutura do Estado. Este conflito será abordado da subseção 5.2.1, mas cabe lembrar que a Odebrecht junto com a OAS foram as empresas que assumiram essa concessão, criando a figura jurídica da Concessionária Litoral Norte (CLN).

Ilustração 21 – Nuvem de palavras do A Tarde, entre 1989 e 2000.



Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo digital do A Tarde.

A nuvem com as 30 palavras mais frequentes do A Tarde, além dos demais parâmetros elencados na metodologia, parece mais potente em conexões com delimitações geográficas da pesquisa – vide as palavras Bahia, Salvador, Sauípe, Porto (de Sauípe), Litoral, Norte, Verde, praia, costa, região, cidade, municípios – comparando com o centro da nuvem da Folha de São Paulo. Na atual, Brasil, por exemplo, passou a ocupar uma posição marginal. Os humanos

também figuram com os seus coletivos – pessoas, moradores e grupo – não registrando indicação a não humanos. Os temas relacionados à questão de investigação aparecem em ambiental e em turismo, além de outras correlacionadas aos eventos: estrada, Linha, Verde e Sauípe. Demais categorias do estudo foram igualmente contempladas, como a de Estado. Este ocupa uma posição de destaque, significativamente próxima ao centro, relacionado a público e, de forma subliminar, a conflito, uma vez que na periferia da nuvem está pedágio. Como veremos na próxima subseção, o conflito da “privatização” agrega, exatamente, mais da metade do total de referências (56,7% de 74) desta categoria.

Apesar de toda essa representatividade dos elementos da pesquisa, reitera-se que ela não foi feita a partir da codificação manual das categorias de investigação e sim a partir dos 68 arquivos que compuseram o levantamento do A Tarde. Identificam-se, ao menos, duas explicações para a expressividade ilustrada na nuvem do A Tarde. Uma está fora do controle metodológico, exceto no momento de escolhê-lo para a pesquisa, e se refere ao caráter estadual deste jornal, que, portanto, abarca uma visibilidade mais ampliada e detalhada sobre a Bahia. Não se avalia que há uma neutralidade política deste veículo de comunicação, mas é fato que não se identificou um regime de verdade único sobre o Litoral Norte nem uma plastificação apenas neste rótulo geográfico à diversidade de praias, lugares e contextos que compõem uma região complexa como essa. A outra se refere à clivagem metodológica na APA-LN, que foi sistematicamente aplicada neste jornal, pois, como já foi dito, os variados materiais publicados estabeleciam descrições e limites claros entre as praias e os lugares da Estrada do Coco – com o turismo de segunda residência implantado de forma precursora – e a Linha Verde, que foi ocupada depois, tanto por esta modalidade de turismo quanto pelo imobiliário e pelo massificado.

A composição da tabela de referências das categorias no A Tarde apresenta-se em diversos aspectos diferente da configuração dela acerca do levantamento da Folha de São Paulo, sendo mais um elemento que permite avaliar as características de publicações estaduais e outra que tem pretensões de uma cobertura nacional. O próprio total de referências de todas as categorias quase dobrou, passando de 111 no segundo jornal, para 212 no primeiro. Categorias que não tiveram referência na Folha passaram a uma significativa figuração no A Tarde, como: APA com 18 (8,5%) registros e BA-099 com 23 (10,8%). PRODETUR, que também não figurou na imprensa nacional, registrou, ao menos, 1 (0,5%) entrada em 1996 (A Tarde, 23/07/1996), que comunicava o financiamento pelo Banco Mundial/BID e que o Projeto Sauípe se vincula ao programa, por se enquadrar nas suas diretrizes.

Tabela 12 – Categorização do levantamento no A Tarde, 1989-2000

CATEGORIAS	REFERÊNCIAS	
	Nº	%
APA	18	8,5
BA-099	23	10,8
Estado/Governo	28	13,2
Conflito	74	34,9
PREVI	4	1,9
PRODETUR	1	0,5
<i>Resort</i>	27	12,7
Turismo	37	17,5
Total	212	100

Fonte: Acervo da pesquisa, levantamento no acervo digital do A Tarde.

A categoria central, conflito, não figurou na Folha, efetivamente em termos socioambientais, como as supracitadas. Por sua vez, no A Tarde, ela foi a categoria de maior frequência, 74 (34,9%), que lhe garantiu uma subseção específica. Já a PREVI caiu em mais de 10 vezes em entradas, passando de 41, no primeiro jornal, para 4 (1,9%), no segundo. Todavia, qualitativamente há pontos semelhantes entre os dois jornais para esta categoria. Uma semelhança – Ronaldo Oliveira (A Tarde, 12/01/2000) – é a referência à propriedade do *resort* ser da PREVI e da Odebrecht; a outra é a descrição das características gerais do empreendimento. A terceira – Lenilde Pacheco (A Tarde, 15/12/2000) – é a cobertura acerca das apurações de “superfaturamento” do Costa do Sauípe *Resort*, já abordado na análise do material da Folha. Destaca-se, ainda, neste texto, que em se tratando de uma obra com investimento de um FPC, composto em 2/3 por recursos do Estado, o estouro do orçamento acarretou prejuízo para os cofres públicos. Há menção, também, ao então deputado federal Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores (PT-BA), que considerava necessário o acionamento do Ministério Público (MP) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Entretanto, igualmente à Folha, houve apenas uma matéria sobre o assunto, não tendo sido identificados registros de continuidade da questão. Em outro texto, escrito por Sara Barnuevo (A Tarde, 19/10/2000), o fundo PREVI apareceu na condição de investidor na ocasião da inauguração, que ocorreu no dia anterior à referida publicação.

Por sua vez, nas categorias *resort* e turismo, aconteceu uma certa inversão na quantidade das frequências. *Resort* passou de 43 na Folha de São Paulo para 27 (12,7%) entradas no A Tarde, uma discreta queda. Já turismo aumentou de 10, no primeiro jornal, para 37 (17,5%) no segundo. Entretanto, o vínculo entre as duas categorias persiste e foi reforçado pelo critério da APA-LN para a seleção do material. Estado/Governo apresentou um aumento de 16 na Folha para 28 (13,2%) no periódico estadual. Em linhas gerais, constata-se que o levantamento no A Tarde proporcionou representatividade maior para todas as categorias da investigação em destaque, como já mencionado, a de conflito socioambiental.

O Estado é representado em dois níveis diferentes e igual número em termos de poderes. O poder executivo estadual tem uma presença recorrente em detrimento dos executivos dos municípios da APA-LN, que figuram, sejam como despreparados para a compreensão da inflexão que o turismo massificado geraria, sejam como desprovidos de verbas para fazer face à intensidade de demandas por serviços públicos, como o aumento da produção de lixo. Durante quase todo o período do levantamento no A Tarde, o grupo carlista esteve à frente do Governo Estadual (1991 a 2007)¹⁶⁸, mas apenas Antônio Carlos Magalhães é destacado, reiterada vezes, como governador. O poder legislativo federal marca presença no que tange à audiência, já citada, sobre a apuração de uma possível fraude na construção do Costa do Sauípe *Resort*.

A figura do Estado/Governo da Bahia caracterizou sua presença na cena pública registrada pelo A Tarde com um tripé de temas. Houve uma preponderância do discurso ambiental, ressaltado no cumprimento da legislação ambiental para a construção da Linha Verde, na criação da APA-LN e na gestão ambiental desta, via suas instituições (CRA, CONDER, DERBA etc.). Dos dois eventos balizares, a ampliação da rodovia foi apropriada por este poder público – como cumprimento de uma promessa de campanha e atendimento a pedidos da população da região – e associado ao terceiro elemento marcante da narrativa sobre desenvolvimentismo, ou seja, sobre os desdobramentos do turismo que tal infraestrutura atrairia, que, por sua vez, proporcionaria crescimento social via a geração de emprego e de renda.

¹⁶⁸ Cf. quadro 10, na página 74.

Ilustração 22 – “Esperança de desenvolvimento retorna com a Linha Verde” no A

Tarde, 19/07/1992.

8 — Reportagem

Caderno A TARDE

A TARDE • Domingo • 19/7/1992

Esperança de desenvolvimento retorna com a Linha Verde

A conclusão da BA-099, a Linha Verde, é motivo de expectativa para as populações dos municípios que serão atingidos pela rodovia, que irá atravessar uma das maiores belas regiões do País, passando por estuários, manguezais, rios, cacoabeiros, lindas paisagens tropicais em áreas desconhecidas e pouco frequentadas pela ausência de estradas. A Linha Verde também é motivo de esperanças de desenvolvimento para uma região caracterizada pela falta de infra-estrutura nos serviços públicos. A obra tem um custo estimado em US\$4,6 milhões, ligará a Bahia e o Sergipe pelo litoral numa extensão total de 197km e tem prazo de conclusão previsto: o final do próximo ano. As opiniões sobre o seu traçado causaram polêmica entre grupos ecológicos e técnicos do governo, fazendo com que a partir do Estudo Preliminar de Impacto Ambiental (EPIA) fosse revisado todo o traçado da pista e criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do litoral norte: ao longo de 10km da praia não serão admitidos projetos que causem danos ao meio ambiente.

Carlos Alberto Reis/free-lancer

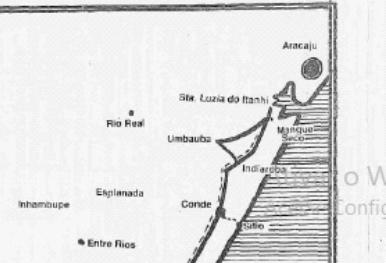
Problemas de infra-estrutura existem em todos os municípios da região, impulsionados pela ausência de serviços públicos e insuficiência em sistemas de abastecimento de água, inexistência de esgotamento sanitário, baixa eficiência da energia elétrica, e deficiências na comunicação telefônica, além de comunidades em pésimo estado de conservação.

O acesso à Ilha das Almas é, por exemplo, áscentado e difícil, principalmente nessa época chuvosa. Lá, o mar é forte e impõe respeito ao barco, mas o Rio Ilhas tem aguas calmas e a borda é sempre bem apimentada. Há razoáveis pousadas e alguns restaurantes. A parir de Ilhas das Almas, a aventura continua para Nordeste, onde existem ótimos centros turísticos, com praias, parques e habitações rurais, além de boas informações. São belas as praias de Porto Seguro e

Os 18 mil habitantes de Conde têm razões suficientes para comemorar que o turismo ali vai se desenvolver rapidamente. A Barra do Tênis e as praias do Sítio, Popas e Sirinhaém garantem paisagens inesquecíveis, juntando com a opção de lazer no interior da mata.

dos primeiros tempos, religião consumiu pelas insulhas, na Baía, no prazo de catáqueus das indígenas que habitavam o local. Em Manique São José, esta a igreja de Santa Cruz construída no inicio desse período. A igreja de São Pedro, que é a mais antiga da ilha, data da sede em 20 de maio. Adiges de cerâmica lhe feste a base de pedra e colo são lípticos do local, mas Jandara tem uma forte influência do vinhedo estando de Saipé, e que é a maior produtora de vinho da ilha. Ainda que sejam produzidas sólagos das suas habitações, coxões, etc. Após a noite, a "noite do Agreste", que utilizou seu gênero, misturando, para televisão a Igreja de São Pedro, Manique São José ou São João, quando, então o lamento despedeizado que só se implorava com muitas negativas ao seu ambiente.

*Geração de empregos,
novos negócios,
a transformação
da região em
país turístico.
Tudo isso
é esperado
com a construção
da rodovia*



Fonte: Acervo da pesquisa do levantamento no acervo digital do A Tarde.

Houve menção a uma “quase ausência” e certa ineficiência do Estado. Neste segundo tipo, o jornal registrou que um cargueiro limpou os porões no Litoral Norte, na costa de Praia do Forte, e que não houve uma fiscalização preventiva que evitasse o ocorrido, nem apuração do responsável (A Tarde, 15/02/1993). Foi relatado que ocorreu um jogo de empurra e de acusações entre a Capitania dos Portos e o CRA, já que uma instituição apontava a outra como a responsável pelo ocorrido ou competente por investigar o infrator¹⁶⁹. Em 19/07/1992, uma reportagem de página inteira começa elencando as “quase ausências” do Estado, como pode ser conferido na ilustração 22, em todos os municípios do Litoral Norte. Entretanto, o próprio título revela que o Estado passaria a se fazer presente via a abertura da Linha Verde e quão esta seria propulsora do desenvolvimento desta região, portanto, se conectando com o tripé que caracterizou o Estado/Governo no jornal em apreço. Neste sentido, avalia-se que o Estado figura

¹⁶⁹ Durante a realização do levantamento no acervo digital do A Tarde, foi possível perceber a recorrência, ao longo do período de 12 anos, de “derramamentos” de óleo por navios no Litoral Norte da Bahia.

Ilustração 23 – “Estrada do Coco será privatizada” no A Tarde, 21/01/1996.

Fonte: Acervo da pesquisa do levantamento no acervo digital do A Tarde.

ra na Folha como um fomentador de uma política desenvolvimentista, ao passo que no A Tarde, a narrativa de tal poder político se concentra no seu aspecto controlador da vida pública, que é ressaltado, inclusive, nos indicativos acerca de sua ausência.

Ainda em 1996, o Estado, via Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (DERBA), começa a ventilar a “privatização” da Estrada Coco, que partindo de Salvador era/é trajeto obrigatório para se chegar à Linha Verde. Foi narrado que a primeira parte da BA-099 já tinha 15 anos de construída, que o Estado não pretendia fazer reforma, exceto as conhecidas como “tapa buraco”, e que ela, então, seria possivelmente privatizada. Como pode ser observado na ilustração da página anterior, possivelmente foi intencional começar a ventilar esta informação acerca da concessão de exploração da BA-099 para a iniciativa privada, com um texto pequeno numa página, preponderantemente, ocupada pela *doxa* desenvolvimentista vinculada à atuação do turismo no Litoral Norte baiano.

A BA-099 se apresentou como uma categoria relevante no A Tarde e vinculada à de Estado/Governo e à de APA. Ela foi uma fonte propulsora do discurso ambiental estatal com a sua expansão até Sergipe e, não por acaso, foi nomeada de Linha Verde. As narrativas sobre esta rodovia eram, frequentemente, grandiosas, como se ela representasse a “estreia” do Litoral Norte baiano no cenário nacional. Ora ela era apresentada como a “primeira estrada ecológica do Brasil” (A Tarde, 09/09/1992), ora como a “primeira da Bahia” (A Tarde, 18/08/1996). Em outros momentos, mesmo após sua inauguração, em novembro de 1993, a obra era descrita nos detalhes implementados pela construção civil e seu trajeto ecológico (A Tarde, 24/12/1993), deixando dúvida se isto foi possível, visto o seu traçado sobre ecossistemas com elementos complexos e sensíveis, como os mangues.

Na citação abaixo, do texto escrito por Bernardo de Menezes (A Tarde, 18/12/1993), é possível observar também uma outra nuance que constituiu a narrativa sobre esta rodovia, o seu caráter “redentor”. Ela salvaria a população da região do “semiabandono” e da “quase ausência” do Estado, ou seja, este aspecto se consorciava ao argumento desenvolvimentista que justificou a sua construção, que exigiu um “investimento da ordem de US\$ 100 bilhões” (A Tarde, 09/09/1992).

A BA 099, também chamada de estrada ecológica pelo governo do estado, abriu grandes perspectivas das belas localidades litorâneas saírem do estado de **semi-abandono** em que se encontravam antes da construção para um **desenvolvimento decorrente do incremento imobiliário, turístico e comercial** de fato. Há anos todo o trecho entre o final da Estrada do Coco (Praia do Forte) e a divisa com Sergipe

aguardava o tão prometido asfaltamento que, entre os principais benefícios, proporcionaria encurtar o tempo de viagem entre os dois estados além do desenvolvimento comercial da região, habitada por cerca de 120 mil pessoas, segundo cálculos do governo. “Bahia e Sergipe comemoram a inauguração da Linha Verde” por Bernardo de Menezes (A Tarde, 18/12/1993, p. 3, grifo nosso).

A inferência de desdobramentos econômicos na especulação imobiliária, no turismo massificado e no comércio, este último mais pelos veranistas do que pelos turistas dos *resorts*, são apresentadas como benesses do desenvolvimento legado pela Linha Verde. Não se identificou ilação acerca dos presumíveis conflitos e impactos socioambientais, nem o planejamento para a efetiva implantação do plano de manejo da APA-LN.

Cerca de 3 anos e 3 meses após sua inauguração, o texto de Adilson Fonsêca (A Tarde, 18/08/1996, p. 9), informa que: “A Linha Verde será privatizada em 97”. O texto informava que havia na rodovia “[...] um fluxo diário anual de quase nove mil veículos [...]” (*idem*), que, portanto, era viável a sua concessão para a iniciativa privada. Nesta ocasião, a Secretaria de Transportes já havia definido o cronograma da privatização, com perspectiva de publicá-lo em setembro daquele ano. O jornal A Tarde registrou que a “privatização” acabou ocorrendo em 1999, com validade de 25 anos prorrogáveis, e condicionada, entre outras coisas, à recuperação e modernização entre o Rio Joanes e a Praia do Forte, em 120 dias; sua duplicação, partindo deste rio até Arembepe, até 2001; mesma intervenção entre este lugar e Itacimirim até 2002, e até 2003 levar a duplicação até a Praia do Forte, ponto máximo que este serviço atingiu até hoje, passados 25 anos da concessão da rodovia à CLN.

O discurso registrado no A Tarde é que a APA-LN ocorreu consorciada com a Linha Verde, sendo a primeira em decorrência da segunda. Todavia, como abordado no segundo capítulo, a criação desta UC ocorreu por isso, mas não só por este motivo. Delimitar uma APA numa área destinada ao turismo, que passaria por uma grande obra de infraestrutura – que também era parte de gestação da região como polo de desenvolvimento turístico – era, igualmente, constituí-la em reserva de valor para o capital imobiliário e turístico. Lembra-se, ainda, que a Odebrecht tinha comprado vasta extensão de terra na região, a Fazenda Sauípe, na década de 1940. Reiteradas vezes a vinculação entre a APA-LN e a Linha Verde ocorreu – A Tarde (19/03/1992; 19/07/1992; 09/09/1992; 18/12/1993; 19/10/1998) –, quase como fatos contínuos, reforçando, por sua vez, a narrativa sobre o quanto a estrada era ecologicamente adequada e o quanto o Estado/Governo era ambientalmente responsável.

O desenvolvimento planejado de forma integrada e compatível com a preservação dos variados ecossistemas da região. Este é o principal objetivo do plano de manejo e zoneamento econômico ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte, apresentado ontem pelos técnicos da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder) aos prefeitos da região, com a participação do secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Waldeck Ornelas. “Prefeitos se informam sobre a APA L. Norte” no A Tarde (22/05/1993, p. 5).

O jornal assumiu a responsabilidade, enquanto um veículo de comunicação importante à época, de explicar aos seus leitores o que é uma APA. Em texto intitulado “Extração de areias ameaça dunas no Litoral Norte”, Fernando Antônio Bahia da Costa (A Tarde, 19/10/1998, p. 8) explica, por exemplo, que, com base na Lei nº 6.902/1981, uma APA são “[...] Áreas a serem decretadas pelo Poder Público, para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas do local.” Este, por sua vez, assumiu uma postura educativa sobre o que é tal UC com os poderes públicos dos municípios que compõem a APA-LN, como pode ser observado na citação acima. Isto aconteceu significativamente antes da publicação pelo CEPRAM da resolução do plano de manejo, que só ocorreu dois anos depois, mas cabe a pergunta se algum tipo de formação sobre o assunto foi realizada nas municipalidades desta APA, anteriormente ao Governo estadual decretá-la como tal.

Quanto ao Litoral Norte, o governo do estado destina verba emergencial para a minimização dos problemas gerados com o desenvolvimento turístico. No entanto, essas soluções normalmente não são precedidas de uma análise mais pormenorizada das reais necessidades e características locais, por isso mesmo, a concepção de um tratamento único da problemática do lixo na APA do Litoral Norte, vem muito a calhar. “Turismo sustentável no Litoral Norte” no A Tarde (03/04/1996, p. 4).

Um ano após a resolução da CEPRAM sobre o plano de manejo (nº 1.040/1995) da APA-LN, o que a citação acima revela são soluções não planejadas e que consideravam as características de cada lugar em separado para a questão do lixo, sendo presumível o seu aumento, pois turismo gera um tipo de consumo que seu comprador faz em *lócus*, no destino escolhido. Frente a tal demanda, há um indicativo da importância de uma solução conjunta entre os municípios desta UC para a questão do lixo. Neste sentido, um texto de opinião, sem autoria informada, apresentou um título provocador: “Gestão ambiental para ‘inglês ver’” (A Tarde, 17/12/1998), se referindo a um convênio de cooperação técnica celebrado pelos governos baiano e inglês para a gestão do plano de manejo na APA-LN.

Por sua vez, Gerson dos Santos (A Tarde, 29/09/1999) escreveu que a problemática ambiental da APA não era nem a legislação – há específica para as APAs, como tratado no segundo capítulo –, nem marcos legais específicos sobre a APA-LN – já havia o plano de manejo desta UC –, que faltava era gestão. Esta última é compreendida como ação efetiva do Estado e dos governos no cumprimento de leis, decretos, resoluções e normas que já existiam no Brasil. Neste sentido, o Projeto Sauípe é avaliado como cumpridor das regulamentações da APA, sendo também relatado seu enquadramento com as diretrizes do PRODETUR (A Tarde, 23/07/1996), mas, como vimos na subseção anterior, não é algo que se manteve com a implantação do *resort*.

O Costa do Sauípe predominou nas referências sobre a categoria *resort*. Apenas 1 das 27 se referia a outro empreendimento, ao *Resort Costa dos Coqueiros* em Imbassay (A Tarde, 21/01/1996), mas não exclusivamente, pois o mesmo texto anuncia que em Porto de Sauípe a Odebrecht liderava um empreendimento de mais de US\$ 2 bilhões, com previsão de implantação completa em 20 anos, em área de 1.748 milhões de hectares com Mata Atlântica e praia. A tônica central das referências dessa categoria é o enaltecimento, primeiro do Projeto Sauípe e, posteriormente, do Costa do Sauípe, apresentado como algo grandioso, inclusive, para a América Latina (A Tarde, 19/10/2000).

A adequação do projeto da legislação ambiental e a aprovação pelo CEPRAM do seu pedido de licenciamento para a localização na Fazenda Sauípe foram registradas pelo jornal (A Tarde, 23/07/1996). Em janeiro deste mesmo ano, como mostra a citação abaixo, um pequeno texto (A Tarde, 21/01/1996) descreve detalhes do então chamado “Parque Ecológico Porto de Sauípe”, ressaltando sua magnitude (Cf. ilustração 23). No ano seguinte, ele anuncia que Odebrecht havia lançado, um dia antes da matéria (A Tarde, 21/03/1997), um fundo imobiliário para implantação do Projeto Sauípe, e que estava em busca de investidores interessados na compra de cotas para iniciar as obras de construção do empreendimento naquele mesmo ano, tendo dois anos como horizonte de execução. Informou, ainda, que os fundos de pensão estavam entre os potenciais investidores.

[...] o Parque Ecológico Porto Sauípe, projetado pela Construtora Norberto Odebrecht, é também o de maior dimensão em área física de todo o Estado. Em 1,748 milhão de hectares de terra, estão seis quilômetros de praia entre Sauípe e Diogo e boa parte do leito do Rio Sauípe, num investimento projetado para 20 anos de mais de US\$2 bilhões, liderados pela própria construtora e um *pool* de empresas nacionais e internacionais. Pela planta original do projeto, conforme apresentou o engenheiro responsável pela execução no local, Valdir Rebelato, constam 56 hotéis de diversas

categorias e modelos, 17 pousadas, oito parques dos mais variados tamanhos e uma série de outros empreendimentos, que vão desde salões de conferências internacionais até sítios ecológicos. Há até projeto de construção de uma marina para 300 barcos, com profundidade para receber embarcações de até quatro metros de calado. Ao todo, o projeto Porto Sauípe terá 48 tipos de equipamentos diferentes, conforme esboço original da planta. [...] todo empreendimento vai funcionar como uma espécie de *Disney World*, com a diferença de que será em uma área de clima tropical, com praias, onde faz sol o ano inteiro e com uma densa vegetação da Mata Atlântica. “Parque ecológico Porto Sauípe” no A Tarde (21/01/1996, p. 8).

Todas as outras matérias trabalhadas ao longo do capítulo são a partir do ano 2000 e apresentam algo recorrente. Ao falarem do Costa do Sauípe *Resort*, mencionam a sua localização em relação à capital baiana, destacando o turismo histórico desta cidade, e ao Aeroporto Internacional de Salvador, situado a apenas 76 quilômetros de distância. Os textos destacavam as bandeiras internacionais (A Tarde, 01/10/2000; 12/01/2000; 04/10/2000; 13/12/2000), sobretudo o *SuperClub Breezes*, com o modelo jamaicano de *all inclusive*, e também apresentavam as demais estruturas de hospedagem, como as pousadas temáticas e toda a gama de serviço para lazer e esporte (campo de golfe, quadra de tênis, clube equestre, piscinas etc.) disponíveis aos hóspedes nesse *resort*. Dois outros temas foram associados a esta tônica de propaganda do *resort*. Um foi a vinda de voos *charters* internacionais semanais acordados com a *Air Bus*. O outro foi o discurso de responsabilidade social com a geração de 3.000 empregos diretos, destes 50% ocupados por pessoas da região e que teriam sido treinadas pelo Instituto de Hospitalidade, além da geração de até 12.000 indiretos (A Tarde, 12/01/2000).

Um texto de Sara Barnuevo (A Tarde, 19/10/2000) e outro sem autoria informada (A Tarde, 13/12/2000) permitem compreender que ocorreram várias inaugurações ao longo do segundo semestre de 2000 no Costa do Sauípe. Em setembro o *SuperClub Breezes*, em outubro as seis pousadas temáticas e, para dezembro, havia a previsão dos hotéis *Sofitel Suítes*, *Sofitel Conventions*, *Renaissance* e *Marriott*. Ou seja, à medida que as etapas da obra foram finalizando, as ocupações pelas bandeiras foram acontecendo.

A categoria Turismo apresentou evidentes conexões com as anteriores, como *resort*, via o Costa do Sauípe e sua representação como um marco para o desenvolvimento do turismo; com a de APA, no que tange à problemática do aumento do lixo com a atividade turística. Essas e outros aspectos afins que já foram abordados anteriormente não serão tratados em detalhes agora. Em termos das publicações que abarcaram a categoria turismo e as suas relações com a APA-LN, tem-se o ano de 1995 como o divisor das narrativas, tendo em vista que, antes de 1995 e a partir de 1992, essa atividade era ainda uma promessa que se revelava mais potente e próxima com a construção da Linha Verde, que proporcionou infraestrutura para que a região

se constituísse, paulatinamente, num polo de desenvolvimento desse segmento comercial. Até a ampliação da BA-099, o asfalto só chegava até Praia do Forte, destino turístico já estabelecido. Depois, estavam disponíveis apenas estradas vicinais de terra (A Tarde, 19/07/1992).

Todavia, o “semiabandono” foi reappropriado pela narrativa, considerando que este esquecimento político resultou na preservação ambiental e salvaguarda da beleza cênica da paisagem, além de permitir tranquilidade às pessoas dos lugares, que viviam elos comunitários de parentesco, pertencimento e acolhimento (A Tarde, 09/09/1992). Portanto, tais elementos eram vistos como recursos perfeitos para a implantação do turismo imobiliário e massificado na APA-LN (A Tarde, 20/05/1992). As matérias mostram também como tais características eram reappropriadas pelo rótulo de turismo ecológico e imputado à região pelos empreendimentos já instalados e em via de acontecer, como o do Projeto Sauípe.

A partir de 1995, a tônica das publicações é a propaganda dos serviços disponíveis no Costa do Sauípe *Resort* (A Tarde, 12/01/2000) e o caráter ecológico do turismo que lá poderia ser experienciado nas vilas – como a de Santo Antônio, no litoral de Mata de São João – ou com os passeios ecológicos oferecidos pelo Bahia *Adventure* (A Tarde, 04/10/2000), que também aparece no minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz”, no terceiro capítulo. Foi abordado, ainda, o turismo não massificado já implantado por donos de pousadas, caracterizados como “pequenos empreendimentos” (A Tarde, 21/01/1996), que precisaram se adaptar para a demanda pós Linha Verde.

Acerca da Vila de Porto de Sauípe, Sara Barnuevo (A Tarde, 21/04/2000) informou que os seus 400 leitos, distribuídos em 18 pousadas e hotéis, foram ocupados nos três anos anteriores à inauguração do Costa do Sauípe, exclusivamente, pelos trabalhadores da Odebrecht empregados na construção deste *resort*. Tal informação permite pensar acerca dos possíveis e variados conflitos oriundos destes encontros culturais, durante um período mediano de convívio diário entre as pessoas deste lugar e os operários, os chegantes.

Após a abertura da Linha Verde e a constituição da região em um polo de desenvolvimento do turismo, houve um “boom imobiliário” (A Tarde, 30/01/1995). Adilson Fonseca informou que “[...] todo o Litoral Norte do estado virou um imenso campo de disputa imobiliária, onde aparecem grandes empresas e empreendimentos isolados com o único objetivo de usufruir ao máximo da beleza do local e aliar ecologia com investimentos.” (A Tarde, 21/01/1996, p. 8). Dir-se-ia aproveitar da beleza cênica da paisagem, aliada ao discurso ecológico para a realização de negócios imobiliários e/ou turísticos. Este mesmo texto registrou

que o metro quadrado em Porto de Sauípe passou de R\$ 5,00, em 1995, para R\$ 25,00, em 1996, ou seja, em apenas um ano houve o aumento de 400%. Ainda em 1995, o mesmo autor (*A Tarde*, 01/01/1995) noticiou que a especulação imobiliária era crescente com o surgimento de empreendimentos comerciais que ocorriam de forma acelerada, lembrando que o plano de manejo da APA-LN é de 21/02/1995. Até então não havia regulamentação para a ocupação desordenada deste *boom*, nem sequer no papel, estando os bens da natureza e as pessoas das comunidades vulneráveis. Estas últimas eram alvos fáceis de expulsões por serem posseiros de territórios comunais historicamente constituídos por uma parentela ampliada, mas, comumente, sem o domínio sobre as suas terras.

Em texto de 1999 (*A Tarde*, 22/11/1999), se tem notícia de que o turismo, se não gerou, ao menos potencializou a organização política das pessoas da região. Elas se organizaram em uma Associação Comunitária Litoral Norte (ADESLIN) e vinham promovendo um processo educativo voltado para o bem-estar das comunidades, a exemplo da campanha “Educação na região” que estava sendo trabalhada à época. Foi mencionado, ainda, que outros projetos, deste mesmo cunho, já tinham sido entregues à Odebrecht, à Fundação Garcia D’Ávila e à Secretaria de Educação do Estado, não tendo sido informado se tiveram retorno destas instituições.

5.2.1 Os conflitos registrados no *A Tarde*, entre 1989 e 2000

Parte-se do pressuposto teórico simmeliano que conflitos constituem as relações entre as pessoas (Simmel, 1983, 2006 e 2013) e acrescenta-se que entre os humanos e os não humanos (Latour, 2013). Tem-se pleno acordo com Massey (2006), de que eles são intrínsecos à dimensão política das relações sociais. Estas são de classe (Marx, 2005) ou pautadas em outros critérios hierárquicos, como a precedência de quem estava no lugar há mais tempo (estabelecidos) em detrimento de quem chegou depois (*outsiders*), como assinalado por Elias e Scotton (2000), como vimos no capítulo três e voltaremos a observar aqui, ainda, com conflitos das “invasões”. O movimento do capital com o turismo imobiliário e massificado legou relações que podem ser interpretadas como uma rixa metabólica entre os humanos – a exemplo dos propagados 3.000 empregos diretos oferecidos para quem antes tinha os próprios “meios de produção” – e destes com os bens da natureza, os quais passaram a ter acesso controlado ou negado pelos povos da biosfera. Em ambas as ações, o capital estava respaldado pelo direito à

propriedade privada em detrimento do direito consuetudinário de grupos sociais, que historicamente constituíram seus territórios na região.

A Odebrecht – pertencente à classe dos proprietários de terra – adquiriu a Fazenda Sauípe em 1949. Após 41 anos, esta família, pertencente à elite baiana e brasileira, resolveu construir um complexo turístico nessa propriedade, em um alto nível de sincronicidade com os acontecimentos do início da década de 1990, período em que o governo estadual criou o PRODETUR-BA – que foi precursor do que viria a ser o PRODETUR-NE –, que tinha como um dos principais projetos a expansão da BA-099, de Praia do Forte à divisa com o estado vizinho de Sergipe, ampliando, sobremaneira, o acesso à região na qual se localizava a Fazenda Sauípe. Ainda, na esteira deste programa, o Aeroporto 2 de Julho – que em homenagem ao ex-senador e filho falecido de ACM, passou a se chamar Aeroporto Interacional Luís Eduardo Magalhães após a reforma – passou por obras de modernização, que, não por coincidência, se localiza a 76 km do empreendimento da Odebrecht. Como se não bastasse o aporte estatal, o único investidor interessado nas cotas do complexo turístico Sauípe a ser implantado, portanto vendido ainda no seu processo de concepção, foi a PREVI. Em 1997, este fundo foi o único comprador e o sócio majoritário do empreendimento. Como chama atenção Sassen (2016), os ricos não seriam quem são nem como são sem as inovações técnicas, o mercado financeiro e as permissões; acrescentaria, e as permissividades do Estado.

[...] As assimetrias na classificação e na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual. **O conflito eclode quando o sentido e a utilização de espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.** (Zhouri, Laschefske, Pereira, 2005, p. 12, grifo nosso).

Volta-se a citar a definição de conflito socioambiental, que se tomou como norte central da presente investigação, que, cabe lembrar, avaliou-se contemplar em território os conceitos de: espaço, tempo, memória, identidade e poder. Tais elementos costumam constituir os grupos sociais, sobretudo, os que podem ser definidos como povos de ecossistema que, por sua vez, recorrentemente se veem frente a conflitos socioambientais originados dos interesses de expansão e de expulsões engendrados pelos povos da biosfera. Mas, estejamos atentos ao fato de que conflitos desta natureza também podem acontecer em lugares urbanos, como Acselrad (2004) destacou, ou, ainda, em processo de urbanização, o que é característico do turismo imobiliário e massificado, como o ocorrido em Ubatuba-SP, estudado por Luchiari (1999). Não

há dúvida de que igual processo de urbanização vem ocorrendo na APA-LN/Bahia, que foi iniciado com o evento de expansão da BA-099, com a Linha Verde.

Não obstante, agora que chegamos à descrição e à análise dos conflitos socioambientais, cabe um último esclarecimento sobre o NVivo. A quantidade de referência é correspondente à figuração da categoria – no momento das subcategorias de conflitos socioambientais – não sendo, portanto, a quantidade de vezes que o conflito ocorreu. Ao longo de uma nota, de um texto jornalístico ou de opinião, pode haver mais de uma referência ao mesmo conflito ou a outros tipos/subcategorias de conflitos. Decerto, a frequência permite pensar sobre a recorrência ao assunto no período de 12 anos do levantamento no acervo do A Tarde. Entretanto, já aprendemos, com a análise do material da Folha de São Paulo – sobretudo quando comparada com as publicações de Andrade *et al* –, que o silêncio sobre algo também é fala. A ausência de conflitos socioambientais neste jornal fala acerca do regime de verdade (Foucault, 2011), que este jornal queria construir sobre o Litoral Norte da Bahia.

Tabela 13 – Subcategorias de conflito do levantamento no A Tarde, 1989-2000.

<i>Subcategorias</i>	REFERÊNCIAS	
	Nº	%
“Barraqueiros”	3	4
Esgoto do Costa do Sauípe <i>Resort</i>	4	5,4
<i>Extração de areia das dunas</i>	5	6,8
“Farofeiros”	5	6,8
“Invasões”	8	10,8
“Privatização” da BA-099	42	56,7
“Sossego”	1	1,4
Traçado da Linha Verde	6	8,1
Total	74	100

Acervo da pesquisa, levantamento no acervo digital do A Tarde.

A análise da representatividade quantitativa das subcategorias de conflitos identificados no acervo do A Tarde tem pouco a dizer quantitativamente, na medida em que, nesse aspecto, todas as 8 subcategorias registradas por este jornal são relevantes para a compreensão de como eles ocorriam na APA-LN e, em dois deles, no Litoral Norte como um todo, no período de 1989

a 2000. Sem dúvida salta aos olhos o conflito acerca da “privatização” da BA-099, pela expressividade numérica, com mais de 50% do total de frequência sobre as demais categorias. Esta, “barraqueiros, “farofeiros” e “invasões” figuram com aspas, por serem apropriadas como categorias êmicas¹⁷⁰ apresentadas no material daquele jornal. “Sossego” também tem o mesmo caráter êmico, mas é reappropriado do minidoc “Linha Verde”.

Antecipam-se dois aspectos gerais sobre os conflitos identificados. Exceto o traçado da estrada, os demais foram noticiados a partir de 1995, posterior à inauguração da Linha Verde (primeiro evento), que ocorreu em dezembro de 1993. Os conflitos aconteceram, recorrentemente, envolvendo o território da vila de Porto de Sauípe, local próximo ao Costa do Sauípe *Resort* (segundo evento), com exceção dos conflitos que foram disparados pelo primeiro evento, mas que não se restringiram à APA-LN e contemplaram o Litoral Norte baiano, Linha Verde e Estrada do Coco, como a extração de areia das dunas e a “privatização”.

O primeiro conflito socioambiental identificado no levantamento do A Tarde foi registrado em 1992 (A Tarde, 11/01/1992), numa pequena chamada na capa, indicando publicação na íntegra no dia seguinte, um domingo, reproduzida abaixo. O objeto de disputa era o quanto a Linha Verde passaria próxima ao mar, ou seja, o seu traçado. O IEA/RIMA da BA-099 (HIGESA, 1992) registrou que a proposta inicial era uma distância de apenas 2km da praia, como analisado no quarto capítulo. Já na reportagem “Traçado da Linha Verde junto ao mar já provoca polêmica” (A Tarde, 12/01/1992), consta que a distância entre a rodovia e a praia era de, apenas, 50 metros.

A implantação da estrada ligando Salvador à divisa com Sergipe, pelo litoral norte [sic], é ponto pacífico. É a chamada linha verde [sic]. O que se discute é o seu traçado, de forma a preservar a região de dunas, lagunas e rica vegetação tropical. Havia um traçado muito próximo à faixa costeira, que levantou polêmica entre os ecologistas. O DERBA e a Secretaria dos Transportes garantem que tudo são ainda alternativas. A Tarde (11/01/1992, p. capa).

Todavia, a implantação da Linha Verde era algo incontestável, pois se tratava de “[...] uma prioridade do governador Antônio Carlos Magalhães.”, como já dito antes, sendo uma promessa de campanha (A Tarde, 12/01/1992). Em 1992, os acontecimentos promovidos pelo Estado baiano mostram a obstinação para a realização da obra. Vamos relembrar alguns. O edital de concorrência para a construção da Linha Verde foi publicado no A Tarde em

¹⁷⁰ São classificações elaboradas pelos próprios grupos sociais sobre as suas realidades.

18/03/1992, três meses antes do EIA-RIMA solicitando que opções mais distantes das praias fossem entregues ao CRA, o que ocorreu em junho de 1992. Um dia antes do referido edital, em 17/03/1992, o governo do Estado decretou a APA-LN, que agregou o discurso ambientalmente correto do Estado ao tratamento da região. Entretanto, o plano de manejo desta APA só foi publicado depois das obras da Linha Verde, exatamente um ano e dois meses depois (21/02/1995). Os atores sociais favoráveis à construção da estrada de forma impreterível eram o Governo estadual e suas representações institucionais, o DERBA e a Secretaria de Transporte, embora já se comentasse que havia “[...] grandes interesses empresariais correndo por trás [sic] da elaboração final do traçado. É fácil suspeitar que muitos proprietários de terras pressionaram para que seus rincões não sejam prejudicados.” (A Tarde, 12/01/1992, p. 2). Ainda neste texto é informado que a orla da APA-LN tinha a seguinte estrutura agrária “[...] 80km já são, hoje, propriedade exclusiva de 16 grupos, com faixas que vão de dois [2km] a 15km de terra.” (*idem*).

Os que contestavam o traçado inicial foram identificados como os ecologistas, dos quais destaca-se a atuação de Gilberto Gil, como presidente da Fundação Ondazul, que cobrou ao “[...] governador uma postura mais coerente com a apregoada preocupação de preservar a natureza. Um dossiê foi preparado [...]” (A Tarde, 12/01/1992, p. 2) e entregue em audiência por Gil a ACM. Este conflito teve como desfecho um consenso técnico, no qual a distância mínima acordada foi, em média, de 5km da faixa das praias.

Se considerarmos estritamente o conceito de conflito social de Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), a subcategoria de extração de areia das dunas ao longo de toda a BA-099 não contempla todos os elementos, ao menos não foi informado nenhum grupo social das vilas questionando a ação, nem de ecologistas. Foram identificados dois atores sociais: os “caçambeiros”, trabalhadores autônomos a serviço da especulação imobiliária, e o CRA, que não confrontava os primeiros em defesa do seu território, da sua cultura ou da sua cosmologia. A atuação desta instituição ocorria em nome da lei, da legislação ambiental que preconiza que as dunas são Áreas de Proteção Permanente (APPs). De acordo com o texto “Extração de areia ameaça dunas no Litoral Norte” de Antônio Bahia da Costa (A Tarde, 19/10/1998), tal ato é criminalizado na Lei Federal de Crimes Ambientais nº 9.605/1998, ainda válida. Portanto, não havia um objeto de disputa e sim um de defesa: as dunas.

Neste sentido, avalia-se que situações como estas, em que as instituições do Estado buscam defender um bem da natureza, se constituem em um conflito socioambiental formal, porque a legitimidade institucional para a contenda está na lei. Além disto, cabe, ao menos formalmente, ao Estado, a defesa da preservação ambiental que transcende um grupo social em

específico, na medida em que abarcar a todos os cidadãos, nascidos e de gerações futuras, que dependem da diminuição da rixa metabólica para o bem-estar e a continuidade da existência da espécie humana.

O conflito socioambiental por conta do esgoto do Costa do Sauípe está diretamente associado ao segundo evento, e já foi abordado nesta tese em menções às pesquisas de Nascimento (2010), no primeiro e terceiro capítulos, e de Andrade *et all* (2003c, 2004), e foi, igualmente, denunciado no “Linha Verde: estrada cicatriz”. O esgoto *in natura* deste *resort* estava sendo despejado no que veio a se constituir em um objeto de disputa: as lagoas localizadas em Porto de Sauípe e no Rio Sauípe. Os atores sociais envolvidos na disputa eram a comunidade desta vila e diretamente a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (EMBASA), mas, também, de forma indireta, o referido *resort*, uma vez que os esgotos se originavam lá. De acordo com um entrevistado, não identificado, por Adilson Fonsêca (A Tarde, 17/10/2000) e com as outras fontes já citadas, tratava-se de um caso grave de poluição ambiental. Acrescenta-se que também se tratava da apropriação de áreas comuns, lagoas e rio, pelo Estado, acionista majoritário (99,7%) da Embasa, em favorecimento de uma empresa privada, além de serem evidentes a injustiça e o racismo ambiental (Souza, A., 2015).

O problema mais grave, contudo, não foi discutido com os moradores e pescadores: a construção das lagoas de decantação de esgotos, a menos de 50 metros da margem do Rio Sauípe e em um terreno alagadiço, onde existem várias lagoas naturais. Para construir as lagoas de esgotos, a Embasa teve que aterrinar uma vasta área, onde existem pequenos cursos de água que servem como afluentes do Rio Sauípe, trazendo terras de outros locais, com sérios prejuízos ao meio ambiente. “Isso aqui é tudo terreno alagadiço, de lagoas, que será contaminado com as bacias de esgotos, que foram construídas sobre a terra arenosa”, disse um engenheiro, que preferiu não se identificar. Adilson Fonsêca “Embasa aterra lagoa e ameaça águas do Rio Sauípe” no A Tarde (17/10/2000, p. 3).

Comparando a data da citação da reportagem acima – que ocorreu, apenas, um mês depois da inauguração do primeiro hotel, o SuperClub *Breezes* –, com o ano de 2008, quando o “Linha Verde: estrada cicatriz” foi veiculado no *YouTube*, e com a pesquisa de Nascimento em 2010, pode-se perceber que o problema se estendeu por anos. É lícito deduzir que ele resultou em impacto socioambiental, principalmente em Porto de Sauípe, mas com potencial de se propagar pelo curso do Rio Sauípe. Como já abordado, os territórios das comunidades do Litoral Norte eram compostos por terra e por água – doces, mar e mangue –, sendo este último espaço de práticas de trabalho e de lazer, como descrito por Pombinho no “Linha Verde: estrada

cicatriz". Assim, as condutas de territorialidades das pessoas da vila de Porto de Sauípe foram cerceadas pela expansão do turismo massificado na APA-LN, que incidiu sobre o seu território.

Pelo exposto até agora, pode-se observar a existência de conflitos socioambientais envolvendo as dunas, as lagoas e o Rio Sauípe. Com a categoria êmica de “invasão” é possível perceber o conflito na disputa pelo ecossistema dos manguezais e pela margem do Rio Sauípe. Isto ocorria tanto pela ação da especulação imobiliária quanto pelo processo de favelização, como pode ser observado nas citações abaixo.

Entre Rios — Moradores de Porto do Sauípe, uma aldeia de pescadores na desembocadura do rio Sauípe, situada nas margens da Linha Verde, a cerca de 100 quilômetros do centro de Salvador, estão cobrando providências da prefeitura de Entre Rios para acabar com uma invasão nas margens do rio, destruindo manguezais e ocupando toda a área verde e de preservação ambiental de um loteamento local. O loteamento foi feito pela Imobiliária Costa Brava G. Para que fosse viabilizado, a prefeitura de Entre Rios exigiu que um percentual do terreno fosse destinado à área verde. “Prefeitos do Litoral Norte assistem a invasão de ricos” no A Tarde (24/01/1995, p. 6).

A vila está funcionando como polo de apoio para os empregados da construção. Os mais graduados ficam nas pousadas, mas outros, como os serventes, se juntam em grupos e alugam pequenas casas. Novas casas estão sendo construídas em áreas de mangue, contribuindo para a contaminação do manancial. Maíza de Andrade “Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança” no A Tarde (16/11/1998, p. 3).

[Em Porto de Sauípe] já na rua 1^a Travessa de Águas Compridas, a devastação ecológica encontrou a pobreza como sua colaboradora mais eficaz. Em meio ao manguezal estão sendo erguidas desde construções sólidas até barracos de tábua e papelão.

Questionados se estão cientes de que as construções podem desequilibrar o ecossistema, a resposta dos moradores é generalizada. Dizem que a sua maior preocupação é perder o único lugar que encontraram como abrigo. No local, a agressão à natureza está servindo como paliativo para a miséria. Clediana Ramos “Lixos e construções estão ‘matando’ ao manguezais em Porto de Sauípe” no A Tarde (13/05/1999, p. 5).

As citações acima se referem a “invasões” nos manguezais de Porto de Sauípe – objeto de disputas –, que ocorreram em diferentes datas e anos. Tais elementos permitem deduzir que se trata de um conflito ambiental de longo prazo, com variados atores sociais. O constante é a comunidade dessa vila que procurava, mais uma vez, defender seu território da especulação imobiliária, explícita na primeira citação, dos operários da construção do Costa do Sauípe, que figuram na segunda, e dos desvalidos da última citação. Os mangues, ecossistemas complexos de flora e fauna específicos, estavam sofrendo intensa pressão pelo avanço do turismo

imobiliário, com seus loteamentos e casas de segunda residência, e pessoas que migraram para a APA-LN em busca de uma oportunidade de trabalho no referido *resort*.

Foram registrados o acionamento do CRA e da Prefeitura de Entre Rios. Não se identificou informação acerca de encaminhamentos e/ou soluções por parte das autoridades competentes. Ainda sobre a atuação do poder público, como pode ser observado na primeira citação da página anterior, a prefeitura deste município não embargou a “invasão dos ricos” no manguezal (A Tarde, 24/01/1995), apenas “exigiu” que um percentual, não informado, fosse destinado à área verde. Entretanto, ao conduzir desta forma o conflito socioambiental, a própria municipalidade estava agindo como cúmplice de um crime ambiental. Os mangues, tais quais as dunas, são Áreas de Proteção Permanente (APPs), protegidos pelas leis n. 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e 12.651/2012 (Código Florestal).

Como pode ser observado na ilustração a seguir, o Litoral Norte foi alvo de uma matéria de página inteira, escrita pelo Adilson Fonsêca (A Tarde, 01/01/1995), na qual o autor abordou três categorias de conflitos socioambientais aqui estudados: “farofeiros”, “invasão” e “barraqueiros”. De acordo com o texto, estes últimos estavam em conflito, pelo menos, com dois outros grupos de construtoras que já estavam ocupando áreas na APA-LN: a Barreto de Araújo, com o projeto de “centenas de loteamentos”, e a Odebrecht, com o Projeto Sauípe. Além delas, o texto cita “moradores” sem outra qualificação e levantando dúvida se os “barraqueiros” também não seriam moradores da região. As construtoras disputavam a terra, alegando o domínio sob elas, e os “moradores” cobravam uma atuação das prefeituras dos respectivos lugares, no intuito de que elas discriminassem o uso do espaço e cuidassem, adequadamente, do acúmulo de lixo atribuído aos “barraqueiros” e aos “farofeiros”. Embora acionados enquanto atores competentes sobre estas contendas, não se identificou manifestação dos poderes municipais.

Um “barraqueiro” em específico foi citado – “Cabeça” – por José Alvez (A Tarde, em 01/01/1995), a quem ele atribuiu a liderança de uma reação à especulação imobiliária, realizando a ocupação da praia com outros “barraqueiros”, instalando os seus comércios. Os objetos de disputas que envolviam os barraqueiros eram a praia de Porto de Sauípe e a área próxima à foz dos rios Imbassay, Inhambupe e Sauípe. Todos dentro da APA-LN, portanto, todos acessados após a Linha Verde.

Ilustração 24 – Textos sobre as categorias “invasão”, “barraqueiros” e “farofeiros” no A Tarde, em 01/01/1995

B — Geral

A TARDE • Domingo • 1/1/1995

Linha Verde sem estrutura para o Verão

Copie o encalheamento semelhante da Praia do Farol que causa perda desastrosa de areia da Praia da Linha Verde. A praia é a única que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Foto: Adilson Pires/PressPhoto

Fotos: Mídia Bahiana

No dia seguinte, quando o verão chega, é só desastre. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

A praia da Praia do Farol, sede da Praia das Dunas, é a única que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Foto: Adilson Pires/PressPhoto

Fotos: Mídia Bahiana

Palco da explosão imobiliária

Espécie de “casa-palácio” mede 100 m². Faz parte da Praia das Dunas, que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Comerciantes dos vilarejos já se ajustam ao turismo

O comércio das Praias das Dunas, que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Farofeiros tumultuam praias

Os farofeiros invadiram as praias da Praia das Dunas, que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Disputa de areia

Na Praia do Farol, a praia da Praia das Dunas, que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Ativistas protestam contra invasões na Praia das Dunas

Os ativistas protestaram contra as invasões na Praia das Dunas, que não tem estrutura para o verão. As pessoas que vivem lá só conseguem chegar ao mar de ônibus ou caminhão. O verão é um desastre.

Fonte: Acervo da pesquisa do levantamento no acervo digital do A Tarde.

“Além dos chamados farofeiros, outro problema enfrentado em diversas localidades é a proliferação indiscriminada de barracas de praias [...] O acúmulo de lixo, detritos e material deixados pelos banhistas e barraqueiros é um dos problemas mais relatados pelos moradores [...]”, trecho de “Farofeiros tumultuam praias”, por Adilson Fonsêca, no A Tarde (01/01/1995, p. 8). Os “barraqueiros” e os “farofeiros” tinham comportamentos qualificados pelos moradores como de *outsiders* (Elias; Scotson, 2000), pois não agiam de acordo com a cultura da região, podendo ser definidos como potenciais propulsores de rixas metabólicas com a natureza dos lugares supracitados. Todavia, ao que parece, o comportamento dos “farofeiros” era avaliado como abjeto e perturbador do “sossego”, cabendo, portanto, um controle efetivo e até restrição de acesso às praias da APA-LN, tal qual foi igualmente identificado por Luchiari (1999) em Ubatuba, no litoral de São Paulo.

E, enquanto a elite se isola nos condomínios, com seus empregados uniformizados, o turismo popular é proibido, confinado ou monitorado. O campismo foi proibido em quase toda a orla, com exceção das praias mais isoladas, ao norte do município. Os ônibus de excursionistas só são admitidos com prévia orientação. No bairro do Perequê-Açu, encontra-se o único terminal turístico com capacidade para receber até setenta (70) ônibus, com lanchonete, banheiros, guarda-volumes e recepcionista. As empresas, antes de estacionarem seus veículos, devem ser cadastradas na Companhia Municipal de Turismo (COMTUR). (*idem*, p. 152).

A solução de controle e de confinamento dos “farofeiros” é igualmente sugerida por Adilson Fonsêca em “Farofeiros tumultuam praias” (A Tarde, 01/01/1995, p. 8): “[...] construção de *campings* dotados de infra-estrutura mínima para os que visitam as praias do Litoral Norte [...] Campings que possuam sanitários, água, luz, segurança, estacionamento etc.” De acordo com o autor (*idem*), os “farofeiros” eram oriundos de Esplanada, Alagoinhas, Entre Rios e Pojuca e eram avaliados depreciativamente por vários motivos: por serem “despejados aos milhares nos finais de semana; por produzirem muito lixo; por deixarem rastro de lixo; por armarem “barraca a esmo”; por usarem as areias das praias como banheiro; por consumirem pouco; por gerarem brigas, tumultos e “tragédias”, portanto, situações que atacavam o “sossego” dos moradores.

Ilustração 25 – “Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança”, em 16/11/1998

Fonte: Acervo da pesquisa do levantamento no acervo digital do A Tarde.

Os “farofeiros” eram os atores sociais disparadores de conflitos ambientais com os moradores e os comerciantes das vilas de Imbassay e Sauípe, e foram assim nominalmente categorizados por Adilson Fonsêca (*idem*). Os “farofeiros” disputavam o acesso às praias e aos rios destes lugares ou, podendo ser interpretado ainda, que eles pleiteavam o direito ao lazer nestes ambientes. No primeiro lugar, 12 proprietários de pousadas acionaram a Prefeitura de

Mata de São João, que proibiu o acesso dos ônibus de excursão com “farofeiros” à praia de Imbassay¹⁷¹.

Retorna-se à categoria êmica “Sossego” – utilizada pelos moradores da APA-LN no minidoc analisado no terceiro capítulo – como antônimo de insegurança. Maiza Andrade (*A Tarde*, 16/11/1998, p. 3) noticiou que os moradores de Porto de Sauípe protestavam contra a insegurança na região, como pode ser observado na ilustração acima – “Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança”. Neste consta o relato de Marcela Ferri – então presidenta da Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe – acerca dos “farofeiros”, termo não utilizado por ela. Ela ponderava, que, embora compreendesse o direito ao lazer das “[...] pessoas que foram rejeitadas de outras praias por causa da bagunça que fazem [...]” (*idem*), temia a insegurança com o acesso de 3.000 pessoas à barra do rio Sauípe, aos domingos, acrescentando que na semana anterior à reportagem, uma briga tinha terminado em uma tragédia, com três pessoas mortas.

Todavia, o protesto era de fato contra o “megaprojeto turístico de Sauípe”, uma vez que uma moça da vila tinha sido estuprada¹⁷² por três operários da Odebrecht naqueles dias. Nesta contenda – envolvendo os moradores de Porto de Sauípe, que foram direta e continuamente expostos ao Projeto Sauípe ainda na sua construção, e a Odebrecht – o objeto de disputa ultrapassa a categoria empregada. Trata-se do direito à vida, enquanto integridade física e pulsão de viver, que difere do medo, da tensão e dos adoecimentos a que as pessoas são expostas nos processos de urbanização que, comumente, avançam com o turismo. Na ocasião, a comunidade queixava-se também de não acompanhamento/fiscalização do Estado das obras e das condições que elas impunham às pessoas da região, sobretudo, as de Porto de Sauípe.

Tanto a perda do “sossego” quanto a “privatização” da Ba-099 são conflitos que se desdobram dos dois eventos balizares da pesquisa, mas, tal qual a extração de areia das dunas, não são conflitos socioambientais. Este último é constituído pela disputa por um espaço, especificamente pelo direito de ir e vir no Litoral Norte, sem ter que pagar por isto, como até então ocorria. Além disto, ele extrapola o limite espacial desta pesquisa, que é a APA-LN/BA.

¹⁷¹ Registra-se o uso de “farofeiros” em uma relação comercial, que a *priori*, com os elementos disponíveis para análise, não pode ser classificado como um conflito socioambiental. Tal adjetivação foi utilizada por Luiz Andrade – proprietário da Fazenda Marlin, localizada no povoado de Palame, município de Esplanada – ao se referir aos clientes que visitam a sua fazenda, que para ele eram: “Geralmente são novos ricos, que deseducadamente deixam pelo caminho muito lixo”. “Paraíso ecológico é agredido por visitantes” por José Bonfim, no *A Tarde* (20/05/1997, p. 7).

¹⁷² Igual crime ocorreu com uma moça de Diogo, cometido por homens estranhos, não moradores da região, nas dunas entre esta vila e a de Santo Antônio (Capinan, 2009).

A despeito disto, optou-se por registrar este intenso conflito envolvendo os moradores de Abrantes, Buris de Abrantes, Jauá, Areias, Pé de Areias, Cascalheiras e adjacências – lugarejos da orla do município de Camaçari – e outro ator social que figurou ao longo desta tese: Odebrecht. Esta junto com a OAS formaram o CLN, que conquistou a concessão de explorar a BA-099, Estrada do Coco e Linha Verde, por 25 anos (A Tarde, 10/11/2000). E mais uma vez a elite econômica, social e simbólica da Bahia e do Brasil marcou a história do Litoral Norte baiano. Como já foi exposto neste capítulo, pouco depois desta concessão, a Odebrecht vendeu sua diminuta cota no referido *resort* à PREVI (Lima, 2006).

Diversos atores institucionais figuraram nesta contenda, para além dos dois tipos já citados. O deputado estadual João Henrique (Partido Democrático Trabalhista - PDT) entrou com uma representação no Ministério Público, alegando irregularidade¹⁷³ no processo de “privatização” da BA-099. Por sua vez, a Promotoria de Justiça da Cidadania atribuiu um inquérito civil público para a apuração da denúncia (Machado, A Tarde, 10/11/2000). João Henrique aparece reiteradas vezes nas reportagens, como também outros deputados estaduais – Moema Gramacho e Luiz Bassuma, ambos do PT –, em ocasiões de manifestação dos moradores das referidas localidades. A Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (CENTREL) também participou da contenda, manifestando preocupação com os deslocamentos de sua frota de caminhões e de seus funcionários em texto de Chico Araújo (A Tarde, 23/02/2000).

A cobrança do pedágio começou logo após a inauguração do Costa Sauípe, em novembro de 2000, como um mecanismo de controle seletivo de quem poderia acessar a região e a exploração de um filão comercial com perspectiva de aumento, considerando o fluxo de turistas após o funcionamento do que foi o primeiro *resort all inclusive* do Brasil. Por sua vez, o Ministério Público ampliou o leque de atores sociais ao acionar as direções do DERBA e da Assembleia Legislativa da Bahia para responderem ao inquérito (A Tarde, 17/11/2000; 17/11/2000).

Naquele mesmo mês, os moradores de Jauá, Arembepe, Vila de Abrantes, Buris e Cascalheiras realizaram manifestação com carreata contra a cobrança do pedágio aos residentes destes lugares. Na ocasião, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) esteve presente, como também os deputados João Henrique e Jacques Wagner (A Tarde, 19/11/2000). Um mês depois da

¹⁷³ Segundo o deputado João Henrique, a concessão não foi submetida a avaliação pela Assembleia Legislativa, a cobrança do pedágio não poderia anteceder o condicionamento da duplicação da primeira etapa – do Rio Joanes até Arembepe – e a cobrança majorada em 50% nos finais de semana (Machado, A Tarde, 10/11/2000).

manifestação, os moradores já tinham organizado o Movimento Pedágio Livre. Em dezembro deste ano, atendendo à solicitação do prefeito de Camaçari – José Tude, do PFL – a CLN suspendeu a cobrança do pedágio por cerca de 20 dias para os moradores das referidas regiões (A Tarde, 02/12/2000). Em 14 de setembro de 2000, a Câmara Municipal de Camaçari havia aprovado a lei que previa a isenção do pedágio para as áreas de Vila de Abrantes, Buris, Jauá, Pé de Areias e Cascalheira, que teria sido sancionada pelo prefeito, mas que não foi regulamentada (A Tarde, 06/12/2000).

Identificaram-se mais duas reportagens que registraram manifestações dos moradores em defesa da continuidade do seu direito de uso do espaço sem cobrança, como sempre utilizaram nos seus percursos diários. Em manifestação no Centro de Camaçari, integrantes do Movimento Pedágio Livre reivindicaram suspensão definitiva do pedágio e a implantação da “Lei Vale-Pedágio”, mas não foram recebidos pelo poder público, que fez uso de carro de som com propaganda eleitoral para abafar a manifestação, além do acionamento dos seguranças da prefeitura. O ato reivindicatório do direito de ir e vir sobre um espaço historicamente usado para tal não só não encontrou a atuação do mediador do poder público municipal, como houve tentativa de intimidação e silenciamento, um cenário que descambou para o confronto físico entre os manifestantes e os seguranças da prefeitura (Rocha, A Tarde, 06/10/2000). Poucos dias depois, Adilson Fonsêca (A Tarde, 20/12/2000) registrou o indicativo de um novo protesto dos moradores dos lugares já referidos. Desta vez, estava previsto ocorrer na sede da Prefeitura na orla, que ficava a 1km da praça do pedágio. Eles temiam o fim da isenção mencionada, prevista para o dia 20 de dezembro, que dificultaria a vida de quem não havia conseguido realizar o cadastro junto à CLN e à Prefeitura, considerando a exiguidade do tempo destinado a isto, entre 02 e 20 de dezembro de 2000.

Mesmo durante o período de suspensão do pagamento, demais usuários não residentes nos lugares supramencionados seguiram pagando o pedágio. E apesar de aceitarem o pagamento, teciam críticas à qualidade do serviço, tendo em vista que a estrada ainda não havia sido duplicada, estava sem sinalização vertical em vários trechos e sem os telefones de emergência. Havia crítica, também, ao pagamento tanto para ir quanto para vir no intervalo de 24 horas, pois os usuários entendiam que pagavam dobrado (Araújo Neto, A Tarde, 27/11/2000), diferente do que ocorria em outros estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nos quais a cobrança do pedágio era feita apenas um vez, no intervalo de um dia, independente de quantas vezes os usuários circulassem neste intervalo de tempo.

A reportagem de Eduarda Uzêda e Gerson dos Santos (A Tarde, 18/12/2000) registra que pessoas estavam começando a vender suas casas em Jauá pela inviabilidade financeira do pedágio no orçamento familiar, além de informar que a estrutura montada no posto de cobrança da CLN não contemplava a passagem de pedestres, e os que a faziam, realizavam um desvio em um terreno acidentado para chegarem aos seus destinos. Marconi de Souza (A Tarde, 26/12/2000) informou que houve desdobramentos do pedágio no comércio da região, chegando a registrar a diminuição da clientela, entre 50% a 80%, e que até comerciantes de Praia do Forte se queixavam da evasão de clientes.

Das muitas informações identificadas – protestos, acionamento da justiça, projeto de lei etc. –, destacam-se três. Um posto de pedágio foi de fato implantado na Cascalheira – ponto de conexão do Litoral Norte com o município de Camaçari – como foi aventada a possibilidade no texto de Adilson Fonsêca (A Tarde, 20/12/2000). O poder legislativo segue buscando atuar, mas o que se localizou de mais efetivo foram dois projetos de lei que visam implementar a isenção da cobrança de pedágio para moradores próximos às praças de pedágio. Um é da deputada estadual Kátia Oliveira, do União Brasil (UB-BA), apresentado em 03 de março de 2023, que foi aprovado em 26 deste mesmo mês e seguiu para aprovação do Senado, antes da sanção do presidente. Um outro, do senador Cleitinho (Republicanos – MG), que apresentou projeto de lei com igual propósito, também em 2023. E o último fato foi localizado nas “demonstrações contábeis” da CLN (Auditor Independente, 2022), disponível no site da empresa. Atualmente, a Odebrecht segue fazendo parte da CLN, com 7,08%, sendo identificada como “Odebrecht Transport S.A”, e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A (INVEPAR), que tem 92,92% do capital da concessionária (*idem*, p. 23). Ou seja, a família Odebrecht mantém, ainda, atividade comercial no Litoral Norte da Bahia, diretamente relacionada à Linha Verde e, indiretamente, ao turismo implantado na região.

A análise nos materiais levantados nos dois jornais demonstrou que estes são fontes potentes para pesquisas sociológicas com abordagem diacrônica, que a combinação entre um de circulação nacional e outro local permitiu a compreensão, em diferentes âmbitos e níveis, dos conflitos socioambientais, considerando as características da Folha de São Paulo e do A Tarde já descritas neste capítulo. Estes, os EIAs/RIMAS e o minidoc proporcionaram uma visão mais ampla dos conflitos – camadas destes no local em relação ao nacional – que se desdobraram dos dois eventos balizares na APA-LN, abordada pelo Estado como uma área de investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A esse propósito, Pádua (1999) sublinhou que as desigualdades sociais internas em países como o Brasil, lembrando que a questão não se refere necessariamente às diferenças entre Estados-nações, mas, de modo geral, às elites ricas que vivem à custa do espaço ambiental dos segmentos mais pobres no seu próprio país.” Zhouri e Laschefski (2010, p. 10).

Ao final desta trajetória de cinco capítulos, cotejando variadas fontes, é possível confirmar o pressuposto inicial da pesquisa, que os dois eventos relacionados ao turismo, a expansão da BA-099 e o empreendimento Costa do Sauípe *Resort*, gestaram conflitos socioambientais na APA-LN da Bahia. As diferentes fontes – documentos oficiais, minidoc “Linha Verde: estrada cicatriz”, EIAs-RIMAs e os jornais A Tarde e Folha de São Paulo – proporcionaram uma triangulação dos dados, confirmando ou acrescentando informações ao longo período que esta pesquisa abarcou, de 1988 a 2017.

Neste sentido, os jornais se apresentam com especificidades no que tange à cobertura acerca do Litoral Norte da Bahia para o período. A Folha de São Paulo mostrou-se como uma instituição comprometida com a constituição de um regime de verdade (Foucault, 2011) ou, para ser mais precisa, um regime de verdade única, ao pautar a região especificamente pelo aspecto econômico. Este jornal centrou suas produções sobre o Litoral Norte da Bahia no Costa do Sauípe, ou seja, cristalizando a região no seu produto turismo de *resort* para vendê-la, portanto, não assumindo uma postura crítica às problemáticas relacionados a esta atividade naquela região. A matéria diferente desta tônica foi, apenas, uma que levantava suspeita sobre o “superfaturamento” na construção desse *resort* pela Odebrecht, já tendo a PREVI como sócia. A postura assumida pela Folha foi de marcar tal região como uma paisagem/ um refúgio da natureza, que congregava elementos de modernidade e urbanidade, tais quais: aeroporto perto, rodovia para acesso fácil, climatização, cosmopolitismo gastronômico e diversidade de opções de lazer. Tudo isso em uma única “bolha ambiental”.

O A Tarde, enquanto um jornal estadual, apresentou uma pauta mais diversificada e conectada com os variados acontecimentos locais, possibilitando assim uma apreensão mais próxima da complexidade de uma região como a APA-LN para o período de 1988 a 2000, tendo em vista que mais uma vez ela estava sendo alvo da expansão do capital. Desta vez, na face do *trade* turístico, que contava, por sua vez, com o subsídio de políticas públicas de infraestrutura viária, de saneamento básico e para o turismo (PRODETUR-BA e PRODETUR-NE I e II).

No que tange ao editorial, este jornal apresentou informações sobre os eventos e a APA-LN em si, numa seção não identificada na Folha, a de “opinião”. Este foi um espaço frutífero para a apreensão dos conflitos, nos sentidos que lhe são interpretados por Simmel e por Massey. Os textos de opinião assinados eram críticas ao conjunto de políticas direcionadas à APA-LN, como as do poeta Carlos Capinan, e as sem autoria se posicionavam contrárias à do primeiro tipo e, por tabela, defensoras da ação estatal desenvolvimentista na região.

Portanto, sem negar que a ausência de dados sobre conflito na Folha de São Paulo é em si uma informação relevante, cabe destacar que a imprensa estadual se mostrou muito mais atuante nos registros da diversidade acerca do Litoral Norte baiano e, sobretudo, no que se refere aos conflitos socioambientais engendrados pelos dois eventos balizares desta tese. Todavia, a possibilidade de comparação entre estes dois jornais se constituiu como elemento de interesse, sobretudo, pelas diferentes apreensões que eles fizeram acerca dessa região.

Do ponto de vista geral, cabe registrar que não se planejou acompanhar a continuidade temporal de um conflito socioambiental, cobrindo em detalhes os seus acontecimentos, na medida em que não se tomou um conflito como um estudo de caso único. Optou-se por se trabalhar com os conflitos socioambientais de toda a extensão da APA-LN, sem medir os tempos de duração de forma separada. Dito de outra forma, avalia-se que a temporalidade de um conflito não pode ser um elemento definidor, cobrindo-se uma região administrativa como um todo, apesar da realização de levantamentos longos.

Compreende-se que, neste tipo de fonte, o registro em si, com os elementos básicos de composição de conflito socioambiental – atores sociais distintos em contenda acerca de um objeto de disputa –, já é um dado em si significativo, considerando certa disposição ao silenciamento sobre questões ambientais que envolvem grupos de interesses nutridos de capital simbólico – tal qual a Odebrecht e, à época, o grupo carlista –, como foi possível observar na postura editorial assumida pela Folha de São Paulo acerca do Litoral Norte baiano.

Os EIAs/RIMAs são um tipo fonte, aparentemente, não propícia à apreensão de conflitos socioambientais, na medida em que é um documento que registra o “consenso técnico”, formalizado na escrita de tais peças e na entrega delas para as instituições competentes pelo assunto em cada estado. Todavia, os EIAs/RIMAs permitem acompanhar as movimentações dos atores sociais para o engendramento do referido consenso e, tal qual na Folha de São Paulo, permitem a apreensão pelos silenciamentos e pela própria tentativa de ocultar a existência de conflitos. De forma explícita, eles se constituem, sem dúvida, em um

aporte de informações sobre impactos, ao menos os que são convenientes à visibilização. Todavia, embora no corpo da lei eles se apresentem como ferramentas potentes para a gestão ambiental, o que se pode observar na análise dos EIAs/RIMAs dos eventos e na literatura acerca desta atividade é que cada vez mais há uma certeza na liberação das licenças (prévia, instalação e operação): que vêm tornando este tipo de estudo – apesar de serem considerados como “freios” ao desenvolvimento e ao progresso do país – peças burocráticas, destinadas a, apenas, compor o rito burocrático dos processos administrativos das instituições públicas ligadas à questão. A concentração teórico-metodológica em revisão da literatura – sem sequer uma discussão com o material levantado, o conhecido estado da arte – e sem o trabalho de campo efetivo e ampliado na busca por compreender os humanos e os não humanos da região foi algo patente nos dois documentos. Os primeiros e os segundos são minimizados como elementos da paisagem a serem, enquanto natureza, manipulados com o controle do risco burocrático, para assim garantirem o fluxo do desenvolvimento, jargão legitimador e síntese da expansão de fronteiras do capital.

Tal movimentação do capital vem ocorrendo com a ingerência do neoliberalismo via instituições internacionais de financiamento – BID, Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. – e com a leniência do Estado brasileiro, que atua de forma ambígua como o defensor e o mercador dos bens da natureza do nosso país, em detrimento da função de protetor do meio ambiente, conforme a CF/88. Lembra-se, ainda, que a proteção e a preservação dos bens da natureza por parte do Estado visam cuidá-los e proporcioná-los às gerações atuais e às vindouras. Ou seja, cabe ao Estado se empenhar em estabelecer uma relação de equilíbrio com o meio ambiente, quiçá de metabolismo social (Marx, 2011).

O minidoc de subtítulo tão significativo – Linha Verde: estrada cicatriz – se constituiu em peça-chave na construção teórico-metodológica da pesquisa. Isto porque ele, associado ao trabalho de campo desenvolvido junto ao NUCLEAR, permitiu trabalhar o conceito de evento; além dele ter proporcionado a escuta de variados atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais na região. Todos eles tiveram voz e vez, o que nos permitiu acessar as complexidades das contendas e, também, ouvir agentes sociais que dificilmente se disporiam a ceder uma entrevista a uma pesquisadora sozinha, ligada a uma universidade pública. O minidoc permitiu, ainda, um alcance em detalhes sobre os lugares da APA-LN não abarcados pela Folha de São Paulo ou pelos EIAs/RIMAs e, igualmente, o alcance de um período cronológico não contemplado pelo levantamento realizado no A Tarde, uma vez que ele foi

postado no *You tube* em 2008 e, tudo indica, realizado após 2000, ano limite do levantamento neste jornal, definido pela inauguração do Costa do Sauípe *Resort*.

Os documentos oficiais sobre as APAs na Bahia, seus planos de manejos e os relativos às políticas públicas direcionadas ao turismo – PRODETUR-BA, PRODETUR-I e PRODETUR-II – permitiram uma apreensão macro analítica da atuação do Estado/governos baianos, bem como a concatenação de ambos os segmentos – ambiental e turístico – em políticas públicas direcionadas a propiciarem suporte para a expansão do capital na região. O conjunto de documentos chama a atenção também para a forma de condução dos diferentes grupos políticos. Outrora, o grupo carlista, de direita, conduziu a questão ambiental de formaativa no que tange à criação de APAs, como se os decretos, por eles mesmos, fossem suficientes para a materialidade da gestão ambiental em si, em consonância com a legislação. Por tudo que já vimos até aqui, sabemos que não foi suficiente nem eficaz. Nos últimos quase 20 anos, os governos autointitulados de centro-esquerda não criaram APAs, mas igualmente não implementaram uma gestão ambiental via a realização dos planos de manejos das APAs que ainda não dispõem e/ou buscaram aplicar os das que já dispõem deste instrumento de planejamento e monitoramento ambiental. Sequer identificou-se a revisão de algum plano de manejo já existente. Em síntese, o que há em comum entre ambos os grupos políticos no tratamento dos bens de natureza e da gestão ambiental é a flexibilização da legislação ambiental, de modo a garantir e a propagar – outro ponto de encontro ideológico e prático destes grupos – a *doxa* desenvolvimentista. Logo, é possível presumir que a criação de áreas exclusivas de proteção ambiental foi uma estratégia do capital para obter exclusividade fundiária em determinados locais, mas que atualmente já não é mais conveniente.

A atuação do Estado/Governo baiano ao longo do período do estudo foi de associação ao interesse do capital, em nível estadual, com a condução do carlismo – dentre outras coisas com o pioneirismo da criação do PRODETUR-BA, que precedeu o programa federal – e em âmbito federal com as duas etapas do PRODETUR-NE, além da atuação do Fundo de Pensão Complementar (FPC) – repete-se, para dar ênfase ao caráter estatal do “investidor” – a PREVI na compra de cotas e depois de plena e exclusiva propriedade do Costa do Sauípe, assumindo um risco incomum, por ser único comprador e, ainda, de uma quantidade alta de cotas, superior a 95%, de um novo empreendimento numa região com potencial, mas que ainda não era um polo do turismo imobiliário e massificado. Mais duas faces escandalosas de parceria entre o Estado/Governo e a “iniciativa privada” foram: o aumento superior a 50% do orçamento da construção deste *resort*; a EMBASA ter assumido a responsabilidade social e financeira sobre

os efluentes líquidos daquele empreendimento e, ainda, o fazendo de forma incongruente com a legislação ambiental.

Pode-se observar, acerca da problemática ambiental na APA-LN baiana, que a legislação deste campo, apregoada como recurso moderno do direito voltado, em síntese, à preservação e proteção da natureza para as gerações atuais e futuras, vem sendo apropriada para a manutenção de velhas práticas da questão agrária do país. Mais uma vez, as leis vêm sendo flexíveis e coniventes com a classe dos proprietários de terra, em detrimento de classes subalternizadas, pela retirada dos seus meios de produção, que, simultaneamente, lhes impõe uma rixa metabólica com o espaço que outrora se constituía, prioritariamente, como seus territórios. Enquanto uma UC é uma garantia de reserva de valor para os proprietários de terra, a APA possibilita uma flexibilização quando conveniente à classe dos proprietários. Neste sentido, a RPPN, sobreposta ou não a uma APA, é outro exemplo da possibilidade de apropriação do direito ambiental para legitimar velhas práticas de domínio com respaldo estatal, na medida em que vem sendo usada, também, para garantir privilégios e domínio sobre as terras por uma elite que ocupa ou se mantém associada ao poder político instituído.

Logo, o problema ambiental que ocorre no Brasil não se faz presente por falta de uma regulamentação legal acerca dos bens da natureza. Não que as existentes sejam perfeitas e sim porque elas sequer são efetivamente aplicadas para que se possa auferir sua eficácia e seus limites. Precisa-se de um Estado atuante e que promova, não só o cumprimento das leis, como também promova equidade social – ao menos para algumas problemáticas históricas do Brasil – que ele esteja igualmente implicado no cumprimento da legislação ambiental. Citam-se dois exemplos deste tipo: a efetivação dos direitos comunais dos povos de ecossistema sob os seus territórios, como previsto na CF/88, e a reforma agrária, que, repete-se, nunca aconteceu no nosso país.

Em determinado momento da escrita, percebeu-se uma resistência na utilização da sigla CNO ou até mesmo da referência de forma extensa, Construtora Odebrecht ou Construtora Norberto Odebrecht. Na medida em que a pesquisa avançava e se percebia a presença constante da Odebrecht no Litoral Norte baiano, a sua relação com o grupo carlista e as possíveis relações com o poder federal, o que se firmava na escrita era a família e não a empresa, na medida em que a construtora é um segmento de atuação comercial da família, que tem outros e diversificados espaços de atuação econômica. Era a família Odebrecht, enquanto membro de uma elite baiana e nacional, que se firmava, enquanto detentora de um capital social, econômico e simbólico que lhe permitiu transitar entre diferentes grupos políticos – de esquerda e de direita

–, atuar em diversificados segmentos – construção civil, turismo, concessões de estradas públicas etc. – e, sobretudo, lhe proporcionou o aporte contínuo do Estado em suas investidas empresariais. As famílias da elite brasileira, como a Odebrecht, se mantêm no poder público por variadas relações, nem sempre lícitas, que lhes garante a defesa dos seus interesses em detrimento de outros segmentos da população brasileira, a qual chega às migalhas que caem da mesa delas – como os propagados 3.000 empregos diretos e ainda mais duvidosos 12.000 indiretos no Litoral Norte –, quando mecanismos de expulsão do acesso aos bens da natureza e a depredação do meio ambiente são acionados em um empreendimento como o Costa do Sauípe *Resort*.

No segmento turístico, estas elites nacionais estabelecem uma relação de parceria não só com o Estado, como também com os grupos hoteleiros internacionais que, consumidores de paisagens que são, estão sempre em busca de um novo destino para ser propagandeado como a Cancún da vez. Isto sem assumirem, necessariamente, a propriedade da terra nem arcarem com prejuízos que podem acontecerem em um negócio com certa sazonalidade. O risco fica por conta do proprietário; a eles cabe a garantia dos dividendos mínimos, independente do lucro líquido, e a gestão do hotel, via o renome de suas bandeiras, bem como a possibilidade, provavelmente registrada em contrato, de retirada tão logo avaliem que não é mais interessante.

Como dito no primeiro parágrafo desta seção, conflitos ocorreram após os eventos balizares, que, por sua vez, estavam relacionados ao turismo. Eles foram retratados em quase todas as fontes, exceto nos EIAs/RIMAs, na Folha de São Paulo e nos documentos oficiais sobre o PRODETUR, o decreto e o plano de Manejo da APA-LN. Duas fontes se destacaram no registro de contendas socioambientais: o minidoc (Linha, 2008) e o jornal A Tarde. Estas permitiram uma aproximação relevante dos atores sociais, dos lugares, dos conflitos e dos objetos de disputas.

No “Linha Verde: estrada cicatriz” foram identificados cinco conflitos envolvendo lugares variados e igual característica para os objetos de disputas, alguns dos quais correspondendo a parte significativa dos territórios das comunidades. Deste tipo estão o ocorrido com as de Pau Grande e Barreto, em Praia do Forte, que viviam o cerceamento de suas condutas de territorialidades e temiam a expulsão frente ao proprietário e sua gestão deste lugar, o alemão Klauss Peter. O conflito envolvendo a vila de Santo Antônio é igualmente narrado pelas pessoas do lugar e pelo Paulo Roberto, identificado como proprietário da fazenda na qual a vila se constituiu como tal há gerações. Ele, por sua vez, procurou defini-la, em consonância com os marcos legais ambientais, como uma RPPN, que não valida o domínio da comunidade,

e pior, potencializa o cerceamento de condutas de territorialidades. Em Imbassay o conflito se deu pela tentativa de ocupação de zona úmida e do cordão de dunas, que são definidas como APPs pelo empreendimento “Reserva Imbassay”. Estes três lugares estão situados no litoral do município de Mata de São João. Por sua vez, dois conflitos registrados ocorrem em lugares situados na costa da municipalidade de Entre Rios. Em um houve a tentativa de ocupação de área de brejo em Batinema, narrada por Pombinho, e em outro ocorreu o cerceamento de condutas de territorialidades na praia e nos caminhos de Massarandupió, que foi vivenciado por esta comunidade em oposição à empresa estrangeira PACAB.

O jornal *A Tarde* apresentou 9 tipos de conflitos diferentes. Destes, 7 foram socioambientais, que podem ser categorizados em dois grupos. O primeiro dele se refere ao prenúncio de ampliação da BA-099, especificamente, ao traçado da estrada próximo ao mar e envolveu atores sociais classificados como ambientalistas, variadas instituições públicas e os seus técnicos e culminou num consenso técnico de 5km, em média, distante da praia, sem dúvida maior do que o inicialmente planejado (2km), mas não deixa de gerar dúvida acerca do que foi determinante para esta distância intermediária: elementos técnicos ou políticos. Um conjunto de conflitos ocorreram exatamente em lugares da APA-LN, situadas nos litorais dos municípios supramencionados, e adotaram-se três categorias êmicas utilizadas no jornal para identificá-los: “barraqueiros”, “farofeiros” e “invasões”. Estes são legados dos eventos em apreço e da atividade turística, imobiliária e massificada, e estão no limite poroso entre serem de classe social (Marx, 2005) e/ou de hierarquias outras, como a existente entre os estabelecidos e os *outsiders* (Elias; Scotson, 2000).

Os outros três conflitos registrados no *A Tarde* extrapolam os limites metodológicos estabelecidos na APA-LN, mas, por compreender-se que eles foram disparados pelos eventos e que se propagam por todo o litoral, realizaram-se suas descrições e análises. O que é definido no jornal como “privatização” da Linha Verde ocupou 56,7% das 74 referências sobre o conflito. Este segue sem uma solução para a população que mora próxima à praça de pedágio, portanto, segue latente alternando momentos quentes e outros nem tanto (Little, 2004) e chama atenção por conta, ainda, da atuação da Odebrecht na Concessionária Litoral Norte (CLN), que é a empresa que administra a rodovia deste de sua concessão. O outro conflito foi a extração de areia das dunas, ocorrida em variados lugares do Litoral Norte, inclusive nos situados na APA, sendo registrados como atores sociais os caçambeiros e o CRA. Este tipo de conflito legou à tese o construto analítico de conflito socioambiental formal, que pode ser definido quando ele ocorre entre atores sociais e as instituições estatais responsáveis pela defesa, proteção e

preservação do meio ambiente, enquanto bens da natureza de todos os cidadãos, inclusive, de gerações futuras. Por fim, o conflito envolvendo a perda do “sossego”, que é mais do que a perda da tranquilidade: é a exposição maior à violência.

Como abordado no primeiro capítulo, há limites entre os conflitos e os impactos ambientais. O primeiro, comumente, precedendo o segundo, quiçá podendo evitá-lo. Entretanto, o conflito pode não cessar após um impacto socioambiental. Isto ou a sua finalização dependerá das características de cada caso concreto. Neste sentido, o manejo pela EMBASA do efluentes líquidos (esgoto) do Costa do Sauípe em lagoas artificiais e o despejo *in natura* no rio Sauípe se apresentou no jornal A Tarde como um conflito socioambiental, ainda no início da operação deste *resort*, no último trimestre de 2000. No minidoc (Linha, 2008) e nas pesquisas de Nascimento (2010), Andrade *et al.* (2003c, 2004) e Andrade (2008), ele figura já como impacto. Todavia, como analisado no capítulo três, observa-se que o desdobramento em um impacto não cessou o conflito socioambiental entre as comunidades de Vila Sauípe e Porto de Sauípe com a EMBASA e, indiretamente, com o referido empreendimento.

Embora não se tivesse planejado a abordagem dos impactos, como já foi dito, isto foi inevitável. Além deste abordado acima, há outros descritos no EIA/RIMA do Projeto Sauípe (ECOPLAN, 1995), no A Tarde e pelo menos mais um no minidoc (Linha, 2008). Este último se refere aos “bolsões de pobreza” que se constituíram nos manguezais em Porto de Sauípe, que também figuram no A Tarde como conflitos socioambientais definidos emicamente como “invasões”, que, por sua vez, no “Linha Verde: estrada cicatriz” assumem característica de impacto. Sobre estas, é presumível que, por uma hierarquia, que difere de classe sociais, os conflitos socioambientais das “invasões” não cessaram, tendo em vista as diferentes concepções de mundo dos que se consideram estabelecidos na região e dos *outsiders*, que tinham acabado de chegar.

No jornal estadual, foi registrado, ainda, o impacto relativo à transmissão da leishmaniose visceral dos seus hospedeiros habituais para os cachorros e destes para os humanos, tendo aumentado a transmissão dessa doença no Litoral Norte, devido aos desmatamentos para a expansão da Ba-099, ao *boom* imobiliário e aos empreendimentos turísticos.

Por sua vez, os impactos registrados no EIA/RIMA do Projeto Sauípe foram imputados pela empresa responsável ECOPLAN (1995) às obras da Linha Verde. Esta os teria legado a área da Fazenda Sauípe: “nos cortes e nos taludes”; por excesso ou falta de água na vegetação; na degradação de áreas pelas atividades relativas à “área de empréstimo” e o “sítio da usina de

asfalto”; na fauna. O RIMA define estes acontecimentos como “impactos ambientais” (RIMA), mas pode-se redefini-los como socioambientais, por acréscimo de acontecimentos também atribuídos, por essa consultoria, à expansão da BA-099, que foram: o crescimento das ocupações desordenadas no estuário do rio Sauípe; o atropelamento de pessoas, inclusive com vítimas fatais; a potencialização do risco de atropelamento em ocasião de sepultamento no cemitério de Sauípe.

Considerando o que foi abordado até agora, pode-se afirmar que os problemas socioambientais se constituem em formas de conflitos de igual teor, consorciados a outras problemáticas estruturais da sociedade brasileira, como a concentração de terra, o não cumprimento da função social dela e a falta de uma reforma agrária num país, historicamente caracterizado por latifúndios. Os encontros dos povos de ecossistemas com os povos da biosfera tendem a gerar conflitos socioambientais, considerando que o “[...] conflito eclode quando o sentido e a utilização de espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território [...]” (Zhouri, Laschefski, Pereira, 2005, p. 12).

Lembra-se, ainda, que os territórios das comunidades da APA-LN são compostos de terra e de água, que encerram em si, como para tantos outros povos de ecossistema, não só estas materialidades. Os territórios são os espaços de pulsão de vida, pelas memórias sociais que abrigam, pelos elementos identitários que proporcionam ao grupo e aos seus membros, pelas temporalidades elípticas que contam os ciclos da natureza, e pelos tempos, aparentemente lineares, dos antepassados, de cada um e do todo que constituíram as vilas/as comunidades em sua história e em sua cosmologia.

Deseja-se que esta pesquisa e tantas outras investigações ultrapassem a conquista de títulos acadêmicos e a disposição nos *curriculum lattes*, mas que seja possível estabelecer um diálogo entre pesquisadoras/es e o Estado brasileiro, em seus variados poderes e instâncias de gestão. Assim poderemos aprender com o nosso passado e poderemos construir uma nação com memória, que se empenha em não reproduzir erros de políticas públicas e gestões anteriores. Como reproduzimos o mesmo modelo de turismo na APA-LN da Bahia, que já tinha sido implantado e se mostrado deletério, para humanos e não humanos, em Ubatuba-SP, amplamente detalhado por Luchiari (1999)? A resposta talvez seja uma outra pergunta: Até quando o Estado estará a serviço dos interesses das elites econômicas, sociais e políticas deste país? Alguns momentos da escrita desta tese foram duros, doloridos e, como dito aqui e ali no texto, ao constatar acontecimentos tão descabidos, como quando a EMBASA assumiu e realizou, em

discordância com a legislação, os efluentes líquidos do Costa do Sauípe *Resort* e quando um FPC entrou como sócio majoritário e, pouco depois, como único dono de um empreendimento da Odebrecht.

Na esteira final desta longa jornada, que é um doutoramento, deseja-se, ainda, que esta tese seja frutífera no impulsionamento de outras pesquisas. Neste sentido, identificam-se elementos que nela deixaram a possibilidade de novas investigações: estudo de caso sobre processos administrativos completos dos eventos nas instituições de licenciamento; estudo de caso sobre impasse acerca do traçado da estrada com base nos documentos disponíveis no Ministério Público; análise do novo *boom* imobiliário no Litoral Norte após a pandemia do COVID-19, com material disponível no Correio da Bahia; um estudo do processo de concessão de estradas para exploração da iniciativa privada, marcos legais, projetos de leis, casos empíricos; análise da apropriação dos FPC para as políticas desenvolvimentistas pelo Estado; estudo de caso sobre os investimentos, perdas e venda do Costa do Sauípe *Resort*; estudo acerca de como o Grupo Rio Quente vem administrando este empreendimento, no que tange à relação com o Estado e a medidas mitigadoras; apropriação da legislação ambiental para a manutenção da estrutura agrária; como anda a gestão socioambiental deste empreendimento pelo seu atual proprietário; como estão os conflitos socioambientais aqui registrados etc. Que nós, pesquisadoras/es deste país, sigamos contribuindo para que tenhamos uma memória social e que esta seja apropriada para a construção de políticas públicas mais eficientes e efetivas.

Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heunrisch Boll, 2004. p.
- _____. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heunrisch Boll, 2004. p. 7-12.
- _____. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b.
- _____. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. As disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan./abr. 2014, p. 84-105.
- AGRA FILHO, Severino Soares. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALMEIDA, Ricardo Acácio. **Mapeamento de unidades ambientais e evolução do uso da terra na Bacia do Rio Punhaí Litoral Norte (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Alisson Duarte Diniz, Salvador, BA, 2015. 117 f. il.
- ALVES, Dáfni; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; HENRIQUE, Anderson (2015). O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 24, n. 2, 2015.
- AMARAL, M. M. Construção de indicadores de sustentabilidade da piaçava (*Attalea funifera*) na mata atlântica. **Série mercado mata atlântica**: conselho nacional da reserva da biosfera da mata atlântica, São Paulo, caderno n. 44, maio 2015. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno_44.pdf Acesso em: 7 jun. 2015.
- ANDRADE, J. C. S.**. Programa Berimbau: iniciativa político-institucional de regulação de conflitos socioambientais na área de influência do Complexo Costa do Sauípe - Bahia. **RAC Eletrônica (Online)**, v. 2, p. 426-448, 2008.
- ANDRADE, J. C. S.; GOES, M. F. B. ; FRANCO, M. T.; VARGENS, E. C.. Regulação de Conflitos Socioambientais na área de proteção ambiental do litoral norte da Bahia: restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanato local. In: **ENANPAD 2003**, Atibaia - SP. Anais do XXVII ENANPAD 2003, 2003a.
- ANDRADE, J. C. S.; VARGENS, E. C.; FRANCO, M. T.; GOES, M. F. B. . Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do Complexo Costa do Sauípe - Bahia. In: VII

ENGEMA - Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2003, São Paulo. Anais do VII ENGEMA, 2003b.

ANDRADE, J. C. S.; FRANCO, M. T.; GOES, M. F. B. ; VARGENS, E. C. Conflitos sócio-ambientais na área de influência do complexo Costa do Sauípe: proposta de uma grade analítica. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre - RS, v. 09, n.32, 2003c.

_____. C. Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n.2, p. 459-476, 2003d.

_____. Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do complexo Costa do Sauípe - BA. **E & G. Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 1, p. 98-120, 2004.

ANDRADE, Ilo. **Caracterização e evolução pedogeomorfológica de um sistema de transformação argissolo-espodossolo nos tabuleiros costeiros da APA Litoral Norte do Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz, Salvador, BA, 2018.

ANTONIALLI, Suely A. C. et al. Spatial analysis of American visceral leishmaniasis in Mato Grosso do Sul state, Central Brazil. **Journal of infection**, v. 54, n. 5, p. 509-514, 2007.

ANUNCIAÇÃO, Diana. “**Esse mundo era todo nosso**”: fluxos migratórios e memória coletiva em uma comunidade rural do Litoral Norte da Bahia Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Lídia Pires Soares Cardel, Salvador, BA, 2016.

ARAUJO, Mayara M. S. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da especialidade funcional urbana da região Litoral Norte da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Salvador, BA, 2009.

ARONSON, Perla. La visión weberiana del conflicto social. **Conflict social**, Argentina. año 1, n. 0, nov./2008, p. 108-131.

BAHIA. SECTUR, Estratégia turismo e plano de ação. Salvador: Mímeo. Revisada em novembro de 1997 b.

_____. Secretaria de Cultura e Turismo. **Século XXI – consolidação do turismo:** estratégia turística da Bahia 2003-2020. Salvador: A Secretaria, 2005 a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Salvador e Entorno – PDITS**. Salvador: SCT, Fundação Getúlio Vargas, 2002, 707 p.

Auditor Independente. **Demonstrações contábeis:** Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN. Disponível em: https://www.clnorte.com.br/cln.comunique-se.com.br/CLN_Dez22.pdf Acesso em: 07 de maio de 2024.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Negros do Cedro:** estudo antropológico de um bairro rural. São Paulo: Ática, 1983.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Aplicações da PRODETUR.** Disponível em: <http://www.bnb.com.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/se_3_13_investimentos_futuros_setor_privado_090708.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

_____. **Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste:** PRODETUR. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/apresentacao/gerados/apresentacao.asp>>. Acesso em 19 ago. 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo:** a Casa da Torre de Garcia d'Ávila - da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo.** São Paulo: Papirus, 1991.

_____. As ciências sociais aplicadas ao turismo. SERRANO, Celia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção turismo).

BATISTA, Liz. **Dia da terra:** conheça a história da data criada para despertar a consciência ambiental. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,dia-da-terra-conheca-a-historia-da-data-criada-para-despertar-a-consciencia-ambiental,70003689155,0.htm> Acesso em: 10 ago. 2023.

BECK, Ulrick. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERIMBAU. **Programa social sustentável de Costa do Sauípe [Folheto].** Salvador: Complexo Costa do Sauípe, 2004.

BOORSTIN, D. **The image:** a guide to pseudo-events in American. Nova York: Harper, 1964.

BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves; COELHO JR, Luiz Moreira; BARROS, Dalmo Arantes. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 7, jul./2011, p. 1202-1210.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del espacio turístico.** Mèxico: Trillas, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BRASIL. Lei 4.771/1965. **Código Florestal Brasileiro** [on line]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. **Lei nº 6.902**, de 27.04.1981 – Dispõe sobre a Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Brasília: [s. n.], [1981]. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%...

Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. **LEI nº 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1985.

_____. **LEI nº 9.008**, de 22 de março de 1995. Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá providência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1995.

_____. **LEI nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998.

_____. **LEI nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999.

_____. **LEI nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

_____. **LEI nº 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

_____. **LEI nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Institui o novo código florestal brasileiro. [2] BRASIL.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**:

promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Acesso em: 31 jan. 2024.

BRITO, Francisco Matos. **Praia do(s) Forte(s) onde os fracos lutam para ter vez: (eco)** turismo, quilombolas e mudanças no Litoral Norte baiano. Salvador: Assembleia Legislativa – ALBA, 2018.

BURZA, Sakib; CROFT, S. L.; BOELAERT, M. *Seminar leishmaniasis*. Lancet Infectious Diseases, n. 6736, 2018, p. 1-20.

CAPINAN, Ubiraneila. **Identidade ou identidades?** A relação identitária das comunidades rurais negras, na Bahia, após aplicação do Artigo 68 da constituição brasileira. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Lídia Pires Soares Cardel, Salvador, BA, 2007. 66 f. il.

_____. **O quilombo que remanesce:** estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Lídia Pires Soares Cardel, Salvador, BA, 2009. 203 f. il.

_____. A Vila Diogo: a concepção do trabalho pós a implantação do turismo de larga escala na região do Litoral Norte, Bahia- Brasil. In: CARDEL, Lídia et al. **Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia:** diálogos interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2016.

_____. **Litoral Norte da Bahia:** estudo de casos acerca dos desdobramentos do turismo implementado via políticas públicas na região. Disponível: <https://youtu.be/tS5eUv6MWHc> Acesso: 29 dez. 2022.

CARDEL, Lídia M. P. S. **Os olhos que olham a água:** parentes e herdeiros no “*mundus*” camponês. 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Orientador: Klass Woortmann, Brasília, 1992.

CARDEL, Lídia et al. **Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia:** diálogos interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2016.

CARDEL, Lídia et al. **O Litoral Norte baiano visto sob as parciais lentes da mídia impressa do jornal Folha de São Paulo, 1990-2020.** Salvador: mimeo.

CARDOSO, Roberta de Carvalho. **Dimensões sociais do turismo sustentável:** estudo sobre a contribuição dos *resorts* de praia para o desenvolvimento das comunidades locais. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, Ernesto. Rumo ao Norte. **Correio**, Salvador. 24 e 25 jul./2021. Caderno especial – Saída para o Litoral.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudanças e deslocamento sociocultural no Litoral Norte da Bahia. **Turismo e análise**, São Paulo, v. 9, n 1, maio/1993, p. 61-75.

CARSON, Rachel. **Silent spring.** Boston, MA: Houghton Mifflin, 1962.

(CEAMA) Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA). **APA Litoral Norte do Estado da Bahia.** Disponível em: http://www.ceama.mp.ba.gov.br/biblioteca-virtual-nusf/cat_view/393-unidades-de-conservacao-estado-da-bahia/394-estaduais/395-apas.html Acesso em: 27 out. 2023

(CEPAL) COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **La inversión extranjera directa em América Latina y Caribe.** Santiago, Chile: Naciones Unidas, 2008.

COMTE, Augusto. **Reorganizar a sociedade.** Tradução Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, s/ data.

COSTA, Luciana B. **Epidemiologia da leishmaniose visceral na Bahia.** Tese (Doutorado Ciência Animal nos Trópicos) - Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia – Universidade Federal da Bahia, 2018.

DECRETO Estadual nº 1.046 de 17 de março de 1992. **Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-1.046-DE-17-DE-MAR%C3%87O-DE-1992-Litoral-Norte-do-Estado-da-Bahia.pdf> Acesso em: 03 jan. 2023.

DECRETO Federal nº 99.274 de 6 de junho de 1990. **Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981,** que dispõem, respectivamente, sobre a criação de reservas ecológicas, e áreas de proteção ambiental e sobre a política nacional de meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

DEPREST, Florence. Introdução- o aparecimento do turismo de massa. In: _____ **Inquérito sobre o turismo de massa:** a ecologia face ao território. Tradução Carlos Abolin de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A força da lei:** o “fundamento místico da autoridade”. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

DINIZ, Edite Luiz. **Tapera, Pau Grande e Barreiro:** uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Da divisão do trabalho social.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **O suicídio.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Antropologia e desenvolvimento. **Maragué**, Colômbia. v. 34, n. 1, ene./jun. 2020, p. 271-308. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/90546> Acesso em: 14 dez. 2023.

FEDERICE, Silvia. **Reencantando o mundo:** feminismo e a política dos comuns. Tradução Coletivo Sycorax – solo comum. São Paulo: Elefante, 2022.

FIRMIANO, Frederico Daia. Conflitos socioambientais no estado de Minas Gerais: uma análise do ano de 2019. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 3, nov. 2021/fev. 2022, p. 135-179.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Revista. Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 11, p. 105-117, 2001.

FOUCAULT, Michel. IV. Aula 06/02/1980. In: AVELINO, Nildo (Org.). **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France, 1979-1980: excertos/Michel Foucault. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. p. 77-87.

FLEUR, Rafaela. Aqui tem praia para todos os tipos de gostos. **Correio**, Salvador. 28 e 29 ago./2021. Caderno especial – Outros horizontes.

FRANKE, C.R.; STAUBACH, C.; ZILLER, M.; SCHLÜTER, H. Trends in the temporal and spatial distribution of visceral and cutaneous leishmaniasis in the state of Bahia, Brazil, from 1985 to 1999. **Transactions of the royal society of tropical medicine and hygiene**, 96, 236-241. 2002a

GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GÓIS, Zélia. Planejamento governamental do turismo. In: **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia**. Salvador: SEI, 2009. p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 82)

GOMES, Lirandina. **Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia:** estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais. Salvador: EDUNEB, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GONÇALVES, M. T. Os “fracos” e os “avessos”: formas de resistência social no Litoral Norte da Bahia. Uma análise dos conflitos entre os projetos da pequena produção e da agroindústria florestal. Belo Horizonte: CMEPF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Região. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 45, jan./abr./2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28995/16836> Acesso em: 03. jul. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HANNIGAN, John. Sociologia ambiental como um campo de pesquisa. In: **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Rev. Brasileira. Ciências Sociais**, São Paulo. v. 8, n. 21, fev./1993. Disponível: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/21/rbcs21_07.pdf Acesso: 15 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE publica dois volumes da série levantamento de recursos naturais do projeto RADAMBrasil**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22845-ibge-publica-dois-volumes-da-serie-levantamento-de-recursos-naturais-do-projeto-radambrasil#:~:text=O%20projeto%20RADAM%20%2D%20Radar%20na,%C3%A1reas%20adjacentes%20da%20regi%C3%A3o%20Nordeste> Acesso em: 11 fev. 2023.

ICMBIO. Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN da Bahia. S/ Data. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/BA/> Acesso em: 04 jun. 2023.

INEMA. APA Litoral Norte do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-litoral-norte-do-estado-da-bahia/> Acesso em: 21 dez. 2022.

JEAN, Leah Thelm St. Análise espaço-temporal do uso e cobertura da terra na APA-Litoral Norte do Estado da Bahia (1993-210), entre os rios Pojuca e Imbassai. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz, Salvador, BA, 2017.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LACORTE, Ana Castro; BARBOSA, Nair Palhano. Contradições e limites dos métodos de avaliação de impactos em grandes projetos: uma contribuição para o debate. **Cadernos IUPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano IX, n. ¼, jan.-dez./1995.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEMOS, Amalia Ines G. de (Org.). Turismo: impactos socioambientais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

LIMA, Patrícia. A estratégia de atração de resorts como impulsionador do turismo na Bahia: estudo de caso do complexo costa do Sauípe. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Marcus Alban Suarez, Salvador, BA, 2006.

LIMONAD, Ester. "Yes, nós temos bananas!" praias, condomínios fechados, *resorts* e problemas sócio-ambientais. **GEOgraphia**, Fluminense -Rio de Janeiro. ano IX, n. 17, 2007, p. 63-88. Disponível em: Acesso em: [file:///C:/Users/Nuclear%2005/Downloads/13533-Texto%20do%20Artigo-52881-1-10-20100208%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Nuclear%2005/Downloads/13533-Texto%20do%20Artigo-52881-1-10-20100208%20(1).pdf) 02 jan. 2024.

_____. Mapa macrozoneamento da Litoral Norte da Bahia. Disponível: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Macrozoneamento-da-Apa-Litoral-Norte-Bahia_fig1_228715404 Acesso em: 02 jan. 2024.

LINHA Verde: estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 1. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (7 mm): son., color. Disponível em: <https://youtu.be/RypX1fD1ee4> Acesso em: 11 ago. 2022.

_____: estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 2. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (7 mm 40s): son., color. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=j-dQJgvLK2E> HYPERLINK dQJgvLK2E%22" Acesso em: 11 ago. 2022.

_____**Linha Verde:** estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 3. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (7 mm 41s): son., color. Disponível em: <https://youtu.be/DOtafbvFqUA> Acesso em: 11 ago. 2022.

_____**Linha Verde:** estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 4. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (8 mm 11s): son., color. Disponível em: [Acesso em: 11 ago. 2022.](#)

_____**Linha Verde:** estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 5. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (7 mm 10s): son., color. Disponível em: <https://youtu.be/1sW7EblpGrw> Acesso em: 11 agos. 2022.

_____**Linha Verde:** estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 6. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (8 mm 11s): son., color. Disponível em: <https://youtu.be/xC1tN8AJM-s> Acesso em: 11 agos. 2022.

_____**Linha Verde:** estrada cicatriz, Bahia – Versão experimental – Parte 7. Direção: Janaína Damasceno Gomes. Litoral Norte: 2008. (6 mm 58s): son., color. Disponível em: <https://youtu.be/kirzJ7mrCys> Acesso em: 11 agos. 2022.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____**A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas.** In: II ENCONTRO DA ANPPAS, Indaiatuba. Anais... Indaiatuba, 2004.

_____**Ecologia política como etnografia: um guia teórico metodológico.** **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. ano 12, n. 25, jan./jun. 2006, p. 85-103.

_____ Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, 2002.

_____ Introdução: os desafios da política ambiental no Brasil. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília/DF: IIEB, 2003.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre edilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LORENZO, Rosa. “**A que passos andam as tartarugas**”. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1995.

_____ **Nem tudo que cai na rede é peixe:** estudo sobre turismo e população local em Porto de Sauípe – Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2000. p. 105-130. (Coleção Turismo).

_____ **O lugar no mundo contemporâneo:** turismo e urbanização em Ubatuba/SP. Tese (Doutora em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Orientador: Daniel Joseph Hogan, Campinas, SP, 1999.

MACHADO, Cláudia Novaes. **Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço:** o caso da reserva Imbassai e seu entorno. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Neyde Maria Santos Gonçalves, Salvador, BA, 2008.

MAGALHÃES, Denise. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do Litoral Nordeste da Bahia:** os dois lados da rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Cristovão C. T. de Brito, Salvador, BA, 2017.

MAGNANI, Maira; JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Sidney Jard. Os fundos de pensão como agentes do capital: estado da arte da literatura recente. **BIB**, São Paulo, n. 93, maio/2020, p. 1-22.

MALDONATO, Simone Carneiro. **Mestres & mares:** espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993. (Série universidade, 7).

MARANHÃO, Cristiano; PEQUENO, Edilene; SONAGLIO, Kerlei. Análise do paradigma teórico de turismo usado pela autora Dra. Margarita Nilda Barretto Angeli. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 14, n. 2, mai-ago./2012, p. 214–229. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo Acesso em: 21 ago. 2022.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels)

_____. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels)

MARANDOLA JR, Eduardo; ARRUDA, Zuleika Alves. **Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições de campo e cidade.** Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12028/7243> Acesso em: 11 ago. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. **O cativeiro da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, M.S.; BAVIA, M.E.; SILVA, A.B.; CARDIM, L.L.; SILVA, C.E.P.; CARNEIRO, D.D.M.T. Técnicas de geoprocessamento aplicadas no estudo de risco ambiental da leishmaniose visceral em área urbana de Feira de Santana, Bahia. **Anais XIII Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto**, Florianópolis, Brasil, 21- 26 abril 2007, INPE, p. 2825-2832.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Pesquisa e planejamento ambiental no Litoral Norte da BA. **Revista UNIFACS**, Salvador, 2001.

_____. Sociedade e meio ambiente no Litoral Norte da Bahia: transição para a (in)sustentabilidade. **Estudos e pesquisas**, Salvador. n. 7, set./2002.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva, In: _____ **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del turismo.** México: Limusa, 1991.

MOTTA, Márcia Maria Menenes. A casa da Torre: latifúndio e emblema do feudalismo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul./2011 Disponível em:
https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298490465_ARQUIVO_ACASADATO_RRE.LATIFUNDIOEEMBLEMAODEUDALISMO.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

MINISTÉRIO da Saúde. **Sistema de informação e agravos de notificação.** 2019. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/leishvng.def>. Acesso em: 12 mar. 2019.

NASCIMENTO, Liana. **Política de meio ambiente:** conflitos socioambientais na APA Litoral Norte. Monografia (Bacharelado em Sociologia) pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – UFBA, Orientador Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara, 2010.

OLIVEIRA, Larissa Gomes dos Santos. **Petroplintitas do Litoral Norte da Bahia.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f24RLN-Fn6Q> Acesso em: 29 dez. 2022.

(OMS) Organização Mundial de Saúde. **Leishmaniasis fact sheet.** n. 375, 2018. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs375/en/> Acesso em: 1. de out. De 2018.

(OPAS) Organização Pan-Americana da Saúde. **Leishmanioses:** informe epidemiológico nas Américas. Washington D. C. OPAS, 2019.
<http://www.iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/50505> Acesso em: não informado por Santos, C. (2020).

PARDO, David Wilson de Abreu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Revista Direito GV**, São Paulo. n. 11, v. 1, jan.-jun./2015, p. 117-140.

PEIXOTO, J. A. S. Coordenador de Comunicação e Divulgação GERMEN. **Licenciamento Ambiental das ETA/ETA do Complexo Sauípe.** Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 27 mai. 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO, Mauro. **Enquadramento da mídia e política.** Disponível em:
<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file> Acesso em: 21 dez. 2022.

QUEIROZ, Luciana Maria Aquino. **Turismo urbano, gestão pública e competitividade.** Salvador: P555/ Fapesb, 2007.

_____ **O florescer do turismo na terra *mater* do Brasil.** Disponível em:
<https://portaldabahiacontemporanea.com.br/artigos/turismo> Acesso em: 14 jan. 2024.

QUEIROZ, Renan Lopes de. **As implicações dos investimentos do PRODETUR no processo de produção do espaço em Imbassaí-BA.** 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros no Vale do Ribeira:** um estudo de antropologia econômica. São Paulo: EDUSP, 2006.

RESOLUÇÃO CEPRAM nº 1.040 de 21 de fevereiro de 1995 da Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA)

do Litoral Norte do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/resolucao_1040_21_fevereiro_1995.pdf Acesso em: 03 jan. 2023.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 1 de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1986.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado:** nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de Antropologia USP, São Paulo. n. 34, 1991, p. 59-101.

_____ Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo. n. 80 mar./2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/tptYGcSpnGPvPqVQSRfg8VP/> Acesso em: 14 dez. 20223.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. **Formação de atores e reestruturação do espaço:** o caso COPENER celulose no litoral norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Orientadora Anete Brito Leal Ivo, Salvador, BA, 1990. 232 p.

SANTANA, Mercejane W. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente? In: **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia.** Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SANTANA, Evelen. **Podzolização e caracterização pedogeomorfológica de duas vertentes da Reserva da Sapiranga, APA Litoral Norte do Estado da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz, Salvador, BA, 2019.

SANTOS, Cleber Vinicius Brito dos. **Como o desmatamento influencia a ocorrência de leishmaniose visceral?** Uma abordagem contrafactual. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, 86 p.

SANTOS, Milton. **De la totalidade al lugar.** Traducción María Laura Silveira. Barcelona: Oikos-tau, 1996.

_____ **Espaço & método.** 1988. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/doc/129967686/SANTOS-Milton-Espaco-e-Metodo> Acesso em: 11 ago. 2023.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: EDUSP, 2014.

_____ **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, Weldon. **Vulnerabilidade ambiental na APA Litoral Norte do Estado da Bahia, entre os rios Pojuca e Imbassaí** – município de Mata de São João. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz, Salvador, BA, 2017.

SASSEN, Saskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, E. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005. p. 45-75.

SECRETARIA de Planejamento; SECRETARIA de Meio ambiente. **Zoneamento econômico-ecológico preliminar:** Zona 33 – Recôncavo Baiano. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/zonapdf2014/Zona33.pdf> Acesso em: 08 ago. 2022.

SENRA, Ricardo. **Quais são as grandes guerras em curso no mundo** – e por que algumas chamam menos atenção? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c192m733912o> Acesso em: 18 nov. 2023.

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SETUR. Disponível em:

[<http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/cartilhaturisticamatadesaojoao.pdf>](http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/cartilhaturisticamatadesaojoao.pdf). Acesso em: 29 set. 2015.

SHERLOCK, I. A. Ecological interactions of Visceral Leishmaniasis in the State of Bahia, Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 91(6): 671-683, 1996.

SIGAUD, Lygia. Se eu soubesse: os dons, as dívidas e suas equivalências. **Ruris**, Capinas-SP, v. 1, n. 2, set./2007.

SILVA, Danilo Henrique Oliveira. **O fenômeno turístico em Mata de São João – BA: olhares sobre Praia do Forte.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2021.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional.** 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Renato Silva da. **Implicações da flexibilização do licenciamento ambiental de obras de utilidade pública em áreas de preservação permanente na área do litoral norte do estado da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Meio ambiente, água e saneamento) – Universidade Federal da Bahia, Orientador Severino Soares Agra Filho, Salvador, BA,

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **George Simmel: sociologia.** Tradução Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX (exemplo de sociologia filosófica). In: _____ **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **O conflito d acultura moderna e outros escritos:** George Simmel. Arthur Bueno (Org.). Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Em busca do paraíso:** a (eco)lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1998.

_____. **Luzes e Sombras no Litoral Norte da Bahia:** estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais. Salvador: EDUNEB, 2013.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana:** promoção da justiça ambiental através do direito. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, Plínio Guimarães de; MATIAS, Esdras Matheus; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Do turismo residencial aos complexos turísticos imobiliários: a apropriação da zona costeira do Nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. V. XIX, jul.-set./2016, p. 177-1998. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/asoc/a/VzfPvrPQDVY66sNTdLJGsdC/?lang=pt> Acesso em: 8 ago. 2023.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia:** Massarandupió e seu entorno. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SPINOLA, Carolina de Andrade. **O turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico:** o impacto da atividade turística na Praia do Forte. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Orientador: Isaias de Carvalho Santos Neto, Salvador, BA, 1996, 184 f.

STIFELMANN, Golde M. **Sauípe em três tempos:** um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1997.

(SEI) SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dez anos de economia baiana.** Salvador: SEI, 2002.

WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais.** Tradução Mautício Tragtenberg. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMPI, 2001. (Parte I)

_____. **Ensaios de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WERLE; Verônica; VAZ, Alexandre Fernandez. Indústria cultural e experiência: novidade, proximidade e vivência. **Pro-Posições**, Campinas, SP. v. 32, 2021.

URRY, John. La cambiante economía de la industria del turismo, Perú. n. 4, 2004, p. 103-121. Disponível em:

<http://ojs.revistaturismoypatrimonio.com/index.php/typ/article/view/146/123> Acesso em: 04 ago. 2022.

_____ O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel e SESC, 2001.

UZÊDA, André. **Como a Bahia virou alvo do turismo de destruição:** pelo “progresso” empresários devastam vegetação e atacam quilombolas. Disponível em:
<https://www.intercept.com.br/2023/07/15/como-bahia-virou-alvo-do-turismo-da-destruicao/>
Acesso em: 11 ago. 2023.

VILLALBA, Kelvin Sojo. **Análise da capacidade e conflitos do uso e cobertura atual da terra na APA-Litoral Norte do Estado da Bahia, entre Rios Pojuca e Imbassaí – município de Mata de São João.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz. , Salvador, BA, 2020.

VIOL, M.A.; AQUINO, M.C.C.; NETO, L.S.; OLIVEIRA, B.C.M.; KANETO, C.N.; ZUCATTO, A.S.; BRESCIANI, K.D.S. Aspectos epidemiológicos da leishmaniose visceral canina no Brasil: revisão. **Revista Unimar Ciências**, 23(1- 2), 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: _____ (org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Experiências locais e olhares globais: desadios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina (Org.). **Cultura percepção e ambiente:** diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____ (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUBARAN, A. Sauípe de bem com a vida. Revista Época, jul. 2004. Sobreturismo. Disponível em: <http://www.sobreturismo.com.br/painel.asp?tipo=14&cod=327> Acesso em: 27 jan. 2006.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência:** a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília: UNB, 1991. (Anuário Antropológico, nº 111).

WOORTMANN, Klass. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, 1990. (Anuário Antropológico, nº 87).

_____. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas:** Chayanov e Sahlins. Brasília: UNB, 2001. (Anuário Antropológico, nº 293).

_____. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v.19, n. 56, p. 129-155, 2004.

Mapa das praias. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/380906080974384992/>
Acesso: 18 fev. 2023

Mapa do macrozoneamento. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Macrozoneamento-da-Apa-Litoral-Norte-Bahia_fig1_228715404 Acesso: 18 fev. 2023

Referências dos jornais

A Tarde

AIDA, Celeste. **Costa do Sauípe começa a operar com moderno resort jamaicano.** A Tarde, Salvador, 01/10/2000, p. 2.

_____. **Costa do Sauípe inaugura o primeiro resort.** TARDE.A Tarde, Salvador, 04/10/2000, p. 3.

ANDRADE, Maiza. **Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança.** A Tarde, Salvador, 16/11/1998, p. 3.

ARAÚJO, Chico. **Pedágio na BA-099 preocupa moradores e empresas da área.** A Tarde, Salvador, 23/02/2000, p. 3.

ARAÚJO NETO, José. **Motorista paga pedágio e protestos continuam.** A Tarde, Salvador, 27/11/2000, p. 3.

BARNUEVO, Sara. **Inauguração do Costa do Sauípe dá nova dimensão ao turismo na Bahia.** A Tarde, Salvador, 19/10/2000, p. 2.

_____. **Complexo revoluciona a região de Sauípe.** A Tarde, Salvador, 21/12/2000, p. 4.

BORGES, Adelmo. **Linha Verde facilitará a defesa do meio ambiente.** A Tarde, Salvador, 24/12/1993, p. 8.

COSTA, Fernando Antônio Bahia da. Extração de areias ameaça dunas no Litoral Norte. A Tarde, Salvador, 19/10/1998, p. 8.

FONSENCAS, Adilson. **Farofeiros tumultuam praias.** A Tarde, Salvador, 01/01/1995, p. 8.

_____. **O Litoral Norte é novo pólo turísticos.** A Tarde, Salvador, 21/01/1996, p. 8.

_____. **A Linha Verde será privatizada em 97.** A Tarde, Salvador, 18/08/1996, p. 9.

_____. **Embasa aterra lagoa e ameaça águas do Rio Sauípe.** A Tarde, Salvador, 17/10/2000, p. 3.

_____. **Motorista terão de pagar mais um pedágio na Estrada do Coco.** A Tarde, Salvador, 20/12/2000, p. 2.

_____. **Lei define como “abuso de poder” o pedágio cobrado na Bahia.** A Tarde, Salvador, 21/12/2000, p. 2.

HENRIQUE, João. **Pedágio antecipado.** A Tarde, Salvador, 02/12/2000, p. 6.

MACHADO, Olenka. **Inquérito vai apurar a cobrança de pedágio na Estrada do Coco.** Tarde, Salvador, 10/11/2000, p. 3.

MENEZES, Bernardo. Bahia e Sergipe comemoram a inauguração da Linha Verde. A Tarde, Salvador, 18/12/1993, p. 3.

_____. Bahia e Sergipe comemoram inauguração da Linha Verde. A Tarde, Salvador, 18/12/1993, p. 3.

OLIVEIRA, Ronaldo. **No maior complexo hoteleiro da América do Sul.** A Tarde, Salvador, 12/01/2000, p. 6.

PACHECO, Lenilde. Câmara apura investimento em Sauípe. A Tarde, Salvador, 15/12/2000, p. 11.

RAMOS, Clediana. Lixos e construções estão “matando” ao manguezais em Porto de Sauípe. A Tarde, Salvador, 13/05/1999, p. 5.

REIS, Carlos Alberto. Esperança do desenvolvimento volta a Linha Verde. A Tarde, Salvador, 19/07/1992, p. 8.

ROCHA, Nikas. **Mobilização contra o pedágio termina em violência em Camaçari.** A Tarde, Salvador, 06/12/2000, p. 2.

SANTOS, Gerson. **Ingleses avaliam acordo de cooperação ambiental.** A Tarde, Salvador, 29/09/1999, p. 3.

SILVA, D. **Complexo de Sauípe: prejuízo força mudança.** A Tarde, Salvador, 16/11/2003.

SOUZA, Marconi. **Pedágio faz o comércio do Litoral Norte entrar em crise.** A Tarde, Salvador, 26/12/2000, p. 3.

UZÊDA, Eduarda; SANTOS, Gerson. **Pedágio provoca afastamento de banhistas de praias no Litoral Norte.** A Tarde, Salvador, 18/12/2000, p. 2.

A TARDE. **Domingo.** A Tarde, Salvador, 11/01/1992, capa.

A TARDE. **Traçado da Linha Verde junto ao mar já provoca polêmica.** A Tarde, Salvador, 12/01/1992, p. 2.

A TARDE. **“Linha Verde” tem área de proteção.** A Tarde, Salvador, 19/03/1992, p. 3.

A TARDE. **“Linha Verde” renova cuidados ambientais.** A Tarde, Salvador, 09/09/1992, p. 4.

A TARDE. Esperança de desenvolvimento retorna com a Linha Verde. A Tarde, Salvador, 19/07/1992, p. 8.

A TARDE. **Meio ambiente desprotegido.** A Tarde, Salvador, 15/02/1993, p. 3.

A TARDE. Prefeitos se informam sobre a APA L. Norte. A Tarde, Salvador, 22/05/1993, p. 5.

A TARDE. **Prefeitos do Litoral Norte assistem a invasão de ricos.** A Tarde, Salvador, 24/01/1995, p. 6.

A TARDE. **Chovem ofertas de imobiliárias em locais do Litoral Norte.** A Tarde, Salvador, 30/01/1995, p. 2.

A TARDE. **Turismo sustentável no Litoral Norte.** A Tarde, Salvador, 03/04/1996, p. 4.

A TARDE. **Meio ambiente aprova projeto de turismo para Linha Verde.** A Tarde, Salvador, 23/07/1996, p.

A TARDE. **Meio ambiente aprova projeto de turismo para a Linha Verde.** A Tarde, Salvador, 23/07/1996, p. 16.

A TARDE. **A Odebrecht faz parceria para projeto em Sauípe.** A Tarde, Salvador, 21/03/1997, p. 3.

A TARDE. **Comunidade de Porto de Sauípe protesta contra a insegurança.** A Tarde, Salvador, 16/11/1998, p. 3.

A TARDE. Gestão ambiental para “inglês ver”. A Tarde, Salvador, 17/12/1998, p. 8.

A TARDE. **Litoral Norte tem associação para assegurar o seu desenvolvimento.** A Tarde, Salvador, 22/11/99, p. 1.

A TARDE. **Formação de mão de obra é prioridade.** A Tarde, Salvador, 12/01/2000, p. 7.

A TARDE. MP aciona Assembleia Legislativa e DERBA no inquérito do pedágio. A Tarde, Salvador, 17/11/2000, p. 3.

A TARDE. Carreata de protesto contra o pedágio. A Tarde, Salvador, 19/11/2000, p. 3.

A TARDE. Costa do Sauípe: destino que se consolida na Bahia. A Tarde, Salvador, 13/12/2000, p. 3.

A TARDE. Massarandupió pertence a ingleses e posseiros. A Tarde: Salvador, 19/05/2002.

A TARDE. Disputa de terras em área quilombola gera conflito em cidade baiana: presidiários que ameaçaram quilombolas estariam a serviço de empresário local. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/disputa-de-terrass-em-area-quilombola-gera-conflito-em-cidade-baiana-1234649> Acesso em: 11 ago. 2023.

Folha de São Paulo

CRUZ, V. Secretaria quer despolitização de fundos: Solange Paiva Vieira, da SPC, diz que trabalha para acabar com ingerência política nos fundos de pensão. **Folha de São Paulo**, 21/04/2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200117.htm> Acesso em: 25 abr. 2024.

FOLHA DE SP. Baianos inventam a “dança dos macacos”: carnavais anteriores tiveram passos que inspirados em galinhas, em jacarés e em crocodilos. Folha de SP, São Paulo, 13/10/1993, p. 4.

FOLHA DE SP. Bahia. Folha de SP, São Paulo, 11/11/1993.

FOLHA DE SP. Odebrecht e PREVI constroem a Cancun brasileira. Folha de SP, São Paulo, 02/08/1998, p. 2.

FOLHA DE SP. Bahia ganha um megaresort. Folha de SP, São Paulo, 02/11/1998.

FOLHA DE SP. Bahia importa estilho hoteleiro do Caribe. Folha de SP, São Paulo, 03/07/2000.

FOLHA DE SP. Complexo incita a integração dos hóspedes. Folha de SP, São Paulo, 09/10/2000.

FOLHA DE SP. Sauípe um pecado no paraíso. Folha de SP, São Paulo, 26/12/2000.

FOLHA DE SP. Azul no resort. Folha de SP, São Paulo, 01/05/2001.

FOLHA DE SP. Como destino turístico, Brasil é “a bola da vez”. Folha de SP, São Paulo, 27/05/2002.

FOLHA DE SP. Fundo PREVI estuda vender Costa do Sauípe. Folha de SP, São Paulo, 04/04/2008.

FOLHA DE SP. PREVI reabre Sauípe na expectativa de torná-lo “vendável”. Folha de SP, São Paulo, 27/06/2010.

FOLHA DE SP. Curitiba e Cuiabá preocupam a chefia da FIFA. Folha de SP, São Paulo, 03/12/2013.

APÊNDICES

Apêndice A. Categorizações estatais de regiões que abarcam municípios que compõe a APA Litoral Norte da Bahia

Quadro 1 – Categorizações estatais de regiões que abarcam municípios que compõe a APA Litoral Norte da Bahia

Categoria/ Instituição	Nomeação	Divisões	Municípios	Observações
Ambiental/Governo do Estado	APA-LN/BA		Conde Entre Rios Esplanada Jandaira Mata de São João	Decreto estadual nº 1.046 de 17 de março de 1992. São só estes cinco municípios.
Administrativa	Regiões Administrativas da Bahia	São 31 regiões administrativas: . 1.Metropolitana de Salvador 2.Feira de Santana 3.Alagoinhas 4.Santo Antônio de Jesus 5.Valença 6.Ilheus 7.Itabuna 8.Eunapolis 9.Teixeira de Freitas 10.Paulo Afonso 11.Cipó 12.Serrinha 13.Jequié 14.Itapetinga 15.Juazeiro 16.Jacobina 17.Mundo Novo 18.Itaberaba 19.Brumado	A de Alagoinhas engloba 21 municípios no total: 1.Acajutiba 2.Alagoinhas 3.Aporá 4Araçás 5.Aramiri 6.Cardel da Silva 7.Catu 8.Conde 9.Crisopólis 10.Entre Rios 11.Esplana 12.Inhambupe 13.Itanagra 14.Jandaira 15.Mata de São João 16.Ouriçangas 17.Pedrão 18.Pojuca	Decreto estadual nº 10.040, de 03 de julho de 2006 Crisopólis (é o único município q também não faz parte da região econômica)

		20.Vitória da Conquista 21.Irecê 22.Ibotirama 23.Macaúbas 24.Caetité 25.Barreiras 26.Santa Maria da Vitória 27.Seabra 28.Senhor do Bonfim 29.Amargosa 30.Guanambi 31.Cruz das Almas	19.Rio Real 20.Satiro Dias 21.São Sebastião do Passé	
Geográfica/IBGE	Mesorregiões	São 7 mesorregiões: 1.Centro Nordeste Baiano 2.Centro Sul Baiano 3.Extremo Oeste Baiano 4.Metropolitana de Salvador 5.Nordeste Baiano 6.Sul Baiano 7.Vale Sanfranciscano da Bahia	A Metropolitana de Salvador engloba 38 municípios no total: 1.Amélia Rodrigues 2.Aratuípe 3.Cabaceiras do Paraguaçu 4.Cachoeira 5.Camaçari 6.Candeias 7.Castro Alves 8.Catu 9.Conceição do Almeida 10.Cruz das Almas 11.Dias D'Avila 12.Dom Macedo Costa 13.Governador Mangabeira 14.Itanagra 15.Itaparica	Esta mesorregião, por sua vez, engloba as seguintes microrregiões: Catu Sto Antônio de Jesus Salvador

		<p>16.Jaguaripe 17.Lauro de Freitas 18.Madre de Deus 19.Maragogipe 20. Mata de São João 21.Muniz Ferreira 22.Muritiba 23.Nazaré 24.Pojuca 25.Salinas da Margarida 26.Salvador 27.Sapeaçu 28.Santo Amaro 29.Santo Antônio de Jesus 30.São Felipe 31.São Félix 32.São Francisco do Conde 33.São Sebastião do Passé 34.Saubara 35.Simões Filho 36.Terra Nova 37.Varzedo 38.Vera Cruz</p>	
Microrregião	São 32 microrregiões: 1.Barreiras 2.Cotegipe 3.Santa Maria da Vitória 4.Juazeiro 5.Paulo Afonso 6.Barra	A de Catu engloba 7 municípios no total: 1. Amélia Rodrigues 2. Catu 3. Itanagra 4. Pojuca 5. Mata de São João	

		<p>7.Bom Jesus da Lapa 8.Senhor do Bonfim 9.Irecê 10.Jacobina 11.Itaberaba 12.Feira de Santana 13.Jeremoabo 14.Euclides da Cunha 15.Ribeira do Pombal 16.Serrinha 17.Alagoinhas 18.Entre Rios 19.Catu 20.Santo Antônio de Jesus 21.Salvador 22.Boquira 23.Seabra 24.Jequié 25.Livramento do Brumado 26.Guanambi 27.Brumado 28.Vitória da Conquista 39.Itapetinga 30.Valença 31.Ilhéus-Itabuna 32.Porto Seguro</p>	<p>6. São Sebastião do Passé 7. Terra Nova</p>	
Econômica/IBGE	Regiões Econômica da Bahia	<p>São 15 regiões econômicas:</p> <p>1.Metropolina de Salvador 2.Litoral Norte 3.Recôncavo Sul</p>	<p>A Litoral Norte engloba 20 municípios no total:</p> <p>1.Acajutiba</p>	

		4.Litoral Sul 5.Extremo Sul 6.Nordeste 7.Paraguaçu 8.Sudoeste 9.Baixo Médio São Francisco 10.Piemonte da Diamantina 11.Irecê 12.Chapada Diamantina 13.Serra Geral 14.Médio São Francisco 15.Oeste	2.Alagoinhas 3.Aporá 4.Araçás 5.Aramiri 6.Cardel da Silva 7.Catu 8.Conde 9.Entre Rios 10.Esplana 11.Jandaira 12.Inhambupe 13.Itanagra 14.Mata de São João 15.Ouriçangas 16.Pedrão 17.Pojuca 18.Rio Real 19.São Sebastião do Passé 20.Sátiro Dias	
Econômica e Cultural/Governo do Estado	Território de Identidade	São 26 territórios de identidade na Bahia, dos quais destacamos: 1.Irecê 2.Velho Chico 3.Chapada Diamantina 4.Sisal 5.Litoral Sul 6.Baixo Sul 7.Extremo Sul 8.Itapetinga 9.Vale do Jiquiriçá	Litoral Norte/Agreste Baiano engloba 22 municípios no total: 1.Acajutiba 2.Alagoinhas 3.Aporá 4.Araçás 5.Aramari 6.Cardeal da Silva 7.Catu 8.Conde	Territórios de Identidade foi instituído em 25 de agosto de 2010, pelo decreto estadual nº 12.354.

		<p>10.Sertão do São Francisco 11.Oeste Baiano 12. Bacia do Paramirim 13. Sertão Produtivo 14. Piemonte do Paraguaçu 15. Bacia do Jacuípe 16. Piemonte da Diamantina 17. Semi-Árido Nordeste II 18. Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte 19. Portal do Sertão 20. Vitória da Conquista 21. Recôncavo 22. Médio Rio das Contas 23. Bacia do Rio Corrente 24. Itaparica (BA/PE) 25. Piemonte Norte do Itapicuru 26. Metropolitana de Salvador</p>	<p>9.Crisópolis 10.Entre Rios 11.Esplanada 12.Inhambupe 13.Itanagra 14.Itapicuru 15.Jandaíra 16.Mata de São João 17.Olindina 18.Ouriçangas 19.Pedrão 20.Pojuca 21.Rio Real 22.Sátiro Dias</p>	
Econômico e Ecológico/Governo do Estado	ZEE	<p>São 36 ZEE em todo estado, destaca-se a ZEE:</p> <p>1.Chapada Ocidental do Oeste Baiano 2.Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano 3.Bordas da Chapada do Oeste Baiano 4.Depressão dos Rios Grande/Preto 5.Depressão do Médio São Francisco 6.Campos Arenosos do Rio São Francisco 7.Baixadas dos Rios Salitre e Verde/Jacaré</p>	<p>A ZEE 35 é composta por 15 municípios:</p> <p>1.Acajutiba; 2.Aporá; 3.Cardeal da Silva; 4.Camaçari; 5.Conde; 6.Crisópolis; 7.Entre Rios; 8.Esplanada; 9.Inhambupe; 10.Itanagra;</p>	<p>Territórios de Identidade e seus municípios na zona:</p> <p>18. Litoral Norte e Agreste Baiano: Acajutiba; Aporá; Cardeal da Silva; Conde; Crisópolis; Entre Rios; Esplanada; Inhambupe; Itanagra; Jandaíra; Mata de São João; RioReal.</p>

	<p>8.Depressões de Guanambi e Paramirim 9.Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço 10.Chapada de Irecê 11.Gerais da Diamantina 12.Depressão e Patamares do Rio de Contas 13.Planalto de Vitória da Conquista 14.Serras Setentrionais 15.Chapada de Morro do Chapéu 16.Piemonte da Chapada Diamantina 17.Depressão Sertaneja de Curaçá 18.Borda Oriental da Chapada 19.Tabuleiro de Capim Grosso 20.Planalto de Jequié 21.Planalto de Maracás 22.Patamar e Depressão dos Rios Colônia e Pardo 23.Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz 24.Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu 25.Tabuleiros Interioranos do Recôncavo 26.Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul 27.Planaltos e Serras Pré-Litorâneas 28.Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul 29.Piemonte e Maciço do Jucuruçu 30.Tabuleiro do Raso da Catarina 31.Paulo Afonso e Vaza-Barris</p>	<p>11.Jandaíra; 12.Lauro de Freitas; 13.Mata de São João; 14.Rio Real; 15.Simões Filho.</p>	<p>26. Metropolitana de Salvador; Camaçari; Lauro de Freitas; Simões Filho.</p>
--	---	--	---

		<p>32.Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul 33.Recôncavo Baiano 34.Urbana Industrial da Grande Salvador 35.Planalto Costeiro do Litoral Norte 36.Planícies Fluviomarinhas</p>		
Turismo/Governo do Estado	ZT	<p>No total são 13 zonas turísticas no estado:</p> <p>1.Baia de Todos-os-Santos 2.Chapada Diamantina 3.Caminhos do Oeste 4.Caminhos do Sertão 5.Caminhos do Sudeste 6.Costa das Baleias 7.Costa do Cacau 8.Costa dos Coqueiros 9.Costa do Dendê 10.Costa do Descobrimento 11.Lagos e Canyons do São Francisco 12.Vale do Jequiriçá 13.Vale do São Francisco</p>	<p>Da ZT Costa dos Coqueiros engloba 7 municípios no total:</p> <p>1.Camaçari 2.Conde 3.Entre Rios 4.Esplanada 5.Jandaira 6.Lauro de Freitas 7.Mata de São João</p>	

Fontes: Oficiais (IBGE, etc.)

Elaboração: Ubiraneila Capinan, 2021.

Apêndice B - Dissertações e teses defendidas no IGEO/UFBA sobre o Litoral Norte – BA, entre 2007 e 2020

Quadro 2 - Dissertações e teses defendidas no IGEO/UFBA sobre o Litoral Norte – BA, entre 2007 e 2020

Nº	ANO	AUTOR/A	TIPO DE TEXTO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2007	DINIZ, Edite Luiz	Dissertação	Tapera, Pau Grande e Barreiro: uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral norte da Bahia.	-Comunidades tradicionais, -Resistência histórica, -Conflito, -Terra, -Recursos naturais, -Estratégias de expropriação, -Invisibilidade.
2	2008	MACHADO, Cláudia Novaes	Dissertação	Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço: o caso da reserva Imbassai e seu entorno, na APA Litoral Norte da Bahia	-Produção do espaço, -Direito ambiental, -Turismo, -Conflitos, -Megaprojeto, -APA Litoral Norte, -Imbassai.
3	2009	ARAÚJO, Mayara Mychella Sena	Dissertação	A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região Litoral Norte da Bahia.	-Alagoinhas, -Cidade, -Região, -Rede urbana, -Inter-relações espaciais.
4	2009	SOUZA, Maria de Lourdes Costa	Dissertação	Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno	-Produção do espaço, -Interesses, -Litoral,

					-Verticalidades/horizontalidades, -Conflitos.
5	2015	ALMEIDA, Ricardo Acácio de	Dissertação	Mapeamento de unidades ambientais e evolução do uso da terra na bacia do rio Punhaí Litoral Norte (BA)	-Litoral Norte da Bahia, -Unidades ambientais, -Uso e ocupação da terra, -Impactos ambientais.
6	2016	QUEIROZ, Renan Lopes de	Dissertação	As implicações dos investimentos do PRODETUR no processo de produção do espaço em Imbassai (Mata de São João-BA)	-Turismo, -Políticas públicas, -Segregação socioespacial residencial, -Fragmentação espacial.
7	2017	MAGALHÃES, Denise Silva	Tese		-Terra urbana, -Infraestrutura, -Veraneio, -Fragmentação espacial, -Segregação sócio-espacial-residencial.
8	2017	JEAN, Leah Thelma St	Dissertação	Análise espaço-temporal do uso e cobertura da terra na APA- Litoral Norte do estado da Bahia (1993-2010), entre os rios Pojuca e Imbassai	-Uso e cobertura da terra, -Análise espaço-temporal, -APA – Litoral Norte, -Uso sustentável.
9	2017	SANTOS, Weldon Ribeiro	Dissertação	Vulnerabilidade ambiental na APA Litoral Norte do estado da Bahia, entre os rios Pojuca e Imbassai – município de Mata de São João	-Vulnerabilidade ambiental, -Ecodinâmica, -Paisagem.
10	2018	ANDRADE, Ilo César Menezes de	Dissertação	Caracterização e evolução pedogeomorfológica de um sistema de transformação argissolo – espodossolo nos tabuleiros costeiros da APA Litoral Norte do estado da Bahia	-Pedogeomorfologia, -Tabuleiros costeiros, -Topossequência, -Argissolos-espodossolos.

11	2018	LIMA, Jéssica da Mata	Dissertação	Levantamento pedológico e morfologia na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte do Estado da Bahia – entre os rios Pojuca e Imbassaí	-Levantamento pedológico, -Pedogeomorfologia, -Litoral Norte da Bahia, -Tabuleiros costeiros, -Planície Litorânea.
12	2019	SANTANA, Évelen da Paixão	Dissertação	Podzolização e caracterização pedogeomorfológica de duas vertentes da reserva da Sapiranga, APA Litoral Norte do estado da Bahia	-Solo, -Catena, -Latossolos–espodossolos, -Vertente.
13	2020	VILLALBA, Kelvin Sojo	Dissertação	Análise da capacidade e conflitos do uso e cobertura atual da terra na APA-Litoral Norte do estado da Bahia, entre os rios Pojuca e Imbassaí – município de Mata de São João	-Classificação das terras, -Capacidade de uso, -Potencialidades e limitações, -Conflitos de uso, -Litoral Norte da Bahia.

Fonte: Programa de Pós-graduação da UFBA <https://posgeo.ufba.br/> Elaboração: Ubiraneila Capinan, 2022.

Apêndice C – APAs do estado da Bahia

Quadro 8 – Detalhamento das APAs no estado da Bahia

Nº	Data	APA	Municípios	Atividade Turística	Decreto Estadual de criação (Nº/Ano)	Zoneamento Plano de Manejo ¹
1	05/06/01	Bacia do Cobre São Bartolomeu	-Salvador -Simões Filho	Não	7.970/2001	Não consta
2	07/06/93 05/06/01	Bacia do Rio de Janeiro Ampliação	-Barreiras -Luiz Eduardo Magalhães	Sim	2.185/1993 7.971/2001	Não consta
3	05/06/99	Baía de Todos os Santos	-Cachoeira -Candeias -Jaguaripe -Itaparica -Madre de Deus -Maragogipe -Salinas da Margarida -Salvador - Santo Amaro -São Francisco do Conde -Saubara -Simões Filho -Vera Cruz.	Sim	7.595/1999	Não consta
4	27/02/02	Baía de Camamu	-Camamu -Itacaré -Maraú	“Beleza cênica”	8.175 2002	Não consta
5	07/06/93 22/09/03	Costa de Itacaré Serra Grande Ampliação	-Ilhéus -Itacaré -Uruçuca	Sim	2.186/1993 1.334/1996	

					8.649/2003	
6	07/06/93	Coroa Vermelha	-Porto Seguro -Santa Cruz Cabrália	Sim	2.184/1993	1.768/1998
7	14/06/93	Caraíva/Trancoso	-Porto Seguro	Sim	2.215/1993	2.532/2000
8	18/07/97	Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco	-Barra -Pilão Arcado -Xique-Xique	Sim	6.547/1997	Não consta
9	22/09/87 18/10/93	Lagoas e Dunas do Abaeté Alteração da delimitação	-Salvador	Sim	351/1987 2.540/1993	s/ nº Set./1997
10	05/06/99	Joanes-Ipitanga	-Camaçari -Candeias -Dias D'Ávila -Lauro de Freitas -São Francisco do Conde -São Sebastião do Passé -Salvador -Simões Filho	Sim	7.596/1999	2.974/2002
11	11/05/92	Guaibim	-Valença	Sim	1.164/1992	759/1993
12	13/11/85	Gruta dos Brejões - Vereda do Romão Gramacho	-João Dourado -Morro do Chapéu -São Gabriel	Sim	32.487/1985	Não consta
13	05/06/92	Ilhas de Tinhare e Boipeba	-Cairu	Sim	1.240/1992	1.692/1998

14	14/06/93 22/09/03	Lagoa Encantada e rio Almada Ampliação	-Almadina -Coaraci -Ilhéus -Itajuípe -Uruçuca	Sim	2.217/1993 8.650/2003	1.802/1998
15	27/02/91	Lagoas de Guarajuba ²	-Camaçari	Sim	Resolução 387/1991	Parâmetro Urbanístico Resolução 388/1991
16	18/07/97	Lagoa Itaparica	-Gentio do Ouro -Xique-Xique	Sim	6.546/1997	Não consta
17	18/07/97	Lago de Pedra do Cavalo	-Antônio Cardoso -Cabeceiras do Paraguaçu -Cachoeira -Conceição de Feira -Feira de Santana -Governador Mangabeira -Muritiba - Santo Estevão - São Félix -São Gonçalo dos Campos	Não	6.548/1997	Não consta
18	30/03/06	Lago de Sobradinho	-Casa Nova -Pilão Arcado -Sento Sé -Sobradinho -Remanso	Não	9.957/2006	Não consta
19	17/03/92	Litoral Norte do Estado da Bahia	-Conde -Esplanada -Entre Rios -Jandaíra -Mata de São João	Sim	1.046/1992	1.040/1995

20	06/11/91	Mangue Seco	-Jandaíra	Sim	605/1991	983/1994
21	14/06/93	Marimbus Iraquara	-Andaraí -Iraquara -Lençóis -Palmeiras -Seabra	Sim	2.216/1993	1.440/1997
22	05/06/03	Plataforma Continental do Litoral Norte	Do Farol de Itapoã (SSA) até a divisa com o Estado de Sergipe, às margens do Rio Real	Sim	8.553/2003	Não consta
23	14/06/93	Ponta da Baleia Abrolhos	-Alcobaça -Caravelas -Nova Viçosa -Prado	Sim	2.218/1993	Não consta
24	02/04/98	Pratigi	-Ibirapitanga -Igrapiúna -Ituberá -Nilo Peçanha -Piraí do Norte	Sim	7.272/1998	3.606/2006
	20/09/01	Ampliação			8.036/2001	
25	14/06/93	Rio Capivara	-Camaçari	Sim	2.219/1993	Diagnóstico
26	05/06/06	Rio Preto	-Formosa do Rio Preto -Mansidão -Santa Rita de Cássia	Não	10.019/2006	Não consta
27	05/06/06	São Desidério	-São Desidério	Valor cênico	10.020/2006	Não consta
28	31/08/94	Santo Antônio	-Belmonte -Santa Cruz Cabralia	Sim	3.413/1994	1.318/96 1.777/98
29	05/06/01	Serra Branca / Raso da Catarina	-Jeremoabo	Não	7.972/2001	Não consta
30	07/06/93	Serra do Barbado	-Abaíra -Érico Cardoso	Sim	2.183/1993	2.945/2002

			-Jussiape -Piatã -Rio de Contas -Rio do Pires			
31	27/12/06	Serra do Ouro	-Iguaí	Sim	10.194/2006	Não consta

Fontes: Centro de Apoio às Promotoria do Meio Ambiente e Urbanismo (CEAMA) do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA)
 Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)

Notas:

1. Em algumas APAs há o registro do Zoneamento e do Plano de Manejo. Em outras há o Zoneamento, apenas, que informa a aprovação do plano de manejo e número da resolução. Entretanto, também existem casos de que no Zoneamento não menção ao plano de manejo.
2. Sobre a APA Lagoa de Guarajuba (Linha 15) não foi localizado decreto. Consta apenas resoluções tanto para a criação quanto para o “parâmetro urbanístico”, portanto, também não há plano de manejo. O que é comum a maioria das APAs.

Apêndice D - Atores sociais identificados partes e repetições de suas figurações no “Linha Verde: estrada cicatriz”

Quadro 21 - Atores sociais identificados partes e repetições de suas figurações no “Linha Verde: estrada cicatriz”

Partes no minidoc	ATORES SOCIAIS							
	Empresário	Pesquisadora	Proprietário	Representantes do Estado	Representantes do Resort/Cluster	Sociedade Civil	Turista	Moradores das Vilas
1		-Roberta Cardoso (administradora) -Edite Diniz (geógrafa, Praia do Forte)		-Domingo Leonelli (Sec. de Turismo da BA)		-Elias Ferreira (associação das comunidades de Pau Grande e Barreto)	-José (português, Internacional) -Mathias (suiço, Internacional) -Daniela (gaúcha, Nacional)	-Seu Pombinho (Vila Sauípe) -João Paiva (Vila Sauípe) -Edite Diniz (geógrafa, Praia do Forte) -Lourival Evangelista (empresário, Praia do Forte)
2				-Paulo Roberto de Souza (administrador, Sto Antônio)				-Amaíse Tavares (comerciante, Massarandupió) -Ivone Soares (artesã, Massarandupió) -Homem não identificado

								(morador de Massarandupió) -Maria Mendes (comerciante e artesã, Sto Antônio) -Seu Miúdo (Sto Antônio) -Jailson Santos (auxiliar de limpeza do Sauípe <i>Resort</i> , vila?) -Martina Vieira (aposentada, vila?)
3	-Alberto Rael Dias (Bahia Adventur e) -Ismael José de Oliveira (empresá rio) -Paulo Roberto			-João Gualberto (prefeito de Mata de São João) -Paulo Novaes (gestor da APA-LN)	-Armando Ollandezos (diretor do cluster de turismo Costa dos Coqueiros)	-Antônio Alves de Alcântara (Associação de Moradores de Areal - AMAR)		-Juca Pereira (artista plástico e empresário, vila?) -Mulher não identificada (Barro Branco) -Reginaldo Borges de Jesus (moto táxi, Barro Branco)

	Limoneie (pousadeiro)							
4	-Ismael José de Oliveira (empresário)	-Roberta Cardoso (administradora)		-Paulo Novaes (gestor da APA-LN)	-Beraldo Boaventura (Gerente sócio- ambiental da Sauípe S.A.)	-Jocimar Moura (Associação Onda Verde) -Valter Lima Santos (Associação Capitães de Areia) -Augusto Alves Laudano (agricultor e Presidente da Cooopevale)		-Rosalino Silva Ramos (motorista, vila?) -Maria José Santos Silva (comerciante e artesã, Santo Antônio) -Maria Mendes (comerciante e artesã, Sto Antônio)
5	-Ismael José de Oliveira (empresário)			-Érico Mendonça (Superintendente de Investimento, Secretário de turismo, 1992-2006)	-Paulo Seixas (diretor administrativo da Reta Atlântico Brasil)	-Antônio Alves de Alcântara (Associação de Moradores de Areal - AMAR)	-Susimare Ferreira (massoterapeuta,turista?)	-Seu Pombinho (Vila Sauípe)

6	-Deise Cabral Guex (pousadeira aldeola, Baixio)	-Roberta Cardoso (administradora)			<p>-Elias Ferreira (associação das comunidades de Pau Grande e Barreto)</p> <p>- Gui Marcovaldi (Coordenador Nacional e fundador do projeto Tamar)</p> <p>-Jocimar Moura (Associação Onda Verde)</p>		<p>-Seu Pombinho (Vila Sauípe)</p> <p>-Juca Pereira (artista plástico e empresário, vila?)</p>

					-Francisco Oliveira (Diretor do Instituto Imbassaí. Reta Atlântica Brasil. Fundador do Projeto Berimbau)	-Jocimar Moura (Associação Onda Verde) -Antônio Alves de Alcântara (Associação de Moradores de Areal - AMAR)		
7	-Ismael José de Oliveira (empresário)			-Paulo Novaes (gestor da APA-LN)	-Armando Ollandezos (diretor do cluster de turismo Costa dos Coqueiros) -Beraldo Boaventura (Gerente sócio-ambiental da Sauípe S.A.)	Reginaldo dos Santos (Associação Capitães de Areia) -Guilhermo Filguera da Cruz (coordenador cultural de Baixio)	-Pescadores e marisqueira de Salinas da Margarida -Ronaldo Victor de Oliveira (técnico em telecomunicação, Subaúma) -Amaíse Tavares (Comerciante, Massarandupió)	

Fonte: Linha Verde (2008).

Nota: 1 A figuração do nome em itálico indica que o ator social em questão já apareceu em pelo menos uma das partes anteriores do minidoc.